NOELI WELTER TABORDA

Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas

São Paulo – SP
2023

NOELI WELTER TABORDA

Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento territorial", na linha de pesquisa "Campesinato, capitalismo e tecnologias".

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

São Paulo – SP
2023

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Taborda, Noeli Welter.
T114 Feminismo Camponês Popular : território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas / Noeli Welter Taborda. – São Paulo, 2023.
288 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Movimento de Mulheres Camponesas. 4. Feminismo. 5. Mulheres – Brasil. I. Título.

CDD 305.420981

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Visibilizar as territorialidades do Feminismo Camponês Popular no Movimento de Mulheres Camponesas a partir das ações e estratégias de luta construídas pelas mulheres camponesas ao longo dos 40 anos de existência. Mulheres essas que ousaram sair de casa, se organizar, ir em busca de seus direitos, construindo territórios (i)materiais, bases para uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Make visible the territorialities of Popular Peasant Feminism in the MMC (Peasant Women's Movement) based on the actions and struggle strategies built by peasant women over the 40 years of its existence. These women dared to leave home, organize themselves and went in search for their rights, and they succed building (im)material territories as bases for an anti-capitalist, anti-patriarchal and anti-racist society.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Visibilizar las territorialidades del Feminismo Popular Campesino en el MMC (Movimiento de Mujeres Campesinas) a partir de las acciones y estrategias de lucha construidas por las mujeres campesinas a lo largo de los 40 años de su existencia. Estas mujeres se atrevieron a salir de casa, organizarse e ir en busca de sus derechos, construyendo así territorios (in)materiales como base de una sociedad anticapitalista, antipatriarcal y antirracista.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE NOELI WELTER TABORDA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 08:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de NOELI WELTER TABORDA, intitulada **FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Orientadora) - Participação Presencial) do(a) Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Profa. Dra. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Participação Virtual) do(a) UNESP / Marília (SP), Profa. Dra. CATIANE CINELLI (Participação Virtual) do(a). / Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **aprovada**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA

Dedico essa Dissertação a todas as mulheres camponesas do Brasil, que com garra, coragem, ousadia e persistência construíram o Movimento de Mulheres Camponesas ao longo desses 40 anos de existência.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus pelo dom da vida, pois uma de nossas lutas no período da pandemia era nos mantermos vivas(os), mas também por me conduzir nos momentos de angústias e incertezas.

De forma muito especial quero agradecer à minha família, especialmente ao meu amor e companheiro Gilmar por seus cuidados, carinho e compreensão. À minha mãe Madalena, meu amor profundo e minha inspiração de luta contra as injustiças. Às minhas irmãs e irmãos: Neiva, Nilse, Fábio, Fabiane, Alexandre (filho do coração) e Alessandro, sobrinhos Dheizon, Derik e Victória Maria, que amo profundamente. Ao meu pai do coração João Batista (em memória), um camponês que prezava cuidar da terra, das sementes, produzir alimentos e nos ensinou o valor da honestidade e da solidariedade.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas que me indicou para esse Mestrado e a todas as camponesas que ao longo desses 40 anos de existência ousaram se organizar, lutar por direitos, construir novas relações, visando à libertação e emancipação das mulheres e à transformação da sociedade.

Às companheiras Catiane, Zenaide, Justina, Adriana, Michela, Sirlei, Noemi, Izaquiani, Lucivanda, que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, algumas de forma mais efetiva, na elaboração do projeto, na definição do tema, na leitura do trabalho, na indicação de leituras, outras com relatos e depoimentos da história e algumas concedendo entrevista.

Aos Movimentos da Via Campesina, em especial ao MST e à Escola Florestan Fernandes, à UNESP e a Cátedra UNESCO, que construíram esse programa de Mestrado, oportunizando às(aos) militantes da luta camponesa e popular aprofundar os estudos e ocupar a academia, que por muito tempo foi negado ao povo do campo.

À minha orientadora Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, que com muito cuidado, dedicação e compromisso orientou esse trabalho.

À Turma Neusa Paviatto, em especial à Sirley, companheira do MMC, ao Carlos, meu colega de orientação pela entreajuda e parceria construída e por termos caminhado juntos nos estudos e ao meu NB Xingú: Leandro, Beatriz, Katia, Helton, Adenilson e Ermany. Foram muitos aprendizados coletivos construídos ao longo do curso.

À coordenação do Curso de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), e às camaradas Rosana Fernandes e Carla Loop por toda dedicação e carinho para com nossa turma.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações e estratégias do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na construção dos territórios de luta e resistência a partir do Feminismo Camponês Popular no período Pós-Golpe de 2016 a 2022 no Brasil, entendemos por golpe o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff realizado de forma ilegítima. O processo histórico dos 40 anos de existência revela a coragem do "sair de casa", se organizar para ir em busca de seus direitos e construir a tão sonhada nova sociedade. A formulação e construção teórica, prática e coletiva do Feminismo Camponês Popular, a partir da história do MMC, sinalizam as bases teóricas metodológicas para a compreensão de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. As ações e estratégias construídas nos diferentes períodos da história do referido Movimento se conformam em territórios de lutas e resistências. Como perguntas norteadoras tem-se: Seria o MMC um território? Como a luta e resistência feminista pode contribuir para a construção de territórios (i)materiais? Os objetivos específicos consideraram: refletir sobre a construção do MMC no Brasil; identificar nos espaços geográficos as teorias feministas que contribuíram para compreender a luta pela libertação das camponesas que possibilitou chegar à elaboração mais recente do Feminismo Camponês Popular no MMC; apresentar ações do MMC que repercutem no território a partir do período Pós-Golpe de 2016. Para a realização desta pesquisa, partiu-se de uma leitura materialista, histórico-dialética da realidade e de uma epistemologia feminista camponesa popular em curso no MMC. A metodologia se baseou na pesquisa militante, com técnicas de entrevistas semiestruturadas e análise bibliográfica e documental em relatórios, redes sociais, fotos, mapas, cartilhas, livros, dissertações e teses de militantes do Movimento, bem como referenciais teóricos sobre Feminismo e Geografia. Como resultado da pesquisa compreende-se por território (i)material as marchas, a luta por direitos, políticas públicas, a agroecologia, os processos de organização, formação e articulação. Essas práticas e ações do MMC são elementos importantes para construir uma territorialidade a partir das camponesas organizadas e em luta. Identificamos, portanto, quatro momentos: Gestação e surgimento do Movimento; Avanços, unificação e consolidação dos Movimentos autônomos no MMC nas décadas de 1990 e 2000; O Feminismo Camponês Popular nos anos 2000; Pós-Golpe ações e resistências a partir de 2016.

Palavras-chave: MMC; Feminismo Camponês Popular; territórios; luta.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the actions and strategies of the Peasant Women's Movement (Movimento de Mulheres Camponesas -MMC) in the construction of territories of struggle and resistance based on Popular Peasant Feminism in the Post-Coup period (2016-2022) in Brazil, we understand by coup the impeachment of President Dilma Rousseff, which was carried out illegitimately. The historical process of 40 years of existence of this movement reveals the courage of peasant women in order to "leave home", organize to fight for their rights and building the new society they dreamed of. The theoretical, practical and collective formulation and construction of Popular Peasant Feminism, based on the history of the MMC, sets the theoretical and methodological bases for understanding a capitalist, patriarchal and racist society. The actions and strategies constructed in the different periods of the history of the Movement have formed territories of struggles and resistance. The guiding questions are: Is the MMC a territory? How can feminist struggle and resistance contribute to the construction of (im)material territories? The specific objectives considered are: 1. reflect on the construction of the MMC in Brazil; 2. identify in geographic spaces the feminist theories that contributed to understand the struggle for the liberation of peasant women and its outcome, the most recent elaboration of Popular Peasant Feminism in the MMC; 3. present MMC actions that have had repercussions on the territory since the 2016 coup. The starting point of this research is a materialist, historical-dialectic reading of reality and the popular peasant feminist epistemology involved in MMC. The methodology was based on militant research, with semi-structured interview techniques and bibliographic and documentary analysis of reports, social networks, photos, maps, booklets, books, dissertations and theses by Movement activists, as well as theoretical references on Feminism and Geography. The result of the research is that (im)material territory includes marches, the struggle for rights, public policies, agroecology, processes of organization, training and articulation. These MMC practices and actions are important elements to build territoriality based on organized and fighting peasant women. We therefore identify four moments: Gestation and emergence of the Movement; Advances, unification and consolidation of autonomous Movements in the MMC in the 1990s and 2000s; Popular Peasant Feminism in the 2000s; Post-Coup actions and resistance from 2016.

Keywords: MMC; Popular Peasant Feminism; territories; fight.

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo analizar las acciones y estrategias del Movimento de Mulheres Camponesas (MMC-Brasil) en la construcción de territorios de lucha y resistencia a partir del Feminismo Campesino Popular en el período Pos-Golpe (2016- 2022) en Brasil. Entendemos por golpe el juicio político y destitución, llevado a cabo de forma ilegítima, de la presidenta Dilma Rousseff. El proceso histórico de 40 años de existencia del MMC revela la valentía de las campesinas para "salir de casa", organizarse para reivindicar derechos y construir la nueva sociedad que sueñan. La formulación y construcción teórica, práctica y colectiva del Feminismo Campesino Popular, a partir de la historia del MMC, señala las bases teóricas y metodológicas para comprender una sociedad capitalista, patriarcal y racista. Las acciones y estrategias construidas en los diferentes períodos de la historia del Movimiento configuran territorios de luchas y resistencias. Las preguntas orientadoras son: ¿Es el MMC un territorio? ¿Cómo pueden la lucha y la resistencia feministas contribuir a la construcción de territorios (in)materiales? Los objetivos específicos considerados: 1. reflexionar sobre la construcción del MMC en Brasil; 2. identificar en espacios geográficos las teorías feministas que contribuyeron a comprender la lucha por la liberación de las campesinas y que permitieron llegar a la más reciente elaboración del Feminismo Campesino Popular en el MMC; 3. presentar acciones del MMC que han repercutido en el territorio desde el Golpe de 2016. Para realizar esta investigación, partimos de una lectura materialista, histórico-dialéctica de la realidad y de una epistemología feminista popular campesina que es parte del MMC. La metodología se basó en la investigación militante, con técnicas de entrevista semiestructurada y análisis bibliográfico y documental de reportajes, redes sociales, fotografías, mapas, folletos, libros, disertaciones y tesis de activistas del Movimiento, así como referentes teóricos sobre Feminismo y Geografía. Concluimos en la investigación que el territorio (in)material incluye marchas, lucha por derechos, políticas públicas, agroecología, procesos de organización, formación y articulación. Estas prácticas y acciones del MMC son elementos importantes para construir una territorialidad basada en mujeres campesinas organizadas y luchadoras. Identificamos entonces cuatro momentos: Gestación y surgimiento del Movimiento; Avances, unificación y consolidación de Movimientos autónomos en el MMC en las décadas de 1990 y 2000; Feminismo campesino popular en los años 2000; Acciones posteriores al golpe y resistencia a partir de 2016.

Palabras clave: MMC; Feminismo Campesino Popular; territorios; lucha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Realização de reuniões sindicais na década de 1980…..... 60

Figura 2 – Lista de presença Mulheres Presentes no 1º Encontro em Nova Itaberaba/SC..... 60

Figura 3 - Nina/BA na luta pela participação política da mulher na sociedade..... 61

Figura 4 - Mulheres reunidas e estudando na década de 1980..... 62

Figura 5 - Com a contribuição da Teologia da Libertação, educação popular e CEBS as camponesas se reúnem..... 64

Figura 6 - Caravana de mulheres que foram a Brasília entregar os abaixo-assinados em 1986 68

Figura 7 - Década de 1980 – 1990: a luta por direitos, e emancipação organiza as mulheres da roça..... 74

Figura 8 - Cartaz Salário Maternidade..... 76

Figura 9 - Mobilização das mulheres na luta pela vida no Maranhão década de 1990..... 77

Figura 10 - Grupo de Mulheres que participaram do I Congresso da CLOC, junto delas Sirlei Gaspareto..... 78

Figura 11 - Justina Inês Cima fazendo a fala em nome das organizações do Brasil na I Assembleia Latino-Americana de Mulheres..... 81

Figura 12 - Década 1990 a 2000: período de importantes conquistas e intensa articulação em nível internacional..... 84

Figura 13 - Marcha realizada durante o 1° Acampamento nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais..... 85

Figura 14 - Dirigentes dos Movimentos autônomos realizam reunião em Brasília para construir o processo de unificação do MMC em 2000..... 87

Figura 15 - Camponesas participantes do 1º Congresso Nacional do MMC..... 90

Figura 16 - 1º Congresso Nacional – MMC..... 91

Figura 17 - Luis Inácio Lula da Silva recebe as camponesas no Palácio do Planalto 08- de março de 2004..... 91

Figura 18 - Frentes de Luta assumidas no Congresso Nacional – 2004..... 95

Figura 19 - Marcha das Mulheres após a ação realizada na Aracruz..... 97

Figura 20 - Cartaz da Campanha Nacional Pela Produção de Alimentos Saudáveis Lançada em março de 2007..... 99
Figura 21 - Década 2000 a 2010: a Consolidação do MMC e a luta feminista camponesa popular..... 105
Figura 22 - Mesa de abertura do Encontro..... 107
Figura 23 - Marcha das camponesas pelo fim da violência..... 109
Figura 24 - Jovens participantes do I Encontro Nacional de Jovens do MMC..... 112
Figura 25 - Anos 2010 a 2015: Construção do Feminismo Camponês Popular..... 127
Figura 26 - A abertura de valas retrata o período de maior média de mortes por COVID-19..... 149
Figura 27 - Desmatamento para produção de carne na Amazônia..... 156
Figura 28 - Garimpo ilegal provoca centenas de morte na maior Terra Indígena do país..... 156
Figura 29 - Ato pela Democracia e contra o Golpe em Brasília..... 161
Figura 30 - MMC contra o golpe, por justiça e direitos no Rio Grande do Sul..... 164
Figura 31 - Caminhada realizada em Maravilha SC contra a Reforma Trabalhista e da Previdência..... 164
Figura 32 - Grevistas em Greve de fome entre elas, Rosangela Piovizani Cordeiro e Rosa Job do MMC..... 165
Figura 33 - Participantes do III Seminário Feminismo Camponês Popular..... 166
Figura 34 - Manifestação do #EleNão em São Miguel do Oeste/SC..... 167
Figura 35 - Ação do 08 de março realizada em Chapecó/SC..... 169
Figura 36 - Seminário sobre Reforma da Previdência realizado em Dionísio Cerqueira/SC no dia 08 de março de 2019..... 169
Figura 37 - Marcha das trabalhadoras em Dionísio Cerqueira/SC..... 170
Figura 38 - Loiva Rubenich..... 171
Figura 39 - Ato das trabalhadoras no Senado..... 172
Figura 40 - Marcha das Margaridas 2019..... 174
Figura 41 - Camponesas do MMC participam da Marcha das Margaridas..... 174
Figura 42 - Luta contra a fome e pela derrubada dos vetos..... 179
Figura 43 - Doação de alimentos no dia 16 de outubro de 2021..... 181

Figura 44 - Aula inaugural dos Diálogos Pedagógicos..... 183
Figura 45 - Ato realizado pela agricultura camponesa familiar no trevo de Chapecó SC..... 187
Figura 46 - Análise de conjuntura realizada durante o Seminário..... 189
Figura 47 - Denúncia do massacre contra o povo Guarani Kaiowa..... 191
Figura 48 - Participantes da II Escola Feminista de Mulheres da Via Campesina..... 192
Figura 49 - Processo de transição novembro e dezembro..... 194
Figura 50 - Camponesas de MG, BA, DF, no ato de diplomação de Lula Presidente..... 194
Figura 51 - Caminhada até o Palácio do Planalto..... 195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Constituição dos Movimentos autônomos na década de 1980……..... 66

Mapa 2 – Espacialização dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais que consolidaram o MMC em 2004.....……..…….....…..... 93

Mapa 3 – Espacialização do MMC em 2023.....……...…….....……..... 200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentos Autônomos que consolidam o MMC..... 92
Quadro 2 - Ações realizadas pelo MMC por décadas..... 127
Quadro 3 - Curso diálogos Pedagógicos 2021 e 2022..... 183
Quadro 4 - Módulo da I Edição do Curso Rosa Luxemburgo realizado em 2021..... 184
Quadro 5 - Módulos da II Edição do Curso Rosa Luxemburgo realizada em 2022..... 185
Quadro 6 - Ações realizadas pelo MMC nos anos de 2016 a 2022..... 196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
ALCA	Acordo de Livre Comércio das Américas
AMTR/SUL	Associação de Mulheres Trabalhadoras do SUL
AMUTRES	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANTR	Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais
APROSUR	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima
ASCAR/EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BdF	Brasil de Fato
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAMUTRA	Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CACs	Caçadores Atiradores Colecionadores
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLOC	Coordenação Latino-Americana Organizações do Campo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMTR	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CMTR	Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNMTR/CUT	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT
COEP	Coletivo de Orientação e Estágio de Pesquisa
CPMI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAD	Ensino à Distância
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras

	Familiares do Estado de Rondônia
FIPPS	Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNPS	Fórum Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LVC	La Via Campesina
MEPE	Mostra de Ensino e Pesquisa
MMA/SC	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA/SP	Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPMP	Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
OMA	Organização de Mulheres Agricultoras
OMR	Organização Mulheres Rurais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para todos
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

1.1 Metodologia 22

1.2 Uma história de lutas e conquistas: trajetória de vida 24

1.3 Um pé na academia, outro na luta feminista camponesa popular 28

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: A CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA E O MMC 32

2.1 Produção do espaço geográfico e gênero 32

2.2 Território, contradições e disputas: resistência organizada pelo MMC 36

3 GÊNESE DA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO MMC 46

3.1 Contexto de Modernização no Campo 46

3.2 MMC: uma construção das camponesas no território brasileiro 58

3.2.1 Década de 1980: no caminhar a organização floresce 59

3.2.2 A organização das mulheres camponesas na luta por direitos 67

3.2.3 Década de 1990: segue a luta por direitos e a articulação se globaliza..... 74

3.2.4 Década de 2000: no horizonte a consolidação de um movimento nacional 85

3.2.5 A afirmação de muitas histórias consolida o MMC Brasil 89

3.2.6 Década de 2010: formulação do Feminismo Camponês Popular se intensifica..... 105

3.3 Feminismo Camponês Popular: da luta e resistência ele floresce 113

3.3.1 No caminhar coletivo o Feminismo Camponês Popular se constrói..... 114

4 PÓS-GOLPE DE 2016: RETROCESSOS, AMEAÇAS, DESMONTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIAS 132

4.1 Fundamentos que levam a efetivação do golpe de 2016 no Brasil 132

4.2 Ameaças, desmontes e retrocessos: período nefasto em nosso país 145

4.3 Ninguém solta a mão de ninguém, as camponesas resistem 159

4.3.1 Anos de 2020 a 2022: a pandemia, o medo e a luta 176

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 203

REFERÊNCIAS..... 208

APÊNDICE – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA..... 220

ANEXO A - DECLARACIÓN DE BRASÍLIA, II CONGRESSO DE LA CLOC, NOV. 1997..... 221

ANEXO B - CARTA DA ASSAMBLÉIA DOS LUTADORES DO POVO.... 223
ANEXO C – DECLARACIÓN DE LA II ASAMBLEA LATINOAMERICANA DE MUJERES DEL CAMPO..... 226
ANEXO D - DECLARACIÓN DE LA III ASAMBLEA CONTINENTAL ... 228
ANEXO E – DECLARAÇÃO FINAL DA IV ASSEMBLEIA DA ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO DA CLOC/LVC..... 231
ANEXO F – DECLARAÇAO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL UNITARIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS..... 233
ANEXO G – DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS..... 239
ANEXO H – DECLARACIÓN DE LA IV ASAMBLEA DE LAS MUJERES DE LA VÍA CAMPESINA..... 243
ANEXO I - DECLARACIÓN FINAL V ASAMBLEA DE MUJERES..... 249
ANEXO J - DECLARAÇÃO DA VI ASSEMBLEIA DE MULHERES DA CLOC – VIA CAMPESINA..... 252
ANEXO K – CARTA DAS MULHERES AO POVO BRASILEIRO..... 256
ANEXO L – MANIFESTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL): A VIDA DO POVO EM PRIMEIRO LUGAR!..... 259
ANEXO M - MANIFESTO PELA VIDA DAS MULHERES BOLSONARO NUNCA MAIS! POR UM BRASIL SEM MACHISMO, RACISMO E FOME!..... 263
ANEXO N - MANIFESTO DAS CAMPONESAS CONTRA A VIOLÊNCIA E OS FEMINICÍDIOS..... 269
ANEXO O - PROPOSTA DOS MOVIMENTOS POPULARES PARA SUPERAR A CRISE E RECONSTRUIR O BRASIL..... 272
ANEXO P – POESIA: RESPIRANDO A ESPERANÇA..... 283
ANEXO Q – POESIA: #ELENÃO..... 284
ANEXO R – POESIA: ELE NÃO!..... 286
ANEXO S – POESIA: BRIGADA LOIVA RUBENICH - MULHERES QUE NÃO FOGEM DA LUTA..... 288

1 INTRODUÇÃO

> Onde pisa UMA MULHER há sentimento,
> Onde pisam DUAS MULHERES há determinação,
> Onde pisam TRÊS MULHERES a organização nasce.
> Mas quando MAIS MULHERES se juntam e pisam na terra firme germina a esperança, já é possível PLANEJAR a COLHEITA da SAFRA de um MUNDO NOVO (Sandor Sanches).

A luta das mulheres camponesas, organizadas no MMC, carrega em sua essência a mística feminina, feminista e libertadora. O processo histórico dos 40 anos de existência revela a coragem do "sair de casa", se organizar e ir em busca de seus direitos, bem como construir, por meio das novas relações entre mulheres e homens e destes com a natureza, a tão sonhada nova sociedade. A formulação e construção teórico, prática e coletiva do Feminismo Camponês Popular, a partir da história do MMC, sinalizam as bases teóricas metodológicas para a compreensão dessa sociedade capitalista, patriarcal e racista. As ações e estratégias construídas nos diferentes períodos da história do referido Movimento se conformam em territórios de lutas e resistências, bem como de inúmeras conquistas, conforme veremos no decorrer das seções. Essas são as premissas iniciais e centrais que balizam a presente pesquisa.

A perspectiva histórica que buscamos, compreende a luta de resistência e de enfrentamento, assumida pelas camponesas, organizadas no Movimento autônomo de mulheres do campo. Buscamos aprofundar no presente trabalho o período do Pós-Golpe de 2016 a 2022, entendido como o *impeachment* que retira de forma ilegítima a Presidenta Dilma do cargo. Nesse contexto, vivenciamos os maiores retrocessos em relação aos avanços e conquistas que a luta proporcionou. Os ataques atingiram profundamente a classe trabalhadora, em especial as mulheres.

Os espaços "ocupados" pelas mulheres, seus territórios (i)materiais, suas formas de organizar a luta e se posicionar diante das pautas que se apresentam, possibilitam caminhar rumo à transformação da sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações e estratégias do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na construção dos territórios de luta e resistência a partir do Feminismo Camponês Popular no período Pós-Golpe de 2016 a 2022 no Brasil. O caminho que percorremos passou por: refletir sobre a construção do MMC no Brasil; identificar nos espaços geográficos as teorias feministas que contribuíram para compreender a luta pela libertação das camponesas e que possibilitou chegar à elaboração mais recente do Feminismo Camponês Popular no MMC; apresentar ações do MMC que repercutem no território a partir

do período Pós-Golpe de 2016.

Na primeira seção – "A produção do espaço geográfico: a contribuição feminista e o MMC" – abordamos acerca da produção do espaço geográfico por meio da teoria feminista. Nossa referência se baseia nos estudos em geografia realizados por pesquisadoras dessa área. Aspiramos apresentar elementos sobre a compreensão do espaço e território no MMC, trazer a contribuição das mulheres na construção, mas também na compreensão de espaço e território por meio da ação organizada das mulheres camponesas no MMC. Organizamos a seção em duas subsecções: Produção do espaço geográfico e gênero; e Território, contradições e disputas: resistência organizada pelo MMC.

Nesta seção, compreendemos que a produção do espaço é permeada por relações de poder. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõem a luta feminista, é possível compreender as relações sociais e de poder estabelecidas na forma de organização do espaço.

Compreendemos que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem viver. Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios, buscam entender a vida como uma totalidade, na medida que vão imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições a partir do Feminismo Camponês Popular.

Na terceira seção – "Gênese da construção dos territórios no MMC" – apresentamos alguns elementos que permitem refletir como esse processo de implantação do capitalismo foi se dando no Brasil. Por outro lado, buscamos evidenciar como se configura a constituição do campesinato no interior da estrutura da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Num segundo momento apresentamos o contexto de constituição do MMC, bem como evidenciamos a construção histórica do referido Movimento no território brasileiro e os territórios por elas produzidos a partir de suas ações por meio da luta, organização e formação, tendo como base o Feminismo Camponês Popular. As mulheres em processo de organização no Movimento constataram que a opressão, exploração e violência sofridas só poderiam ser enfrentadas com luta política e organizativa, que a igualdade de direitos e participação deveria ser protagonizada pelas próprias mulheres, sobretudo pela dura realidade imposta à vida na agricultura, que intensificava a exploração das camponesas.

As ações protagonizadas pelas camponesas se conformam em elementos base para avançar na transformação da sociedade, e que posteriormente fundamentaram o Feminismo Camponês Popular. O mesmo tem como principal elemento a libertação e emancipação das

mulheres trabalhadoras por meio da prática cotidiana de luta, organização e formação. O que se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, pois esse feminismo construído pelas camponesas está profundamente comprometido com a luta de classe. Entendemos, portanto, que essas ações produzem os territórios (i) materiais no MMC, uma territorialidade que vai para além do espaço privado. A atuação das mulheres camponesas se dá no local, mas sua espacialidade rompe fronteiras e alcança a dimensão internacional de luta.

Na quarta seção – "Pós-Golpe de 2016: retrocessos, ameaças, desmontes das políticas públicas e resistências" – apontamos elementos para compreender o processo de Pós-Golpe de 2016 no Brasil. Frente à articulação mundial da extrema direita, em vários países, foram construídos processos de golpe, pois para possibilitar saciar a sanha voraz do capital, fez-se necessário apoderar-se do Estado e retirar direitos da classe trabalhadora. O conservadorismo[1], o autoritarismo[2], a violência[3] e o fundamentalismo religioso[4], somado à disseminação do ódio[5], das *fake news*[6] são base para implantar esse projeto ultra neoliberal. Diante disso, apontamos as ameaças e os retrocessos vivenciados no Brasil.

Por outro lado, as mulheres organizadas resistem. Para dar visibilidade à luta das camponesas, identificamos algumas de suas ações baseadas no tripé: organização, formação e luta. Para construir território, as marchas, a luta por direitos, políticas públicas, a agroecologia, os processos de organização, formação, articulação, são fundamentais. E essas práticas e ações do MMC são elementos importantes para construir uma territorialidade a partir das camponesas organizadas e em luta.

---

[1] O conservadorismo se constitui como ideologia e estratégia política das classes dominantes no período da modernidade. [...] Seus princípios conservadores: a legitimação da autoridade e liberdade fundadas na tradição; liberdade restrita; a concepção de democracia como ineficiente forma de governo; repúdio à laicização; percepção da razão em níveis destrutivos e incapaz de ordenar a vida social; naturalização da desigualdade (Souza; Oliveira, 2018, p. 1, 5).

[2] O totalitarismo é um sistema político no qual a pessoa ou partido no poder tem controle absoluto de todas as esferas da vida pública e privada, apoiando-se em um governo abertamente autoritário de acordo com Hannah Arendt.

[3] Violência pode ser definida como a ruptura dos diferentes tipos de integridade através do uso intencional da força ou do poder, seja ela física, sexual, moral, patrimonial de acordo com Heleith Saftioti.

[4] Trata-se de um movimento ou corrente de pensamento, que prega obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios fundamentais. Pode estar presente na economia, na política, na educação e em outras instâncias da vida humana. É na religião que o fundamentalismo é mais conhecido e relacionado. Defende uma visão radical e absoluta de determinados princípios e a sua observância em todos os aspetos da sociedade não admitindo o pluralismo de ideias (Cunha, 2020).

[5] Ódio, aqui compreendido como o afeto mobilizador da política. Sentimento do ódio adquire nova centralidade, substituindo o pacto civilizatório e instituindo a necropolítica em formas de racismo, violência patriarcal, sexismo e classicismo. Neste sentido sugerimos a obra *Ódios Políticos e a Política do Ódio* de Ana Kiffer Gabriel Giorgi.

[6] *Fake news* é um termo em inglês e é usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

1.1 Metodologia

Para a realização desta pesquisa, o referencial teórico metodológico parte de uma leitura materialista histórica da realidade, formulada por Karl Marx e Friedrich Engels, e de uma epistemologia feminista. Entendemos que essa pesquisa parte das próprias contradições geradas pelo capitalismo, ao olharmos para a desigualdade de gênero, o patriarcado, o machismo, o racismo partindo de questões estruturais do mesmo. O descobrir-se feminista das camponesas e no Movimento vai se dando a partir do vivido, do real, do concreto e esse processo dialeticamente apresenta superações, conquistas, direitos, e é neste construir-se do MMC que percebemos o materialismo histórico-dialético. Algumas referências utilizadas são Catiane Cinelli (2012, 2016), Ivone Gebara (2002), Iridiani Gracieli Seibert (2019), Heleieth Saffioti (2013, 2015), Maria Lopez Reis (2015), Michela Calaça (2021), Sirlei A.K. Gaspareto (2018), Renata Gadelha (2021), entre outras.

Buscando a coerência com o referencial teórico, pretendemos construir um processo metodológico em autoras(es) que se aproximam dessa perspectiva teórica, bem como realizamos uma análise documental. Essa escolha se deu porque cada vez mais percebe-se nas elaborações acadêmicas a invisibilidade dos nomes, citando somente sobrenomes. Evidenciar as mulheres faz parte do nosso assumir feminista. A escolha da pesquisa militante se dá pelo fato de esta pesquisadora ser militante do MMC desde 1996, com uma maior atuação a partir de 2002, sendo sujeita ativa dessa construção. Portanto, muitas constatações são fruto dessa inserção e compromisso com a causa das mulheres camponesas. A pesquisa militante é entendida como um espaço amplo de produção do conhecimento, orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadoras(es) e movimentos sociais. De acordo com Breno Bringel e Renata Versiani Scott Varella (2016), essa modalidade de investigação está presente de maneira contínua desde a década de 1960 na América Latina e conta com várias configurações, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades.

> Na pesquisa militante, os movimentos sociais e agentes transformadores se transformem em sujeitos atuantes na construção dos rumos da pesquisa, participando do próprio processo de produção do conhecimento e não figurando como meros objetos de pesquisa ou destinatários de ações externas. Assim, a pesquisa se efetiva por meio de um processo dialético que inclui a interação entre a teoria e a prática para a produção do saber científico, o que exige do pesquisador não somente a observação e a vivência dos lugares pesquisados (observação participante) como também uma atuação nos mesmos (Bringel; Varrela, 2016, p. 487).

Salientamos a importância de considerarmos a inserção dessa pesquisadora militante

que é sujeita ativa no Movimento e nos debates feitos. De acordo com Bringel e Varella,

> o conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza (Bringel; Varella, 2016, p. 475).

Para realizarmos esta pesquisa optamos por utilizar as entrevistas semiestruturadas[7] junto a cinco dirigentes nacionais do Movimento de Mulheres Camponesas. Os critérios consideraram a atuação junto à coordenação nacional do Movimento, bem como contemplou as diferentes regiões do país, dando voz às diferentes realidades. As entrevistas tinham por objetivo identificar como as dirigentes relacionam o Feminismo Camponês Popular como um território de luta e resistência; apontar os principais retrocessos vivenciados pelas camponesas no período de pós-golpe no Brasil, bem como apresentar quais os principais elementos desse mesmo feminismo para o enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. A identificação das entrevistadas se deu em diálogo com as mesmas que escolheram a forma que gostariam de ser mencionadas. Essa metodologia permitiu maior flexibilidade na condução da coleta de informações, de modo que, as camponesas puderam ir além das perguntas preestabelecidas e trouxeram questões, que para a pesquisa foram extremamente relevantes.

Sendo assim, a metodologia apresenta-se como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2001). Busca definir, simultaneamente, procedimentos e instrumentos para a análise dos dados partindo da realidade social que segundo a autora,

> é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (Minayo, 2001, p. 15).

Para a operacionalização desta pesquisa partiu-se de uma análise documental dos textos, documentos de encontros e congressos, relatórios de reuniões e fotos, bem como, folders, cartilhas e livros, realizados e elaborados pelas mulheres do Movimento de Mulheres

[7] Nossa referência para o uso dessa técnica é o autor Augusto Ribaldo Triviños (2008), e as mesmas encontram-se no anexo desta dissertação.

Camponesas do Brasil. Este conjunto de materiais se encontra na secretaria nacional e estadual do MMC, localizadas em Chapecó (SC), bem como com um acervo pessoal da pesquisadora. Contou também com diálogos informais realizados com militantes que fazem parte do Movimento, desde os primeiros anos.

Esse processo de pesquisa não é estanque, não acontece necessariamente um após o outro, mas se entrelaça no decorrer da construção do trabalho. Dessa forma, entendemos que a investigação teórica se concretiza nas aproximações sucessivas do real: dos fatos à abstração e novamente retornando aos fatos, buscando na história e na particularidade do caso estudado, as interações que possibilitem a construção de uma análise teórica.

Ressaltamos que esta pesquisa pretende visibilizar a ciência produzida pelas mulheres, portanto, optamos sempre por colocar primeiro o gênero feminino e depois o masculino, bem como na primeira menção colocar o nome completo das(os) autoras(es). Esta pesquisa considera também a trajetória desta pesquisadora, conforme veremos na próxima subseção.

1.2 Uma história de lutas e conquistas: trajetória de vida

Motivada pela esperança, utopia e por um profundo compromisso de lutar para a construção da emancipação da mulher, apresento minha trajetória pessoal, militante e acadêmica que é marcada por momentos desafiadores. Nasci na comunidade de Linha Raigão Alto, município de Itapiranga, hoje Tunápolis, SC. Sou filha de Madalena Kautzmann, uma mulher camponesa, lutadora, de muita garra e coragem, uma mulher que admiro profundamente e que tem sido minha inspiração, e de Nolar José Friedrich Welter (em memória), camponês e pedreiro.

Minha infância foi marcada pela doença do alcoolismo do meu pai. Ele era violento demais. O que culminou com a decisão de minha mãe em se divorciar. Como filha mais velha, aprendi aos 06 anos, a realizar os trabalhos da casa e o cuidado de duas irmãs e um irmão menores. Tive a oportunidade de cursar as séries iniciais e o Ensino Fundamental. Iniciei o Ensino Médio, porém, diante das dificuldades financeiras, adiei meu sonho de estudar para trabalhar de diarista, o dia inteiro, junto com minha mãe e assim contribuir com as despesas da casa.

Fui uma menina engajada na comunidade, participava na liturgia da igreja. Já adolescente, tornei-me animadora vocacional, catequista e coordenava o grupo de jovens da Pastoral da Juventude Rural (PJR). Nesse processo, comecei a ter contato com o então Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina (MMA/SC) no grupo de base, a partir

de 1996, onde me chamava a atenção o debate sobre a agricultura e o enfrentamento à violência sofrida pelas mulheres.

Desde criança trabalhei no roçado da minha mãe, bem como junto com ela, de diarista na roça, assumindo a missão de ser camponesa até os dias atuais, pois nunca deixei de morar no campo. Produzimos alimentos para o autossustento, pois para mim, produzir alimentos saudáveis, cuidar das plantas medicinais, frutíferas, plantar e cultivar flores, pequenos animais, recuperar fontes de água, cuidar da natureza, faz parte da vida camponesa. Casei-me no ano 2000, aos 20 anos de idade, e em 2002 fui me inserindo mais no MMA/SC em atividades no município. Em 2003 tive a oportunidade de participar de uma atividade estadual na jornada do 08 de março, um encontro que me marcou profundamente, com o ato pela paz e o seminário sobre sementes crioulas de hortaliças.

A socialização das experiências e trabalhos das mulheres, os teatros denunciando o modelo de morte imposto na agricultura e anunciando um projeto de vida e dignidade para o campo. As místicas e a animação do encontro me motivaram a me engajar mais fortemente nessa organização de mulheres. Inscrevi-me para participar das oficinas sobre sementes crioulas realizadas no município e de um curso de formação de dirigentes em nível estadual, nos anos 2003 e 2004.

Participei do processo de unificação e consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no 08 de março de 2004, em Brasília, onde tive a oportunidade de conhecer mulheres camponesas de diversos estados do país. No final de 2004 fui convidada a contribuir na direção do MMC em SC, coordenando o coletivo de comunicação. Em 2005, um momento que me marcou profundamente, foi participar da Marcha Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizando o trajeto de Luziânia a Brasília. Em 2006, a ação das mulheres camponesas realizada na *Aracruz celulose*[8] mostrou a ousadia, a garra e a coragem que as mulheres têm em lutar e denunciar o modelo de morte do capitalismo.

Em 2007, durante a Assembleia Estadual do MMC/SC, que acontece a cada três anos, fiquei com a tarefa de coordenar o coletivo de lutas, no qual tive a oportunidade de construir lutas em conjunto com La Via Campesina (LVC), bem como com diversas organizações do campo e da cidade, entre elas, a Consulta Popular.

Participava também do Coletivo nacional de jovens de LVC, espaços que permitiram conhecer muitas companheiras e companheiros. Em 2010 fui indicada a assumir a coordenação e direção nacional do MMC, tarefa que continuo desempenhando até os dias atuais. Em todos

[8] "A ação na Aracruz Celulose representou a luta contra as transnacionais, contra o modelo capitalista neoliberal e anunciar o que entendemos por projeto de agricultura camponesa agroecológico" (Gaspareto, 2018, p. 225).

esses anos participei de diversas marchas, mobilizações, ações no estado e também em espaços nacionais e internacionais.

Diante da atuação no Movimento, percebi que podia contribuir no debate e conscientização de mais mulheres para a superação da violência, algo que marcou minha infância de forma muito traumática. Fui compreendendo as causas da violência contra a mulher, a importância da organização, da formação para nos fortalecer e nos animar na luta pelo fim da violência. Fui entendendo que a consciência construída no MMC possibilita que muitas mulheres enfrentem e superem situações de violência por elas vividas. E, nesse caminhar, a sociedade vai sendo transformada.

Participei de vários cursos de formação promovidos pelo MMC, como também em parceria com outros movimentos e universidades. Cito o Curso *Realidade Brasileira,* uma parceria dos Movimentos e a Unochapecó, em 2005. Curso de *Teorias Sociais e produção do conhecimento*, parceria da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) com a UFRJ, em 2011. Em 2019, o curso: *Uma introdução sistemática a obra de Karl Marx* pela ENFF. Seminários sobre Feminismo Camponês Popular promovidos pelo MMC, entre muitos outros.

O sonho de estudar, impulsionado pela luta das camponesas ao acesso à educação formal, vinha com mais intensidade. Em 2008 realizei as provas do ENCCEJA, conseguindo concluir o ensino médio. Em seguida me inscrevi e realizei as provas do ENEM e aos 34 anos, iniciei o Curso de Pedagogia na modalidade EAD, no Centro Universitário Internacional – UNINTER.

A escolha pelo formato EAD foi necessária pelo fato de em minha cidade não ter instituições de ensino superior, necessitando o deslocamento diário. Outro fator que motivou fazer essa escolha foi a tarefa militante no Movimento. A exemplo de outras companheiras do Movimento, não tinha como conciliar os estudos diários com as inúmeras atividades que demandavam viagens semanais, por isso, algumas de nós optamos por esse formato a distância. Estudei com bolsa do Prouni, concluindo o curso em 2018. No Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), apresentei um estudo sobre *O papel da pedagogia na construção de novas relações de gênero nas escolas.*

Mesmo não sendo a forma desejada de estudo, pois sonhava em fazer uma graduação presencial que possibilitaria um maior aprofundamento teórico, para não parar de estudar fiz uma licenciatura em História também em formato EAD, a qual concluí em novembro de 2019. Aprofundei e escrevi o TCC sobre: *A representação das mulheres no estudo da história no ensino médio: relações de gênero e patriarcado.* O desejo de permanecer sempre aprendendo fez com que imediatamente ingressasse no curso de Pós-Graduação/Especialização EAD

ofertado pela mesma Instituição para especialização em Metodologia do Ensino de História, a qual concluí em julho de 2020.

Por ter cursado minha trajetória acadêmica na modalidade a distância sempre me dediquei ao estudo e aprofundamento para além das aulas. Como militante no MMC e das responsabilidades dirigentes assumidas tive a oportunidade de participar e coordenar diversos processos formativos que possibilitaram ampliar conhecimentos em diferentes aspectos e ter novos horizontes, o que considero importante para contribuir com nossa trajetória acadêmica.

Enquanto dirigente do MMC, contribui em vários momentos nas lutas contra as Reformas da Previdência. Lembro do Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social (FIPPS)[9], em 2007. Porém, um momento forte foi em 2019, quando coordenei, com várias camponesas militantes, a Brigada Loiva Rubenich em Brasília durante o processo de última reforma da Previdência Pública. Realizamos articulação com deputadas(os) senadoras(es), pautando a realidade das mulheres e homens do campo.

Com as audiências públicas, os estudos, as entrevistas, os relatórios informando as mulheres nos estados e municípios sobre a reforma, percebi o quanto os direitos previdenciários contribuem para garantir a vida de muitas famílias e ao mesmo tempo movimentam a economia local. Essas experiências foram muito importantes e me desafiam a aprofundar a contribuição do MMC na luta por vida digna a partir do Feminismo Camponês Popular.

Durante toda essa trajetória tenho contribuído na elaboração de materiais políticos e teóricos, alguns publicados, outros internos. Entre os anos de 2016 e 2018 participei do Projeto: *Promoção da autonomia e saúde das mulheres rurais e a prática agroecológica* junto à Universidade Federal da Fronteira Sul, coordenado pela Professora Vanderléia Laodete Pulga. Fui responsável pela elaboração do Prefácio do livro *Mulheres camponesas semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia,* publicado em 2018.

Em 2020 tive a oportunidade de contribuir como organizadora do Livro *Feminismo camponês popular: Reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas,* publicado pela editora *Expressão Popular.* Essa tarefa foi mais um momento que me instiga a estudar e analisar mais profundamente a luta das mulheres.

---

[9] Constituído em abril de 2007, com a convocação de sua primeira atividade datada de 10 de abril de 2007, mas com cartas anteriores à constituição do FIPPS das entidades de mulheres em reação a não participação das mulheres no FNSP, que realizou sua primeira reunião no dia 07 de março de 2007. O FIPPS foi constituído pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRNE) e Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (FIPPS, 2008).

As expectativas e planos ao ingressar no Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) foram as melhores. Iniciando pela oportunidade de estudar num espaço que tem por objetivo o conhecimento para qualificar a luta de classes. Compreender o funcionamento da sociedade capitalista, patriarcal e racista para melhorar a atuação no MMC. Visibilizar a luta das mulheres camponesas organizadas e a sua contribuição na luta por direitos, no enfrentamento ao golpe e na construção da resistência diante desse sistema opressor.

Assumi essa oportunidade com o compromisso militante de me dedicar às discussões e aprofundamento teórico para que eu consiga contribuir melhor nas demandas apresentadas pelas mulheres camponesas. Diante disso, construiu-se a presente pesquisa que objetiva analisar como as camponesas do MMC constroem seus territórios de luta e resistência a partir do Feminismo Camponês Popular no período Pós-Golpe de 2016 no Brasil.

Essa é a trajetória de uma mulher camponesa que vive as contradições da sociedade de classes e patriarcal, em que a educação formal pública e gratuita foi no primeiro momento negada. Assim como acontece com os mais pobres, em especial as mulheres, não me acomodei nem deixei de sonhar. Extraio dos obstáculos que enfrentei aprendizados que foram e são alicerces tanto na família, no trabalho na roça, na militância e na universidade. Essa oportunidade do mestrado está sendo uma grande conquista pessoal e também coletiva por ser fruto da articulação entre teoria e luta.

1.3 Um pé na academia, outro na luta feminista camponesa popular

Nessa trajetória de estudos que se iniciou em maio de 2021, seguimos construindo a luta, junto ao Movimento de Mulheres Camponesas e, em unidade com as demais organizações da classe trabalhadora. Contribuímos na organização e coordenação de muitas atividades diariamente, sendo elas reuniões, processos de formação, seminários, oficinas, lutas tanto em formato virtual, quanto também presencial. A participação e organização de processos formativos, foram internos ao MMC, quanto também na Via Campesina.

Merece destaque os *Diálogos Pedagógicos*, os quais tivemos a oportunidade de ministrar uma aula sobre Feminismo Camponês Popular. Da mesma forma, destacamos como fundamental o curso *Rosa Luxemburgo e as Camponesas, a II Escola Feminista de Mulheres da VC, Curso de formação do MMC em SC*. Mencionamos somente alguns, pois, muitos foram os momentos formativos.

Entre as ações e lutas destacamos, a solidariedade com entregas de alimentos, materiais

de higiene, plantas medicinais, sementes, elixires, durante o período mais crítico de pandemia que foi de muito cuidado. As lutas virtuais por *Vacina no braço e alimento no prato*, por auxílio emergencial para o campo representados na *Lei Assis Carvalho*, contra a violência. *Bolsonaro nunca mais,* a luta eleitoral de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente, está entre as tantas pautas assumidas pelas mulheres.

Algumas também se deram na rua, 08 de março, 07 de setembro, 16 de outubro e 25 de novembro. Em nossos quintais, nas redes e nas ruas, a luta pelos direitos das mulheres acontece. Manifestações culturais, caminhadas, ocupação de trevo, ações de denúncia e de reivindicações. Todo esse processo contribuiu para mantermos viva a organização, resistindo em nossos territórios.

Período em que também nos foi oportunizada a participação em vários eventos acadêmicos, participação em seminários, palestras, apresentação de trabalhos. Destacamos o evento internacional *Fazendo Gênero*, com a apresentação do trabalho *A luta feminista: o debate de gênero e seu papel no processo de educação no espaço escolar*, em julho de 2021.

Outro evento extremamente importante foi a participação no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), no qual apresentamos o trabalho *Território: um olhar a partir das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas,* no dia 15 de outubro de 2021, juntamente com as companheiras militantes Catiane Cinelli e Zenaide Collet, sob orientação de Janaina Francisca de Souza Campos Vinha. Esse trabalho também foi publicado nos anais do referido Encontro.

Participei também da 1ª Mostra de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (MEPE-UFTM), no qual apresentamos o trabalho em formato de Resumo, intitulado *Feminismo Camponês Popular: território das camponesas em construção no MMC,* no dia 30 de outubro de 2021. Conforme já mencionado nas disciplinas cursadas, elaboramos o artigo *Questão de Gênero: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento à COVID-19*, que foi publicado na revista campo território, juntamente com nosso colega Carlos.

Em 2022 recebi com muita alegria o e-book *Ruralidades na fronteira Sul do Brasil*, uma publicação organizada por Monica Hass e Antônio Marcos Myskiw, professora e professor do Mestrado de História da UFFS, no qual publicamos o capítulo *Violência de gênero e campesinato*, juntamente com Rosangela Maria Hüning.

Uma das tarefas militantes que me deu imenso prazer foi organizar o livro: *Resistências: por mãos de mulheres camponesas*, em 2022, juntamente com Zenaide Collet, Justina Inês Cima, Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto e Noemi Margarida Krefta. Um livro escrito pelas camponesas, militantes do MMC em SC, uma produção linda, contribuímos na organização do

todo, mas o capítulo 10 *Luta do MMC em tempos de pandemia*, nos dedicamos mais. Recebia as escritas pelo WhatsApp, e muito mais que organizar contribuímos na escrita. Foi emocionante ver as mulheres se desafiando, mesmo com poucos recursos tecnológicos a contribuir na elaboração, por isso o nome dado ao título do livro.

Uma publicação que nos possibilitou uma alegria imensa é o artigo elaborado por mim e o colega Carlos Magno Soeiro Mendonça, sob orientação de nossa orientadora Professora Dr.ª Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, intitulado *Questão de Gênero: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento à COVID-19* e publicado no Dossiê da Revista Campo-Território (2022).

A seguir trazemos uma poesia elaborada por esta pesquisadora no início da pandemia, pois entendemos que diferentes são as formas de expressas as situações vividas pelas camponesas, portanto, as poesias, músicas, poemas, fazem parte de nosso cotidiano.

> **PROMOVER A VIDA EM TODOS OS SENTIDOS É NOSSA MISSÃO**
> 2020 chegou, e com ele muitos planos, a rotina de trabalho, de organização popular e a luta por direitos, muitas de nós movimentou. De repente o mundo parou um vírus em forma de pandemia chegou, a chamada Covid-19. Fruto da ganância e da crise capitalista, muitas vidas já ceifou, o frágil sistema de Saúde preparado não está, as medidas foram claras isolamento social em primeiro lugar.
> Nossa vida mudou e nossas casas tornaram-se espaço de produção, organização, formação e luta popular. As notícias chegam diariamente anunciando o número de infectados, mortos e recuperados, junto a elas a irresponsabilidade do governo Bolsonaro desrespeitando as medidas de saúde com o discurso de que a economia não pode parar e o povo pobre precisa ir trabalhar. O discurso de ódio, as *fake news*, as medidas econômicas para salvar os banqueiros e grandes empresas em primeiro lugar e os 600 reais demorando para pagar. A EC95 que aprovou o congelamento de investimentos por 20 anos, o SUS com dificuldade de atender as pessoas doentes está e nós camponesas organizadas no MMC defendemos a vida em primeiro lugar por entendermos que vivas a economia vamos recuperar.
> Ao longo dos nossos 37 anos de história o sistema capitalista, patriarcal e racista estamos a denunciar, um sistema de morte e exploração que grande desigualdade social produziu. Defendemos a agroecologia como ciência e modo de vida. Nossos quintais produtivos com a campanha sementes de resistência solidariedade vem a possibilitar, plantas medicinais, são sinônimos de um organismo saudável e com isso a Covid combater. Nos isolamos para nos proteger, mas nossa voz não calamos, a tecnologia com o uso do celular e do computador nova forma de nos organizar possibilitou. Fazer reuniões, conversar, elaborar pautas às organizações populares colocou, lutar, realizar audiências e do Estado, a responsabilidade cobrar.
> Queremos o SUS fortalecido, leitos de UTI preparados, crédito subsidiado para fortalecer a produção e abastecimento de alimentos saudáveis para o povo e assim a solidariedade possibilitar. Junto a isso, as tarifas de energia, água e gás gratuitos às famílias vulneráveis chegar. Para isso é preciso a taxação das grandes fortunas cobrar, a revogação da EC95 realizar e a violência sofrida pelas mulheres enfrentar.
> Juntamos nossas mãos mesmo que virtualmente exercendo a solidariedade e

> o amor ao próximo um novo mundo construir em coletividade novas relações entre mulheres e homens e destes com a natureza forjar. Da luta não fujo, na luta continuaremos! Pátria livre venceremos! Noeli Welter Taborda. Poesia elaborada em 19 de abril de 2020.

Toda essa caminhada forjou esta pesquisadora militante e é ela que nos motiva a seguir esperançando, pesquisando, organizando e fazendo luta. Como diz o lema: *MMC 40 anos: existimos porque lutamos,* assim também podemos dizer que nossa trajetória é dessa forma, porque caminhamos coletivamente. Na próxima seção apresentaremos a produção do espaço geográfico à luz das teorias feministas e da compreensão das camponesas acerca do território.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: A CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA E O MMC

Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem.
Rosa Luxemburgo

Nesta seção abordamos a produção do espaço geográfico por meio das teorias feministas. Entendemos ser importante esse exercício não somente por se tratar de um Mestrado em Geografia, mas também para dar voz e visibilizar a ciência produzida pelas mulheres. Ciência essa que possibilita construir estratégias de luta diante dessa sociedade fortemente marcada pela cultura patriarcal, racista e capitalista.

Nossa referência se baseia nos estudos em geografia realizados por pesquisadoras dessa área. Também aspiramos apresentar elementos sobre a compreensão do espaço e território no MMC através de nossa trajetória militante, dos estudos já realizados por militantes e das entrevistas feitas com dirigentes do Movimento. Temos por objetivo evidenciar a contribuição das mulheres nessa construção, ao mesmo tempo, dialogar com autoras(es) que permitem compreender a definição de espaço.

2.1 Produção do espaço geográfico e gênero

Para iniciar esta subseção trazemos um célebre trecho da obra de Milton Santos (1996, p. 50): "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Ao ser modificado, através das ações de mulheres e homens, torna-se um espaço social, que se materializa com a existência humana, tornando-se então uma dimensão da realidade. Segundo Henri Lefebvre,

> Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A 'natureza', ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas (Lefebvre, 2006, p. 105–106).

O autor aponta que "[...] o espaço social manifesta sua polivalência, sua "realidade" ao mesmo tempo formal e material" (2006, p. 128). Ou seja, é um "produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção, redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados" (2006, p. 128). Ao ser produzido

como tal, o autor apresenta que o mesmo não pode se separar das forças produtivas, nem da divisão do trabalho social que o modela, nem das técnicas e do saber, nem da natureza, do Estado e das superestruturas.

Percebe-se, então, que o espaço, ao ser produzido pelas ações humanas, se apresenta como um campo de forças desiguais. Ter esse entendimento nos parece importante para compreendermos as seções posteriores, pois o autor Lefebvre (2006) aponta que as lutas de classe, bem como o Estado, transformam o espaço. Essas relações são permeadas pelo poder, o que dialoga também com o autor Claude Raffestin, que apresenta: "quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais" (Raffestin, 1993, p. 158).

Ao trazermos presente as definições do espaço por meio desses autores, percebe-se que é possível compreender e construir a geografia sob diferentes formas, o que permite dialogar com Bernardo Mançano Fernandes (2005), quando apresenta que espaço geográfico e território, mesmo que diferentes, são o mesmo. Todo "território é um espaço, nem sempre geográfico", podendo ser também social. O espaço geográfico de uma nação é território, e no interior do mesmo, há diferentes territórios, o que Rogério Haesbaert (2004), denomina de multiterritorialidades. Sobre território trataremos mais à frente.

Se as ações humanas realizadas produzem as relações sociais e essas se apresentam como uma força desigual, parece fundamental partir de um olhar feminista para compreender a produção do espaço geográfico. Recorremos a autora Maria Lopes Reis quando nos apresenta que "discutir o conceito de gênero, a partir da construção histórica da opressão feminina dentro do contexto da sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico, permite unir a categoria de gênero ao conceito de espaço" (Reis, 2015, p. 1).

A mesma autora aponta que é possível abordar as relações de gênero como agentes estruturantes na construção do espaço, e a Geografia enquanto uma ciência que deve ampliar suas reflexões sobre estas relações, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades e a estrutura de poder entre os gêneros.

Durante as aulas da disciplina "Estado e Políticas de Desenvolvimento", por meio de leituras e discussões, entendemos o espaço geográfico como campo, materialidade e representação da ação humana através do trabalho no sentido amplo. Não somente como ação mecânica sobre a matéria e sua reconfiguração como objeto ou mercadoria, um trabalho percebido como ação material e imaterial. Nesse sentido, entendemos o espaço como uma

projeção humana, objetivação da vida, sentido de sua existência, sendo os territórios apropriações concretas exercidas por estas ações (práxis).

Portanto, concordando com essa reflexão, percebe-se que o espaço produzido dentro da sociedade capitalista, se encontra intensamente hierarquizado. Citamos a divisão em classes, raça, etnicidade e gênero, bem como divisão social e sexual do trabalho, o que configura a sua diferenciação política, dinâmica e multifacetada. De acordo com Reis (2015), o movimento feminista, a partir do desenvolvimento histórico geográfico, contesta a geografia hegemônica, que por sua vez é marcada por privilégios de sexo e raça.

Esse processo apresenta a relevância dos estudos feministas no campo da geografia. Na década de 1980, esses foram influenciados pela perspectiva marxista e pelo entendimento do patriarcado, vinculando as lutas de classe às desigualdades de gênero. De acordo com a autora, as geógrafas feministas dessa tendência teórica, entendiam que para compreender as relações de dominação e subordinação era preciso tratar gênero de forma intrínseca às lutas de classe. Ou seja, não há como superar as formas de exploração se não considerar capitalismo e patriarcado como um sistema estruturante da sociedade.

O patriarcado é composto por relações hierarquizadas, em que seres humanos possuem poderes desiguais. Ressaltamos que o racismo precisa ser considerado como mais um elemento dessa estrutura, pelas desigualdades nas relações de raça/etnia. A posição das mesmas é contrária às ideias da universalidade do saber geográfico. Era necessário estabelecer novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos repudiados pelo conhecimento hegemônico.

Joseli Maria Silva e Márcio José Ornat indicam que, “já nos anos oitenta há artigos envolvendo geografia e mulheres, como os trabalhos de Silva (1984) e Dantas (1987), cujas temáticas estavam voltadas para a análise do trabalho feminino na produção rural” (Silva; Ornat, 2020, p. 5). Período esse no qual o MMC começa a ser construído nos mais diferentes estados, conforme veremos na próxima subseção.

Outra autora, Rosa Ester Rossini (1993), também reflete sobre geografia e gênero a partir da análise da mulher, como força de trabalho no campo. Rossini salienta que o conceito de gênero ainda é um tema pouco explorado na geografia, porque a mulher não se constitui em categoria de análise nesta área. “O objeto de geografia é, em primeiro lugar, o espaço” (Rossini, 1993, p. 1). Segundo a autora, a mulher, através do seu trabalho, produz e reproduz o espaço.

Não podemos esquecer também que, as mulheres, ao longo da história, fazem parte dos processos de transformação. Nos anos de 1970 e 1980, elas têm contribuído e protagonizado diversos momentos de luta durante o período de reabertura política e democrática, em diversos

países da América Latina, como indicam Silva e Ornat,

> A organização feminina, foi marcante nos processos de democratização dos países latino-americanos notadamente nos finais dos anos setenta e oitenta, trazendo a luta por direitos sexuais, civis, políticos, econômicos, jurídicos. O tradicional desprezo pela produção das geografias feministas produzidas há mais de quarenta anos e o silenciamento em torno dos privilégios de gênero nas abordagens espaciais por parte das correntes hegemônicas da geografia latino-americana acabou sendo impossível de ser mantido frente a explícita e material geograficidade das mulheres nesses últimos anos. O campo científico da geografia na América Latina foi paulatinamente sendo permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, bem como o surgimento de jovens pesquisadores(as) no Equador, Colômbia e Chile (Silva; Onorat, 2020, p. 3).

Identificamos que o feminismo tem um papel importante no reconhecimento da base geográfica da vida social, a qual não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõem a luta feminista, é possível compreender as relações sociais e de poder, estabelecidas na forma de organização do espaço. De acordo com Reis, o feminismo na Geografia permite aprender "a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais" (2015, p. 20).

Para a autora, a categoria gênero, com enfoque no feminismo, tem sido importante para identificar "as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação" (2015, p. 20). Ao analisarmos o espaço geográfico a partir de uma perspectiva de gênero e das relações, é possível viabilizar imenso progresso na diversificação do objeto de estudo da ciência geográfica. De acordo com a autora Helena Copetti Callai,

> A geografia propõe a leitura da realidade através daquilo que é específico do seu trabalho, que é o espaço construído. Um espaço territorializado que faz parte da vida das pessoas, que é por ela construído, através da sua ação, mas também considerando a sua passividade, a sua não-ação. O espaço é o palco que serve de sustentáculo para as ações, mas ao mesmo tempo ele interfere, possibilitando, impedindo ou facilitando estas ações. O espaço é um território vivo (Callai, 2004, p. 4).

É nessa perspectiva do espaço como um território vivo que pretendemos seguir, ou seja, realizar um diálogo entre a produção do espaço geográfico a partir dos territórios de luta e resistência feminista construídas pelas camponesas organizadas no MMC e como estas compreendem o território. Portanto, parece importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, as contradições e disputas que se apresentam e ao mesmo tempo identificar a resistência organizada no campo.

2.2 Território, contradições e disputas: resistência organizada pelo MMC

O território se forma no espaço, resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõem. Conforme vimos na subseção anterior, essas ações são permeadas pelas relações sociais de poder, que através de sua diversidade, permitem a criação de vários tipos de territórios. Para Fernandes (2005), os territórios

> são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial, (Fernandes, 2005, p. 28).

De acordo com o referido autor, "a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos" (2005, p. 28). Entende-se, portanto, que na geografia o território é considerado uma totalidade, sendo então multidimensional. O mesmo, ao ser reproduzido e materializado pelas relações sociais, produz espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

Diante dessa constatação, nos perguntamos: seria o Movimento de Mulheres Camponesas um território? Como a luta e resistência feminista pode contribuir para a construção de territórios (i)materiais? Para responder essas questões é importante recorrer a Fernandes (2005), quando afirma que o espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações, ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados).

Pelos estudos e leituras realizadas e de acordo com Fernandes (2005), esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido *lato*, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs).

Para o autor, os movimentos socioterritoriais, têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, criando seus próprios espaços e territórios através das relações sociais ao tratar dos seus interesses.

Compreendemos, então, o movimento social como um território que está baseado em

relações sociais, portanto, são (i)materiais (Vinha, 2014). A materialidade se concretiza na conquista pela terra, como um território fixo, por exemplo. A imaterialidade se constitui no projeto de sociedade que se almeja construir, por meio do pensamento, do conhecimento e da práxis[10] (teoria/prática/teoria). Portanto, é preciso compreender que, ao realizar as ações para transformação da realidade, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais agem a partir dos espaços e dos territórios, indissociando elementos materiais e imateriais.

Fernandes (2005) enfatiza que é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência o espaço, o território e o lugar, produzidos por suas ações por meio das relações sociais. Com essa compreensão, buscamos olhar para o MMC e identificar quais são os territórios produzidos pelas mulheres camponesas organizadas. Para isso, recorremos à pesquisa bibliográfica e documental realizada.

Para compreender o território que nos cerca, tanto Heleieth Saffioti (2013) como Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020), chamam atenção para a necessidade de ler a realidade e, nela, a luta das mulheres, considerando as categorias de classe, gênero e raça. Michela Katiuscia Calaça possibilita compreender e apontar elementos a respeito da sociedade que vivemos,

> Partimos da compreensão de que vivemos na modernidade política: sociedade que se construiu a partir de um processo longo de transformações filosóficas, culturais e econômicas. É na construção da modernidade que ocorre a brutal acumulação primitiva (Marx, 2011; Federici, 2017) que sustentou a consolidação da hegemonia burguesa, com a implantação do capitalismo. Mas, modernidade não pode ser sinônimo de capitalismo, pois ela se constrói articulando três sistemas de exploração do trabalho que se alimentam e se complementam, formando aquilo que se denominam de racionalidade moderna. São eles: a expropriação massiva dos meios de produção (terra); a exploração do trabalho das pessoas que não detém os meios de produção, pelos que as detém; a exploração do trabalho das mulheres e sua desvalorização, com a imposição de que seja realizado gratuitamente em nome de uma suposta diferença baseada na natureza (Federici, 2019a), a partir da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009); e a exploração do trabalho de pessoas não brancas que são inferiorizadas, seja sob o discurso da 'necessidade de civilizar' os não 'civilizados', seja sob a construção da desumanização de uma grande parte da humanidade, no intuito de escravizá-las (Calaça, 2021, p. 40–41).

Nessa constatação de Calaça (2021), percebemos o quanto essa sociedade que é capitalista, patriarcal e racista oprime, explora e discrimina a classe trabalhadora, em especial as mulheres, e de forma muito mais cruel, as mulheres negras. As mulheres camponesas organizadas, ao construírem a luta de resistência feminista, buscam compreender e considerar

[10] Para um maior aprofundamento sobre a Práxis, sugerimos a obra de Adolfo Sánchez-Vázquez (1980).

as relações de poder existentes na sociedade, o que as leva a entender que é preciso trazer presente as opressões desse sistema. Sirlei A. K. Gaspareto, (2017, p. 198) afirma que, "é preciso analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que em cada espaço-tempo orientam e dão sentido à vida no território".

Para as mulheres camponesas, não é possível construir a libertação das mesmas sem olhar para a complexidade das relações que estão presentes em cada local. É a partir dessa visão que ao recorrer às escritas de militantes do MMC, percebemos que constroem sua resistência e fundamentam seus territórios através do tripé: organização, formação e lutas, e desta forma se constituem em um movimento socioterritorial. Renata Gadelha defende que,

> O MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios (terra, política, conhecimento, corpo etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc. (Gadelha, 2021, p. 4).

Para o MMC, compreender melhor o espaço relacional e os fundamentos do sistema capitalista, patriarcal e racista que impõem relações de poder, permite potencializar a luta por direitos. O avanço nas políticas públicas, a construção de novas relações e o fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica, traz presente o Paradigma da Questão Agrária. De acordo com Fernandes (2001), o PQA é uma visão de mundo que acredita que os resultados de um conjunto de problemas são gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, em particular.

Janaina F. de S. C. Vinha (2021), aponta que na Geografia Agrária defende-se que o debate científico é um debate político-ideológico, partindo de dois paradigmas que enxergam o desenvolvimento do campo de formas distintas: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA)" (Vinha, 2021). De acordo com a autora,

> O PCA compreende que o modelo de desenvolvimento do campo depende da integração ao sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. As desigualdades ocasionadas pelo sistema são conjunturais e devem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a 'integração' do 'agricultor familiar' ao mercado capitalista. O PCA possui duas tendências: da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao capital, e do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-o como categoria deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social (Vinha, 2021, p. 77).

Ainda com relação ao PCA, a autora aponta que

> O método do PCA alicerça-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. O camponês possui cultura e economia incompleta e parcial, impossibilitando sua participação em mercados completos gerados pela economia capitalista. O futuro do camponês está na sua transformação em agricultor familiar. Abordagem econômica ganha centralidade, e o mercado é o elemento de compreensão das relações sociais, com forte destaque para a produção de mercadoria. O camponês dá lugar a um novo sujeito social, os agricultores familiares, produtores modernos, altamente tecnificados e integrados ao mercado (Vinha, 2021, p. 77).

Por outro lado, no PQA não se nega a participação no mercado, mas de acordo com a referida autora,

> defende-se que ela se faça concomitante a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária. A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Esse paradigma possui duas tendências: da proletarização, que enfatiza as relações entre capital e trabalho, e do campesinato, que preconiza as relações sociais camponesas e os processos de luta e enfrentamento ao capital. Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/ socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações (Vinha, 2021, p. 77).

As autoras Iridiani Gracieli Seibert e Sandra da Rocha Rodrigues (2017) apresentam que para o capital se ampliar é fundamental aumentar o poder econômico, capitalista e imperialista. Dessa forma, para ter o controle e a concentração de todos os bens naturais contidos na terra utilizam de meios violentos para se apropriar da terra e território das populações indígenas, camponesas e negras, elementos esses que evidenciam a visão do PCA. As camponesas, ao contrário, entendem o território de forma diferente. Para elas, território é um lugar de reprodução da vida de forma plena, no qual seja possível viver em harmonia com a natureza, entendendo-o também como um espaço onde a construção de novas relações humanas é possível.

Para a autora Julciane Inês Anzilago, há um entendimento do território sob o olhar das camponesas, em contraponto ao capital, pois

> Para as monoculturas o valor é outro porque este é comercializado e recebe valor monetário, dinheiro, fazendo com que esse espaço que por algum tempo

> foi de produção de alimentos e diversidade, se coloca como território do capital. O capital se territorializa, entendendo o território como espaço de poder, homogeneiza e individualiza a produção e as relações de produção, se apropria da força de trabalho, do lucro da produção que se materializa na circulação. As mulheres camponesas rechaçam pelo fato de serem autônomas em sua produção de autoconsumo e domínio sobre o território utilizado, negando o capital, reafirmando a importância desses espaços de produção para reprodução familiar das camponesas (Anzilago, 2014, p. 65).

Nesse contexto de disputa e contraponto ao agronegócio, percebe-se que para as mulheres do campo e para o campesinato há muitos desafios. Rodrigues (2019) apresenta o campesinato como complexo e contraditório, com diversas abordagens. Para compreendê-lo, faz-se necessário, na atualidade, a construção teórica sobre as formas de organização do mesmo e as relações que se estabelecem no desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se apresenta de forma hegemônica. No entanto, encontra na reinvenção, conforme já dito acima, formas de resistência, na qual camponesas(es), trabalhadoras(es) constroem alternativas para enfrentar essa realidade.

De acordo com Gaspareto (2018, p. 72), "as experiências alternativas, às práticas inovadoras de agricultura e a agroecologia são consideradas realidades vivas de resistência e contraposição ao capitalismo", e essas experiências são ressignificadas pelas mulheres camponesas em movimento. As mesmas recorrem a aprendizados trazidos de sua infância, buscando dar novos sentidos para construir um projeto popular de agricultura camponesa feminista.

Nos desafios que se colocam, a desigualdade no acesso à terra está presente na vida das mulheres camponesas. Nos debates realizados pelo MMC, muitas relatam que para elas destinam-se um pequeno espaço para produzir a diversidade de alimentos, plantas medicinais, frutíferas, bem como a produção de pequenos animais. Camélia (2023)[11], em sua entrevista, reforça isso: "para as mulheres sobram os piores lugares na unidade de produção para produzir alimentos". Esse espaço chamado de horta, ou quintal produtivo[12] pode ser identificado como o território da práxis.

De acordo com Gaspareto (2018), "as mulheres camponesas passam a dar sentido político/formativo para a "horta" e as "sementes", a partir do programa de recuperação,

---

[11] Entrevista virtual, concedida em 16 de fevereiro de 2023, o nome fictício foi escolhido pela entrevistada.

[12] "Eles são a própria conexão entre teoria e prática. [...] estamos referindo-nos a práxis, que, no caso das mulheres camponesas, se efetiva no permanente trabalho de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, plantas e ervas medicinais, frutíferas, nativas, flores e pequenos animais. Trabalho feito e coordenada pela mulher onde se encontra grande diversidade de alimentos, saberes, conhecimentos de combinar e consorciar com arte e beleza o cultivo da biodiversidade. Ao mesmo tempo, vão estudando e qualificando-se por meio dos processos formativos permanentes" (Collet; Gaspareto, 2021, p. 6).

produção e melhoramento de sementes crioulas promovido pelo MMC em (SC). Deste pequeno território se dá a resistência e o enfrentamento ao capital que transforma tudo em mercadoria, já que as camponesas reafirmam a produção na perspectiva da agroecologia,

> Assim destacamos inicialmente algumas considerações em relação aos conceitos de território tendo em vista que este/s se constitui enquanto lugar da práxis. É um conceito que também está em disputa. É no território que interagem diferentes sujeitos e ali eles próprios fazem-se ao mesmo tempo em que vão construindo significados para suas experiências. No século XXI, elementos novos vão se colocando, na medida em que vai se construindo uma maior tomada de consciência sobre o território pelo mundo todo. Entram em cena outras concepções a partir da dimensão territorial dos processos produtivos, culturais, sociais, entre outros (Gaspareto, 2018, p. 196).

No processo de tomada de consciência, da construção de novas relações, é que as mulheres, ao enfrentar o patriarcado, também enfrentam o modelo de produção. Conforme Catiane Cinelli, "essa resistência acontece a partir da organização no Movimento de Mulheres Camponesas, a qual podemos conceber como um espaço-tempo da libertação" (Cinelli, 2012, p. 53). Segundo Gaspareto "as mulheres camponesas em movimento começaram a estudar e a discutir sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura".

Assim, partindo do "território das mulheres", foi feito o enfrentamento com projetos do capital que repercutiram no pensar/fazer em seus espaços camponeses e rurais (Gaspareto, 2018, p. 148). De acordo com Vinha, podemos afirmar que o conhecimento, o pensamento e a produção das ideias, são elementos da imaterialidade, dimensão que constituem os territórios. E estes estão intimamente conectados à realidade material, contida nos modelos de desenvolvimento para o campo. Gaspareto (2018) afirma que as múltiplas vozes, saberes e experiências das mulheres sempre coexistiram em seus territórios. Sendo assim, as camponesas constroem relações a partir da totalidade, compreendendo-se como parte de um todo.

Entendem então, o território como um espaço de disputa cotidiana na vida das mulheres, o que se apresenta também na entrevista realizada com a Anatália (2022)[13],

> Se pensar no território como um espaço, né, como, é, ali que a luta se constrói, é ali que as mulheres se constroem feministas, é ali que elas vão construindo a experiência que a gente chama de feminismo camponês popular.

De acordo com Anzilago (2014, p. 40),

> No decorrer do tempo e com as experiências implantadas na prática de luta e de resistências das camponesas, as mulheres vão construindo a resistência ao modelo do agronegócio e pelos territórios soberanos, construindo novos valores, assumidos pelas mulheres e forçando a mudança na sociedade.

[13] Entrevista concedida de forma virtual em 22 de abril de 2022. Anatália Melo Alves, militante do PCBR (lutou contra a ditadura e foi assassinada no DOPS) esse nome foi escolhido pela entrevistada.

Sob esse aspecto, o próprio território torna-se resistência camponesa "quando a sua forma-conteúdo contrapõe à forma-conteúdo do agronegócio" (Gaspareto, 2018, p. 148), e é nesse lugar que "enfrentam as amarras do patriarcado", quando defendem a vida por meio da alimentação saudável, entre outros. "São micro resistências[14]".

Percebe-se que construir as microrresistências para as mulheres organizadas em Movimento exige posicionamento firme de enfrentamento às transnacionais, "que invadem o território nacional, desterritorializando povos, culturas, saberes. No oito de março de 2006, ocorreu a ação da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro – Rio Grande do Sul" (Gaspareto, 2018, p. 149), considerada, conforme veremos mais à frente, como uma das ações mais audaciosas construída pelas mulheres camponesas em defesa de seus territórios, culturas e modos de vida.

Edcleide da Rocha Silva e Deborah Murielle Sousa Santos (2020), ao escreverem sobre as lutas camponesas, em especial as Ligas Camponesas, apresentam o território na dimensão geográfica. As autoras afirmam que o campo herda a marca das relações capitalistas, patriarcais e escravocratas e fazem referência ao poder do coronelismo, da política de cabresto, do uso da força praticadas nos engenhos e canaviais, relações que no decorrer dos tempos se redimensionaram, se refinam, se reproduzem no cotidiano e pesam sobre as mulheres.

As autoras, ao apresentarem essa compreensão, trazem a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação, da discriminação. Percebe-se que esse entendimento contribui para que no MMC sejam organizadas e protagonizadas lutas de denúncia e enfrentamentos às estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo, da floresta e das águas. Ao mesmo tempo, traçarem lutas de resistência feminista como formas de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente.

Almeida e Pereira de Jesus (2020) também refletem sobre essa concepção de sociedade e apresentam o território como espaço de viver. Apontam que a luta das mulheres se dá nessa sociedade que não só explora o trabalho, os bens naturais, as sementes, a terra, os corpos, os territórios, mas fazem deles mercadorias com objetivo de lucrar cada vez mais, o que reforça a produção da desigualdade.

As autoras Edcleide da Rocha Silva, Gabriela Maria Cota dos Santos, Glaciene Vareiro Pereira e Margarida de Oliveira dos Santos (2020), ao analisarem o território a partir dos povos

[14] As microrresistências podem ser entendidas como a possibilidade de conquistar o acesso à terra. Quando conquista o poder de planejar e decidir o que, como, para quem, quanto plantar (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 7).

originários e das mulheres, entendem a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade. Apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver bem. Afirmam que "enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, somos contra o genocídio indígena e temos estas mulheres como exemplo de luta, de resistência e de construção de uma sociedade pautada na defesa do território e da soberania alimentar, livre da repressão neoliberal, monopolizada e latifundiária" (Silva *et al.*, 2020, p. 60).

A importância da mulher camponesa, em movimento, e sua atuação no MMC, nos faz apresentar uma afirmação de Ana Ester Ceceña, quando salienta que:

> A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subeleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres, os da cor da terra, [...] de milho, de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança, onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la (Ceceña, 2008, p. 36).

Essa constatação de Ceceña nos leva a entender o território como o lugar em que a história se dá. Nesse sentido, torna-se o espaço no qual se vivencia as relações mais profundas de conexão da vida em todos os sentidos. Parece-nos ser um diferencial do Feminismo Camponês Popular no MMC, pois é nesse construir de uma sociedade transformada, a partir de novas relações entre as pessoas e de harmonia com a natureza, que as mulheres camponesas se contrapõem a sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Enfrentam o capitalismo no campo o qual enxerga os bens naturais, terra, água, minérios, fauna, flora como possibilidades de exploração e acumulação de riquezas. Compreendem que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem viver. Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios compreendem a vida como uma totalidade, imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações.

Nessa luta entendem o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições. "É assim que o território vai sendo reconfigurado. Não podemos negar que as grandes empresas transnacionais continuam invadindo os territórios" (Gaspareto, 2018, p. 201).

Concordamos com a referida autora, ao afirmar que somente um processo com capacidade de mexer e alterar as consciências, que é feito na práxis, apresenta possibilidades de transformações/mudanças. "Ele se dá na contradição. Divide pessoas, grupos, famílias.

Explicita interesses, concepções, saberes, conhecimentos, projetos de vida e de sociedade. Se efetiva na defesa do território, pois é nele que a vida se faz" (Gaspareto, 2018, p. 224).

A forma como as mulheres fazem a luta é diferente da dos homens, pois há uma outra relação de acordo com Anatália (2022),

> A gente faz todas as lutas que a vida no campo, na floresta e nas águas nos obriga a fazer né, a luta em defesa dos territórios, pelas sementes, pela agroecologia, porque acho que, que é diferente e aí talvez marcar essa coisa das lutas que as mulheres fazem muitas vezes é a forma e o conteúdo do que a gente faz, eu acho que uma mulher não luta por reforma agrária da mesma forma que o homem, por mais que ocupe a terra, aqui essa luta tem um impacto e um significado diferente na nossa vida, é quando a gente tá debatendo agroecologia, tá propondo experiências, tá é resgatando sementes, eu acho que o debate das sementes mostra muito isso, assim, não é, qualquer coisa é sempre uma luta por isso, mais o enfrentamento do machismo, mais o enfrentamento muitas vezes entre inclusive os companheiros nas relações.

O excerto apresentado acima mostra a realidade concreta das mulheres no fazer da luta, pois ao enfrentarem o capitalismo, precisam igualmente enfrentar o machismo e o racismo, pois há uma relação intrínseca na estrutura capitalista, patriarcal e racista da sociedade.

> Há uma relação dialética e necessária entre as lutas de classe, gênero e étnico racial. Se por um lado, a construção de uma sociedade socialista que somente considere o fim da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, sem eliminar as hierarquias de poder nas relações entre mulheres e homens, e as opressões étnico/raciais, será una revolução pela metade, pois a luta de classe não é suficiente para erradicar todas as formas de violência e discriminação na sociedade (Seibert, 2019, p. 152).

Nesse fazer diferente e enfrentar, o cuidado com a sementes e com a agroecologia é fazer a luta dentro da própria casa, mas também defender a identidade, a cultura, os valores, e nisso as mulheres têm uma sensibilidade maior aponta Violeta (2022)[15],

> [...] defender a nossa própria identidade das mulheres do campo, esse reconhecimento, dentre outras coisas, a nossa cultura, alguns costumes né, que tão inserido dentro da nossa cultura camponesa, o resgate também disso que tá se perdendo é, a própria questão das sementes, resgates dessas semente, é, eu vivo uma situação que aprendo muito e que eu vejo o quanto nós mulheres temos uma sensibilidade para determinadas coisas que os homens não tem, aqui em casa, a, a, minha mãe, não deixa meu pai usar o veneno para limpar o quintal e precisa defender isso aqui dentro de casa, né, é uma luta muito grande, porque por ele, ele mete veneno em tudo e não tá nem aí, e ela diz não, aqui você não vai colocar veneno, então é só um exemplo, né, de como a gente tá o tempo todo né, construindo as nossas ações dentro dos nossos espaços né, começando dentro da própria casa.

Os aspectos apresentados trazem elementos de como as mulheres se compreendem

[15] Entrevista concedida de forma virtual em 30 de abril de 2022. Nome fictício escolhido pela entrevistada.

nessa sociedade. Destacamos o "fazer-se da consciência pela luta nos processos formativos, organizativos que possibilitam essa mulher camponesa pensar sobre si, o meio, as relações de poder. Esse transformar nos espaços do território vai resultando e sendo evidenciado em mudanças que passam por outras compreensões de sociedade, na medida em que vão construindo suas bandeiras de resistência feminista camponesa popular e vão desconstruindo concepções, olhares e práticas.

As mesmas, de forma organizada, pautam a luta por direitos, por emancipação, pelo enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação. Constroem, elaboram e defendem políticas públicas que permitam fortalecer cada vez mais o projeto popular de agricultura camponesa agroecológico feminista. Esse projeto é pautado na defesa das sementes, da água, da sociobiodiversidade, ou seja, a defesa do ambiente como um todo, territórios das mulheres camponesas, pois tudo isso diz respeito a suas/nossas vidas. Pela condição de gênero, se revelam outras preocupações, reverberando na construção de territórios (i)materiais que congregam saberes e práticas assentados em preceitos feministas e agroecológicos na luta por uma sociedade mais digna e justa.

Compreendemos, portanto, que todas as ações construídas pelas mulheres camponesas ao longo da trajetória de 40 anos, as quais evidenciaremos na próxima seção constituem-se em territórios (i)materiais do MMC. Entre eles citamos, as marchas, abaixo-assinados, entrega de pautas, acampamentos, reuniões, entre outros que resultaram na conquista de direitos sociais. A agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e diversificados a partir dos quintais produtivos e a denúncia da problemática do agronegócio (ação na Aracruz celulose 2006), resultaram num projeto popular de agricultura camponesa agroecológico feminista.

A produção científica militante, "territórios das mulheres", o conhecimento produzido pelas mulheres do MMC é um importante tipo de território, portanto, todas as ações permitem superar a compreensão do território como uno, singular e imutável. Chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais (Vinha, 2013) que, no caso das mulheres do MMC, vêm sendo baseados no Feminismo Camponês Popular. "Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço" e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas "político-ideológicas na interpretação do espaço agrário" (Vinha, 2013, p. 5).

Na próxima seção apresentamos o contexto agrário no Brasil, evidenciando o processo histórico da organização do MMC.

3 GÊNESE DA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO MMC

> Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta (MMC, 2004).

Nesta seção trazemos alguns elementos que permitem compreender a implantação do capitalismo no Brasil, o contexto de modernização no campo, bem como a constituição do campesinato no interior dessa estrutura capitalista, patriarcal e racista. Num segundo momento, apresentamos a constituição do MMC através dos movimentos autônomos em diversos estados no Brasil no final dos anos de 1970 e início da década de 1980.

3.1 Contexto de modernização no campo

Nas palavras das autoras Isaura Isabel Conte, Mariane Denise Martins e Vanderleia Daron (2009), compreender o desenvolvimento do campo na década de 1980, exige entender o modelo de sociedade hegemônico desde a invasão portuguesa por volta de 1500. Num primeiro momento através da escravização dos povos indígenas e mais tarde da população negra, sendo implantado o germe do capitalismo como forma de extração ou de produção, fundamental para aumentar os lucros e a acumulação da classe dominante colonizadora.

> Os colonizadores trouxeram para a América Latina e Caribe o saque dos minérios, as grandes plantações para atender às demandas das metrópoles, a escravidão indígena e negra e o genocídio dos povos originários, isto é, um intenso processo de violência e exploração da natureza e de outros seres humanos que ficaram marcados na construção das sociedades latino-americanas e caribenha e, sobretudo, nas suas desigualdades sociais e regionais. Esse processo também foi marcado por movimentos de resistência ao subjugo colonial, que podem ser encontrados nas lutas sociais contra o genocídio dos povos originários, bem como, posteriormente, na luta contra a escravidão indígena e negra. Dessa maneira, podemos caracterizar a América Latina e o Caribe como um território de muitos levantes populares, indígenas e negros. Uma região de intensas lutas de homens e mulheres contra as estratégias empregadas pelos colonizadores (Calaça, 2021, p. 225).

Sendo assim, percebemos que a agricultura brasileira a partir da sua invasão teve como papel central servir de base para a produção das riquezas, centralmente a partir do trabalho escravo. Sua função sempre foi garantir matérias-primas para a elite estrangeira, e posteriormente para os capitalistas nacionais. “Serviu também, como instrumento de acesso a recursos públicos, como financiamentos, para aquisição de insumos agrícolas, máquinas e tecnologias produzidas pelos grandes complexos industriais” (Conte; Martins; Daron, 2009, p.

88).

Diante disso, percebemos que o processo de invasão impõe um modelo de agricultura concentrador de terras e riquezas nas mãos de poucos, gerando, de um lado, o latifúndio, por outro, camponeses/as pobres e sem-terra. Para chegar nesse modelo, é importante salientar que, com o término da segunda guerra mundial, houve um replanejamento na forma de desenvolvimento do capital, e a agricultura passou por uma reestruturação. De acordo com as autoras, implanta-se uma mudança na base técnica para a produção agrícola. É dessa forma que literalmente na América Latina é despejada a Revolução Verde.

De acordo com Caio Pompeia (2021), o nome Revolução Verde surge em contraposição à revolução vermelha (socialista) e à revolução branca (do xá do Irã). O que também se apresenta em Carlos Walter Porto Gonçalves,

> A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1941. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (Gonçalves, 2004, p. 8).

A revolução verde estava em andamento desde a década de 1940, com experimentos sendo feitos pela Fundação Rockefeller no México. Mirian Claúdia Lourenção Simonetti e Adriane de Sousa Camargo (2011) apresentam que essa Fundação enviou cientistas para o México em 1941, sendo financiado por um fundo de reservas de 20.000 dólares.

> Essa fundação, através do emprego de um discurso ideológico, baseado no aumento da produtividade como meio de pôr fim à fome, conseguiu aumentar significativamente seu mercado consumidor, por meio da venda de insumos agrícolas. Porém, contrariando o discurso rockefelleriano, os alimentos produzidos nos países do sul foram destinados aos países do norte. Em outras palavras, esses alimentos não foram consumidos nos países produtores, mantendo-se, desse modo, a situação de fome nessas nações (Simonetti; Camargo, 2021, p. 143).

De acordo com as autoras supracitadas, o problema da fome não se resolveu com a utilização de tecnologias, pois o aumento da fome não era um problema de produção, mas sim de acesso. Foi então que na década de 1960 a FAO lança o Programa Revolução Verde por meio da utilização de maquinários, biocidas e variedades de sementes melhoradas.

> A Revolução Verde dos anos 1960/70 trouxe consequências como a

> mecanização, o monocultivo, a quimificação e o endividamento da agricultura que representou a industrialização da agricultura após o término da Segunda Guerra Mundial, desencadeando uma verdadeira transformação nas práticas agrícolas. Porém é preciso que esclareçamos que a introdução do capitalismo no campo é muito anterior a essa modernização, portanto, o processo de modernização começa muito antes, pois, como afirma KAGEYAMA, 'o longo período de decomposição do complexo rural inicia-se, pois em 1850 com a Lei de Terras' (Kageyama, 1996, p. 117, *apud* Conte; Martins; Daron, 2009, p. 89).

Todo esse processo de modernização não resolve o problema inicial, a fome, pelo contrário a mesma cresceu, além da fome a implantação do programa "provocou a perda da terra de milhões de camponesas que, endividados por causa da dependência tecnológica criada, tiveram de ir para as áreas urbanas e serem mão-de-obra barata enquanto suas terras estavam disponíveis para as monoculturas dos grandes proprietários e das transnacionais" (Simonetti; Camargo, 2011, p. 143).

É, portanto, através das ditaduras de governos militares que em boa parte da América Latina essa reestruturação foi efetivada,

> No Brasil foram garantidas todas as condições para estruturação do capital: crédito para comprar máquinas e insumos; construção e estruturação de estradas e ferrovias; financiamentos, inclusive a fundo perdido para grandes empresas do ramo agrícola. Além disso, a criação de instituições de assistência técnica como a ASCAR/EMATER[16], que se tornou referência na 'educação' dos agricultores e incentivo à mudança na forma de produção com aparato técnico, segundo interesses do capital (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 89).

Importante ressaltar que todo esse processo de modernização populariza no Brasil nos anos de 1990 a ideia de *agronegócio*[17] e a política externa de "guerra contra a fome" dos EUA, ela poderia se alastrar com facilidade para os diversos países considerados subdesenvolvidos. Sendo assim, as corporações de insumos, processamento etc. vão adquirindo cada vez mais mercado consumidor, capital e força política.

A ideia de *agronegócio* logo se alastrou pelo mundo e sua definição meramente descritiva continua sendo utilizada até os dias de hoje como forma de mascarar a sua complexidade, suas dimensões políticas, ideológicas, dentre tantas outras.

Contudo, longe de resolver o problema da fome no Brasil e no mundo, da mesma forma como a revolução verde, o agronegócio deu continuidade ao processo de acumulação de capital nas elites agrárias do país e, sobretudo, nas corporações transnacionais vinculadas ao

---

[16] Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

[17] Segundo Pompeia (2021, p. 48), a primeira definição de agronegócio foi feita em 1955, pelo economista Davis, utilizando o termo "*agribusiness*" (agronegócio). "agribusiness refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos" (Davis, 1955, p. 5).

agronegócio, tornando a agricultura cada vez mais dependente dos complexos agroindustriais e gerando e/ou causando profundas consequências para o campesinato, em especial, na agricultura de pequena escala, ou seja, a agricultura camponesa.

A agricultura camponesa passa por uma profunda crise, conforme já mencionamos anteriormente, com famílias extremamente endividadas por causa dos altos juros dos financiamentos agrícolas. Outras inúmeras famílias sem terra, por um lado porque não possuíam, por outro, porque o pouco que tinham estava sendo tomado pelo banco, por conta das dívidas. Esse período intensificou a expansão da mecanização e uma grande concentração da terra, resultando no êxodo rural.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil, gestou contraditoriamente latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários.

> Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem também, na recusa em aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo (Oliveira, 2003, p. 114).

O termo agronegócio se popularizou no Brasil no final do século XX, a partir de sua difusão no mercado financeiro, órgãos governamentais e mídia pelas entidades patronais do setor agrário e agroindustrial: Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). De acordo com Cristiane Senhorinha Soares Campos, a sua definição era aquela meramente descritiva de processos: “conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna” (Campos, 2011, p. 104).

O foco dessa difusão era conseguir cada vez mais investimentos estatais para os diversos complexos agroindustriais no país, com apoio da população em geral. Fernandes (2001) apresenta que nenhuma agricultura se desenvolve se não tiver políticas públicas, crédito, assistência técnica, programas específicos de geração e agregação de valor à produção, entre outros. “O agronegócio no Brasil, fez com que avançasse a produção e a produtividade porque sempre se beneficiou e se beneficia de recursos públicos. Isso pode ser verificado desde a concretização da ideologia desenvolvimentista de modernização do campo” (Fernandes, 2001, p. 25).

De acordo com Oliveira (2003), a inserção cada vez maior do agronegócio no Brasil, deriva da lógica contraditória de seu papel no desenvolvimento do capitalismo mundializado.

"É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e se importa para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo" (Oliveira, 2003, p. 120).

Contudo, as pautas do agronegócio não eram apenas afirmativas para o aumento de investimentos no setor, mas também negativas, no sentido de se posicionar contra as lutas dos movimentos populares e sociais que, ao denunciarem os diferentes problemas no campo, na estrutura agrária, no trabalho escravo, da destruição ambiental etc., eram e são um empecilho para o avanço sem limites do agronegócio no país. Ou seja, evidencia-se o caráter eminentemente político do agronegócio.

A constituição do agronegócio se dá como um processo na história da agricultura capitalista, com a acumulação de capital e de tecnologia que fortificaram as relações capitalistas e o abastecimento das corporações que intensificaram a disputa territorial e ideológica. "Esta condição intensificou a territorialização e a territorialidade do agronegócio, aumentando sua agressividade com as relações camponesas, atacando suas identidades e suas territorialidades, subordinando ainda mais seus territórios" (Fernandes, 2013, p. 33).

Diante da complexidade que é o agronegócio e sua atuação nos territórios, concordamos com a definição trazida por Campos (2011), que permite que avancemos para além de um conceito meramente descritivo e que mascara os efeitos perversos do *agronegócio* nos territórios:

> O agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um lócus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais (Campos, 2011, p. 109).

Destacamos o quanto o agenciamento e poder político que o agronegócio vai adquirindo no Brasil, vai determinando a própria geografia dos lugares, com sua territorialização. A complexa articulação de capitais vai se apropriando dos espaços e condicionando a lógica de funcionamento dos mesmos: "instalação de segmentos industriais (como agroindústrias, fábricas de fertilizantes e de máquinas agrícolas), de serviços (como empresas de comercialização e armazenamento, de assistência técnica, de transporte, revenda de insumos, crédito, entre outros), e o setor de produção agropecuária propriamente dita" (Campos, 2011, p. 113).

O agronegócio vai tornando hegemônicas suas atividades e ditando o funcionamento das economias locais, controlando os fluxos (mercadorias, pessoas, informações) e as

infraestruturas que serão investidas em cada localidade. É importante destacar conforme já mencionamos acima que essa territorialização do agronegócio só ocorre devido ao forte apoio do Estado, que realiza as obras de infraestrutura de transportes, energia etc.

Esse processo contínuo de concentração fundiária vem aliado à contínua substituição do uso da terra *de produção de alimentos, para a produção de commodities*, cujo foco é a exportação. Carlos Walter Porto-Gonçalves, Luiz Jardim Wanderley, Amanda Guarniere Ribeiro, Pedro Catanzaro da Rocha Leão e Vinicius Martins da Silva (2022), a partir da análise de dados do IBGE, trouxeram uma comparação da produção agrícola no Brasil de 1988 a 2018. Segundo os autores, em 1988, a área cultivada com arroz, feijão e mandioca ocupava 24,7% da área total cultivada no país. Em 2018, decresceu para apenas 7,7%. Já a área de produção de *commodities* (sobretudo, soja, milho e cana de açúcar) era de 49,8% em 1988, passando para 78,3%, em 2018.

É importante termos em vista que, contrariamente a um discurso comum, tanto na mídia como em espaços governamentais, não é possível conciliar o agronegócio com a agricultura camponesa. O avanço do agronegócio nos territórios inviabiliza a permanência e o desenvolvimento da agricultura agroecológica. De acordo com Gadelha (2021), o impacto do avanço do agronegócio nos territórios, na vida das mulheres, nos agroecossistemas e na produção são profundos, em relação ao uso de agrotóxicos em relatos de vizinhos para sua tese de doutorado apontam crises alérgicas (no período de aplicação dos venenos); o extermínio do cultivo de uvas e outras árvores frutíferas nativas; o aumento da resistência dos insetos, doenças e capins, dificultando o controle biológico de insetos e doenças e o manejo das plantas invasoras; a contaminação de sua produção agroecológica (plantam de forma ecológica, mas colhem alimentos envenenados).

Outra problemática diz respeito às mudanças climáticas e o acesso à água: regime de chuvas desequilibrado (muita seca, ou muita chuva), levando a perdas produtivas e da agrobiodiversidade; a desertificação com as nascentes secando devido: desmatamento, cultivo de *pinus* e eucaliptos e manejo inadequado do solo (monoculturas, solo descoberto, aração etc.). Todos esses elementos indicam que não basta desenvolver o cultivo agroecológico nos agroecossistemas, pois o mesmo sofre diversas interferências do que ocorrem no ambiente como um todo. Ou seja, não basta fortalecer as unidades produtivas camponesas, é preciso parar de fomentar o agronegócio.

No campo, ainda continuamos acompanhando cotidianamente a expulsão do povo de seus territórios, o que resulta numa profunda destruição da biodiversidade e da cultura. Essa realidade é marcada por muita violência e conflitos, pois os povos resistem aos ataques e,

portanto, são vítimas da truculência do sistema capitalista. No intuito de confirmar essa afirmação recorremos a dados do relatório produzido pela Comissão Pastoral da Terra, os quais apontam que em 2020 foram registrados 1.576 ocorrências de conflitos por terra, o maior número da série histórica inaugurada em 1985, ou seja, o maior número dos últimos 35 anos, 25% superior a 2019 e 57,5% a 2018 (Comissão Pastoral da Terra, 2023).

Esse mesmo relatório apresenta que os últimos anos têm se caracterizado pela execução de uma política que deliberadamente privilegia os interesses do grande capital latifundiário e as práticas de grilagem. Destaca-se a Medida Provisória 886/2019, que tentou transferir ao Ministério da Agricultura as atribuições inerentes à reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e terras quilombolas. Tal dispositivo, mesmo já convertido na Lei nº 13.844/2021, permanece com sua eficácia suspensa por força de decisão do Supremo Tribunal Federal. Percebe-se que a intencionalidade de transferir tais atribuições a uma pasta voltada precipuamente aos interesses do agronegócio é fortalecer um modelo de agricultura que para se reproduzir causa uma grande destruição e degradação.

Ao olharmos para os dados expostos acima, compreendemos que o capitalismo provoca uma profunda transformação nas formas de produção e das relações sociais. O mesmo não se desenvolve sem apropriar-se dos bens da natureza, da força de trabalho, do conhecimento construído pelos povos ao longo da história. "O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório porque as relações capitalistas e as não capitalistas são fundamentais para a sua reprodução". Gaspareto (2018, p. 71), o que também dialoga com Rosa Luxemburgo, acrescenta que

> O capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas. [...] O capital não pode existir sem contar com os meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação, ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo (Luxemburgo, 2018, p. 116–117).

Ainda, segundo Oliveira (2010), no campo, quando a posse da terra, que é o lugar de trabalho, é retirada do camponês, ele se transforma em assalariado, o que faz dele um proletário. Ao ser expulso de sua própria terra, terá que se submeter ao trabalho em outros empreendimentos agrícolas, ou então, está destinado à migração e trabalho nas cidades,

> É por isso tudo que o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas

> pelo desenvolvimento capitalista (Oliveira, 2010, p. 7).

Percebe-se, portanto, que a luta das mulheres por terra, agroecologia, políticas públicas é condição para se (re)criar e (re)existir diante do capitalismo, que para avançar precisa da força de trabalho e dos bens naturais, que, por sua vez, encontram-se prioritariamente em lugares onde as formas de produção capitalista ainda não chegaram. Ou seja, na sua grande maioria os bens naturais encontram-se no campo, preservados pelos povos nos territórios.

Na sua imensa necessidade de acumular e gerar cada vez mais lucros, o capital, para se apropriar dos mesmos, usa de todos os meios. "Diferentemente de Marx, que afirmou que a destruição das comunidades naturais somente se dava na origem do capital, Rosa Luxemburgo, afirmou que esse processo é uma característica do capitalismo "mesmo em sua plena maturidade" (Luxemburgo, 1988, p. 28). Para Rosa, esse processo manifesta-se nas formas de apropriação e expropriação da terra, do trabalho, dos bens naturais, sendo a natureza fundamental para o desenvolvimento do mesmo.

> Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não capitalistas. [...] A acumulação do capital, porém, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido... O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas – este é o meio histórico da acumulação de capital – surge então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades.... De fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não capitalistas (Luxemburgo, 1976, p. 314).

Percebe-se, no entanto, o quanto o pensamento de Rosa segue sendo atual, oferecendo elementos para uma melhor compreensão da dinâmica histórica, a respeito da acumulação do capital. Esse sistema impõe uma forma política e econômica universal, destruindo outras formas naturais de economia. A busca pela integração ao mercado interessa ao capital, concebendo camponesas(es) como meras(os) produtoras(es) de mercadorias.

> A economia política deste paradigma contempla a integração no mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comandada pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital (Fernandes, 2005, p. 25).

É nesse processo de modernização no campo que houve um processo intenso de integração de grande parte da agricultura camponesa ao modo de produção capitalista. O objetivo era produzir mercadorias atreladas a um pacote químico, sementes híbridas, adubos e agrotóxicos, esse novo modelo visava acabar com a fome no mundo, mas conforme já dito, pelo contrário, "ela não só aumentou exponencialmente, como fez alastrar uma epidemia de miséria por todo o mundo", como expõe Sebastião Pinheiro (2005, p. 58).

Para produzir na agricultura adotou-se o pacote químico, juntamente com a mecanização a partir de maquinários pesados, como tratores e colheitadeiras. Nesse processo de integração, ao contrário do que acontece nas indústrias e empresas no campo, a família não possui condições trabalhistas, tornando-se "sócia" da empresa integradora. O produtor e sua família, além de não ter direitos trabalhistas, adquire os insumos, ou seja, os meios de produção para desenvolver sua atividade agrícola, cabendo ao mesmo arcar com todos e quaisquer prejuízos, entre eles, as intempéries climáticas.

Um exemplo que por muitos anos vivenciamos foi na produção de fumo: a empresa fornecia as sementes e insumos, depois da colheita era descontado do produto vendido, que por muitas vezes o preço da arroba não pagava o investimento. Tudo isso causava um enorme endividamento. Muitas famílias abandonaram o campo. De acordo com Cinelli (2012, p. 85), "mudanças profundas marcam o modo de vida camponesa", o que a autora reafirma também em seus estudos posteriores,

> A década de 1970 é marcada, na agricultura brasileira, por mudanças profundas no modo de vida camponês. Além dessa situação de endividamento das/os camponesas/es, as mulheres vivem em meio à cultura patriarcal, onde o homem é o 'chefe de família', o provedor e, portanto, quem toma as decisões pelo grupo familiar e social. Os seres humanos do sexo feminino, por isso, vivem numa invisibilidade quase total, num mundo em que lhes foi permitido apenas ocupar o espaço privado, ou doméstico, com a responsabilidade do cuidado da família, da casa e da alimentação, além de 'ajudar o marido'. Na revolução verde essas barreiras se fortalecem (Cinelli, 2016, p. 84).

De acordo com Horácio Martins Carvalho (2005, p. 21), "as leituras históricas da natureza e o caráter do campesinato no Brasil foram marcadas em graus de intensidade distintos, pelo determinismo econômico, seja no âmbito da explicação teórica e da pesquisa, seja no âmbito da ideologia dominante". Isso aconteceu principalmente em meados da década de 1980 pelo autoritarismo das ideias neoliberais.

Nesse contexto, compreender a origem do campesinato brasileiro é fundamental para entender a realidade atual. Recorremos a Calaça (2021), que nos apresenta que é preciso buscar

na história e trazer os elementos da colonização brasileira, que expropriou as populações indígenas que aqui existiam e usou da escravização dos povos negros, trazidos a força de outros continentes.

Além desses, pessoas de várias nacionalidades (Alemães, Italianos, Japoneses, Portugueses etc.), foram atraídos para o Brasil com a promessa de acesso à terra, o que nem sempre se efetivou. Vieram trabalhar nas fazendas para substituir a força de trabalho antes desenvolvida por pessoas escravizadas.

> Assim, diferentemente de pensarmos um campesinato de tipo ideal weberiano, que teria suas características ligadas à Europa, é preciso configurarmos um campesinato situado no Brasil. Um campesinato que já surge da violação total dos modos de vida, quando nos referimos aos indígenas, e da perda/expropriação do seu território. E se pensarmos nas pessoas escravizadas e, em certa medida, nas que migraram, a sua relação com a terra no Brasil foi sempre mediada pela exploração da força de trabalho por alguém, com a honrosa exceção de quando eles se rebelaram e construíam sua terra de liberdade: os quilombos (Calaça, 2021, p. 253).

Diante do exposto, percebe-se que a origem do campesinato se apresenta como um elemento que coloca em pauta a luta camponesa no centro da disputa política nacional. De acordo com Calaça (2021, p. 253), "a terra no Brasil historicamente foi de poucos e esses sempre tiveram o poder do Estado ao seu lado". A autora reflete ainda que a detenção do poder no país está totalmente ligada à questão da terra. "Os latifundiários e seu lado 'modernizado' – agronegócio – sempre estiveram no centro do poder político brasileiro, garantindo aos seus interesses o apoio da lei e de outras benesses do Estado" (Calaça, 2021, p. 253).

Conforme podemos identificar, o processo econômico e a violência do Estado, são fundamentos históricos da trajetória do capital. De acordo com Gaspareto (2018), o desenvolvimento contraditório e duradouro do capitalismo não se sustentaria sem a contribuição do Estado. Um elemento que conforme veremos na penúltima seção motiva a realização do Golpe em 2016 no Brasil.

Um elemento importante a ser considerado é de que o capitalismo e sua forma de se desenvolver no campo reforçou a propriedade privada da terra. Oliveira (2001) aponta que há registros históricos em relação a propriedades que concentram grandes extensões de terra,

> A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. [...] Estudos realizados revelam que se o INCRA aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O Atlas Fundiário Brasileiro, publicado pelo INCRA, indicava

> que 62,4% da área dos imóveis cadastrados foram classificadas como não produtiva e apenas 28,3% como produtiva (Oliveira, 2001, p. 187).

A desigualdade de gênero em relação à concentração fundiária no Brasil, aponta que a maior parte dos estabelecimentos é controlada por homens. Dados da OXFAM (2016) revelam que, somente em relação aos estabelecimentos com áreas menores, de 5 hectares, que as mulheres são mais frequentes que os homens.

> Eles possuem 87,32% de todos os estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. No outro extremo, as mulheres representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as mulheres são, proporcionalmente, mais frequentes do que os homens nos estabelecimentos com áreas menores de 5 hectares (OXFAM Brasil, 2016).

Ao dialogar novamente com Gaspareto (2018) percebe-se que as camponesas e camponeses, muitos sendo proprietários de terras, mesmo em pequenas extensões, ao se entenderem enquanto classe e se organizarem, lutam para se reproduzir, cumprindo a importante função de produção de alimentos. Diante do processo de modernização no campo, foram surgindo inúmeros movimentos populares, organizações e articulações de camponesas/es, os quais foram ressignificando os conceitos.

> Nesse processo organizativo, os/as trabalhadores/as foram ressignificando as lutas camponesas, buscando formas alternativas para resistirem no campo, ao mesmo tempo em que esses sujeitos foram também assumindo diferentes designações para 'camponês' e 'campesinato', concebendo-os como categoria analítica e política. Isso também serviu de base para reorientar projetos de agricultura camponesa, em contraponto ao modelo de mercado agroindustrial (Gaspareto, 2018, p. 86).

A resistência dos povos construída nos territórios com a organização dos movimentos no campo, de acordo com Fernandes (2013), permitiu espacializar a resistência camponesa,

> defendendo a soberania alimentar como uma de suas principais bandeiras, que explicita a disputa por modelos de desenvolvimento, distinguindo a produção local e regional, em parte agroecológica e orgânica da produção global de commodities predominantemente com agrotóxicos e em crescente uso de transgênicos. A questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja, além da terra, a comida e a qualidade dos alimentos reforça os elementos dos problemas agrários (Fernandes, 2013, p. 30–31).

É nesse contexto do desenvolvimento contraditório do capitalismo que nos anos de 1970 e 1980, influenciada pelas reflexões que lideranças da Igreja Católica e Luterana traziam, as propostas do Concílio Vaticano II (1964) eram estabelecidas a partir de uma leitura latino-

americana nas conferências que ocorreram em Medellin, na Colômbia em 1968, e em Puebla, no México, em 1979. Os debates ocorridos vieram a sustentar a Teologia da Libertação, que interpretava a realidade a partir da Bíblia, Cinelli (2016), Gaspareto (2018), Zenaide Collet (2021), Seibert (2019). A Teologia e a Filosofia da Libertação, junto com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, formam uma tríade do pensamento e teoria emancipacionista e de transformação na América Latina. Contribuíram amplamente para a organização, mobilização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, Seibert, 2019).

> No campo, tanto as CEBs, a CPT e as igrejas luteranas foram promotoras a partir dos estudos bíblicos, de ampla participação feminina, de grupos de mulheres que se envolvem nas reflexões e discussões críticas da sua realidade política, social e econômica. Nestes espaços se desenvolve a formação da consciência e da militância política das mulheres, onde entendem sua condição de pobres e oprimidas, que pertencem a classe trabalhadora (Seibert, 2019, p. 28).

Até então, a situação das mulheres camponesas era de invisibilidade quase total, segundo Conte (2011). Como já mencionamos acima, as mudanças na agricultura impactaram decisivamente o modo de vida camponês. O incentivo do Estado à modernização conservadora baseada nos ditames da Revolução Verde, deixava parcela expressiva dos camponeses e camponesas ainda mais pobres e extremamente endividados e sem nenhum amparo do Estado – ainda que outros tenham se adaptado ao processo de integração à agroindústria.

> O Programa da Revolução Verde no oeste catarinense foi responsável por provocar crises, entre elas a crise na suinocultura que era, para muitos agricultores e agricultoras, a principal fonte de renda. A situação se agravou com a chamada 'peste suína africana', ocorreu a expansão dos frigoríficos e o modelo de produção integrada. 'Essas empresas trabalham na forma de 'produção integrada', isto é, fornecem insumos e assistência técnica ao produtor e compram toda a produção' (PAULILO, 1996, p. 113). Essas questões eram temas de debates não só no interior dos grupos de reflexão, mas também nas comunidades que têm sua expressão nas mobilizações e concentrações do povo caracterizando-se atos de manifestação popular de denúncia e luta por direitos (Gaspareto, Collet, 2021, p. 579).

Eu, Noeli, lembro bem aos meus 7, 8 anos de idade, em 1988, quando na terra do meu avô eram feitos experimentos de vários tipos de sementes de milho. Lembro de ver meu avô e meu tio passando veneno, do trator que era uma novidade na comunidade e do endividamento. E por fim com muita dor no coração ver meu avô falecer, vítima de um câncer fulminante em 2004, aos 69 anos. O referido depoimento retrata o que esse modelo foi produzindo, a partir da experiência concreta dessa pesquisadora militante. Além disso, minha mãe Madalena, relata que nos anos de 1975, iam para várias manifestações em frente às agências bancárias. As

reivindicações eram contra o endividamento. 'Nas manifestações levavam os pequenos animais, principalmente os suínos, para protestar'.

Relatos parecidos encontramos nos estudos de Gaspareto e Collet (2021, p. 579). 'No dia 15 de outubro de 1980, em Chapecó, no Estádio Índio Condá, aconteceu uma grande concentração reunindo aproximadamente 20 mil pessoas'. Segundo as autoras, as 20 mil pessoas percorreram a avenida com faixas e cartazes denunciando o governo, o Ministério da Agricultura, agroindústrias da região, bem como técnicos veterinários e agrônomos que estavam a serviço do capital.

Diante do exposto, a necessidade de se reinventar e construir a resistência das populações no campo é intensa. O contexto da agricultura, somada à cultura patriarcal e racista, causa fortes efeitos perversos na vida das mulheres. Para além da luta pela reabertura democrática no país, a luta pela terra, a necessidade de oposição sindical e a permanência no campo era construída. Foi então que diversos movimentos, partidos políticos e centrais sindicais foram construídos, entre eles, destacamos o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), entre outros. A seguir, apresentamos a constituição do Movimento de Mulheres Camponesas por décadas.

3.2 MMC: uma construção das camponesas no território brasileiro

Nesta seção apresentaremos alguns aspectos da história do Movimento de Mulheres Camponesas. Uma história ampla, plural, complexa que se inicia no final dos anos de 1970, início dos anos de 1980. Centralmente aqui no Brasil, vivenciamos um período de ascensão da luta de massa [18] Nesse processo de redemocratização e abertura política, conforme já mencionamos, nascem centenas de movimentos populares do campo, urbanos, sindicais, estudantis, de mulheres e partidos políticos de base (MMC, 2018; Seibert, 2019). O que permitirá compreender a necessidade da organização autônoma das mulheres, fortemente marcada pelos efeitos perversos e adversos do sistema, conforme já mencionamos anteriormente. Abordar a missão, objetivos e as articulações com organizações feministas e organizações da classe trabalhadora de modo geral. Bem como, apresentar a espacialização, espaços e territórios construídos em nível local, nacional e internacional pelo Movimento de

[18] De acordo com Rosa Luxemburgo a luta ou a greve de massas é uma forma universal de luta das classes operárias, ou seja, da classe trabalhadora.

Mulheres Camponesas.

3.2.1 Década de 1980: no caminhar a organização floresce

No campo, segundo Gaspareto, Collet (2021), as consequências do modelo de agricultura, traziam sérias consequências para agricultores (as). Entre elas, mencionamos o endividamento bancário, êxodo rural, falta de terras, queda do preço dos produtos agrícolas, intoxicação por agrotóxicos e o descaso do governo com relação aos direitos do povo. Em nossa pesquisa encontramos diversas formas de registros. Elaine Tavares assim relata: "Era o Dia do Agricultor, 25 de julho de 1981. Encolhidos por causa do frio, lideranças rurais, padres e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, discutiam no salão paroquial da igrejinha do distrito de Nova Itaberaba, Chapecó" (Tavares, 1992, p. 5).

De acordo com Elaine Tavares, eles traçaram estratégias para conquistar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. Um sindicato que estava na mão dos "pelegos". Nessa reunião estavam presentes algumas mulheres "naquela hora, mal sabiam que estava se gestando ali o Movimento de Mulheres Agricultoras de SC" (1992, p. 05).

> Depois de muito falatório dos homens, uma das mulheres levantou a questão da sindicalização das trabalhadoras rurais. Elas participavam da produção, eram trabalhadoras, tinham direito à participação no sindicato. Decidiu-se então que o direito de sindicalização da mulher seria uma das bandeiras de luta da chapa de oposição. Foi o que bastou para as camponesas se colocarem em luta. Logo começaram as reuniões nas comunidades e as mulheres passaram a discutir a sindicalização. Era o começo de um novo tempo no campo, onde a mulher poderia assumir o papel principal, deixando de ser sempre a sombra do marido, a dona de casa (Tavares, 1992, p. 5).

A Figura 1[19], demonstra a participação das mulheres nas inúmeras reuniões que foram sendo feitas naquele período.

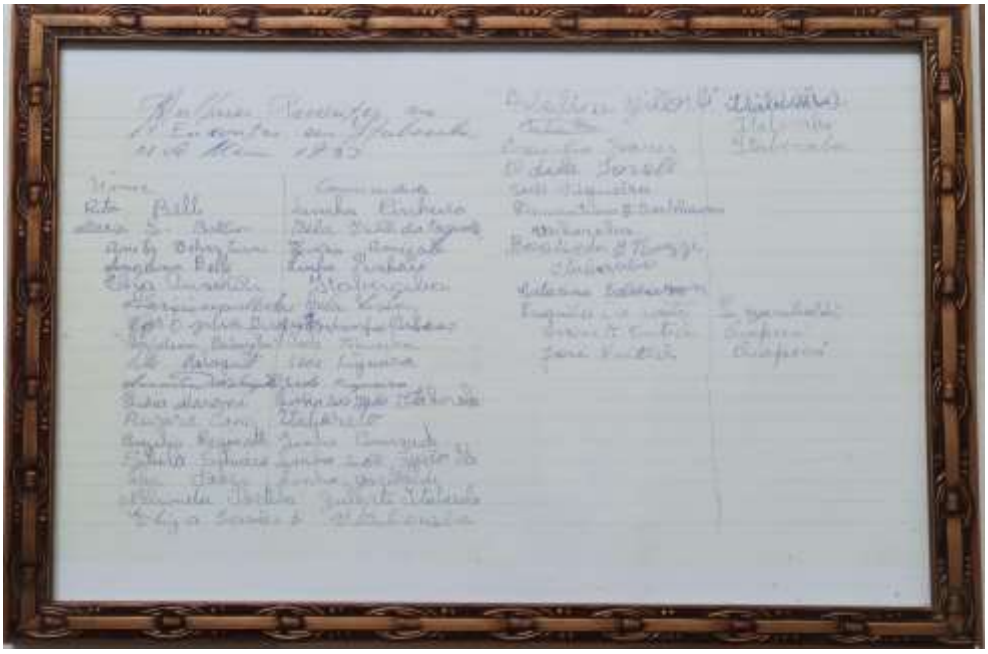
[19] A seleção das imagens foi realizada no acervo do Movimento, bem como nas redes sociais, as mesmas têm por objetivo ilustrar momentos importantes da constituição, organização, formação e lutas promovidas pelo MMC.

Figura 1 – Realização de reuniões sindicais na década de 1980

Fonte: Acervo MMC/SC, década provável [1980].

Todo esse processo vai organizar as camponesas em Santa Catarina. Nos arquivos do Movimento encontra-se uma lista de presença com a data de 1º de maio de 1983, no município de Nova Itaberaba, na época pertencente a Chapecó (Figura 2).

Figura 2 – Lista de presença - Mulheres presentes no 1º Encontro em Nova Itaberaba/SC



Fonte: Acervo MMC/SC (1983).

Concomitantemente, as mulheres debatiam sobre sua realidade de trabalhadoras pobres,

oprimidas e com direitos negados também em outros estados. Cinelli (2016) apresenta, em sua tese de doutorado um depoimento de militante do MMC na Bahia, se referindo a 1982 como um período de realização de reuniões, na qual ressalta a luta pela participação sindical, por saúde e direitos das mulheres camponesas e contra a grilagem de terras, conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 – Nina/BA na luta pela participação política da mulher na sociedade

Fonte: Acervo MMC/BA, década provável [1980].

Segundo Cinelli (2016) esses seriam possivelmente os primeiros encontros que dão vida às mais diversas organizações no Brasil e que depois se consolidam no Movimento de Mulheres Camponesas em 2004. Partindo desses registros, o MMC está chegando no ano de 2023 aos seus 40 anos de história, lutas, organização, formação e conquistas.

Conforme veremos, os Movimentos autônomos foram sendo construídos ao longo da década de 1980, porém, poucos eram os registros organizados nos estados. A partir de um longo processo de estudos e pesquisas sobre a constituição do MMC nos estados e retomados na reunião da Coordenação Nacional ocorrida nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2022 em Luziânia/GO, se definiu a data de 01 de maio de 1983 como o início da organização autônoma das mulheres no campo, tornando o ano de 1983 como o que representa o marco de nascimento do MMC, tem como simbologia a Lista de presença (Figura 3) com data e assinatura das mulheres participantes. Contaremos essa história a partir de documentos e elaborações do MMC, postagens nas redes sociais, bem como dissertações, teses, artigos de pesquisas realizadas por militantes do Movimento.

Figura 4 – Mulheres reunidas e estudando na década de 1980

Fonte: Acervo MMC/SC [1984].

A Figura 4 é significativa, pois nela percebe-se que as camponesas, mesmo com pouca escolaridade, estudavam e anotavam as discussões que estavam sendo feitas. Diante da realidade, motivadas por pessoas ligadas à igreja, como já mencionamos acima, "no processo de reflexão sobre o papel dos sindicatos e da importância da luta sindical mais radical e de oposição ao governo, constitui-se a chamada oposição sindical ou o novo sindicalismo, tanto no meio urbano como no meio rural" (Seibert, 2019, p. 28).

No Oeste catarinense, com o apoio do Bispo Dom José Gomes, organizou-se uma chapa de oposição sindical no meio rural, com efetiva participação das mulheres.

> Conta-nos Maria Bottin que, no ano seguinte, em 1981, aconteceu em Nova Itaberaba uma reunião *'com representante do clero que era o padre Pedro Ivo Oro, Bispo Dom José Gomes, José Fritsch, representando a juventude, equipe de base, lideranças da comunidade e lideranças rurais. Então Dom José, com toda a sabedoria, marcou assim, registrou uma presença máxima de mulheres'* (Gaspareto; Collet, 2021, p. 560, grifo das autoras).

Segundo Gaspareto e Collet (2021), o objetivo dessa reunião era organizar os agricultores para conquistarem a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. Nessa reunião, as mulheres perceberam que não eram legalmente associadas ao sindicato. Indignadas e motivadas, as mulheres de Itaberaba levaram então a questão da sindicalização para todas as comunidades de Chapecó. A chapa de oposição na qual as mesmas estavam articuladas venceu as eleições e a nova direção tomou posse em fevereiro de 1982.

Percebe-se que a luta pela oposição sindical e a luta pela sindicalização da mulher

ganhou visibilidade. Nos arquivos do MMC também se encontram anotações daquele período e que demonstram a participação das mulheres:

> As mulheres agricultoras participaram com muita garra das oposições sindicais, onde desempenhavam diversas atividades desde fazer o chimarrão e comida para as reuniões onde os homens discutiam, até indo para as comunidades junto com os companheiros para fazer o trabalho de base. Participavam ativamente das 'semanas sindicais' [...] trabalham intensamente na organização e eleição das oposições sindicais (Arquivo MMC, s/d, p. 1).

Esse processo vai evidenciar o envolvimento das mulheres camponesas. Importante compreender a importância dessa atuação, pois a mesma possibilitou às mulheres perceber que lhes faltava espaço nas tomadas de decisão, que seu papel ainda ficava no "servir", "ajudar". Com esse entendimento, e a indignação perante sua condição de mulheres, as organizações autônomas começam a florescer. Nos diferentes estados do país, as camponesas vão dando passos na organização de Movimentos autônomos. De acordo com Conte (2011), a decisão de criar movimentos autônomos se dá pelo fato de as mulheres não terem espaços em estruturas mistas.

Se olharmos para a história podemos identificar que muitas mulheres, mesmo em partidos ou movimentos mistos, se desafiaram. Percebe-se que em diversos materiais do Movimento, as mulheres se questionam por que são educadas/ensinadas a servir o marido, criar filhos, obedecer, não participar dos negócios, e é exatamente nesse questionamento que o fator da autonomia se apresenta como sendo de extrema importância para a decisão de criar espaços específicos de mulheres.

Ainda, de acordo com Conte (2011), "durante as primeiras experiências de Organização, as lideranças masculinas tentavam conduzir as lutas das mulheres" (Conte, 2011, p. 89). Isso levou as mulheres a afirmar que para avançar com a luta, a autonomia nas decisões e a forma de se organizar era/é fundamental. A autonomia possibilitou às mulheres perceber e fazer a crítica de que "na política estão presentes só na campanha, nos sindicatos e movimentos populares, apenas nas concentrações das mobilizações, não temos espaço nas decisões, apenas na produção, o espaço das mulheres é secundário (no sindicato, na igreja e na produção)" (ANTR, 1986, p. 3).

Nos somamos à pergunta feita por Gaspareto e Collet (2021): seriam essas mulheres as primeiras que marcariam uma linda história que hoje podemos chamar de feminista camponesa popular? Conforme já mencionamos, a lista de presenças para o MMC é a certidão de nascimento do Movimento autônomo, que no ano de 2023 completa seus 40 anos de existência.

Os debates da primeira reunião giravam em torno das desigualdades vivenciadas pelas

mulheres. Essa reunião dá início à Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), e que após intenso debate, posteriormente, se transforma no Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) (MMA/SC; Cinelli, 2016). A Figura 5 retrata os encontros formativos realizados pelas camponesas com a contribuição da igreja católica e luterana.

Figura 5 – Reunião das camponesas com a contribuição da Teologia da Libertação, educação popular e CEBS

Fonte: Acervo MMC/SC, década provável [1980].

Ao mesmo tempo, em vários outros estados e regiões do Brasil, as mulheres camponesas se viam cada vez mais precarizadas – seja pelo empobrecimento ou pela perda da cultura. Além dessas dificuldades, viam suas opiniões e demandas serem ignoradas dentro e fora de seus grupos familiares, comunidades, igrejas, sindicatos e movimentos mistos. Assim, como resposta às suas necessidades, criaram organizações, movimentos e associações autônomas de mulheres em vários estados do Brasil.

De acordo com Seibert (2019), o estado do Paraná organizou o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), que começou sua organização no ano de 1981, com o foco na saúde da mulher e saúde natural, além dos estudos bíblicos, formação política e sindical. No Rio Grande do Sul, a Organização das Mulheres da Roça (OMR) se inicia em 1983/1984, envolvida com a retomada da luta pela terra com os assentamentos rurais. Conforme a autora, articulado junto aos demais movimentos da região sul do país, estava o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA/SP), que nasceu em 1985 na luta pela visibilidade e reconhecimento da resistência das mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos da

reforma agrária.

Na região Nordeste, de igual maneira, a organização das mulheres se deu na década de 1980. Com organizações estaduais e articuladas regionalmente, se encontravam para discutir a discriminação, sexualidade e violência contra as mulheres. No estado de Sergipe, as mulheres se organizam a partir de 1990, com o incentivo da campanha da fraternidade da época. Suas lutas eram por reconhecimento do trabalho, cidadania, libertação e pela vida, criando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe. Já na Bahia, segundo a pesquisa de Cinelli (2016), as mulheres se organizaram no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/BA). Na luta pela participação sindical, nas CEBs, na luta por saúde e direitos das mulheres camponesas, contra a grilagem de terras. A autora relata que os materiais pesquisados citam as primeiras reuniões de grupos de mulheres no ano de 1982.

Seibert (2019) apresenta que na região Sudeste, em 1986, surge a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES). As discussões se davam na luta das mulheres por direitos, lutas sindicais, luta pela terra, por moradia, emprego e reconhecimento da profissão das mulheres.

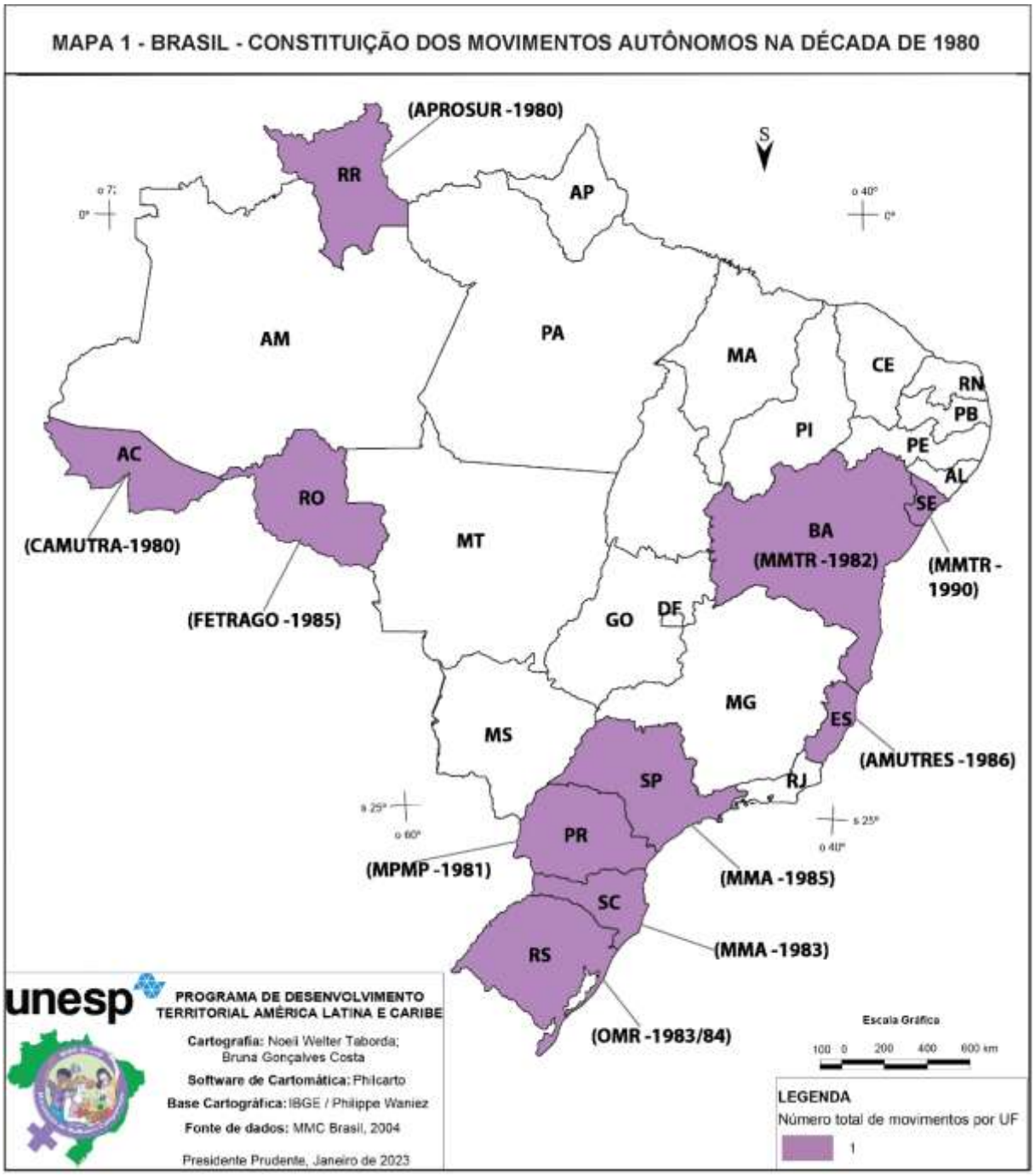
Na região Norte, no estado do Acre, o primeiro registro de tentativa de organização das mulheres aconteceu em 1980. No qual nasce o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA). A luta era contra o latifúndio e o êxodo rural causado pela concentração da terra, bem como a organização das mulheres em grupos produtivos.

Em Roraima, a organização das mulheres se iniciou na década de 1980 organizadas pela igreja em grupos de mulheres e associações como a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR). As lutas que mobilizaram as camponesas eram por saúde, educação e participação das mulheres na sociedade.

Já no estado de Rondônia, se constituiu a Comissão Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadores Agrícolas de Rondônia. A mesma se organiza desde 1985 com o foco na luta sindical, pela renovação das estruturas sindicais e pela participação das mulheres nestes espaços (ANMTR, 1997; Seibert, 2019).

O Mapa 1 ilustra a espacialização dos diferentes Movimentos de mulheres e o ano em que os primeiros passos vão sendo dados. Com pautas de lutas muito comuns.

Mapa 1 – Constituição dos Movimentos autônomos na década de 1980



Fonte: Cartografia. Noeli Welter Taborda; Bruna Gonçalvez Costa (2023)

Muitos desses grupos de mulheres foram organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, conforme explica Seibert (2019, p. 28), "promove a discussão sobre as desigualdades sociais que elas vivem em sua condição de trabalhadoras pobres". Ou seja, a organização é resultado de um processo histórico social. Os encontros, debates, estudos e as tarefas na organização e luta do Movimento constituem-se como condições concretas para a formação da consciência que leva as mulheres a descobrirem-se como sujeitos políticos deste

processo. Para Mirla Cisne,

> o salto para a consciência militante, ou seja, para a percepção da necessidade da ação política coletiva para o enfrentamento das opressões e desigualdades é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e nas tarefas do Movimento (Cisne, 2015, p. 126).

Para a organização desses movimentos autônomos de mulheres, a tomada de consciência demarca uma série de lutas e conquistas para as trabalhadoras do campo, bem como o caminho percorrido para a consolidação, em 2004, do I Movimento autônomo nacional de mulheres camponesas feministas no Brasil. A busca dessas mulheres por direitos é intensa, conforme demonstraremos a seguir.

3.2.2 A organização das mulheres camponesas na luta por direitos

A luta por direitos das mulheres, conforme apresentamos anteriormente, é marcada pela força e capacidade organizativa das camponesas. Suas ações são demarcadas por um tripé baseado na organização, formação e lutas. A organização e ampliação da base, a formação e conscientização, juntamente com as lutas realizadas pelos movimentos autônomos e articulados com a classe trabalhadora, dão vida ao Movimento.

Na luta por direitos sociais, no processo da constituinte[20], identificamos nas ações das mulheres camponesas a entrega de abaixo-assinado e documentos com pautas nos Ministérios da Previdência, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Educação. Uma delegação de mulheres do MMA/SC, bem como mulheres dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, em abril de 1986, levaram a Brasília (Figura 6) um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas.

[20] A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ou Constituição de 1988, é a atual Carta Magna do Brasil, sendo a sétima constituição do país e a sexta de sua república, bem como a última a consolidar a transição de um regime autoritário (Ditadura Militar, 1964-1985) para um democrático (Nova República, 1985-atual). Elaborada por uma Assembleia Constituinte de 559 parlamentares com diversas crenças políticas, ela não só restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas como instituiu uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de gêneros, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos (Cysne, 2022).

Figura 6 – Caravana de mulheres que foram para Brasília entregar os abaixo-assinados em 1986

Fonte: Acervo do MMC (1986)

Ao Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, o documento continha a seguinte pauta,

> Reconhecidas como Trabalhadoras Rurais, exigimos atendimento das seguintes reivindicações:
> 1ª – Aposentadoria aos 45 anos de idade para a mulher trabalhadora rural com salário mínimo integral.
> 2º - Direito ao benefício do acidente de trabalho para a mulher trabalhadora rural.
> Reivindicações Secundárias
> - Assistência médica hospitalar e dentária integral bem como exames laboratoriais gratuitos.
> - Implementação imediata do Sistema AIH válido para todo o território nacional com opção de escolha do médico.
> - Aposentadoria integral de um salário mínimo para homens trabalhadores rurais.
> - Melhores condições nos hospitais no atendimento aos pacientes.
> - Pensão as viúvas de antes da lei Pró-Rural de 1971.
> - Medicação de primeiros socorros para atender as necessidades das comunidades.
> - Proteção à maternidade – Que a mulher trabalhadora rural seja beneficiada durante o período de descanso parto, equivalente a um salário integral.
> - Que o trabalhador e a trabalhadora rural sejam beneficiados quando afastados do trabalho por mais de 15 dias por motivo de doença.
> - Auxílio natalidade para a mulher trabalhadora rural (Documento entregue ao Ministro da Previdência, 11 de abril de 1986 *apud* Gaspareto; Collet, 2021, p. 590).

Ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, foi entregue uma carta com as seguintes

reivindicações:

> - Reajuste nos preços dos produtos, salientando que os preços do leite e do porco ficaram extremamente prejudicados com o pacote.
> - Incentivo ao uso de meios naturais de recuperação do solo.
> - Que a extensão rural seja voltada para os pequenos agricultores.
> - Empréstimos em dinheiro sem juros aos pequenos agricultores.
> - Liberação de empréstimos a longo prazo para melhoramento do pequeno e médio agricultor.
> - Participação do agricultor no planejamento da política agrícola do país.
> - Que as pesquisas técnicas sejam feitas pelos brasileiros e controladas pelos brasileiros.
> - Repudiamos ainda o silêncio e a demora do governo em relação aos problemas dos pequenos agricultores com as medidas econômicas.
>
> Além destas reivindicações, específicas, manifestamos à Vossa Excelência nosso repúdio ao Projeto de Lei de mudança da previdência Social Rural elaborado recentemente por um grupo de trabalho do qual faz parte um representante deste Ministério. Tal projeto não atende aos interesses dos trabalhadores rurais (Carta entregue ao Ministro Íris Rezende, 16 de abril, 1986 *apud* Gaspareto; Collet, 2021, p. 589).

A jornada não parou por aí, pois as mulheres entregam também uma carta para o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, na qual solicitam que ele cumpra com:

> - Uma verdadeira REFORMA AGRÁRIA que beneficie todas as famílias sem-terra.
> - Que os jovens e as jovens camponesas maiores de 18 anos tenham direito ao seu pedaço de terra.
> - O assentamento imediato das famílias acampadas em S. Miguel do Oeste, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz cumprindo assim o ACORDO firmado a 03/06/85 entre Mirad, Governo do estado e Movimento Sem Terra de Santa Catarina.
> - Assentamento imediato no próprio Estado, das famílias acampadas na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul.
> - Que sejam atendidas as propostas dos agricultores de Sede Trentim, Santa Catarina, que foram atingidos pelo decreto de desapropriação que já é de vosso conhecimento.
> - Que sejam atendidos os agricultores acampados em Papanduva, Campo Marechal Hermes.
> - A construção das barragens significa para nós outra calamidade, pois deixará sem-terra milhares de famílias, por isso exigimos que seja suspensa a construção das barragens da bacia do Rio Uruguai e a imediata retirada das equipes de trabalho dos locais onde estão previstas as construções.
> - Que o MIRAD faça justiça cobrando o ITR atrasado dos grandes latifundiários e utilize esse dinheiro na execução da REFORMA AGRÁRIA.
> - A violência no campo é outra realidade que fere a família do Trabalhador Rural e nós temos claro que a violência no campo só será superada se o governo tiver a coragem de fazer uma VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA (Carta entregue ao ministro Nelson Ribeiro, 15 de abril, de 1986, *apud* Gaspareto; Collet, 2021, p. 588).

Percebe-se que o tema da educação se configura numa pauta feminista importante na

luta das mulheres. A delegação, por meio de uma carta para o Ministro da Educação Jorge Bornhausen, apresentou como pontos de pauta:

> - Ensino voltado para o meio rural.
> - Professores preparados para mostrar a importância da agricultura na sociedade brasileira.
> - Exigimos que as escolas técnicas sejam implantadas no interior.
> - Acompanhamento dos Agrônomos junto aos trabalhadores.
> - Maior apoio aos filhos de agricultores para estudo a nível superior.
> - Primeiro grau completo em todas as comunidades do interior.
> - Repudiamos o ensino atual que discrimina a mulher.
>
> Mesmo cientes de que isto já é de seu conhecimento lembramos a importância do ensino rural na formação dos futuros agricultores que terão a responsabilidade de produzir o alimento do qual tanto precisa o nosso País. Nesta ocasião estamos entregando ao Ministro da Previdência um abaixo assinado realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais de vários municípios e estados onde nos manifestamos pelo atendimento de nossas reivindicações (Carta entregue ao Ministro Jorge Bornhauser, abril, 1986 *apud* Gaspareto; Collet, 2021, p. 588, 589).

Ao compararmos essas pautas com a realidade de hoje, percebe-se o quanto as mulheres sempre foram visionárias, podendo-se destacar reivindicações como: o cuidado com o solo, a preocupação com a produção de alimentos, o debate da educação voltada para a realidade do campo, entre outras pautas apresentadas por elas. Todo esse processo de luta e mobilização, seja por direitos sociais, reconhecimento da profissão, agricultura, saúde, educação, participação política das mulheres, entre outros, motivou os Movimentos autônomos de mulheres a se articularem em nível nacional, conforme veremos a seguir.

Esses movimentos, grupos e associações, mencionados acima, entre os dias 25 e 28 de novembro de 1986, em Barueri, São Paulo, realizaram o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, com 36 participantes, vindas de 16 estados - Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (ANTR, 1986).

O encontro teve como objetivo promover a troca de experiências na forma de se organizar e fazer as ações em seus estados. Precisavam definir quem são as camponesas, debater em quais condições se encontram na sociedade e os desafios que enfrentam para fortalecer a auto-organização (Seibert, 2019). As camponesas definiram pela constituição de uma Articulação Nacional de Mulheres Rurais (ANTR). No documento final desse I Encontro, são apresentados os princípios orientadores, que são:

> 1- Organização das mulheres trabalhadoras rurais dentro do Movimento Sindical, com direção política das mulheres. 2- Lutar contra todas as formas de exploração e dominação. 3- Integrar nossas lutas específicas com todas as

> lutas da classe trabalhadora (ANTR, 1986, p. 01).

A partir da definição dos princípios orientadores, as mulheres assumem como centralidade as lutas por:

> Aposentadoria aos 45 anos para todas as trabalhadoras Rurais com salário integral; Auxílio natalidade para todas as mulheres trabalhadoras rurais; igualdade de participação e direitos entre mulheres e homens; sindicalização – reconhecimento da mulher como trabalhadora rural. Participação com pressão na constituinte; previdência social, assistência médica integral. Reforma agrária sob o controle da classe trabalhadora, fim da violência no campo e punição dos mandantes e assassinos dos trabalhadores (Articulação Nacional, s/d, p. 4-5).

Com esta centralidade, as camponesas foram intensificando o debate com a base, e junto aos movimentos populares e sindicatos ligados ao campo em 1987. A mobilização era para garantir a aprovação das emendas a respeito dos direitos das/os trabalhadoras/es do campo apresentadas no processo da constituinte. Conforme Seibert (2019),

> Naquele ano foi realizada uma caravana dos lavradores a Brasília, chamada Por Terra, Justiça e Liberdade, onde foram para a capital federal mais de 10 mil trabalhadores/as rurais, reivindicar os seus direitos na nova Constituição, com a participação das mulheres da Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR, 1997). As emendas propostas se baseavam em três itens: Reforma agrária, direitos dos trabalhadores e soberania nacional. As mulheres camponesas prestaram especial atenção ao item 'direitos fundamentais de todos os trabalhadores [...] artigo 11) Direito a Previdência Social: [...] Aposentadoria para o homem aos 30 anos de serviço e para a mulher aos 25 anos de serviço'. (COMISSÃO NACIONAL DOS RURAIS NA CONSTITUINTE, 1987, p. 03). Essa proposta previa que as mulheres rurais se aposentariam aos 45 anos de idade e os homens aos 50 anos e todos com um benefício de um salário mínimo integral, visto que até aquele momento apenas os homens se aposentavam com um benefício de meio salário mínimo (Seibert, 2019, p. 34–35).

Em 1986, aconteceram as eleições para o Legislativo Estadual, com o objetivo de eleger os constituintes. Em SC,

> É eleita a primeira mulher agricultora, Deputada Estadual Luci Choinacki, pelo Partido dos Trabalhadores. Luci, líder de base e da coordenação do Movimento de Mulheres Agricultoras desde os primeiros tempos, é uma das fundadoras desse Movimento. A eleição expressa o resultado do intenso trabalho das mulheres agricultoras neste período. Eram muitos esforços, intensos dias, idas e vindas, muitas vezes parecia sem grandes resultados. Insistências, muitos 'nãos', mas a dedicação e o empenho nunca foram em vão. Bons resultados fortalecem e animam a luta e a organização das mulheres (Gaspareto; Collet, 2021, p. 591).

Essa conquista teve um significado importante na vida das mulheres trabalhadoras do

campo, bem como na luta por direitos. Em todo esse processo de lutas e organização, a formação tem estado intrinsecamente ligada, tendo um papel importante na formação da consciência tanto nos grupos de base como em nível nacional. Conforme Seibert (2019),

> Em maio de 1988, com o lema Todo Trabalho Organizado, Conduz a Vitoria, foi realizado o II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, para a realização de formação política com os temas: 'História da formação das classes sociais, luta de classes, Estado e ideologia, Sindicato, movimentos populares e Partido' (ANTR, 1988, p. 01). Formação que permitiu avançar na auto-organização das mulheres e na formação de uma consciência de classe, onde se analisa sua realidade a partir da determinação das '[...] estruturas econômicas, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classe [...]' (GOHN, 2010, p. 41). Os princípios e formas organizativas definidos são um: movimento autônomo, de base, de massas, classista, de luta e democrático. Avançando na criação das articulações regionais de mulheres, criando a AIMTR – SUL (Articulação de Instancias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul) e a AIMTR – NORDESTE (Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) (Seibert, 2019, p. 33–34).

Conscientes de sua condição de trabalhadoras pobres, sem direitos, entendem que os espaços onde as decisões e as leis são construídas devem ser ocupados pelas mulheres. As camponesas então, motivadas pela mística dos encontros, realizaram um amplo trabalho nos anos seguintes. Em SC, um deles foi eleger a trabalhadora rural, Luci Choinacki, à deputada federal nas eleições gerais para governadores, câmara federal, senado e câmaras estaduais, de 1990 (ANMTR, 1997). Luci teve um papel fundamental nas lutas que mencionaremos a seguir.

> Após a promulgação da CF/1988, as lutas seguiram durante os anos subsequentes, pautando a regulamentação de cada direito conquistado, como: a aposentadoria na condição de segurados(as) especiais, que ocorreria apenas em 1991; o auxílio acidente de trabalho para camponeses e camponesas, que foi conquistado em 1992; e o salário maternidade, no ano de 1994. Isso nos mostra que a organização das camponesas possibilitou, em pleno processo de implementação do neoliberalismo no país, a ampliação de direitos, conquistas importantes para a emancipação das mulheres (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 9).

A conquista da Seguridade Social, Art. 194 da Constituição de 1988, é motivo de grande alegria. De acordo com Rosangela Piovizani Cordeiro (2021) a mesma está fundamentada com base nos princípios,

> a) Universalidade da cobertura e atendimento;
> b) uniformidade e equivalência dos benefícios rurais e urbanos;
> c) seletividade e distributividade na prestação de serviços;
> d) irredutibilidade no valor dos benefícios;
> e) diversidade da base de financiamento estruturada em Orçamento da Seguridade Social (autônomo);
> f) equidade na forma de participação no custeio;
> g) caráter democrático dos subsistemas da seguridade social Previdência,

Saúde e Assistência (Ipea, 2007 *apud* Cordeiro, 2021, p. 48).

Em suas discussões, o tema do Sistema Único de Saúde (SUS), estava sempre presente. Mesmo num contexto neoliberal, após amplas mobilizações e pressões dos movimentos populares, sua regulamentação ocorreu em 1990 (Seibert, 2019). Nos debates, as mulheres avaliam que SUS não funcionava como deveria. "No interior não há assistência de saúde, não há informações" (Tavares, 1992, p. 41).

A autora traz nos depoimentos as inquietações das trabalhadoras rurais, entendendo que o sistema de saúde deveria acompanhar a mulher em todo o ciclo da vida. A medicina não deveria ser só curativa, mas deveria ensinar a conhecer o corpo para prevenir problemas. O tema da sexualidade e da contracepção foi discutido em vários encontros, apresentando que os cuidados também deveriam ser de responsabilidade dos homens.

> No campo, muitas vezes a mulher tem um filho por ano porque não sabe como evitar. Abortos são feitos por curiosas, causando sérios problemas de saúde, até a morte. Quem toma comprimido compra em balcão de farmácia sem qualquer controle médico. Exames preventivos do câncer são coisas que quase não se ouve (Tavares, 1992, p. 42).

Esses debates contribuíram para, no marco da efetivação do SUS, garantir para que fossem

> incluídas políticas específicas e de atenção integral à saúde da mulher, visando superar a visão maternal infantil que predominava (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 105), se engajaram na luta pela implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e também do Programa de Saúde da Família (PSF) para o meio rural (Seibert, 2019, p. 36).

Para visualizar as principais ações dessa década, organizamos a Figura 7. Como podemos ver ao longo dessa seção, articuladas com as lutas da classe trabalhadora, as mulheres entendem que é preciso se organizar de forma autônoma, buscar direitos, emancipação, reconhecimento. Ao reunirem-se e debater a realidade constroem o entendimento de que a sociedade da forma como se apresenta não serve para as mulheres, constroem então pautas, abaixo-assinados, concentrações, organizam caravanas, dialogam com órgãos do governo federal e se articulam numa dimensão local, estadual e nacional por meio de Encontros.

A conquista dos direitos previdenciários na Constituição e a regulamentação da aposentadoria rural foi uma das maiores conquistas para as mulheres do campo, conquista essa que segue até os dias atuais beneficiando mulheres e homens. Em conversas informais com lideranças que constroem o Movimento desde a primeira década, identificamos que dar o primeiro passo, que é sair de casa, foi um grande desafio.

Figura 7 – Década de 1980 a 1990: a luta por direitos e emancipação organiza as mulheres da roça

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Foi intensa a primeira década de luta das mulheres do campo. Afirmamos, portanto, que todas essas ações se configuram em importantes territórios de luta e resistência frente ao modelo neoliberal e à sociedade capitalista, patriarcal e racista.

A seguir, apresentamos a década de 1990, que nos instiga a pensar quais seriam as ações e os principais desafios a serem enfrentados pelas camponesas.

3.2.3 Década de 1990: segue a luta por direitos e a articulação se globaliza

O ano de 1992 foi marcado por amplas mobilizações que resultaram no *impeachment* de Fernando Collor. Segundo Seibert (2019), as camponesas retomaram a luta pela regulamentação do salário maternidade. Organizam uma comissão de incidência permanente de negociação e diálogo em Brasília junto aos parlamentares no Congresso Federal e junto ao

Ministério da Previdência. Paralelo a isso, realizam amplo debate junto às bases nos municípios e estados.

> a AIMTR SUL deslocou dirigentes para outras regiões do país, tirando como estratégia a região norte e nordeste. Como resultado desta mobilização nacional, realizou-se em agosto de 1993 uma caravana a Brasília pelo Salário Maternidade, Reforma Agrária e não a Revisão Constitucional (ANMTR, 1997), com a presença de 19 estados, o que resultou na conquista, em 1994 do direito ao salário maternidade para as trabalhadoras rurais. Levando a uma equiparação de direitos entre as trabalhadoras rurais e as trabalhadoras urbanas, que já gozam deste benefício da seguridade social (Seibert, 2019, p. 39–40).

A regulamentação do salário-maternidade só ocorreu em 1994, pois o Governo Fernando Collor de Mello, com o discurso das camponesas não serem trabalhadoras, vetou o salário maternidade para as trabalhadoras rurais. As camponesas entenderam isso como uma contradição, uma vez que se aprovou a aposentadoria. “Agora a luta é mobilizar para a derrubada do veto. Essa briga já começou em 1991 com o envio de cartas e telegramas para todos os deputados e já estão programadas idas a Brasília e mobilizações a nível nacional” (Tavares, 1992, p. 41). O salário maternidade é uma proposta construída pelas trabalhadoras do campo que foi incluída no plano de Benefícios da Previdência pela deputada agricultora da bancada do PT, Luci Choinaski. “Com este salário a mulher poderia ter uma gravidez mais tranquila, e não precisaria ficar na produção até o último instante” (Tavares, 1992, p. 41).

De acordo com a referida autora, mais de quatro milhões de mulheres, entre camponesas e pescadoras artesanais, ainda não eram reconhecidas como trabalhadoras, embora trabalhassem até poucas horas antes do parto (Figura 8).

Figura 8 – Cartaz Salário Maternidade

Fonte: Acervo MMC (1992).

Estrategicamente, naquele momento, as mulheres analisam a conjuntura, priorizam e intensificam a luta para o pagamento dos benefícios já sancionados:

> as mulheres reagiram ao veto do presidente, realizando uma mobilização nacional no marco do 08 de março de 1992, com a presença de 18 estados, aproximadamente 1800 mulheres trabalhadoras rurais, em Brasília, ocuparam o Ministério da Previdência, para forjar a implementação dos benefícios aprovados e regulamentados na Câmara Federal (AIMTR-SUL, 1998). Como a conjuntura política estava desfavorável para a retirada do veto sobre o salário maternidade, então elas priorizaram a mobilização para a efetivação do pagamento dos benefícios já sancionados como a aposentadoria rural, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a nível federal, estadual e local (Seibert, 2019, p. 39).

Após avançar com a regulamentação dos direitos, as camponesas se depararam com outro grande desafio. As trabalhadoras rurais não tinham documentos pessoais, nem profissionais, o que as impedia de acessar as conquistas protagonizadas pela luta dessas valentes guerreiras. Foi então que em 1994 os Movimentos que compunham a AIMTR-SUL (MMA/SC, MMTR/RS, MPMP/PR, DETER/CUT/PR e MMTR/SP) lançam a Campanha de Documentação *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos.* Nesse período é criada

também a AIMTR – Nordeste[21], como forma de fortalecer nos estados e regiões a luta das mulheres pela vida e por direitos (Figura 9).

Figura 9 – Mobilização das mulheres na luta pela vida no Maranhão na década de 1990

Fonte: Acervo MMC Maranhão, década provável [1980].

À medida que as organizações de mulheres trabalhadoras rurais foram crescendo e se fortalecendo nos estados, foi sendo percebida a importância de se somar às lutas camponesas em nível internacional. As mulheres camponesas se articulam em nível nacional e internacional, compondo, portanto, a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo[22] (CLOC) e a La Via Campesina[23] (LVC). Sobretudo a AIMTR-Sul, da qual fazem parte alguns Movimentos que depois se unificam no MMC, participa em fevereiro de 1994 do I Congresso da CLOC na cidade de Lima, Peru uma articulação continental de movimentos de camponeses/as, indígenas e negros/as.

Na oportunidade, as mulheres presentes no Congresso realizaram uma reunião em

[21] Os estados do nordeste presentes no encontro nacional são: BA, RN, MA, PI, SE, PE, PB, CE.

[22] La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) es una instancia de articulación continental con más de 25 años de compromiso constante con la lucha social, representando a movimientos campesinos, de trabajadores y trabajadoras, indígenas y afrodescendientes de toda América Latina. También lucha por los derechos humanos, económicos, culturales, sociales y políticos de los pueblos en la defensa de la producción y vida campesina. Asumiendo la lucha de clases como un medio para lograr una sociedad democrática y plural sin explotados ni explotadores, soberana e independiente (CLOC-Vía Campesina, 2020).

[23] Movimento Camponês Internacional que está em 81 países e é composto por 182 organizações do campo (La Via Campesina, [2023]).

paralelo. Debatem sobre suas realidades dentro do contexto de opressão, exploração, violência e discriminação do sistema capitalista e neoliberal. Percebem que por dentro da própria organização era preciso fazer o debate da participação das mulheres.

As participantes (Figura 10), entre elas Sirlei A.K. Gaspareto, que representou o MMC, bem como Francisca Rodríguez, da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) do Chile, relatam em reuniões, das quais tive oportunidade de participar :"ao ver que a maioria era homens denunciamos o machismo, defendendo a paridade de participação das mulheres nos espaços da CLOC", "defendemos a importância das auto-organizações de mulheres para o fortalecimento da luta de classe e criamos a comissão de mulheres dentro da CLOC".

Figura 10 – Grupo de Mulheres que participaram do I Congresso da CLOC, junto delas Sirlei Gaspareto (a primeira da esquerda para a direita)

Fonte: Acervo pessoal de Sirlei Gaspareto (1994).

Motivadas por esse desafio, as mulheres organizadas nos movimentos autônomos, realizam encontros de diálogos com a base. Orientam-se para o acesso aos direitos, à documentação, entre outros. Ao pesquisarmos o arquivo do MMC em SC, nos deparamos com um documento chamado *TEMAS PARA O 1° CONGRESSO DO MMA – AGOSTO DE 1994.* O mesmo apresenta os debates relacionados à participação política da mulher na sociedade, no qual as mulheres entendem que precisam ocupar os espaços de decisão para enfrentar a violência, a discriminação e contribuir na construção da nova sociedade. Nesse período, as

camponesas elegeram algumas vereadoras, entre elas citamos: Justina Inês Cima, Carmen Lolato e Ilse Schneider.

Outro tema relevante é a luta de gênero e de classe. As mesmas afirmam "que a luta pelos direitos das mulheres (a luta de gênero) deve estar estrategicamente articulada com a luta da classe trabalhadora" (Arquivo MMC, 1994, p. 3). Entendem que não se pode colocar os problemas femininos como exclusividade da opressão masculina. É preciso analisar como a sociedade capitalista se estrutura, uma minoria explora uma ampla maioria, na qual as mulheres fazem parte.

O tema das políticas de saúde e saúde da mulher também tiveram destaque nesse documento. Mais uma vez as camponesas debatem o tema do aborto. No documento, os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentam que os abortos ilegais chegam a três milhões por ano, média de 8,2 por dia (Arquivo MMC, 1994).

As mulheres pobres são as mais prejudicadas, recorrem a métodos caseiros, que podem levar a graves infecções como também à morte. Para elas, "a forma de resolver o problema do aborto não é incriminando a mulher, mas criando condições dignas de vida para a classe trabalhadora" (Arquivo MMC, 1994, p. 5).

No documento, outro tema que nos chamou bastante atenção por estar relacionado a uma preocupante realidade atual é: "Reforma Agrária para combater a fome e a miséria", "democratização da terra, cidadania e combate à fome" (Arquivo MMC, 1994, p. 8). Segundo o documento, as mulheres apresentam que esse debate é um dos mais relevantes para pensar o desenvolvimento e a democratização do país. A Reforma Agrária criaria oportunidades para a permanência das trabalhadoras(es) no campo.

E vinculado ao tema das políticas públicas, aumentar a produção de alimentos é outra pauta. Esse congresso foi um marco importante, pois é nele que as camponesas afirmam a necessidade de avançar com o Movimento autônomo. Temas esses que, além de Santa Catarina, eram também debatidos nos demais estados e que, como já dissemos acima, são fundamentais para a realização do III encontro da ANMTR.

As camponesas atuavam de forma intensa em diversas frentes de luta. Como já mencionamos, a luta pelo acesso à educação pública para as mulheres do campo também era pauta dessas bravas lutadoras. Em 1994, retomam esse tema realizando diversos encontros, audiências, entre outros.

Para debater e aprofundar as estratégias de atuação, de acordo com Tereza Cruz (2013) e Carmen Lorenzoni, Iridiani Seibert e Zenaide Collet (2020) realizaram o I Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, que aconteceu de 19 a 24

de outubro de 1995, em Jundiaí/SP, no Instituto Cajamar, com a presença de 51 participantes, representando 18 Estados[24] (Cruz, 2013 *apud* Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 19). Com o lema "Mulher trabalhadora uma amante da igualdade, é preciso ter força, garra sempre" (ANMTR, 1997 *apud* Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

Nesse encontro foram socializadas as trajetórias de luta e organização, bem como a nacionalização da Campanha de Documentação *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos.* O desenvolvimento dessa campanha nos Estados se tornou muito significativo, pois proporcionou às mulheres trabalhadoras rurais o acesso aos seus documentos e, consequentemente, aos direitos previdenciários. As camponesas vão sendo protagonistas da história, conquistando a cidadania.

Nesse esforço de recuperar a história de luta das mulheres camponesas, foi constatado que já haviam sido realizados outros dois encontros nacionais. "O I de 1986 e o II em 1988, fato que este encontro de 1995 passou a ser considerado como o III Encontro Nacional" (Lorenzoni; Collet; Seibert, 2020, p. 19).

> O encontro nacional protagonizou a unidade nas lutas pela documentação, os direitos previdenciários: aposentadoria e salário maternidade; fim da violência contra a mulher; pela reforma agrária; por um novo modelo de produção e agroecologia; participação política da mulher na sociedade; saúde pública e saúde da mulher; novas relações, gênero, feminismo e nova sociedade. Deliberou também que o 8 de março seja um dia de luta, unificado com tema, material de estudo e pauta comum ligada as pautas locais e regionais (ANMTR, 1997 *apud* Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 19).

Conforme identificamos acima, temas como agroecologia e feminismo já estavam em discussão no Movimento. No encontro assumiram o compromisso de fortalecer e intensificar o debate de gênero e classe, pois entendiam que fortalecendo as ações contra o patriarcado, enfrentavam diretamente o capitalismo. Nos estados, seguem realizando ações relacionadas à organização, formação e lutas.

Em 1997, ocorreu o II Congresso da CLOC/LVC em Brasília. As mulheres sabiamente se articulam e realizam a I Assembleia Latino-Americana de Mulheres com o Lema: *Mulheres do Campo Cultivando um Mundo de Justiça e Igualdade.* A Reforma Agrária foi o debate

---

[24] Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA/SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR/RS), Articulação de Instâncias de Mulheres trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR–Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro (FETAGRO–Rondônia), Associação de Mulheres trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR–NE), Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR–SE).

central desse Congresso. As mulheres afirmaram que não estavam ali para discutir “coisas de mulheres”, pois entendiam que a opressão sobre as mulheres perpassa o todo da pauta da CLOC. Abaixo, algumas definições do Congresso que constam em sua declaração final (Anexo A)

> [...] Este Congresso nos permitiu aprofundar a análise do impacto nefasto do neoliberalismo contra a humanidade e em particular sobre mulheres e homens rurais; avançar na definição de políticas e estratégias alternativas a esse projeto de morte, definir propostas e ações para consolidar nosso processo organizacional. [...] Nosso Congresso nos permitiu reafirmar e enriquecer as propostas que apresentamos para a construção de um Projeto de Vida, que forja uma sociedade justa, equânime, democrática, onde todos se encaixem; projeto que já está se tornando realidade a partir de nossas experiências e lutas concretas. Nesse sentido, conscientes da urgência de construir relações equitativas entre homens e mulheres, nos comprometemos a adotar uma abordagem de gênero em todas as nossas orientações e práticas cotidianas, estabelecendo especificamente a participação das mulheres em 50% em todas as esferas e de forma os espaços de decisão e direção (Declaração de Brasília, 1997, tradução nossa)

A I Assembleia de Mulheres definiu também pela consolidação de uma Articulação de Mulheres. Pelo Brasil, em conversa com algumas dirigentes, Justina Inês Cima, do MMC, é escolhida uma das representantes do país na Articulação. Percebe-se que as mulheres conquistam um importante avanço com a paridade, principalmente nos espaços de decisão e direção (Figura 11).

Figura 11 – Justina Inês Cima fazendo a fala em nome das organizações do Brasil na I Assembleia Latino-Americana de Mulheres

Fonte: Acervo pessoal de Justina Inês Cima (1997).

A situação na agricultura era de muitas dificuldades, e o ano de 1997 foi marcado também por amplos debates sobre o modelo agrícola, mobilizações conjuntas com outros Movimentos foram realizadas na tentativa de negar o pacote agroquímico e as monoculturas e exigir um crédito subsidiado para a agricultura familiar. De acordo com as autoras,

> O auge dessa luta foram os dezessete dias de greve de fome, feito por um grupo de agricultores, militantes de movimentos populares, dentre as quais esteve presente uma dirigente do MMTR/RS, enquanto outras mulheres constituíam parte da coordenação e envolviam-se na negociação da mobilização (MMTR/RS, s.d.). Coincidindo com a greve de fome, acontecia a visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro e o grupo em greve ameaçava ir até o pontífice com o intuito de mostrar o descaso com a agricultura camponesa pelos governantes do Brasil, caso as reivindicações do povo na rua não fossem atendidas. O governo cedeu à pressão (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 108–109).

Greve de fome é um ato extremo de luta, e quem a faz coloca sua saúde e vida em risco. Percebe-se, portanto, o quanto a agricultura camponesa familiar estava desassistida e com falta de políticas públicas. Por outro lado, nos chamou atenção a realização do II Congresso[25] Estadual do MMA/SC, realizado em 1998. Foram momentos fortes de debate e de retomada do sonho e desejo de estudar negado a muitas mulheres. Isso desencadeou um processo, em que mulheres de todas as idades buscam diferentes formas de continuar seus estudos, ocupando espaços nas escolas, institutos e universidades.

Todas essas lutas e trabalhos realizados em nível estadual e as ações nacionais culminaram com a realização do IV Encontro Nacional. Tendo o lema: *Unidas contra o neoliberalismo por pão, justiça, igualdade*, com a participação de 70 delegadas, de 22 Estados, em 1999 pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Após cada encontro, as mulheres voltavam para seus estados ainda mais convencidas de fortalecer a organização autônoma das mulheres, pois entendiam que a libertação era/é obra da própria mulher e que precisava ser feita de forma coletiva e organizada.

Em 1999, segundo relatos de companheiras nos encontros do MMC em SC, e de acordo com Conte, Martins e Daron (2009), o Movimento participou da chamada Marcha Popular pelo Brasil, "que saiu do Rio de Janeiro no dia 26 de julho de 1999 e chegou em Brasília no dia 07 de outubro" (2009, p. 110), contando com a participação de cerca de 1.100 mulheres e homens que percorreram mais de 1.600 km do Rio de Janeiro a Brasília. Segundo Vilela (2019), "a ideia da Marcha era desencadear a importância da questão de um projeto popular para o Brasil".

Esta marcha foi organizada pela Consulta Popular, contando com a participação de

[25] Congresso Estadual do MMA/SC. *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Estudar*. Realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 1998, no Bairro CAIC município de Chapecó/SC.

diversas organizações populares, entre elas, movimentos que compõem a Via Campesina, entre eles o MMC, relatam as participantes. “Integrou, ainda, mutirões que percorreram as cidades debatendo os problemas brasileiros e ideias em torno da construção de um Projeto Popular para o Brasil” (2009, p. 110). Na ocasião de sua chegada em Brasília, realizou-se uma Assembleia das Lutadoras e Lutadores do Povo, com a participação de 5 mil pessoas, na qual aprovou-se a “Carta da Assembleia aos Lutadores do Povo” (Anexo B).

De acordo com algumas participantes da Marcha, com as quais tivemos a oportunidade de conversar, a proposta do projeto popular estava profundamente conectada com o desejo de transformar a realidade. Na carta, assumem o compromisso com a soberania, solidariedade, democracia popular, desenvolvimento e sustentabilidade.

Identificamos que os anos de 1980 e 1990 foram intensos na forma de se organizar, realizar os processos formativos e protagonizar diversas lutas. As conquistas para a classe trabalhadora, em especial as mulheres do campo, foram várias. Segundo registros da ANMTR, de 1986 a 1998, a organização teve avanços importantes.

> Compreendemos e assumimos que ‘o caminho se faz caminhando’;
> Conseguimos que as mulheres trabalhadoras rurais fossem sujeitos na luta pela garantia dos direitos na previdência;
> Unificação do 12 de agosto: Dia Nacional de Luta das Mulheres contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária;
> Implementação da Campanha de Documentação: ‘Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos’, em 26 Estados;
> Unificação do debate em torno do tema: Gênero e Classe;
> Fortalecemos a organização de base e o trabalho educativo para que as mulheres – sigam sendo o sujeito da própria história;
> Realização de grandes seminários e elaboração de materiais como: panfletos, cartazes, cartilhas, em torno de temas considerados importantes para a nossa organização;
> Integração com outros movimentos na construção de um Projeto Popular para o Brasil (Consulta Popular) (ANMTR, 2000, p. 5-6 *apud* Cordeiro, 2021, p. 34).

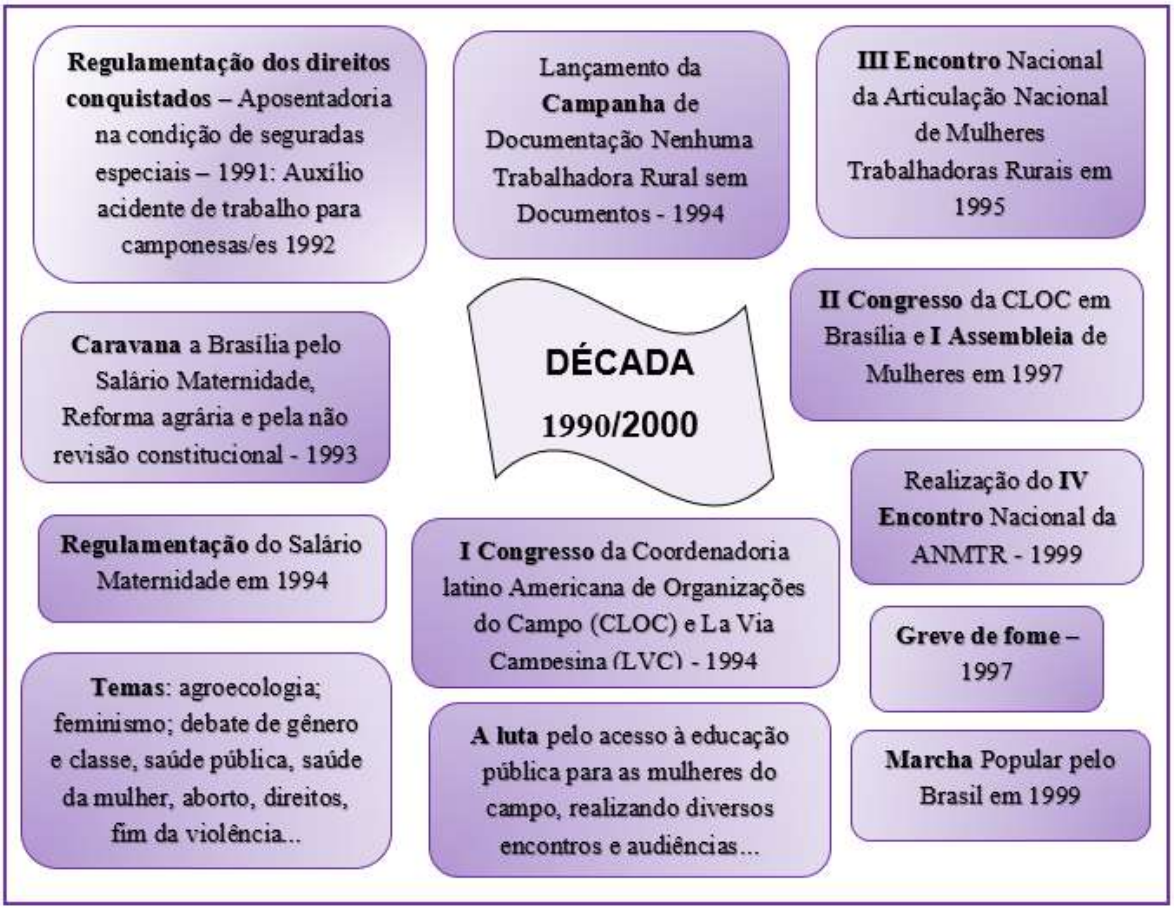
Conforme podemos ver ao decorrer dessas páginas essa década é marcada por importantes momentos de luta das mulheres (Figura 12). Destacamos a regulamentação dos direitos conquistados, o reconhecimento da profissão, o acesso à documentação, a luta por educação, políticas públicas para o campo, articulação em nível nacional. Destacamos a dimensão da espacialidade internacional de atuação das mulheres a partir da participação e construção da CLOC/LVC. O tripé que orienta as ações tem como princípio, a organização, formação e lutas, e identificamos a organização de caravanas, marchas, campanhas, negociações, reuniões, encontros, congressos e assembleias.

Percebemos que nesse período, as mulheres ampliam as pautas e temas que norteiam

suas ações, como é o caso da agroecologia, o debate de gênero e classe, o feminismo, o aborto, entre outras. Todas essas ações constroem uma territorialidade que através do processo de luta transforma a vida nos territórios das mulheres, seja na casa, no quintal, bem como nas organizações e na sociedade como um todo.

Identificamos alguns desafios enfrentados pelas camponesas entre eles, destacamos três: (1) o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, ou seja, deixaram de ser "dona de casa" ou "do lar" para agricultora; (2) o acesso à documentação com o próprio nome, no qual saíram da sombra do marido "esposa do fulano" e foram reconhecidas como um sujeito de direitos que tem nome; e (3) a busca pela paridade nos espaços de articulação mistos, a exemplo da CLOC/LVC, no qual se afirma que a luta das mulheres não é só coisas de mulheres, mas do conjunto da organização.

Figura 12 – Década 1990 a 2000: período de importantes conquistas e intensa articulação em nível internacional



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme podemos observar, a realidade no campo vai sendo transformada por meio

das ações realizadas pelas camponesas organizadas nos Movimentos autônomos. Mas, e os anos 2000, o que nos reserva essa história que já entra na marca dos 20 anos?

3.2.4 Década de 2000: no horizonte a consolidação de um movimento nacional

Os primeiros anos dessa década que inicia um novo milênio foram intensos, como veremos a seguir. Atentas ao contexto político neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, o Movimento segue se organizando. Entendem que essa forma de governar favorece a entrada do capital internacional. Capital esse que impõe às políticas de privatizações, estabelecendo acordos que seguem as ordens do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Deliberações essas que agravam as condições de trabalho, precarizam o acesso ao atendimento à saúde, moradia, educação, terra e políticas agrícolas para a classe trabalhadora. As camponesas se colocam em marcha novamente (Figura 13).

> Entre os dias 13 e 17 de março de 2000, mais de três mil mulheres do campo de todas as regiões do Brasil realizaram o primeiro acampamento nacional de mulheres trabalhadoras rurais. '[...] sinal vivo de LUTA, CORAGEM e RESISTÊNCIA dos povos brasileiros que não aguentam mais a dominação que nos foi imposta pelas elites dominantes, desde que os portugueses chegaram em 1500' (ANMTR, 2000, p. 1, grifo do autor *apud* Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 20).

Figura 13 – Caminhada realizada durante o 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Fonte: Acervo MMC (2000).

As autoras apresentam que o referido acampamento foi marcado por uma caminhada e

aconteceu articulado com mobilizações dos povos indígenas, dos sem-terra e dos pequenos agricultores(as). A reivindicação era pelo rompimento do acordo do Brasil com o FMI, bem como a suspensão do pagamento dos juros da dívida interna e externa. É um período em que as camponesas dão continuidade à luta contra a reforma da previdência. De acordo com Cordeiro (2021),

> Como resultado da luta e pressão das camponesas acampadas e pelos inúmeros abaixo assinados que chegavam a Câmara de Deputados de todo o país, o governo federal retirou da pauta o Projeto de Lei (PL) 1733/99 que tratava da reforma da previdência, que atingiria diretamente as mulheres e homens do campo (Cordeiro, 2021, p. 32).

Na defesa das sementes crioulas, pautam a luta por um Brasil livre de transgênicos e agrotóxicos e na defesa pela agricultura ecológica. Se manifestam contra a política de importação de alimentos, e defendem uma política de soberania (segurança) alimentar e proteção nacional.

> Essa articulação entre os Movimentos soma-se a luta e fazem o debate das implicações do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposto pelo presidente estadunidense durante a Cúpula das Américas. Entendem que esse Acordo era um meio de submeter o continente latino-americano e caribenho às políticas neoliberais e imperialistas. Organizam um processo de luta, estudo, organização e articulação resultando no plebiscito popular, onde a sociedade brasileira disse não ao ALCA e as políticas imperialistas (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 20).

A realização do primeiro acampamento nacional com o lema *Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil* (ANMTR, 2002, p. 1), intensificou ainda mais o debate por políticas públicas em relação à educação, saúde e previdência. Esse processo foi fortalecendo a discussão em torno da necessidade de unificar o Movimento. Diante desse cenário, as camponesas realizam muitas reuniões e encontros e preparam o planejamento estratégico.

Nesse mesmo ano acontece uma reunião na qual várias companheiras representantes dos Movimentos autônomos de diferentes estados discutem a construção do processo de unificação dos mesmos num Movimento nacional (Figura 14).

Figura 14 – Dirigentes dos Movimentos autônomos realizam reunião em Brasília para construir o processo de unificação do MMC em 2000

Fonte: Acervo pessoal de Justina Inês Cima (2000).

Amplia-se também o diálogo entre lideranças e grupos de base, em articulações com debates e mobilizações. No ano seguinte, realizou-se o segundo acampamento nos diversos estados, no período de 5 a 9 de março de 2001, com o lema: *Mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil* (ANMTR, 2002, p. 1; Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 21).

Demarcam o 08 de março como o *dia de luta e resistência das mulheres trabalhadoras,* sendo momentos fortes de mobilizações, encontros e debates.

> Assim o terceiro acampamento realizou-se de 6 a 8 de março de 2002 com o lema 'trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra construindo a nova sociedade' (ANMTR, 2002, p. 1). Já as mobilizações do 8 de março de 2003 tiveram como lema, 'mulheres trabalhadoras rurais na luta pelos direitos, construindo um projeto popular' (ANMTR, 2003, p. 1; Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 21).

As reflexões sobre as lutas de classe e as lutas específicas, exigiram uma expressiva inserção das mulheres camponesas nas regiões. Esse processo possibilitou uma dimensão nacional, latino-americana e internacional, com a perspectiva do enfrentamento ao sistema que oprime e explora os povos. O III Congresso e a II Assembleia de Mulheres da CLOC/LVC foram realizados em 2001 no México, sob o lema: *Mulheres do campo cultivando um milênio de vida, justiça e igualdade* (Anexo C).

> Essa assembleia nos permitiu, nos dois dias de trabalho, analisar o impacto dessas políticas governamentais para as mulheres rurais, possibilitou a troca de ideias, experiências e, sobretudo, a articulação de ações para o fortalecimento dessa instância organizacional, além de definindo eixos estratégicos, estratégias e mecanismos de trabalho que promovam a integração das mulheres rurais da América Latina, em igualdade de condições, nos processos de desenvolvimento e no pleno reconhecimento de nossos direitos (Declaração II Assembleia, 2001, tradução nossa).

Todo esse debate em torno da realidade camponesa, traz presente a perda da autonomia sobre as sementes. Os impactos do modelo de agricultura hegemônico levam as organizações a lançar a Campanha internacional *sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade* pela La Via Campesina,

> A Via Campesina Internacional presente na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), realizada em junho de 2002, na cidade de Roma, Itália, constatou a necessidade de construir a campanha 'sementes patrimônio da humanidade'. No Brasil, por ocasião do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre/RS, em janeiro de 2003 foi anunciada a campanha 'sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade' (Carvalho, 2003), da qual o MMC contribuiu no lançamento (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 21).

Esse processo contribuiu para o MMC criar o Programa de *Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças* em SC e o programa *Plantando Saúde* no RS. Aprofundaram o debate sobre a necessidade de um crédito especial para as mulheres, entre outros. Essas ações realizadas nos territórios contribuem para as mulheres camponesas se somarem na luta de dimensão mundial.

> O jeito feminista de tratar a saúde, implica cuidar da vida, do conjunto das relações com a realidade circundante. Relações essas que passam pela higiene, pela alimentação, pelo ar que se respira, pela terra onde se planta e se vive, pela maneira como se organiza a casa, a vida e os espaços coletivos. Passa também pela forma como cada uma se situa dentro de um determinado espaço ecológico. Esse cuidado reforça a identidade como ser de relações, buscando um equilíbrio e visando à integralidade e à totalidade do ser humano (AMTR-SUL, 2008, p. 43 *apud* Lorenzoni; Collet; Seibert, 2020, p. 22).

Os debates sobre a necessidade de consolidar os movimentos autônomos num único Movimento nacional se intensificaram desde os anos 2000. De acordo com Seibert, "todo o acúmulo da organização e lutas das mulheres camponesas desde os anos de 1980 despertam nos movimentos autônomos o debate sobre a necessidade de criar um movimento de caráter nacional, capaz de tomar suas próprias decisões e definir seus rumos" (2019, p. 55).

Os movimentos autônomos passaram por vários questionamentos dos movimentos mistos, conforme indicam Conte, Martins e Daron (2009). Para alguns dirigentes, o

entendimento era de que não havia necessidade da existência de um movimento autônomo de mulheres, visto que a discussão das mulheres estava incorporada nos setores de gênero de seus Movimentos.

> Com identidade feminista e classista e a legitimidade de quem já havia aglutinado anos de história de luta, militantes e dirigentes reafirmaram a necessidade da autonomia. Ficou explícito, no processo, que o patriarcado perpassa inclusive as organizações de esquerda. A resposta das mulheres foi de que elas superaram, há muito tempo, a 'fase' de necessitar pedir licença ou por favor: 'quem sente e sabe do que as mulheres podem e devem são elas mesmas', 'quem sente e sabe da opressão patriarcal, além da opressão do capital, deve reagir contra ambos' (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 115).

Construiu-se então um processo longo de diálogo nas bases para discutir o nome que dariam ao mesmo. Mas centralmente o porquê da escolha Movimento de Mulheres Camponesas. Realizam um curso nacional nos dias 21 a 24 de setembro de 2003, com a participação de 50 mulheres militantes/lideranças representantes de 16 estados[26]. Estudaram, analisaram, debateram e planejaram os passos para a consolidação do Movimento Nacional a partir das seguintes reflexões:

> [...] estamos construindo um Movimento único, pois esses que já existem, não contemplam totalmente nossas lutas. Deve haver um espaço onde podemos chegar num nível de igualdade maior, devido aos anos de discriminação e preconceito; a libertação das mulheres deve partir das próprias mulheres. Queremos construir o Movimento Nacional para fortalecer a luta dos trabalhadores no Brasil (MMC, 2003).

Esse ano de 2003, tem um significado especial, pelos debates que foram sendo construídos. A organização dos estados para o tão importante 08 de março que viria a seguir, mas também por ser o ano em que esta militante pesquisadora intensifica sua trajetória de luta em nível estadual. Conforme mencionamos anteriormente, até então conhecia o Movimento somente na comunidade e no município. Não dá para negar o quanto foi intenso o preparo para a ida a Brasília.

3.2.5 A afirmação de muitas histórias consolida o MMC Brasil

Nessa construção histórica, conforme viemos apresentando, as mulheres camponesas, com o objetivo de fortalecer-se enquanto coletivo que deseja transformar as relações sociais, realizou entre os dias 05 e 08 de março de 2004, o I Congresso Nacional em Brasília/DF com a participação de 1400 mulheres. Momento em que consolida o Movimento de Mulheres

[26] SC, RR, AC, AM, PA, BA, MG, MS, TO, SE, RS, AL, MA, PR, ES e RO.

Camponesas (MMC Brasil) a partir dos movimentos autônomos organizados nos estados. O marco é: *Fortalecer a luta em defesa da vida. Todos os dias*[27]!

As Figuras 15, 16 e 17, fazem parte de três momentos importantes: a primeira, o debate em plenária com discussão, aprofundamento e definição do Documento Tese. O mesmo apresenta as principais deliberações do Movimento e a consolidação do MMC. O segundo momento refere-se à marcha das mulheres camponesas, culminando ao terceiro momento, no qual as camponesas são recebidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro Movimento a ocupar esse espaço.

Figura 15 – Camponesas participantes do 1º Congresso Nacional

Fonte: Acervo MMC (2004).

[27] Foi fruto da grande caminhada de organização, enfrentamento e luta sobre as forças de morte, como os transgênicos, venenos e outras imposições do sistema capitalista, assim como do contraponto feito em forma de luta pela saúde e direitos sociais, que as mulheres camponesas efetivaram de forma organizada (Conte; Martins; Daron, 2019, p. 117).

Figura 16 – 1º Congresso Nacional - MMC

1º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil marcou a unificação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais - Brasília/DF - 2004

Fonte: Acervo MMC (2004).

Figura 17 – Luis Inácio Lula da Silva recebe as camponesas no Palácio do Planalto - 08 de março de 2004

Fonte: Acervo de Ricardo Stuckert (2004)

Os Movimentos que se unificaram no Congresso Nacional estão organizados em várias

regiões do país, o que confirma a diversidade brasileira que compõe esse Movimento. Apresentamos no Quadro 2 nominalmente cada um, com o nome, o estado e a sigla. Nossa fonte está baseada em documentos internos do Primeiro Congresso Nacional do MMC Brasil.

Quadro 1 – Movimentos autônomos que consolidam o MMC em 2004

Nome	Sigla
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES	AMUTRES/ES
Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do AC	CAMUTRA/AC
Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA	CMTR/MA
Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais de AL	CMTR/AL
Movimento de Mulheres Agricultoras em SC	MMA/SC
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS	MMTR/RS
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG	MMTR/MG
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS	MMTR/MS
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA	MMTR/BA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de SE	MMTR/SE
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB	MMTR/PB
Movimento de Trabalhadoras Rurais do RR	MMTR/RR
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA	MMTR/PA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM	MMTR/AM
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO	MMTR/TO
Organização de Mulheres Rurais do PR	OMR/PR

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Um movimento autônomo de mulheres cuja centralidade é a defesa da vida, lutando pela justiça, pela liberdade, igualdade, equidade e pela solidariedade. Por isto que o MMC considera que "a unificação dos Movimentos Autônomos de Mulheres é um passo certo e firme contra o sistema neoliberal e machista que nos explora, oprime e discrimina" (MMC, 2004, p. 1).

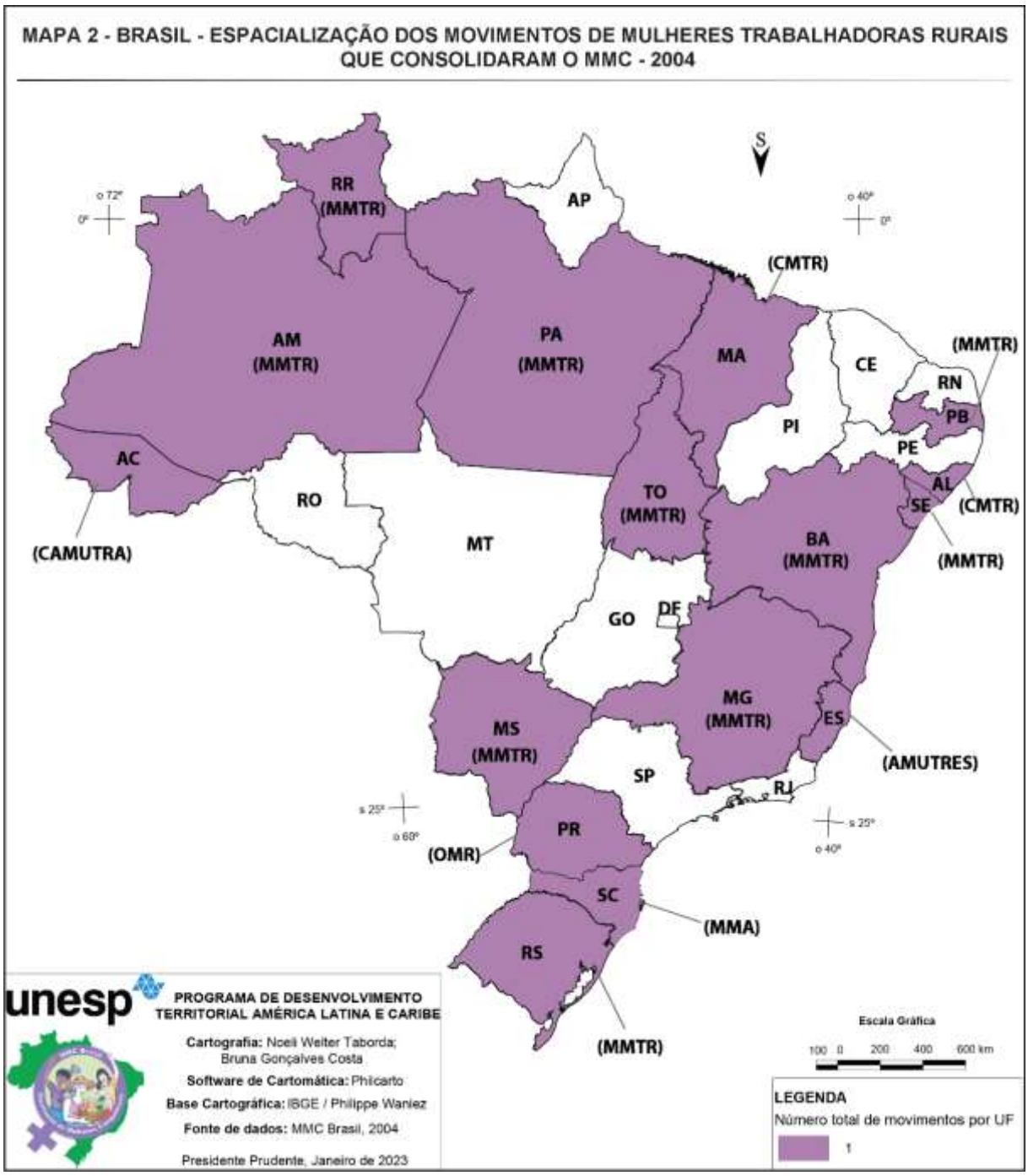
O nome foi eleito depois de um amplo debate em escalas nacional, estadual e nas bases. Como síntese desse debate, para as mesmas,

> mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima

> e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2004, p. 2).

Consideramos dar visibilidade à espacialidade desses movimentos que unificaram o MMC, por meio da elaboração do Mapa 2.

Mapa 2 – Cartografia – Espacialização dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais que consolidaram o MMC em 2004



Fonte: Noeli Welter Taborda e Bruna Gonçalvez Costa (2023).

As camponesas reafirmam a identidade de ser um Movimento camponês, pois o resgate dessa palavra é de cunho político e ideológico de luta, trazendo presente as Ligas Camponesas[28]. Um Movimento autônomo, popular e feminista, assumindo a missão de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres são protagonistas de sua história. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC, 2004).

> Missão que cria identidade e unidade ressurgindo da herança histórica das inúmeras mulheres lutadoras anônimas ou conhecidas de nossa ancestralidade, presente nas diferentes experiências entre as mulheres do campo. Deliberamos sobre os princípios de ser um Movimento autônomo, democrático, popular, de classe, de luta, construtor de relações de igualdade e socialista (MMC, 2004, p. 4).

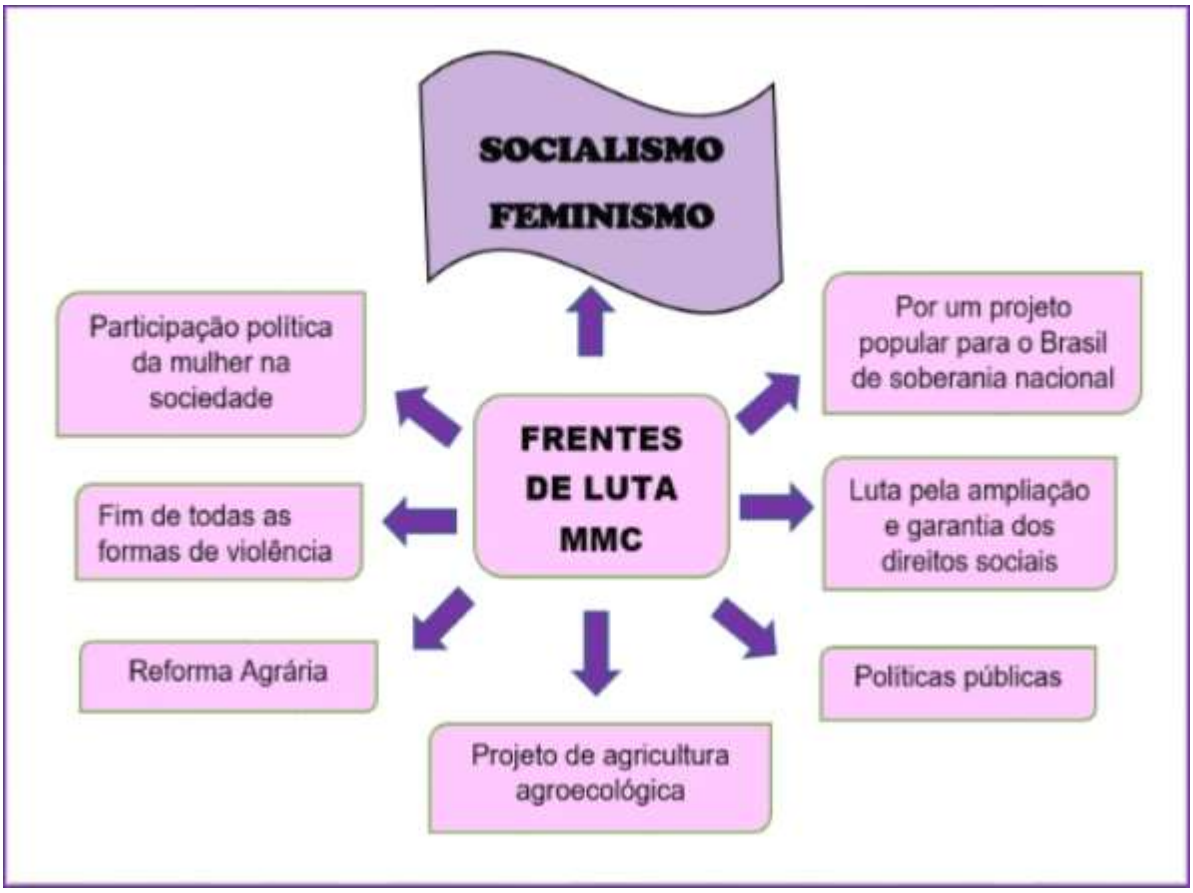
Além de reafirmar a missão do MMC, as mulheres camponesas fazem um amplo debate durante o congresso e unificam também a simbologia do Movimento, entre eles, uma bandeira única, sendo ela o símbolo maior da luta, o chapéu de palha, a cor e o lenço lilás. A justificativa para a unificação dos Movimentos de Mulheres na criação de um Movimento Nacional, de acordo com Loiva Rübenich, "é a necessidade de fortalecer e ampliar o trabalho de base nos estados do Brasil". (Rübenich, 2004 *apud* Conte, Martins, Daron, 2009, p. 117).

> A capacidade de construir e dirigir um movimento nacional de mulheres camponesas, segundo a dirigente do Movimento, fortalece a luta de resistência no campo contra o modelo patriarcal capitalista; pela capacidade que um movimento nacional tem de tornar visíveis as ações das mulheres, além de ampliar e fortalecer a história das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil e fortalecer a luta de classes da classe trabalhadora (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 117–118).

Definem como luta central a denúncia das mazelas e desigualdades do sistema capitalista neoliberal e o machismo. Apontam para a necessidade de construir outros modos de organização da sociedade. Em seu horizonte, colocam o socialismo (Figura 18).

[28] Movimento de luta pela terra, protagonizado por camponesas e camponeses, no Nordeste Brasileiro, na década de 1950 (Conte; Martins; Daron, 2019, p. 117).

Figura 18 – Frentes de Luta assumidas no Congresso Nacional - 2004



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

> Um momento marcante no dia 08 de março de 2004 que fecha de forma gloriosa o I Congresso do MMC foi a marcha realizada na Esplanada dos Ministérios, em que as camponesas realizaram algumas paradas para externar sua mensagem e sua luta para os órgãos públicos e para a sociedade. Se concentraram na frente do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no Ministério da Previdência e Seguro Social (MPSS) e também no Palácio do Planalto. Naquele momento, as camponesas foram recebidas pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua esposa Marisa Leticia, as mulheres marcaram história ao ser o primeiro movimento popular a ser recebido em ato massivo dentro do Palácio do Planalto por um presidente. Ainda dentro do Palácio as camponesas leram o documento final do I Congresso e o entregaram ao presidente, o qual proferiu palavras de apoio e reconhecimento a luta das mulheres camponesas (Cordeiro, 2021, p. 40).

O MMC foi o primeiro movimento da CLOC/Via Campesina a se declarar como feminista (Calaça; Conte; Cinelli, 2018), o que ensejou um amplo debate sobre a proposta de um feminismo que tivesse sua raiz teórico-prática baseada nas mulheres camponesas (Chelab; Carvalho, 2020). Esse posicionamento é fundamental para avançar com a construção do Feminismo Camponês Popular, centralidade dessa pesquisa.

Ao constituir o MMC, as mulheres afirmaram que, com a trajetória histórica de

organização, resistência e luta "foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora" MMC (2004, p. 1). O que também foi constatado por Seibert (2019, p. 109) e levou as camponesas diante da necessidade de fortalecer e deliberar um projeto popular, feminista e agroecológico a pautar as lutas,

> Pela viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade (MMC, 2004, p. 5).

A partir desse posicionamento do MMC, as camponesas buscaram estudar e compreender melhor os conceitos de agricultura camponesa e campesinato. Para elas, além da forma de como se relacionar com a terra e os bens naturais, prevê novas relações entre os seres humanos, bem como o acesso à terra. O que permite dialogar com Fernandes (2008), quando apresenta que a unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos.

O autor ressalta que é preciso compreender o campesinato como um sistema, o que para ele não significa ter uma visão mecânica. Deve-se considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital (Fernandes, 2008).

Nos anos de 2004 e 2005, as camponesas dedicaram tempo para se reorganizar internamente nos estados. Tinham como centralidade as deliberações do MMC. Estudaram, buscando compreender as contradições presentes nos seus territórios.

> Evidenciamos que no processo histórico as mulheres, enfrentam relações patriarcais nos diferentes espaços, com uma atuação firme em defesa da dignidade do trabalho, do conhecimento, dos saberes. Para Gaspareto, (2018, p. 227-228) Rosa de Luxemburgo 'inspira o MMC a não perder o horizonte de suas lutas e saberes, bem como nem mesmo escamotear as razões de sua existência' (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 24).

O assumir-se feminista do MMC, intensifica a articulação das mulheres que no marco do IV Congresso da CLOC realizam a III Assembleia de Mulheres na Guatemala, território Maya, em 2005. Na mesma, as mulheres aprofundam o debate de enfrentamento a violência perpetrada contra as mulheres. Seguem no desafio de garantir a participação igualitária das mulheres nas organizações mistas e enfrentar o racismo, e a xenofobia com suas expressões econômicas, culturais, educativas, políticas e sociais. Assumem o compromisso de organizar uma resistência ativa e permanente contra o modelo agroexportador e a transnacionalização que se apodera da produção agrícola, dos mercados e das terras, Declaração III Assembleia – 2005

(Anexo D).

Inspiradas e animadas a enfrentar esse modelo de morte, fortalecem o debate em escala nacional, identificam a investida do agronegócio sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e quilombolas, o que motivou, em 2006, em conjunto com as demais mulheres da Via Campesina, a realização do ato contra a Aracruz Celulose. A ousada ação contou com a participação de mais de 1.800 mulheres camponesas da Via Campesina. A mesma foi realizada no dia 08 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, quando as mesmas ocuparam um horto florestal da empresa Aracruz Celulose e depois seguem em marcha rumo à Porto Alegre (Figura 19).

Figura 19 – Marcha das Mulheres após a ação realizada na Aracruz

Fonte: Verena Glass (2006).

A ação teve como objetivo central denunciar os monocultivos florestais de mudas clonadas e plantas exóticas. As mulheres, corajosamente, interromperam os experimentos agrícolas que causam danos à manutenção da biodiversidade, dizendo não à violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas de reflorestamento. Essa ação teve grande repercussão nacional e internacional, chamadas de vândalas pela mídia hegemônica. Ação que coloca na sociedade o debate da soberania alimentar para os povos, diante dessa constatação em contraponto ao modelo de agricultura convencional, baseada em monocultivos, agrotóxicos e latifúndios que destroem a biodiversidade e os povos no campo. Ainda sobre a ação várias pessoas foram intimadas a depor. As acusações eram diversas.

Várias organizações se posicionaram em solidariedade e apoio à ação das mulheres. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a organização camponesa La Via Campesina são solidários ao MMC pela ação realizada nas instalações da Aracruz, afirma um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile. "O MST, os movimentos sociais de Via Campesina Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres e todos os movimentos aqui do fórum Terra, Território e Dignidade apoiaram a manifestação que as companheiras fizeram lá na Aracruz", disse Stédile (Amado, 2006).

Em março de 2006, a polícia, com mandado de busca na secretaria do MMC/RS, apreendeu computadores. Já na secretaria nacional do MMC, que se encontrava no mesmo local, apreendeu dinheiro de projetos de cooperação e os respectivos documentos que comprovam a sua origem e destinação. No processo que seguiu, constituíram-se provas ilegais, e, portanto, não puderam ser utilizadas. A denúncia de lavagem de dinheiro, justificada pela apreensão de valores em moeda estrangeira, à época feita de forma irregular na secretaria nacional do MMC, também seria infundada, explicam os advogados de La Vía Campesina (Glass, 2007).

Várias entidades, organizações e movimentos além da solidariedade para com o MMC, se manifestaram publicizando o que não era dito pelos meios de comunicação no Brasil. As notícias veiculadas pela imprensa brasileira, concentraram-se apenas nos prejuízos causados pela destruição das mudas de eucaliptos e de alguns equipamentos dos laboratórios da empresa, sem informar a população em geral sobre as razões dessa ação política ou sobre o contexto socioambiental de atuação desta empresa (Ilanud Brasil, 2006).

Para romper o silêncio, foram realizados diálogos e documentários, entre eles, os impactos da empresa Aracruz Celulose no Espírito Santo (Sá, 2021). No dia 08 de março de 2021, o MST, no marco dos 15 anos da ação realizada, relembra o protagonismo das mulheres de La Via Campesina (Alcântara, 2021)

Mas as camponesas, na certeza de que a ação realizada contribuiu para abrir o debate dos malefícios que o deserto verde[29] causa na sociedade, seguem firmes na missão de defesa da vida. Essa ação coloca a luta das mulheres em outro patamar. Apresenta a luta e o enfrentamento ao capitalismo especialmente no campo. Elemento significativo do Feminismo Camponês Popular.

Após essa ação, muitos debates foram realizados internamente. As camponesas foram aprofundando sobre o projeto de agricultura camponesa agroecológico sob uma ótica feminista.

[29] Nome dado às extensas produções de monocultivos, entre eles, os eucaliptos e pínus.

De acordo com Conte, Martins e Daron (2009, p. 125), “o projeto Popular de Agricultura está baseado na realidade vivida pelas mulheres camponesas, na tentativa de se contrapor à ofensiva do capital no campo, através do agronegócio e sua reestruturação”.

“Com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a produção dos alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade e evidenciando o trabalho das mulheres” Lorenzoni, Seibert, Collet (2020, p. 24), lançam em 08 de março de 2007 a *Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.*

> O lema, ‘produzir alimentos saudáveis cuidar da vida e da natureza’ contribuiu para estabelecer diálogos com diferentes grupos, sobre a importância da preservação da natureza, da água, das sementes crioulas, da biodiversidade e mostrar os impactos do modelo de produção capitalista do latifúndio, transgênicos, agrotóxicos, monocultivos nos aspectos, ambientais, climáticos, sociais, políticos e econômicos (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 25).

A Figura 20 retrata o cartaz confeccionado para divulgar a campanha, destacando a diversidade do Movimento, alimentos e sementes.

Figura 20 – Cartaz da Campanha Nacional Pela Produção de Alimentos Saudáveis Lançada em março de 2007

Fonte: Acervo do MMC (2007).

É estudando e experienciando na prática que as mulheres ressignificam a forma de produzir e se relacionar entre os seres humanos e com a natureza. Entendem o ambiente “como

um conjunto constituído pelo espaço onde se estabelecem as relações sociais" (Conte; Martins; Daron, 2019, p. 126).

Para as camponesas, é preciso uma mudança da estrutura agrária, "desconcentrar a terra por meio da efetivação da reforma agrária a urbana, no sentido de repensar a apropriação e uso do território nacional, é uma das condições para a superação efetiva dos problemas sociais" (2009, p. 126). Somado a isso, refletem sobre a importância de políticas públicas, manter e ampliar os direitos conquistados, bem como avançar com um crédito especial para as mulheres produzirem alimentos saudáveis e diversificados, políticas de moradia para o campo, saneamento, lazer, para melhoria de qualidade de vida, entre outros.

As autoras apresentam uma afirmação do MMC de que a produção e economia camponesa precisam ser entendidas como forma de cooperação e não de exploração. "O Movimento prima pela valorização e valoração do trabalho e da renda gerada pelas mulheres, possibilitando sua autonomia e reconhecimento" (2009, p. 127). A valorização e participação política das mulheres faz parte desse projeto de agricultura que as camponesas vêm construindo.

> A valorização das camponesas é a autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo e o fim da mercantilização do corpo das mulheres, assim como o fim de todas as formas de violência (sexual, física, psicológica, estrutural etc.), opressão, discriminação e dominação praticada contra as mulheres (e a classe trabalhadora) (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 130).

Diante disso é que a cultura camponesa e feminista vem sendo ressignificada. "É um modo de ser e se relacionar socialmente no campo" (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 129). As camponesas entendem que é preciso valorizar os saberes populares dos ancestrais, mas o ressignificar está relacionado com a negação de todas as formas de opressão e dominação do patriarcado e do capitalismo. Portanto, o tema do enfrentamento à violência sofrida por essas mulheres sempre esteve fortemente presente na luta histórica das camponesas, que afirmam ser necessária uma política permanente de combate à violência contra as mulheres e crianças.

Fortalecer o projeto de agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis e diversificados faz parte do cotidiano das mulheres organizadas, porém, ao mesmo tempo, tinham consciência de que deveriam estar sempre alertas e lutar em defesa dos direitos, que de tempos em tempos eram ameaçados.

No ano de 2007, o governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva publicou o Decreto nº 6.019, de 22 de janeiro, criando o Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), cuja a finalidade era promover o debate entre órgãos do governo e representantes de trabalhadoras(es), aposentadas(os), pensionistas para avaliar e propor medidas para a sustentabilidade dos regimes de Previdência Social. Os tópicos pautados foram,

> 1. Previdência Social e mercado de trabalho; 2. Benefícios por incapacidade; 3. Previdência Social e transição demográfica; 4. Pensões por morte; 5. Questões de gênero; 6. Gestão e financiamento do sistema previdenciário; 7. Coordenação entre Assistência e Previdência Social. 8. Previdência rural (Brasil, 2007 *apud* Cordeiro, 2021, p. 61).

As mulheres camponesas realizam junto a outras organizações feministas urbanas e camponesas uma expressiva aliança de articulação, que tinha por objetivo intensificar a luta contra a Reforma da Previdência que estava sendo proposta e que afetaria os direitos das(os) trabalhadoras(es), mas particularmente em maior grau das mulheres. Elas constituem o Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social (FIPPS)[30], que realizou importantes debates em reuniões, seminários e encontros em Brasília para contrapor a proposta de reforma do governo. Além disso, apresentaram outra perspectiva política para a análise dos direitos previdenciários, desde os princípios de universalidade, solidariedade, inclusão e reparação histórica da desigualdade sofrida pelas mulheres no mundo do trabalho e como direito público. O FIPPS durou até 2010, sendo fundamental na vitória contra a proposta de reforma da previdência, e deixando um importante acúmulo na articulação em unidade dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil (Cordeiro, 2018; Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 25–26).

Concomitante à ação de denúncia e enfrentamento ao capitalismo em 2006 e à luta que se segue, com o aprofundamento, estudo e formação das camponesas, no MMC elas vão sistematizando sua compreensão a respeito do feminismo. Nesse sentido, elaboraram uma cartilha, na qual apresentam alguns elementos.

> Precisamos de uma consciência que nos permita ver a realidade e os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais e, assim, pensar formas de superação desta realidade e de construção de uma nova sociedade. Por isso, a importância da organização das mulheres camponesas em um movimento autônomo, o MMC, tendo como missão a libertação e emancipação da mulher, a construção do projeto popular de agricultura a partir dos princípios da agroecologia e a transformação da sociedade, na perspectiva feminista e socialista (AMTR-SUL, 2008, p. 15).

Destacam que no processo de libertação do povo, as mulheres sempre estiveram

---

[30] Constituído em abril de 2007, com a convocação de sua primeira atividade datada de 10 de abril de 2007, mas com cartas anteriores à constituição do FIPPS das entidades de mulheres em reação à não participação das mulheres no FNSP, que realizou sua primeira reunião no dia 07 de março de 2007. O FIPPS foi constituído pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE) e Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (FIPPS, 2008).

presentes nas lutas por uma sociedade transformada. Mesmo sendo ocultadas nos escritos, as mulheres têm participação ativa em greves, guerras, revoluções e lutas por direitos. Destacam o papel das mulheres na produção da sobrevivência, alimentação, saúde, educação e o enfrentamento a todas as formas de violência, bem como pela autonomia política e do corpo.

> Nunca se conformaram com a condição de opressão, exploração, discriminação e violência que foi sendo um dos pilares de sustentação do escravismo, depois do feudalismo e hoje do capitalismo. Inclusive em algumas experiências do socialismo real, as mulheres batalharam muito para a busca de emancipação. No mundo, os movimentos de mulheres continuam resistindo e articulando a luta de classe, popular e feminista (AMTR-SUL, 2008, p. 15).

O debate sobre o Feminismo é um processo que, de acordo com as lideranças do MMC, era preciso ser feito com cuidado. Havia muitos pré-conceitos sobre a luta feminista nos movimentos populares, inclusive na base do próprio Movimento. No começo, as camponesas tinham dificuldade de se assumir feministas pelo fato de não reconhecerem suas lutas no que tinham ouvido até então sobre feminismo. O MMC, apesar de considerar importantes todas as lutas das mulheres por liberdade, entende que o feminismo que vinha sendo construído pelo Movimento além de analisar politicamente as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, deveria ser um feminismo que enfrenta o patriarcado, o racismo e busca a construção de uma sociedade igualitária que socializa o saber, as riquezas e o poder.

> O Movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza. Neste sentido, o feminismo se constitui numa forma de pensar o mundo, a sociedade, o ser humano e as suas relações, afirmando as mulheres como protagonistas da história, junto com todos os sujeitos sociais e não apenas os homens, brancos, ricos, heterossexuais, como impõe a cultura patriarcal, racista e a sociedade capitalista (AMTR-SUL, 2008, p. 16).

Afirmam também que o feminismo traz como contribuição a reflexão de que todas as relações humanas são relações de poder. Relações que podem se apresentar sob diversas formas, entre elas a reciprocidade, o respeito, mas também a opressão, dominação e a monocultura. Refletem que,

> Ao trazer este elemento para análise, as vertentes feministas também questionam todas as formas de naturalização das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que são impostas na sociedade. Também contribuem para o desvelamento (tirar o véu que esconde a realidade) e o rompimento da alienação que a sociedade capitalista produz, onde os seres humanos já não se reconhecem mais naquilo que produzem pela exploração que vivem. Por isto, o feminismo na perspectiva popular e socialista é uma

> ferramenta política de afirmação das mulheres como protagonistas da sociedade. Constitui-se como uma teoria sociológica que, aliada ao materialismo histórico-dialético, contribui para ver, desvelar, compreender o mundo, a sociedade, o ser humano e suas relações, bem como, produzir consciência crítica de classe e construir parâmetros, princípios e bases para a construção de uma nova sociedade (AMTR-SUL, 2008, p. 16).

Nessa cartilha de 2008 aparece o lema: "sem feminismo não há socialismo" AMTR-SUL (2008, p. 16). Ao trazermos as reflexões sistematizadas pelas camponesas organizadas no MMC, percebemos os esforços que foram sendo feitos para formular os elementos do feminismo a partir do Movimento. O que dialoga também com Calaça (2021), quando afirma que a construção é de dentro para fora e de fora para dentro, pois o debate feito no MMC era levado para os espaços de articulação das mulheres do campo organizadas na CLOC e de lá voltavam para seguir acumulando internamente.

O debate acerca do feminismo traz presente as múltiplas formas de violência que perpassam as relações cotidianas das mulheres camponesas. Violências silenciadas socialmente. No campo são inúmeras as facetas da violência a que são submetidas. Destacamos: a violência de gênero e sexista; a violência pela sobrecarga de trabalho; a violência pela desvalorização e condição social; a violência física, moral, verbal, psicológica e sexual; a violência pelo uso de agrotóxicos; a violência no campo através de conflitos por terra e território; a discriminação de sua cultura e identidade; a violência institucional, patrimonial e estrutural (Lorenzoni, 2007).

Essas reflexões construídas internamente no MMC, bem como também na CLOC/VIA Campesina, culminam com o lançamento da Campanha "Basta de Violência contra a mulher camponesa[31]" em 2008 (Via Campesina, 2012, p. 5). Durante a V Conferência Internacional da Via Campesina, na cidade de Maputo, capital de Moçambique, o MMC assumiu o compromisso de coordenar o lançamento da campanha.

A memória dessas pautas nos parece importante, pois percebemos que a luta das mulheres camponesas era ampla. Além de lutar por melhores condições de vida para elas, o faziam também para suas famílias e a sociedade em geral. Conforme o MMC (2018, p. 9): "a luta das camponesas sempre foi por melhorias para a vida das mulheres, mas as conquistas melhoram a vida de toda classe trabalhadora". É no movimento que o Movimento feminista se descobre feminista até chegar à formulação do Feminismo Camponês Popular. Ele não nasce pronto, é um processo.

---

[31] Sugerimos a leitura da cartilha elaborada em conjunto com as mulheres da Via Campesina Internacional que propõem a Campanha *Basta de Violência Contra a Mulher*.

Percebe-se, portanto, que o MMC ao ser gestado assume pautas mais pontuais, entre elas a sindicalização, a luta por direitos sociais, a documentação, o reconhecimento da profissão para posteriormente ampliar seu debate para pautas e mudanças estruturais, entendendo que era preciso enfrentar o capitalismo conjuntamente o patriarcado e o racismo para transformar a sociedade, rumo a uma sociedade socialista.

Dessa forma, é possível relacionar com o PQA, porque discute condicionantes estruturantes do capitalismo, identifica as contradições e as desigualdades e foca na luta de enfrentamento e superação. Percebe-se que na forma das camponesas organizar a luta e avançar com uma proposta de sociedade, de acordo com Vinha (2014), são construídos espaços de socialização do conhecimento por elas produzido, compartilham temas e paradigmas[32], ou seja, uma luta contra hegemônica de desenvolvimento no campo.

Esta década é marcada por um grande salto na organização (Figura 21), com a unificação e a consolidação dos Movimentos autônomos no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Destacamos pautas importantes como: sementes, projeto popular de agricultura agroecológica, enfrentam o agronegócio diretamente ao realizar uma das maiores ações que foi na Aracruz Celulose, alimentação saudável e soberania alimentar, a luta por direitos e políticas públicas e o avanço no debate do feminismo a partir da indígena, negra, camponesa e popular.

As principais ações foram: acampamentos, marchas, abaixo-assinados, criação de campanhas e programas, fóruns, audiências, congressos, assembleias, encontros, cursos, construção de conhecimentos, elaborações, ocupações, entre outras. Todas essas ações fazem parte da construção de território para as camponesas, pois para elas o mesmo é um lugar de reprodução da vida de forma plena, no qual seja possível viver em harmonia com a natureza, entendendo também como um espaço onde a construção de novas relações humanas é possível.

[32] Os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados (Campos, 2012). Estes paradigmas influenciam direta ou indiretamente nas decisões para o desenvolvimento do campo, repercutindo em modelos voltados à agricultura camponesa ou ao agronegócio, por exemplo.

Figura 21 – Década 2000 a 2010: a Consolidação do MMC e a luta feminista camponesa popular

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A luta e resistência das mulheres continua nos anos seguintes. A partir de muito estudo e reflexão, a formulação do Feminismo Camponês Popular vai ganhando vida, como veremos na próxima subseção.

3.2.6 Década de 2010: a formulação do Feminismo Camponês se intensifica

Esta década é marcada por intensas lutas e debates acerca da realidade das mulheres camponesas, conforme veremos a seguir, mas é também nesse período que tanto no MMC, quanto na CLOC e em LVC se intensificam os estudos acerca do Feminismo Camponês Popular. Em 2010, em Quito, Equador, aconteceu o V Congresso da CLOC e a IV Assembleia

de Mulheres do Campo. Essa Assembleia, de acordo com Calaça (2021), foi construída como um momento de necessidade de um salto político da organização das mulheres dentro da CLOC, portanto, apresentam três objetivos centrais,

> 1. Fortalecer o debate sobre a política de gênero que CLOC deve desenvolver para obter uma participação ativa e propositiva das mulheres. 2. Fortalecer a estratégia de gênero do CLOC na qual homens e mulheres buscam o bem-estar econômico, político e social. 3. Recuperar a experiência histórica das mulheres no trabalho da terra e na produção de alimentos, resgatando a semente crioula (Calaça, 2021, p. 312).

Vivenciamos momentos fortes, com profundos debates, como síntese em sua declaração final (Anexo E) apresentam que,

> Ao ritmo das lutas históricas dos povos e de seus movimentos sociais, a América Latina embarcou em um caminho inédito de mudança, desenvolvimento de seu próprio pensamento, fortalecimento do projeto socialista, construção do Bem Viver/Viver Bem, que já se cristaliza em processos de transição comprometidos com a descolonização e transformações profundas, que conduzam a sociedades de igualdade, justiça e soberania, bem como harmonia entre o ser humano e a natureza. Para as mulheres rurais de nossa América, reunidas no meio do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e de nossos deveres para com ela, a afirmação da diversidade econômica e produtiva, a prioridade da reprodução da vida e não a do capital, constituem uma concretização significativa das reivindicações históricas das mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes. Mas enquanto nos congratulamos com esses avanços, que são fruto de nossas lutas e resistências, reafirmamos nossa vontade de continuar lutando para que a proposta feminista continue contribuindo para definir as mudanças socialistas que almejamos, pelas quais lutaremos incessantemente, até que as combinações de forças do capitalismo e do patriarcado façam parte do passado (Declaração de Quito, 2010).

As camponesas dos mais diversos países afirmam o desejo de um território de paz, desmilitarizado, livre das práticas de controle imperialista na América Latina e Caribe. Elas protestam contra a pobreza e contra a criminalização das organizações; lutam por uma reforma agrária integral, para que as mesmas tenham acesso à terra; lutam contra as tentativas de golpes, entre inúmeras outras lutas.

Finalizam a declaração dizendo que “Sem feminismo não há socialismo”; “Contra o saque do capital e do império, América luta”; “Pela terra e pela soberania dos povos, América luta” e “Mulheres do campo lutando por soberania popular, por justiça, pela vida e igualdade”! Com um sentimento profundo de compromisso com a luta, as mulheres voltam para seus territórios e muitas ações se seguiram nos anos seguintes. No Movimento, inicia-se o processo de construção e mobilização para o I Encontro Nacional do MMC, o qual falaremos mais adiante.

A luta articulada com os movimentos populares e sindicais do campo das águas e das florestas resultou num grande encontro unitário em 2012 (Figura 22), contando com amplo debate acerca da realidade do campesinato brasileiro. Os Movimentos defendem a agroecologia como instrumento político de luta contra o agronegócio, pois de acordo com a Declaração final do encontro (Anexo F),

> O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo super-exploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta super-exploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio. Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato (Declaração Final, 2012).

Figura 22 – Mesa de abertura do Encontro

Fonte: EBC (2012).

No dia 22 de agosto de 2012, 10 mil pessoas marcharam em direção ao palácio do planalto para entrega do documento final que exigia uma série de medidas do governo para fortalecer a agricultura camponesa familiar. Esse encontro fez memória ao I Congresso

Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária, realizado no ano de 1961, em Belo Horizonte. "Já nesse I Congresso dos povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural" (MST, 2012).

Nesse processo histórico, percebe-se que enfrentar a violência é para as mulheres camponesas uma luta árdua que permanece como grande desafio. Exige identificar todas as manifestações vivenciadas cotidianamente e buscar caminhos de superação. Diante disso, a centralidade desse período foi organizar e realizar o I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas, que aconteceu nos dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, em Brasília/DF, sob o lema: *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher.*

O Encontro contou com a participação de mais de 3 mil camponesas, vindas dos mais diferentes estados do Brasil. Além dessas, participaram várias convidadas nacionais e internacionais. Além dos debates, dos momentos culturais no dia 21, as camponesas saem em caminhada pelo fim da violência contra a mulher. A caminhada contou com a presença de camponesas de 12 países da América Latina, África, América Central e Europa.

A caminhada pelo fim da violência contra a mulher, conforme mostramos na Figura 23, chamou atenção da sociedade pelo gesto de solidariedade às mulheres vítimas de violência. Também serviu para fazer a denúncia junto às autoridades e órgãos públicos da responsabilidade e urgência de medidas que possibilitem a todas as mulheres terem mecanismos e estrutura necessária para avançar no enfrentamento e o fim da violência[33].

[33] Declaração Final do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas.

Figura 23 – Marcha das camponesas pelo fim da violência

Fonte: Acervo MMC (2013).

Em sua Declaração Final (Anexo G), reafirmam a importância do Movimento de Mulheres Camponesas, autônomo, feminista, camponês e socialista. Confirmaram a missão do MMC de lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação; a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade. Para isso, é indispensável à luta, a organização e formação, potencializando as experiências de resistência popular, em que as mulheres sejam protagonistas de sua história.

As camponesas retornam para seus estados, fortalecidas pela mística do Encontro. Em Santa Catarina, nos dias 29 e 30 de abril e 01 de maio, foi realizado um grande encontro de comemoração dos 30 anos do MMC no município de Xanxerê, que contou com a participação de mais de 5 mil pessoas e com a representação de dirigentes de outros estados e de diversas organizações, movimentos, pastorais e sindicatos que se fizeram presentes.

As camponesas realizam também nos anos que seguem atividades formativas e de luta, entre elas citamos: encontros, marchas, caminhadas, acampamentos, cursos que se constituem em espaços/territórios de resistência das mulheres camponesas. E nesse período começam a aprofundar o debate e elaborar sobre os quintais produtivos agroecológicos, sendo o MMC um dos primeiros a adotar esse conceito. Avaliamos ser pertinente trazer alguns elementos acerca

dessa construção considerando que no ano de 2023, o Presidente Lula anuncia a criação do Programa Quintais Produtivos durante a realização da *Marcha das Margaridas* em 16 de agosto. Esta proposta tem sido pauta do MMC e é com imensa alegria que as mulheres recebem esta notícia.

Conforme identificamos em nossa pesquisa, no ano de 2015, Justina Inês Cima e Zenaide Collet escrevem um texto chamado *Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres*, o qual contribuiu para realizar um módulo do curso sobre organização produtiva das mulheres na região Sul.

No texto, elas apontam que é preciso reconhecer a importância do trabalho das mulheres no autossustento familiar, bem como na preservação da biodiversidade e na construção do conceito de soberania alimentar e sua relação com os quintais produtivos agroecológicos.

> [...] para o MMC quintais produtivos agroecológicos são espaços de terra que congregam diversos elementos, normalmente gerenciados por mulheres. Elas coordenam a organização, o manejo e o planejamento da produção na horta, no horto medicinal, no pomar, nos jardins; a criação e reprodução de animais de pequeno porte; a captação da água das chuvas, o processamento artesanal de derivados de leite, as conservas, os doces e sucos; a confecção de artesanatos; bem como organizam a despensa, o galpão e outras instalações necessárias para ferramentas e armazenamento da colheita (Cima; Collet, 2015, p. 51).

Outro elemento importante é a partilha dos alimentos colhidos com filhas(os), familiares e vizinhas(os), sendo o excedente comercializado para aumentar a renda.

> É um espaço que concentra grande diversidade, importante para a educação dos filhos/as, de luta e resistência que começa em casa na disputa e no enfrentamento muitas vezes silencioso, mas consciente do valor para a saúde, o bem-estar, a mesa farta e saudável e a dignidade humana e planetária. É um espaço também de enfrentamento aos venenos, aos transgênicos, aos monocultivos, à padronização da alimentação, ao domínio das integrações à agroindústria e todas as políticas desta terceira revolução industrial técnico-científica globalizada (Cima; Collet, 2015, p. 51).

Dessa forma, podemos ver que os quintais produtivos agroecológicos, são um território importante, construídos pelas camponesas organizadas. Ainda de acordo com as autoras, há alguns elementos que precisam ser aprofundados, entre eles, “as inúmeras variedades que vêm sendo preservadas e cultivadas e a grandiosidade que isso representa na luta para a continuidade da vida” (2015, p. 53). Outro elemento está relacionado com a sabedoria silenciada das mulheres, o conhecimento construído milenarmente e repassado de geração em geração pelas camponesas.

O Movimento de Mulheres Camponesas participa também da IV Assembleia de Mulheres e na V Conferência da Via Campesina, em Jacarta, na Indonésia, em 2013 (Anexo H). Um elemento que nos chamou atenção e avaliamos importante, é que, no Manifesto das Mulheres elas apontam que,

> inspirada nos debates das mulheres da América Latina e no seu processo de construção de uma proposta política para a construção de uma base para o 'Feminismo Camponês Popular' a nossa Assembleia assumiu o desafio de expandir também este debate dentro das organizações de La Via Campesina a nível internacional (Manifesto..., 2013).

Percebe-se que o debate sobre o feminismo das camponesas vai avançando em nível internacional, tanto nas Assembleias de mulheres quanto na escola continental de mulheres lideranças da CLOC que eram construídas. Em 2015 ocorreu o VI Congresso da CLOC e a V Assembleia de Mulheres na Argentina. Trechos da declaração final (Anexo I) apontam os debates e a sistematização que as mulheres realizaram ao longo da assembleia,

> [...] O patriarcado é um sistema de opressão que foi incorporado estruturalmente pelo capitalismo, porque permite manter e reforçar as relações de poder e exploração, e impacta mais brutalmente as mulheres. Somos as mulheres pobres que sofrem o peso múltiplo da subordinação, discriminação de gênero, exploração de classe, racismo e sexismo. Queremos construir uma sociedade diferente, com direitos iguais e relações livres de opressão e discriminação (Declaración..., 2015).

Reconhecem que o feminismo trouxe importantes contribuições para a luta pela libertação e dignidade das mulheres, mas que existem múltiplas correntes de perspectivas feministas, portanto optam

> [...] por uma nova construção política que se expressa em um feminismo camponês popular, que se acomode à nossa grande diversidade, que se nutre das lutas dos companheiros camponeses, das irmãs indígenas e afrodescendentes e que permite uma alimentação mútua das diversas cosmovisões que representamos. Dessa forma, reafirmamos que o socialismo e o feminismo fazem parte do nosso horizonte estratégico de transformação. Por isso, afirmamos um feminismo camponês e popular, rebelde, socialista, que questiona as concepções patriarcais e burguesas que são funcionais às políticas de exploração (Declaração V Assembleia, 2015).

Afirmam que a concepção feminista que está sendo construída a partir da CLOC/LVC está fortemente ligada aos processos políticos de organização, formação política e lutas concretas que mudam a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e em particular das mulheres.

Conforme percebemos, os elementos do Feminismo Camponês Popular vão sendo formulados a partir da articulação das mulheres do campo. Vejamos a palavra de ordem final

da declaração, “por um feminismo camponês popular, com identidade e revolucionário”. Para essas mulheres, torna-se uma proposta que contribuirá com as mudanças socialistas que sonham, mas afirmam que para isso acontecer, é preciso seguir lutando para combater as forças articuladas do patriarcado e do capitalismo.

O MMC realiza também o I Encontro Nacional das Jovens Camponesas (Figura 24), em dezembro de 2014, no qual debateram o tema: MMC, Feminismo, Saúde e Sexualidade das jovens camponesas (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023c). Durante o referido encontro ficou evidente a intencionalidade de fortalecer um processo de ampliação da participação das jovens, gerando inúmeros frutos, sendo que os estados também começaram a apontar jovens que foram assumindo com outras companheiras as lideranças locais, tendo a pauta de juventude como linha de atuação.

Avaliamos importante destacar que em vários estados já havia processos com as jovens, e na história desse Movimento muitas jovens têm assumido espaços de direção, contribuindo na condução dele, assumindo tarefas de articulação nacional e internacional. A imagem a seguir faz memória ao encontro, e entre as jovens presentes, estavam várias que se formaram em cursos de graduação e pós-graduação construídos pelos Movimentos, formando médicas, educadoras, entre outras.

Figura 24 – Jovens participantes do I Encontro Nacional de Jovens do MMC

Fonte: Site MMC (2014).

É nesse período – nos anos de 2015 e 2017–, em nível nacional, que o MMC realiza três seminários internacionais sobre Feminismo Camponês Popular, os quais aprofundaremos mais à frente, e que foram de fundamental importância para avançar internamente com a formulação do feminismo teórico prático do MMC.

Os anos que seguem, são marcados pela luta em defesa da democracia. Em 2016 vivenciamos um Golpe que retirou da Presidência da República a Primeira Presidenta Mulher do Brasil, Dilma Rousseff. Desde então, vivenciamos um grande ataque aos direitos da classe trabalhadora, em especial às mulheres. Esse período trataremos na próxima seção.

A seguir apresentamos a formulação político-teórica e prática do Feminismo Camponês Popular no MMC, entendendo que todas as ações realizadas pelo Movimento, desde sua gênese, constituem os elementos que determinam a territorialidade do Movimento a partir de seu processo histórico, bem como fundamentam o feminismo no MMC.

3.3 Feminismo Camponês Popular: da luta e resistência ele floresce

Esta subseção será dedicada ao debate do Feminismo Camponês Popular, que vem sendo construído no MMC de forma mais efetiva a partir da consolidação do Movimento em 2004, mas que perpassa todas as ações realizadas pelas camponesas ao longo dos 40 anos de existência do mesmo apresentadas nessa pesquisa.

Iniciamos trazendo uma definição de feminismo de Cristina Buarque (2016), que nos permitirá abordar uma amplitude de ações:

> Feminismo é a ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos (Buarque, 2006, p. 8).

O assumir-se feminista no MMC não se deu desde sua gênese, conforme vimos nas subseções anteriores. Faz parte de um processo de conscientização vivenciado pelas mulheres camponesas, pois, de acordo com Ana de Miguel (2014), por muito tempo o feminismo era considerado a luta das mulheres urbanas, brancas e de classes média e alta, porém, ao olharmos para as lutas travadas na busca da transformação da sociedade percebemos que o feminismo também é fruto da ação política das mulheres da classe trabalhadora. A autora afirma ainda que o feminismo sempre existiu, pois no sentido mais amplo sempre que as mulheres de forma individual ou coletiva se dão conta da injustiça vivenciada pelo patriarcado e reivindicam uma

vida melhor, estão exercitando o feminismo. Portanto, é do feminismo baseado na luta de classe que as camponesas vão construindo os elementos para a formulação do Feminismo Camponês Popular.

As autoras Calaça e Seibert (2018) apresentam três elementos que se entrelaçam e fundamentam o Feminismo Camponês Popular das camponesas organizadas no MMC,

> A luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres), a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica (Calaça; Seibert, 2018, p. 04).

Avaliamos ser importante acrescentar o elemento da luta antirracista, considerando que a exploração, opressão e discriminação de classe, gênero e raça/etnia fundamentam a estrutura dessa sociedade. É nesse processo dialético da vida concreta e no cotidiano de luta das mulheres camponesas que o Feminismo Camponês Popular vem sendo construído no MMC e articuladamente de forma mais ampla na CLOC/LVC. Já há um longo caminho percorrido e um importante acúmulo político e teórico dessa formulação que apresentaremos a seguir, porém ressaltamos que o mesmo segue em construção.

3.3.1 No caminhar coletivo o Feminismo Camponês Popular se constrói

A luta feminista no MMC inicia por um dos passos mais importantes dado pelas camponesas: *o sair de casa*. Pode parecer algo pequeno, mas quando do início do Movimento foi fundamental na criação de organizações específicas de mulheres para reivindicar e entender por que não tinham direitos garantidos por lei.

> Essa luta, por sua vez, segundo trazem as pesquisas (Conte, Martins, Daron & 2009; Santos, 2012; Cinelli & Mezadri, 2014; Cisne, 2014), mostra que as mulheres começaram a sair de casa em busca de direitos e assim aprenderam a amplitude do mundo e a complexidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista que até então lhes era apresentada como natural. Elas se deram conta de que não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades, ainda que isso não estivesse escrito. Era a força patriarcal que predominava como sistema expresso na vida das camponesas, no cotidiano vivenciado em suas comunidades, sítios, assentamentos e florestas (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 1160).

Outro fundamento importante do feminismo, de acordo com Cinelli (2012), é a relação com a identidade, no sentido de assumir-se feminista por parte das militantes e do movimento. De acordo com Rose Marie Muraro (2002), esse feminismo traz o acúmulo da compreensão

enquanto emancipação da humanidade, assim como o cuidado enquanto constituidor do humano.

As camponesas, mesmo ao identificar e valorizar a identidade e cultura camponesa, alertam que é preciso questionar e negar qualquer relação, cultural ou não, que explore, oprima, violenta e discrimine as mulheres. Afirmam que há "aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o machismo existe em nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado" (MMC, 2018, p. 24).

O tema da identidade aparece também em Conte; Martins e Daron (2009, p. 121), quando as autoras ressaltam que para compreender essa identidade "é preciso olhar para o campo como lugar de movimento, inconformidade e reação das mulheres, já que essa é a base a partir da qual se pode falar do surgimento do MMC". Nesse sentido, identificamos que

> A construção da identidade de camponesa e feminista é política, pedagógica, social e de proposição de novos valores, enquanto também resgata e preserva outros. Ainda, que este processo é dinâmico e dialético e, por esse motivo, envolve vários elementos, como formação, luta, novas relações de trabalho e experiências coletivas e de vivência, tanto na organização, quanto na pedagogia do exemplo. É uma construção que é individual, mas também coletiva, construindo atores sociais e não meros indivíduos espectadores (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

As autoras vão além e apresentam uma relação entre identidade de resistência e identidade de projeto,

> Podemos considerar, ainda, que no MMC se entrelaçam a Identidade de resistência com a Identidade de projeto, o que produz uma força potencialmente 'capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social' (CASTELLS, 2002, p. 24). Nesse caso, buscando a efetivação de um Projeto de Agricultura Camponesa, fundado nos princípios da agroecologia e de construção de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Enfim, assim vai se dando a constituição da Identidade feminista e camponesa, das mulheres, em meio a conflitos vivenciados numa sociedade patriarcal: as mulheres vão enfrentando as contradições dentro de sua própria casa e, ao querer sair dessa situação de inferioridade e dependência, compreendem que somente com a transformação das relações sociais é que conseguirão ter outro espaço e passar do ser menos ao ser mais (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

Com esse entendimento, percebemos que o assumir a identidade feminista no MMC se dá a partir do feminismo revolucionário e não do feminismo burguês, ou seja, um "feminismo classista, entendendo que a libertação das mulheres só é possível com a superação do capitalismo, patriarcado e do racismo" (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 1161–1162). Essa é uma demarcação política fundamental. Para a autora Ivone Gebara,

> Movimento feminista, significa um movimento social e político, uma postura em relação às mulheres. Estou falando do direito ao voto, do direito

> universitário, do direito ao salário igual, do direito à aposentadoria igual ao homem, do direito a possuir terra, do direito de ter condições de acordo com a situação das mulheres operárias a creche para as crianças. Falo de direitos concretos. De políticas efetivas. Isso significa uma postura feminista (Gebara, 2002. p. 14).

É a luta por direitos para as mulheres da classe trabalhadora que fundamenta o feminismo das mulheres camponesas. Inúmeros foram os debates feitos para assumir o caráter social, popular, de classe, feminista e camponês do MMC que se concretiza na materialidade da luta. Fica evidente a demarcação da luta quando os mais diversos Movimentos escolhem um nome comum para consolidar o MMC, assumindo o termo "camponesa", substituindo o "trabalhadora rural", já que este deixava mais evidente a profissão. Já o, termo camponesa(ês), marca politicamente o Movimento, pois vem carregado de história e demarca uma oposição ao capital: latifúndio/agronegócio explorador.

> A expressão 'camponês' ainda não aparece na década de 1980, já que a retomada do termo é recente, fruto da necessidade de uma nova demarcação conceitual/política no enfrentamento de classes frente a reestruturação do capital industrial no campo: o agronegócio que emergia. É quando os movimentos sociais se dão conta de que é necessário um novo tipo de enfrentamento de classe que o termo camponês/a passa a ser reutilizado (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 122).

As camponesas compreendem que retomar a categoria campesinato era necessário, pois de acordo com Seibert (2019), demarca uma categoria de análise na particularidade do campo brasileiro a partir da luta de classes. Ao mesmo tempo, constrói uma identidade social e histórica enquanto trabalhadoras(es) do campo.

> Com a denominação camponesa, se constrói uma identidade comum para avançar com lutas concretas que transformam sua realidade cotidiana e dos povos do campo, identificando o patriarcado e o capitalismo (agronegócio) como as causas da situação de injustiças e exploração a que são submetidas/os. Ao afirmar sua identidade de classe camponesa, elas afirmam também, como tem feito historicamente, a necessidade de articular a luta de classes com a luta contra o patriarcado, o racismo e qualquer forma de discriminação e exploração (Seibert, 2019, p. 108).

Percebe-se então que o assumir da identidade de classe, feminista, camponesa, permite explicitar as contradições existentes no campesinato. Era possível apontar elementos que contribuam para enfrentar relações de poder, violência e discriminação reproduzidas no interior das famílias. Ao tomarem consciência de sua condição de classe e feminista, começam a trilhar os caminhos que indicam os elementos de constituição do Feminismo Camponês Popular, que como já dissemos, é um processo em construção.

Sendo então o Movimento um sujeito histórico, Cinelli afirma,

> [...] o mesmo está em construção, que nos remete a incorporar a história como uma construção humana, carregada de relações de poder numa sociedade em que o feminino foi secularmente subjugado e desvalorizado (MURARO, 2002; GEBARA, 2002). São em movimentos específicos que as mulheres conseguiram perceber a opressão de gênero e, em contraposição, propõem o feminismo (Cinelli, 2012, p. 71).

O que nos leva a pensar que se historicamente "as mulheres não tivessem reagido e se organizado, enfrentado os limites da opressão/exploração que pesa sobre seu corpo, seu meio, sobre seu território, em que grau de desigualdade e injustiças estaria submetida à humanidade?!" (Gaspareto, 2018, p. 178).

> As contribuições de Kergoat, na concepção da construção de 'relações de gênero' a partir de uma base materialista de análise das relações entre homens e mulheres em uma sociedade capitalista. Em suas análises, articula gênero, raça/etnia e classe enquanto dimensões estruturantes do patriarcado (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 09).

Portanto, a construção do feminismo no MMC se dá de forma articulada, pessoal e coletiva. Traz a responsabilidade individual e organizada da luta das mulheres, o respeito às diferenças, a construção de novas relações entre homens e mulheres e com a natureza, a solidariedade, amor a luta, o companheirismo, capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando a indignação em ação concreta, mística feminista e revolucionária (Anzilago, 2014, p. 38; Cinelli, 2012; MMC, 2018).

> A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e mulheres, [...]. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. [...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto às mulheres da CLOC/LVC. [...]. A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (Seibert, 2019, p. 117).

É no construir-se historicamente, que o MMC busca a transformação dessa sociedade. Reafirma na sua consolidação, em 2004, os princípios de ser "camponês, feminista, de classe e popular". Ao se nacionalizar e unificar os diversos Movimento autônomos,

> Assume a palavra feminista nos escritos, no entanto, a atuação feminista se dá na construção da libertação e emancipação das mulheres, reafirmando a

> necessidade de mudanças e trazendo a luta histórica das mulheres como instrumento de luta por direitos à terra, à vida e política agrícola (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 10).

Compreendido como territórios (i)materiais importantes e comprometidos com a transformação nas relações sociais de gênero e classe. Para as referidas autoras, "essa construção está intimamente ligada ao trabalho, sem o qual não conseguimos compreender a vida das mulheres no campo" (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 10).

Com a formação, lutas e organização, as mulheres compreendem o significado do feminismo e passam a identificar-se e assumirem-se como feministas. (Anzilago, 2014; Gadelha, 2021; Cinelli, 2012; Gaspareto, 2018),

> Quando vivenciamos, em nossa caminhada, a valorização do trabalho da mulher e, consequentemente, a valorização do 'ser mulher', afirmamos que a libertação das mulheres assumida pelo Movimento e pelas mulheres pesquisadas se refere à conquista da autonomia, ao passarem ser donas da própria vida, ao terem vez e voz, saberem o que querem e não dependerem dos outros para tomar as decisões tanto no campo pessoal, quanto coletivo. Mas sim aprender, em contrapartida, a terem solidariedade, tomarem decisões coletivas e juntas praticarem a discussão das concepções e ações. Esse conjunto de elementos, podemos dizer, constitui o feminismo, o qual é um feminismo camponês, porque é vivenciado pelas mulheres camponesas (Cinelli, 2012, p. 105).

Gaspareto (2018) caracteriza como um feminismo que coloca como fundamental a luta pela agroecologia. Há uma preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis e diversificados. Tem compromisso com a vida, aprendizado sobre sementes, plantas medicinais, estudo, formação, troca de saberes. Dessa forma, constitui-se num feminismo camponês agroecológico e que ao incidir no território promove condições humanas, sociais e ambientais que impulsionam a construção de uma convivência justa e sustentável.

Margarida (2023)[34], em entrevista, afirma que o Feminismo Camponês Popular tem uma contribuição política importante. É preciso ter coerência da proposta em todos os espaços, inclusive nos quintais produtivos, com a produção de alimentos,

> [...] pra mim a questão da prática do dia a dia, o teu trabalho, ele não pode estar descolado com aquilo que você prega[35], aquilo que você trabalha enquanto militante, então você tem que, é, fazer disso o teu cotidiano né, então, aquilo que eu estudo, faço debate, fica uma coisa vaga se não associo isso na prática do meu dia a dia, então uma vez militante quando você se assume, tem que praticar aquilo que você fala.

[34] Entrevista concedida no formato virtual, em 16 de janeiro de 2021. Nome escolhido pela entrevistada.
[35] Sentido de fala/proposta que o MMC apresenta a respeito da concepção do Feminismo Camponês Popular.

O pensamento de Margarida (2023) condiz com o entendimento de que a agroecologia se refere ao modo de vida, às práticas históricas de resistência e ao projeto de sociedade para o campo e a cidade que as mulheres no MMC defendem,

> O MMC reconhece a agroecologia, a agricultura camponesa como parte da construção do seu feminismo, a prática histórica de resistência das mulheres dos povos originários do Brasil, a escravidão, contra a tomada do seu território e pela preservação da sua cultura, reconhece a luta das mulheres negras escravizadas, seja na criação dos quilombos ou na luta direta com os brancos, reconhece também que as camponesas pobres que migraram da Europa fugindo da fome e das guerras burguesas, também conformam nosso berço histórico e que seus conhecimentos ancestrais contribuíram para que há trinta anos [...] as camponesas de diversos cantos do país se organizassem e pudessem ter forças e elementos para lutar por reconhecimento e direitos (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 77).

O Feminismo Camponês Popular, ao pontuar seu nascimento na luta pela terra e território das populações indígenas, camponesas e negras, aponta um projeto camponês e indígena de produção de alimentos e identifica as causas da dominação e exploração das mulheres camponesas latino-americanas. As mulheres que constroem esse feminismo, nos diferentes lugares, têm em comum como identidade que as unifica a relação com a terra, o território e a produção de alimentos. Porém, os "essencialismos e romantismos em relação às identidades indígenas, camponesas e negras devem ser superadas, assim como devem ser eliminadas todas as formas de hierarquias ou relações de desigualdade reproduzidas no interior destas comunidades" (Rodrigues; Seibert, 2017, p. 12).

O Feminismo Camponês Popular, de acordo com Seibert (2019), visa rediscutir tanto a produção quanto a reprodução social do campesinato desde o cotidiano da vida das mulheres e da família camponesa. Percebe-se a importância disso para transformar as relações sociais e as bases do patriarcado no campo. A autora salienta que as camponesas desenvolvem um pensamento político, efetivando-se nas ações que se expressam na luta feminista que elas constroem. Daí nasce o Feminismo Camponês Popular, e não das teorias ou de uma formulação exterior e distante da vida orgânica do MMC.

> O Feminismo Camponês Popular é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Incorpora a pluralidade e a diversidade. Reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, de se organizar, de produzir e de viver das mulheres e povos do campo. Busca compreender a complexidade das formas de exploração e dominação para construir um movimento integral. Com isso, esse feminismo incorpora a discussão LGBTQIA+, e tem sido também uma forma de ampliar o debate acerca de todas as violências sofridas pelas mulheres, para que seja possível superar todos os meandros dessa violência, além de construir autonomia (Taborda; Cinelli; Collet, 2021. p. 10–11).

Segundo Taborda, Cinelli e Collet (2021, p. 11), o Feminismo Camponês Popular "compreende o caráter estrutural das questões étnico/raciais para a dominação, discriminação e exploração das mulheres negras e indígenas". Este elemento de diferença para as autoras é socialmente construído para a desigualdade e para a inferioridade. A autoras compreendem que existem assimetrias em como as mulheres vivenciam as explorações e violências nesta sociedade de classes, como a questão de raça, assim esse feminismo é antirracista. O feminismo camponês e indígena é necessariamente de classe (Calaça; Conte; Cinelli, 2018; Seibert, 2019; Conte, 2014; Almeida; De Jesus, 2020).

> Não há como compreendê-lo sem entender as determinações materiais de um longo processo que culmina em sua definição. Pois, descobrir-se ou entender-se como feministas para as camponesas não é algo novo, mas é a reafirmação de muitas histórias de organização, lutas, resistências e enfrentamentos que empreenderam historicamente, ainda que não assumido e percebido desta maneira em todo este processo. Na atualidade entende-se que desde sempre sua luta era feminista e que as ações que realizavam sobre a perspectiva de gênero e de classe, como mulheres trabalhadoras do campo, era e é a expressão da luta feminista das camponesas (Seibert, 2019, p. 155).

Conforme já apontado anteriormente, o MMC, além de se assumir feminista, afirma igualmente o caráter socialista, pois entende que na sociedade baseada no capitalismo, patriarcado e racismo, a libertação das mulheres e a classe trabalhadora como um todo não será possível. É preciso "transformar a sociedade" de acordo com a missão do Movimento, mas entende que o processo de transformação vai sendo feito cotidianamente a partir das ações em escala local, nacional e internacional. Nesse fazer cotidiano, percebe-se que o papel do feminismo é importante, pois de acordo com Cisne (2014, p. 119), "o feminismo encontra assim seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade reais".

A luta feminista aponta como um problema social a dominação e exploração das mulheres. Dessa forma, conforme indica Seibert (2019), sua superação deve ser responsabilidade de todos(as), e não apenas das mulheres. Nos encontros e debates, as mulheres afirmam que "a libertação da mulher, é obra da própria mulher", ou seja, é preciso o protagonismo das mesmas nesse processo de libertação e emancipação. Porém, entende-se que não será possível construir outra sociedade sem o compromisso coletivo de enfrentar a discriminação, opressão e exploração das mulheres que vêm sendo culturalmente reproduzidos.

> O socialismo que devemos construir, desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. Nisso, o feminismo é determinante, pois reivindica a construção de novos valores e práticas no presente que correspondem e sejam coerentes com a sociedade que queremos amanhã (Cisne, 2014, p. 253).

Diante do exposto, percebe-se que a contribuição do Feminismo Camponês Popular é fundamental para enfrentar o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Sua proposta política, baseada na realidade concreta, no desnaturalizar o que esse sistema impõe como natural para a sociedade, vem de acordo com o que pensa Anatália (2022),

> Eu acho que o capitalismo se enfrenta de diversas formas, de ter experiência concreta, da denúncia, das ações de enfrentamento, da formação inclusive, porque você disputar a ideia né, que é uma ideia hegemônica né, 'ah não tem o que fazer' 'o capitalismo é isso mesmo', que ele é quase que natural, enfrentar essa ideia, formar mais pessoas, mais mulheres contra essa ideia, isso também enfrenta o capitalismo.

Conforme percebemos na fala acima, é preciso disputar a ideia hegemônica baseada na imposição de uma cultura de dominação, exploração e violência na sociedade. Essa disputa consiste na construção de novas relações, bem como na formação da consciência a partir de um projeto diferente. Um projeto de vida e dignidade. Mas é preciso também enfrentar o patriarcado, uma cultura de opressão que para além da sociedade, está impregnada nas relações familiares, portanto, a organização tem um papel fundamental, de acordo com Anatália (2022),

> No patriarcado é muito nítido como organizar mulheres liberta mulheres, é claro que a formação dos companheiros também é importante, é, mais ninguém liberta ninguém, somos nós mesmas, por isso que um movimento auto organizado de camponesas é tão importante, porque a gente tem uma vivência majoritariamente isolada, tem grupos que vivem em comunidade, mas muitas vivem também em [...] unidades familiar de produção isolada, e só uma organização pode dar conta de ligar essas mulheres, de fazer uma se reconhecer na outra..., então a gente enfrenta o patriarcado nas várias lutas, nos vários processos de formação, mas em especial organizando mulheres para entender a nossa realidade.

Uma dívida histórica que se apresenta no horizonte de enfrentamento é o racismo. Na II Escola Feminista da Via Campesina Brasil[36], tivemos a oportunidade de contribuir na organização e participarmos da mesma. Um dos debates presentes foi a questão étnica e racial. No relatório dessa atividade, identificamos que "a normalização da violência contra as pessoas negras é um absurdo que ainda precisa ser enfrentado. Várias são as formas de como isso se expressa, como, por exemplo: "a prisão de uma pessoa negra a cada 23 dias, na aplicação de menos anestesia em mulheres negras quando vão fazer um procedimento cirúrgico".

Conforme já apontamos anteriormente, a herança da invasão e colonização desses mais

[36] RELATÓRIO. **II Escola Feminista de Mulheres da Via Campesina Brasil**. Realizada nos dias 04 a 08 de julho de 2022, Salvador BA.

de 500 anos é cruel, é só olharmos para o massacre e genocídio dos povos indígenas e a escravização do povo negro. Identificamos nesse mesmo relatório que "a norma colonizadora europeia nos expropriou de algo que é parte da essência do nosso território Brasil. O racismo tem padrão, é homem, branco, hétero, cristão, patriarcal e capitalista" (II Escola Feminista da VC, 2022). O referido relatório aponta ainda que "a história dos povos indígenas é ausente na história da formação do Brasil, desvalorização, invisibilização, apagamento e esquecimento".

Anatália (2022) nos coloca que um elemento central é o reconhecimento das várias formas de conhecimento dos povos, que no processo de colonização foi inferiorizado, vejamos em suas palavras,

> Eu acho que a luta antirracista tem vários elementos, mas acho que um primeiro é o reconhecimento das várias formas de conhecimento, que eu acho que o primeiro elemento da colonização para criar o racismo é dizer que o conhecimento não valia né, os indígenas eram selvagens, então na medida que um movimento se pauta no diálogo de conhecimentos, entre povos diferentes isso inclusive enfrenta o racismo, e eu acho que a gente tem nos últimos anos se desafiado a de fato, também compreender o quanto o racismo é estruturante para a sociedade brasileira, e enfrenta-lo com formação com tentativas de organização interna do movimento das mulheres negras, eu acho que a gente enfrenta de diversas formas.

Para Violeta (2022), o Feminismo Camponês Popular,

> [...] traduz as nossas lutas, né, os elementos que ele traz é justamente esses, a luta contra o racismo, a luta contra a homofobia, a luta contra esse sistema em si, a luta contra o machismo, o patriarcado, então pra mim esses são os elementos que traz o Feminismo Camponês Popular, inclusive muito embasado dentro da nossa realidade, daquilo que a gente está vivendo né, não como, como um conceito mirabolante não, o que ele traduz são todas as nossas lutas, aquilo que a gente almeja, aquilo que a gente quer construir.

Nessa caminhada de luta concreta por libertação, de projeto de agricultura, de transformação da sociedade, um elemento importante e que também dá vida ao feminismo camponês popular é a mística. Falamos por experiência própria, uma vez que os momentos de mística mexem profundamente com o nosso ser, a beleza da música, da poesia, da simbologia, da utopia, mas também da referência a lutadoras e lutadores trazem sentido a luta cotidiana. Segundo Adriana Maria Mezadri, Justina Inês Cima, Sirlei A. K. Gaspareto, Vanderléia Pulga "a mística de libertação exige uma coerência entre as convicções e a ação e se manifesta na vivência de novas formas de encarar a realidade" (Mezadri *et al*., 2020, p. 174).

A mística vem carregada em muitos momentos de uma forte indignação com a realidade cruel que a sociedade capitalista, patriarcal e racista impõe, mas também de um profundo amor para com o povo.

> Ernesto Che Guevara falava que todo revolucionário é movido por um enorme sentimento de amor. Pensamos que o lugar onde isso fica mais evidente na luta camponesa é na mística, tanto no ritual da mística – aquela que abre e fecha os momentos de atividades, quanto na mística pensada e sentida de forma ampla, que é o que dá sentido à primeira. Na/com a mística, sentimento anda junto com a racionalidade, ela traz os elementos da luta camponesa: sementes, soberania, diversidade produtiva, feminismo. Ela ajuda as organizações a olharem para trás, não com saudosismos, mas como impulso para um salto maior à frente, a mística resgata o ontem para hoje e, assim construirmos o amanhã que queremos, pois ela tem força de luta, cheiro de transformação (Calaça, 2021, p. 391).

A mística perpassa também pela defesa das sementes crioulas, dos territórios, das águas, das florestas, da mãe terra, da soberania alimentar, do trabalho justo, do direito, de viver nossa missão de produzir alimentos. "É a mística que impulsiona quem caminha, quem trava o combate, quem faz história" (Mezadri *et al.*, 2020, p. 173).

Diante dessa constatação, entendemos o Feminismo Camponês Popular como uma categoria importante, pois parte da compreensão de que vivemos numa sociedade capitalista, patriarcal e racista. Para romper com essa estrutura é preciso compreender esse todo e o papel dos sujeitos que nele se encontram. Partir das categorias geográficas foi fundamental, pois ajudaram a pensar a partir do MMC, dos sujeitos que constroem este movimento.

Em nossa compreensão, o Feminismo Camponês Popular tem como principal elemento a libertação e emancipação das mulheres trabalhadoras através da prática cotidiana de luta, organização e formação. O que se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, pois esse feminismo construído pelas camponesas está profundamente comprometido com a luta de classe.

Nesse sentido, afirmamos o caráter anticapitalista, antipatriarcal e antirracista do Feminismo Camponês Popular. De acordo com Seibert (2019), ele é a expressão e formulação da experiência teórico prática, coletiva e orgânica das mulheres camponesas organizadas tanto no MMC, quanto na CLOC/LVC. No MMC, como já dito, entende-se que o "sair de casa" em busca de direitos, dignidade e emancipação foi e continua sendo o primeiro passo que permite se libertar das correntes que as oprimem, portanto, um elemento fundamental do Feminismo Camponês Popular.

A luta por direitos, como o acesso à documentação, a ter um nome, salário maternidade, aposentadoria, o reconhecimento da profissão que considera as camponesas como trabalhadoras e a condição de seguradas especiais, possibilita que o trabalho no campo precisava ser visto e valorizado. Foi a partir dessas lutas que as mulheres organizadas se entendem como feministas.

Mesmo que no começo a palavra feminismo não aparecia, entende-se que a luta pelo reconhecimento do ser mulher e o valor do trabalho é uma luta feminista.

O Feminismo Camponês Popular perpassa também pela compreensão de que as mulheres não são e não vivem uma realidade única ou uniforme. De acordo com Calaça (2021), se diferenciam em classe, em raça/etnia, em credos. Mesmo dentro da classe trabalhadora há diferenças que não as divide, mas que as coloca em realidades diferentes e disso discorre necessidades diferentes. Falamos de mulheres do campo, das florestas e das águas que compõem a partir de diferentes culturas, modos de viver e se relacionar dentro da diversidade do feminismo em construção no MMC.

É no processo de luta, organização e formação, na construção do movimento autônomo que constroem outras relações, que não as discrimina nem por gênero, classe, etnia, sexualidade ou qualquer outra forma de opressão. A construção do MMC possibilitou/possibilita o despertar em relação à própria valorização como gente, como mulher camponesa, como portadoras de direitos e vontades.

Ao estudar sobre o papel da mulher na sociedade, descobrem que o lugar de submissão e subalternidade que é imposto às mulheres, foi construído pelo patriarcado e aprofundado pelo capitalismo e o racismo. Ou seja, foi construído pelos donos do poder e dessa forma não é natural. As mulheres entendem que é possível construir relações de parceria, de solidariedade, de igualdade/equidade entre as pessoas e em respeito à natureza, elas entendem que são parte dela.

Essa compreensão traz a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação, da discriminação. Percebe-se que esse entendimento contribui para que no MMC sejam organizadas e protagonizadas lutas de denúncia e enfrentamentos às estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo, da floresta e das águas. Ao mesmo tempo, traçarem lutas de resistência feminista como formas de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente, pois conforme já dizia Marx, a violência é a parteira da história, sendo então essas lutas estruturais, sistêmicas e culturais.

De acordo com Taborda; Cinelli e Collet (2021), ao entender o território como espaço de bem viver, apontam que a luta das mulheres se dá nessa sociedade que não só explora o trabalho, os bens naturais, as sementes, a terra, os corpos, os territórios, mas, fazem deles mercadorias com objetivo de lucrar cada vez mais, o que reforça a produção da desigualdade. Nessa dimensão do território a partir dos povos originários e das mulheres, as autoras entendem a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade e apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver bem.

Na dimensão do fazer-se da consciência pela luta e nos processos formativos, organizativos possibilitam essa mulher camponesa pensar sobre si, o meio, as relações de poder, que nos espaços do território vai resultando e sendo evidenciado em mudanças que passam por outras compreensões de sociedade. Na medida em que vão construindo suas bandeiras de resistência feminista camponesa popular vão desconstruindo concepções, olhares, prática.

Percebemos, portanto, que o feminismo que vem sendo construído parte da análise e discussão do que vivenciam, enquanto mulheres, em todas as dimensões da vida. Para as camponesas, compõe a produção de alimentos saudáveis, a construção da agroecologia, o conhecimento do corpo, o respeito às formas de viver, a afetividade, a sexualidade, os direitos e a luta contra o agronegócio. Apresentam também a dimensão do cuidado como tarefa coletiva, pois faz parte da vida, sendo esses, entre outros, os elementos da construção do Feminismo Camponês Popular.

Ao afirmar que o Feminismo Camponês é Popular, apresentam uma mensagem que evidencia, que ele é composto por mulheres da classe trabalhadora e que faz o enfrentamento ao capitalismo, que no campo hoje é representado pelo agronegócio. Trata-se de um projeto de sociedade que na prática cotidiana busca construir a agroecologia como modo de vida e referência para a construção de outras relações.

Outro elemento central do Feminismo Camponês Popular é a participação política da mulher, sendo essa participação condição para a superação da violência em suas diversas faces, seja ela relacionada à vida doméstica, ao modelo químico de padronização dos alimentos que retira o direito da produção natural, invade as unidades da produção, criminaliza os conhecimentos das mulheres (benzedeiras, curandeiras, entre outras).

Essa construção pressupõe uma mulher que ama a vida, arrebenta as correntes e amarras de seu tempo e luta pela libertação de todas as formas de escravização, violência e opressão. E, em luta, essa mulher feminista vai construindo a transformação da sociedade sempre em defesa da vida das mulheres, mesmo que isso ocorra lentamente, mas segue evoluindo gradativamente.

O Feminismo Camponês Popular que o MMC vem construindo tem rompido com barreiras e provado que a luta das mulheres é fundamental para o avanço da luta de classes. Avançam na luta feminista e socialista e acreditam que as mulheres se assumirem numa organização camponesa e feminista é uma afronta direta ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Este feminismo, portanto, está presente na luta e construção diária pela libertação e mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Além de ser o caminho para a transformação de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista para uma sociedade humana, justa, igualitária e solidária entre todos os seres vivos.

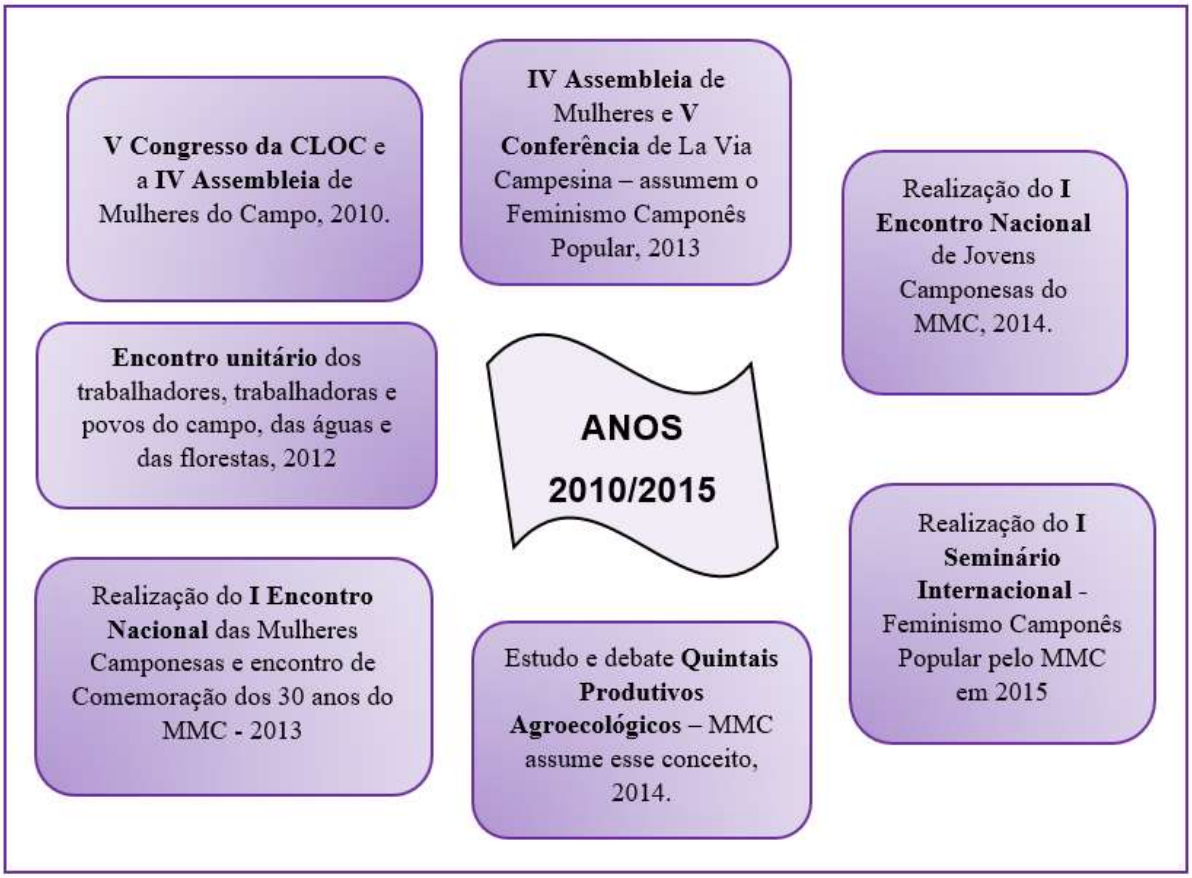
Sua construção não está acabada, segue em processo, desde dentro e em diálogo com as construções históricas existentes. É composto por uma diversidade de mulheres do campo, das florestas e das águas, de jeitos de se relacionar com todas as formas de vida, conhecimentos, regionalidades e experiências. Se caracteriza como um caminho construído por muitas mãos e pés, muitas cores, sentimentos, vivências e realidades concretas.

Concluindo essa parte da história do MMC, com a leitura de vários materiais, os depoimentos das mulheres, nas atividades, que enquanto militantes, sujeitos atuantes no Movimento, participamos e construímos juntas, percebemos o quanto as camponesas foram construindo novas estratégias de luta. Não podemos negar que "a luta pela libertação da mulher é obra da própria mulher". Essa libertação se alcança na luta cotidiana nos territórios, mas também em nível global.

Percebemos que com o passar dos anos, a partir da organização, formação e lutas, as mulheres vão dando saltos na forma de se organizar, mas principalmente vão formulando conceitos e posições políticas acerca de temas que são fundamentais para o entendimento de sua condição de mulheres, citamos Feminismo Camponês Popular, racismo, patriarcado, capitalismo, projeto de agricultura e sociedade, saúde, sexualidade, entre tantos outros. A produção científica militante, "territórios das mulheres", o conhecimento produzido pelas mulheres de acordo com Vinha (2013) é um importante tipo de território que estabelece relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço. Afirmamos, portanto, o *Feminismo Camponês Popular como um território de luta e resistência no MMC*.

As formas de ações (Figura 25) seguem sendo diversas como: caminhadas, brigadas, comemorações, encontros, marchas, denúncias, mística, entre tantas outras.

Figura 25 – Anos 2010 a 2015: Construção do Feminismo Camponês Popular



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Formulamos o Quadro 2, no qual apresentamos uma síntese de como as mulheres foram se reinventando diante desse contexto de modernização do campo ao longo dessas quatro décadas de existência do MMC. Sabemos que, para além dessas inúmeras outras foram realizadas nos estados e em conjunto com as demais organizações, movimentos, pastorais sociais do campo e da cidade. Optamos por apresentar as que são mais relevantes para esta pesquisa.

Quadro 2 – ações realizadas pelo MMC por década

Década	Ações realizadas
1980 – 1990	1980 - Luta pela reabertura política e redemocratização no Brasil.
	1980 e 1981 - Encontros, reuniões que motivaram a luta pela oposição sindical com participação intensa das mulheres, nas quais denunciam a não sindicalização das mesmas, assumiram essa bandeira e com a mobilização das mulheres a chapa de oposição venceu, uma grande vitória.
	1980 a 1982 - Primeiras reuniões de mulheres para refletir sobre suas vidas, pela participação sindical, por saúde da mulher, saúde natural, direitos, educação, participação das mulheres na sociedade, luta por reforma agrária, contra a grilagem de terra, latifúndio, êxodo rural, por moradia, emprego e reconhecimento

	da profissão das mulheres, estudos bíblicos, formação política e sindical. “Sair de casa” – libertação e emancipação.
	01 de maio de 1983, Lista de presença – Mulheres Presentes no 1º Encontro em Nova Itaberaba/SC – a mesma torna-se a data oficial de criação do MMC.
	1986 - Intensificam a luta por direitos sociais no processo da Constituinte, entrega de abaixo-assinado contendo mais de 100 mil assinaturas e documentos com pautas nos Ministérios da Previdência, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Educação.
	1986 - Realizaram o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. Com 36 participantes, vindas de 16 estados (Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). - Debates nos grupos de base, com movimentos populares e sindicais para mobilização com objetivo de garantir a aprovação das emendas, para conquista dos direitos no processo da Constituinte. - A luta pela participação política possibilita a eleição de Luci Choinacki - Primeira agricultora deputada estadual/SC, a seguir eleição de muitas vereadoras.
	A conquista da Seguridade Social Art. 194 da Constituição de 1988: SUS, Previdência e Assistência Social.
	Em maio de 1988, com o lema Todo Trabalho Organizado, Conduz a Vitória, foi realizado o II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, para a realização de formação política com os temas: “História da formação das classes sociais, luta de classes, Estado e ideologia, Sindicato, movimentos populares e Partido”.
	Seguem com amplo trabalho de base, formação e lutas, terminam essa década elegendo Luci Choinacki deputada Federal nas eleições gerais e com amplas mobilizações garantem a regulamentação do SUS em 1990, o que exigiu amplos debates para efetivação do mesmo nos municípios do interior e também de orientações e informações para as mulheres do campo.
1991 – 2000	Regulamentação dos direitos conquistados: - Aposentadoria na condição de seguradas especiais - 1991; - Auxílio acidente de trabalho para camponesas(es) - 1992; - Após intensa luta pela derrubada do veto do Presidente Fernando Collor de Mello realizando uma mobilização nacional no marco do 08 de março de 1992, com a presença de 18 estados, aproximadamente 1800 mulheres trabalhadoras rurais, em Brasília. Com o *impeachment* do Presidente, organizam uma comissão permanente em Brasília, e realizam inúmeros debates nos municípios e estados. Realizaram em agosto de 1993 uma caravana a Brasília pelo Salário Maternidade, Reforma Agrária e não a Revisão Constitucional com a presença de 19 estados, garantindo assim a regulamentação do Salário Maternidade em 1994.
	Lançamento da Campanha de Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos em 1994, com a campanha as mulheres organizam um grande mutirão e se deslocam para vários estados do Brasil para fazer o debate e orientar às mulheres para fazer sua documentação.
	Participação em fevereiro de 1994 do I Congresso da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e La Via Campesina (LVC) na cidade de Lima, Peru uma articulação continental de movimentos de camponeses(as), indígenas e negros(as).

	Realização de diálogos com a base para fortalecimento dos Movimentos Autônomos, em SC Realizam o 1º Congresso do MMA agosto de 1994 – os temas estavam relacionados com participação política da mulher na sociedade; enfrentamento a violência e discriminação; afirmam que a luta das camponesas é de gênero e classe; saúde e saúde da mulher; o tema do aborto se posicionando contra a criminalização e afirmam que esse é um tema de saúde e defesa da vida das mulheres; Reforma Agrária para combater a fome e a miséria.
	A luta pelo acesso à educação pública para as mulheres do campo realizando diversos encontros e audiências em 1994.
	Realização do III Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil que aconteceu de 19 a 24 de outubro de 1995, em Jundiaí/SP, no Instituto Cajamar, com a presença de 51 participantes, representando 18 Estados.
	Em 1997, ocorreu o II Congresso da CLOC em Brasília. As mulheres sabiamente se articulam e realizam a I Assembleia de Mulheres. A Reforma Agrária é o debate central deste Congresso.
	A realização do II Congresso Estadual do MMA/SC, realizado em 1998. O mesmo motivou as mulheres do campo a ocupar as escolas, institutos e universidades para estudar.
	Realização do IV Encontro Nacional da ANMTR, tendo o lema "Unidas contra o neoliberalismo por pão, justiça, igualdade", com a participação de 70 delegadas, de 22 Estados, em 1999.
	Participação na Marcha Popular pelo Brasil, que contou com a participação de cerca de 1.100 mulheres e homens que percorreram mais de 1.600 km do Rio de Janeiro a Brasília em 1999.
2000 – 2009	Entre os dias 13 e 17 de março de 2000, mais de três mil mulheres do campo de todas as regiões do Brasil realizaram o primeiro acampamento nacional de mulheres trabalhadoras rurais – a reivindicação era pelo rompimento do acordo com o FMI e a suspenção dos juros da dívida externa; Esse acampamento acontece articulado com mobilizações dos povos indígenas, dos sem-terra e dos pequenos agricultores/as; Nesse período as camponesas dão continuidade a luta contra a Reforma da Previdência, com a pressão e entrega de abaixo-assinados o governo retira da pauta o PL 1733/99; Realizam também o debate em defesa das sementes crioulas, no qual pautam a luta contra os transgênicos, agrotóxicos e pela agricultura ecológica, defendem a soberania e segurança alimentar; A luta contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). O acampamento, além de intensificar a luta por políticas públicas, fortalece a discussão sobre a necessidade de unificar os vários Movimentos Autônomos num Movimento nacional, ampliam o diálogo nos grupos de base;
	No ano seguinte realizam o segundo acampamento nos diversos estados, no período de 5 a 9 de março de 2001, com o lema: *"Mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil*". Demarcam o 08 de março como dia de luta e resistência das mulheres trabalhadoras;
	Constroem e participam do III Congresso e da II Assembleia de Mulheres da CLOC/LVC realizada em 2001 no México. Com o lema: "Mulheres do campo cultivando um milênio de VIDA, Justiça e IGUALDADE".
	Realizam o terceiro acampamento nos dias 6 a 8 de março de 2002 com o lema

	"trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra construindo a nova sociedade".
	Lançamento da Campanha internacional "*sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade*" pela Via Campesina em junho de 2002. Campanha essa lançada no Brasil durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS em janeiro de 2003.
	Criação do Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC, e o programa Plantando Saúde do MMC/RS. Luta pelo Crédito Especial para as mulheres.
	Realizam mobilizações no 8 de março de 2003, que tiveram como lema: "mulheres trabalhadoras rurais na luta pelos direitos, construindo um projeto popular".
	Realização de um curso nacional nos dias 21 a 24 de setembro de 2003, com a participação de 50 mulheres militantes/lideranças representantes de 16 estados, no qual definem unificar os diversos Movimentos autônomos no Movimento de Mulheres Camponesas.
	Realização nos dias 05 a 08 de março de 2004, do I Congresso Nacional em Brasília/DF. Momento em que consolida o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil a partir dos movimentos autônomos organizados nos estados. O marco é: *Fortalecer a luta em defesa da vida. Todos os dias.* No qual se assume como um Movimento feminista, sendo o MMC o primeiro movimento da CLOC/Via Campesina a se declarar como feminista.
	2004 e 2005 as camponesas dedicaram tempo para se reorganizar internamente nos estados. Tinham como centralidade as deliberações do MMC. Estudam as contradições existentes nos seus territórios.
	Constroem e participam do IV Congresso da CLOC/LVC e realizam a III Assembleia de Mulheres na Guatemala, território Maya em 2005.
	2006 em conjunto com as demais mulheres da Via Campesina, realizam a ação contra a Aracruz Celulose. A ousada ação contou com a participação de mais de 1.800 mulheres camponesas da Via Campesina, sendo realizada no dia 08 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.
	Lançamento em 08 de março de 2007 da *Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis*. Luta por políticas públicas, diálogo entre campo e cidade, e afirmação da agroecologia como modo de vida.
	Luta contra a Reforma da Previdência, constituição do Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social (FIPPS).
	Debates acerca do Feminismo no MMC. Elaboração de cartilha.
	Lançamento da Campanha "Basta de Violência contra a mulher camponesa", durante a V Conferência Internacional da Via Campesina na cidade de Maputo, capital de Moçambique em 2008.
2010 – 2015	2010, Quito, Equador, aconteceu o V Congresso da CLOC e a IV Assembleia de Mulheres do Campo.
	Encontro unitário dos trabalhadores, trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas, 2012.
	Realização do I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas, no período de 18 a 21 de fevereiro de 2013, em Brasília/DF. Sob o lema: *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher*.
	Em maio de 2013 o MMC realizou um grande encontro de comemoração dos 30

	anos do Movimento no município de Xanxerê, com a participação de mais 5 mil pessoas de SC, mas também com representações de vários estados.
	Participação da IV Assembleia de Mulheres e V Conferência de La Via Campesina – assumem a construção do Feminismo Camponês Popular.
	Em 2014 o MMC aprofunda o debate e sistematiza sobre sua compreensão a respeito dos Quintais Produtivos – espaço de produção diversificada de alimentos, espaços de produção do conhecimento e sabedoria silenciosa das mulheres.
	Realização do I Encontro Nacional de Jovens Camponesas do MMC. Em dezembro de 2014.
	2015 Realização do I Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, 2015; 2015 ocorre o VI Congresso e a V Assembleia de Mulheres na Argentina; Lutas em defesa da Democracia;

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A atuação nos anos de 2016 a 2022, são debatidas na próxima seção, que trata das ações de resistência das camponesas frente ao Golpe de 2016. Como veremos a seguir, esse é um período marcado por retrocessos, mas também por profundas transformações, entre elas a pandemia da Covid-19, que modificou e exigiu a reinvenção das estratégias de luta.

4 PÓS-GOLPE DE 2016: RETROCESSOS, AMEAÇAS, DESMONTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIAS

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.
Rosa Luxemburgo

Nesta seção, nossa intenção foi analisar as ações do MMC no período Pós-Golpe de 2016 a 2022. Apontamos algumas características, que permitem afirmar que o *impeachment* contra a Presidenta Dilma foi um golpe, bem como alguns elementos para contribuir na compreensão do que levou a extrema direita brasileira aliada em nível mundial a efetuar o mesmo. Nesse contexto, identificamos alguns retrocessos vivenciados nesse período, optamos por demarcar dentro do espaço/tempo esse momento, por ser, conforme veremos, um dos períodos de maiores perdas para a classe trabalhadora, desde o processo de reabertura democrática vivenciada nos anos de 1970/1980, bem como de ameaças contra os Movimentos Populares.

Apresentamos as ações construídas pelas camponesas que se configuram em resistências e enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Uma contribuição que possa apontar elementos de continuidade na luta dessas mulheres que enfrentaram, resistiram e seguem construindo esse Movimento. Cabe ressaltar que as lutas empreendidas pelo MMC e apresentadas na seção anterior e neste foram importantes para que as conquistas fossem obtidas, bem como essenciais na luta coletiva, popular e organizada. Conforme já mencionamos, iniciaremos apontando alguns elementos para entendermos a efetivação desse golpe em nosso país.

4.1 Fundamentos que levam a efetivação do golpe de 2016 no brasil

Buscamos apresentar na história mais recente do nosso país alguns elementos que contribuem para entendermos quais os passos dados pela burguesia brasileira, aliada à extrema direita em nível mundial, para orquestrar e efetivar o golpe de 2016. Conforme, Glauco Henrique Clemente Batista, Erica de Souza Coletti, Nágila Regina Saraiva Vieira e Tiago Amaral Sales (2020, p. 138), o *impeachment* realizado contra a Presidenta Dilma no dia 31 de agosto de 2016, é visto mundialmente como um processo antidemocrático, chamado de golpe. Os autores José Celso Cardoso Jr. e Sergio Roberto Guedes Reis (2018), também apontam o afastamento fraudulento da Presidenta Dilma como um golpe.

> O processo político-jurídico-midiático vivido no Brasil no biênio 2015 e 2016 vai entrar para a memória do país (certamente não a memória oficial, mas a de milhares de cidadãs e cidadãos atônitos que têm vivido este processo!) como uma das maiores farsas e injustiças da história política das nações em todos os tempos. No futuro, historiadores e cientistas sociais terão desvendado os mistérios e meandros desse que já é internacionalmente reconhecido como o processo mais fraudulento e antipopular da história política brasileira (Cardoso Jr.; Reis, 2018, p. 13–14).

Os referidos autores afirmam ser esse um processo fraudulento, pela fragilidade dos fundamentos legais e pela forma enviesada da condução do processo, bem como, pelos atos milimetricamente calculados pelos movimentos pró-*impeachment* de parte importante "dos poderes constituídos da República, tais como o Ministério Público da União (MPF), a Polícia Federal (PF), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, dentre outros" (Cardoso Jr.; Reis, 2018, p. 14).

> Além de fraudulento, o golpe de 2016 no Brasil tem também um caráter destacadamente antipopular. Antipopular não só porque orquestrado e implementado por parte das lideranças partidárias, econômicas, sociais e sindicais das mais conservadoras e reacionárias, desde sempre presentes nas estruturas do Estado e do Poder no país, valendo-se há muito de seu peso e influência para enriquecimento pessoal ilícito e a construção e manutenção histórica de privilégios e benefícios particulares, mui distantes dos interesses verdadeiramente nacionais. Mas ainda porque declaradamente intencionado a redirecionar a ação do Estado e das políticas públicas, em construção desde a Constituição Federal (CF) de 1988, numa direção que foi eleitoralmente rejeitada pela maioria da população brasileira por quatro vezes seguidas desde 2002. Com isso, vem promovendo e propagandeando, deliberadamente, um desmonte das capacidades estatais e dos instrumentos governamentais necessários ao desenvolvimento nacional, bem como uma perseguição e combate a direitos sociais da cidadania contemporânea (Cardoso Jr.; Reis, 2018, p. 14).

Ainda de acordo com Cardoso Jr. e Reis, esse processo contou também com a grande mídia escrita, televisiva e radiofônica, somada ao apoio de empresários ligados ao rentismo financeiro, direta e indiretamente e à superexploração do trabalho,

> [...] por novos segmentos da sociedade criados e alimentados de forma artificial por meio das redes sociais, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados On-Line, Vem pra Rua etc., contando inclusive com financiamento internacional para suas ações (Cardoso Jr.; Reis, 2018, p. 14).

De acordo com Demerval Saviani, no texto *a crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil*,

> A caracterização da destituição de Dilma Rousseff, presidenta reeleita, como um golpe decorre do fato de que não foi cumprida a exigência constitucional

> da existência de crime de responsabilidade, único motivo legal que justifica o *impeachment*. Obviamente, os autores desse ato sempre negaram a existência do golpe argumentando que seguiram todo o ritual previsto, inclusive com a chancela do Supremo Tribunal Federal que presidiu a sessão do Senado que consumou o *impeachment*, conforme previsto na Constituição (Saviani, 2018, p. 27, grifo nosso).

O autor apresenta que "o STF lavou as mãos sugerindo que a decisão cabe ao Senado Federal, órgão do Poder Legislativo que é autônomo, não cabendo ao Judiciário interferir" (Saviani, 2018, p. 29).

> Com o afastamento de Dilma Rousseff quebrou-se a institucionalidade democrática deixando de existir o Estado Democrático de Direito. E passamos a viver num Estado de exceção com uma sequência de atos discricionários abrindo margem a uma verdadeira escalada do arbítrio, num estado de golpe contínuo constituído por atos que se sucedem eivados de ilegalidade cometidos pelo Executivo, por parlamentares, pelo Judiciário e pela imprensa que vão desde as condenações sem provas até, às vésperas da eleição (Saviani, 2018, p. 29–30).

Este movimento de ruptura democrática e social representa muito mais que um episódio adverso da conjuntura política.

> Trata-se, a bem da verdade, de um movimento conservador e reacionário (além de ilegal e imoral, posto não haver razões jurídicas nem de outra espécie para tal), proveniente de segmentos atávicos da sociedade brasileira, no sentido de promover não apenas uma ruptura constitucional por si só de gravíssimas implicações político-institucionais a futuro, mas, sobretudo, uma ruptura do processo histórico de construção e afirmação da Nação que, duramente, sobretudo desde a Constituição de 1988, vinha buscando se afirmar no país, assentado nos valores supracitados da soberania; da sustentabilidade ambiental, produtiva e humana; da democracia como valor e método de governo; e da inclusão social e territorial com equidade, como objetivos maiores da sociedade brasileira (Cardoso Jr.; Reis, 2018, p. 15).

Como consequência do golpe, de acordo com Saviani (2018, p. 31), "nós voltamos a uma situação politicamente equivalente à ditadura, que se abateu sobre nosso país entre 1964 e 1985". O golpe militar naquele momento instalou um Estado de exceção. Período governado pelos militares por 21 anos, configurando uma situação que vitimou também outros países da América Latina, ressalta Saviani. A forma de implantação do golpe no Brasil remete recorrer a Barnabé Medeiros Filho, que em seus estudos acerca do *golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização* apresenta que,

> Nos 16 anos que separam a primeira revolução colorida, a da Sérvia, e o golpe contra Dilma Roussef no Brasil, as formas de intervenção do imperialismo evoluíram muito, até se transformar no que está sendo chamado de Guerra Híbrida. Quem primeiro usou esse termo foi Frank Hoffman, um especialista em estratégias militares, num estudo de 2007 para o Marines Corps, o corpo

> de fuzileiros navais dos Estados Unidos. Atualmente, passados mais de 10 anos desse primeiro estudo, Guerra Híbrida tem sido definida como o uso de métodos e apoios os mais variados contra um determinado país. Da mobilização de parte da população, como nas revoluções coloridas, aos drones e bombardeios aéreos, passando pela cooptação da mídia, do aparato judicial e policial do país visado, pelo apoio a grupos armados, intervenção eleitoral, fake news e o que mais for possível usar. É um tipo de estratégia que pode chegar à guerra total, mas a mobilização de forças hostis começa muito antes da guerra declarada (Medeiros Filho, 2018, p. 13).

Segundo o autor, o golpe no Brasil é um dos mais sofisticados de guerra híbrida. Contou com mobilizações nas ruas e a chamada "Operação Lava Jato", que tinha como principal palavra de ordem o combate à corrupção, conduzida por um juiz de extrema direita.

> as eleições de outubro de 2018 no Brasil, parece reforçar a ideia de que nosso país está sendo alvo de uma sofisticadíssima guerra híbrida. Começou com um golpe judicial-parlamentar-midiático, que levou à implantação de um governo estreitamente ligado aos interesses tanto do imperialismo, quanto de amplos setores da burguesia brasileira. Para atender a esses interesses, em dois anos foram feitas 'reformas' que implicam, entre outras consequências, redução de salários, retomada das privatizações, desmonte da política para o petróleo e entrega a corporações de grandes parcelas do orçamento público em áreas como educação e saúde (Medeiros Filho, 2018, p. 23).

A partir das eleições de 2018, de acordo com Medeiros Filho (2018) um contexto ultraconservador e neoliberal se alastrou no Brasil, levando a medidas que retiraram direitos e aumentaram a desigualdade social e concentração de renda no país. Em estudo realizado por João Henrique Zanelatto e Lucene Candido Magnus que analisa a contribuição da Revista VEJA no processo do Golpe a partir da desconstrução/desqualificação da imagem da Presidenta Dilma Rousseff, os autores afirmam que,

> O golpe de 2016 foi caracterizado por uma ofensiva neoliberal que atacou os governos que apresentaram uma pauta progressista quanto aos avanços sociais. Esse processo impactou profundamente nos avanços conquistados nos últimos anos no Brasil. O *impeachment*/golpe, ocorrido em 2016, marcou a ruptura de um ciclo político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Essa ruptura impactou profundamente no curso das políticas públicas de caráter social, configurando, dentre muitas outras características, a quebra do presidencialismo de coalizão construído a partir da ascensão de Lula junto aos partidos que representam a classe média e a burguesia brasileira (Zanelatto; Magnus, 2023, p. 03, grifo nosso).

Para entender essa ofensiva neoliberal é importante olhar para a política adotada pelos governos Lula e Dilma,

> Para Queiroz (2018) e Boito Jr. (2012), o bloco de alianças formado pelos petistas, ao longo dos 14 anos à frente da presidência, formataram um programa baseado no modelo 'neodesenvolvimentista', o que os autores

> intitularam de 'Frente Neodesenvolvimentista'. O programa, em si, corresponde a uma agenda política, econômica e social direcionada para avanços sociais importantes, como i) o aumento de renda da população, ii) redução do desemprego, iii) políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da saúde e educação e iv) diminuição da extrema pobreza (Zanelatto; Magnus, 2023, p. 06).

De acordo com Jessé Souza (2016), a política neoliberal do governo FHC abriu espaço para um novo projeto de governo, sob o comando do PT:

> O governo Lula, com conjuntura externa favorável, inaugurou o maior período de crescimento e de otimismo em relação ao país, em período democrático, desde Juscelino Kubitschek. Lula adotou uma política de compromisso segundo a qual todos os segmentos sociais auferiram ganhos significativos, muito especialmente os que situavam nos extremos da sociedade: os muito ricos e os muito pobres. A novidade histórica para nós era a fidelidade política dos excluídos brasileiros, que chamamos provocativamente de 'a ralé brasileira' em trabalho empírico sobre esta classe. Pela primeira vez, eles votaram na esquerda (Souza, 2016, p. 44).

Essa forma de governar do PT criou um grupo de aliados, porém a oposição também construiu suas alianças, por não aceitarem que camadas mais pobres fossem favorecidas. Assim, para aumentar seu poder, se articulam e constroem o golpe para implementar seu projeto político:

> Desse modo, concordamos com Queiroz (2018) que o processo político de 2016, divulgado pelas grandes mídias de forma nacional e internacional, foi um projeto político articulado por setores da sociedade brasileira. A análise desses setores materializa uma expressiva intenção de derrubar o programa econômico e social que vinha sendo implementado no Brasil através dos mandatos de Lula e Dilma, dentro do arranjo político da frente neodesenvolvimentista (Zanelatto; Magnus, 2023, p. 06).

Para entendermos melhor o porquê da implementação de um golpe, é preciso apontarmos alguns elementos a respeito dessa ofensiva neoliberal aliada ao nazismo/fascismo/bolsonarismo e sua forma de atuar. Portanto recorremos a autoras(es), bem como ao Relatório da reunião de Coordenação Nacional do MMC[37], no qual realizamos um breve estudo sobre *Nazismo/Fascismo/Bolsonarismo*. Outro documento utilizado é o Relatório[38] da Terceira Escola Feminista da Via Campesina[39], no qual dedicamos uma tarde de

---

[37] RELATÓRIO. **Reunião de Coordenação Nacional do MMC**. Realizada nos dias 09 a 11 de dezembro de 2022, Chapecó SC.

[38] RELATÓRIO. **III Escola Feminista da Via Campesina**. Realizada nos dias 09 a 15 de julho de 2023, Belém Pará.

[39] Movimentos e organizações sociais participantes: MAB, MPA, MMC, MST, MAM, MPP, APIB, CPT, CONAQ, PJR.

estudo sobre o tema: *Neofascismo como projeto de poder e sua sustentação pelo racismo e patriarcado.*

Acreditamos ser fundamental esse estudo, pois é preciso entender como age o inimigo da classe trabalhadora, em especial das mulheres. O pensador Antonio Gramsci dizia: "Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força" (Relatório, 2022).

Os elementos aqui apresentados pretendem contribuir na compreensão desse momento. Partimos do entendimento de que vivemos em um sistema capitalista, patriarcal, racista, LGBTQI+fóbico. Esse sistema social é hegemônico no mundo. Em cada país ele opera conforme as circunstâncias, e no Brasil tem-se concretizado a partir do bolsonarismo. É um sistema que conforme apresentado anteriormente precisa do Estado para se materializar, sendo então necessário um governo para governar dentro das regras estabelecidas.

Portanto, para identificar algumas ideias centrais, apresentamos aqui alguns trechos que constam no relatório já mencionado,

> Benjamin R. Teitelbaum realizou entrevistas com ideólogos de direita entre 2018 e 2019, para compor o livro: *Guerra pela eternidade* (lançado em inglês, no começo de 2020). A tradução chega no Brasil pela editora Unicamp. Benjamin entrevista Olavo de Carvalho, Aleksandr Dugin/ Rússia de Putin e Steve Bannon/ EUA de Trump. Dois personagens são comuns aos três: o francês René Guénon – ataca as instituições do mundo ocidental moderno e o italiano Julius Evola – influente no estabelecimento do fascismo e do racismo na Itália. A questão da espiritualidade está presente nos dois. A atuação do governo Bolsonaro nas relações internacionais. Visão da extrema direita e sua atuação no mundo = pensamento tradicionalista – uma das facetas mais conservadoras da nova direita mundial. O principal elemento de ativismo político é serem contra a ascensão feminina, a democracia e a perda da espiritualidade (Relatório, 2022).

O conservadorismo e o machismo se apresentam como fortes impulsionadores do Golpe. Em entrevista Violeta (2022), ressalta que "o golpe contra Dilma acabou sendo um retrato desse machismo existente no nosso país, do sistema político, que predomina ali dentro, já que após isso vivenciamos inúmeras perdas de direitos e de políticas públicas".

Esses pensamentos conduziram a forma de governar adotada pelos governos entre os anos de 2016 e 2022. Buscamos compreender um pouco mais esse pensamento que se mundializa atuando nos mais diversos países para se sobrepor. O autor Edson Lopes da Silva Monteiro em seu estudo *Bolsonarismo e a Manipulação do Brasileiro Autoritário: Nazifascismo a Serviço do Neoliberalismo*, aponta que:

> As ditas crises das democracias liberais talvez possam ser descritas como a

> dificuldade de conservadores, liberais e, hoje, neoliberais de manter o poder por meio de governos e governantes dessas matrizes políticas. Este fenômeno, observado na Europa há um século, quando o conservadorismo e o liberalismo se renderam a acordos com o nazifascismo na Itália e na Alemanha, se repetiu recentemente em parte da Europa, de certa forma nos Estados Unidos e, mais claramente, na América Latina, a exemplo da Bolívia, onde o golpe da ultradireita foi debelado, e do Brasil, onde um golpe iniciado em 2015 dentro da institucionalidade terminou por levar ao poder, três anos depois, um governo de extrema direita populista (Monteiro, 2023, p. 16).

A vitória de Bolsonaro, a exemplo do processo de *impeachment*, consiste numa ampla aliança entre:

> (i) parcela significativa do Poder Judiciário e de seus apoiadores nas classes alta e média, o dito lavajatismo, então capitaneado pelo algoz de Lula, o hoje ex-juiz, ex-ministro da Justiça, ex-pré-candidato a presidente e senador eleito pelo Paraná Sérgio Moro; (ii) a direita militar clássica, com suas forças auxiliares, notadamente as polícias estaduais, por vezes já suborganizadas em milícias, como no Rio de Janeiro; (iii) a elite econômica conservadora, direitista, neoliberal, claro!; (iv) a nova extrema-direita, movida por seu velho e hoje finado guru Olavo de Carvalho e pelos expoentes neoliberalizantes do MBL (Movimento Brasil Livre); e (v) um setor mais extravagante e extremado do empresariado, que foge ao perfil da elite econômica conservadora já listada. No recorte superestrutural partidário, soma-se o apoio desde o primeiro turno de velhas siglas e caciques políticos regionais de partidos ditos de centro, mas que são historicamente de centro-direita e direita. E ainda, no recorte superestrutural religioso, o amplo apoio da quase totalidade dos líderes evangélicos e das lideranças católicas de perfil conservador (Monteiro, 2023, p. 38).

De acordo com Wendy Brown (2019), as forças de extrema direita sublimaram o poder nas democracias liberais de todo mundo:

> Os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nessa onda, enquanto conservadores com mais princípios buscam submergir e esperar que ela passe; as agendas políticas de ambos frequentemente confluem mais para a plutocracia do que para as paixões furiosas de uma base que exige a criminalização de imigrantes, do aborto e da homossexualidade, a preservação de monumentos ao passado escravista e que as nações voltem a se dedicar à branquitude [iDhiteness] e à cristandade (Brown, 2019, p. 09).

Segundo a autora supracitada, o repúdio ao social e alguns dispositivos do neoliberalismo, resultam na privatização do Estado, no desmonte da solidariedade social, na financeirização e corrosão da democracia. Em sua emergência, no interior das democracias liberais capitalistas, apresentam valores que são aparentemente os seus opostos, citamos o nacionalismo, o conservadorismo cristão, o racismo e o masculinismo branco. Cardoso Jr. e

Reis (2018, p. 25) apontam que "o projeto golpista de desenvolvimento, se é que se pode chamar de desenvolvimento o ideário liberal-conservador ora em curso no Brasil, deixa claro que a discussão não é tanto saber se a constituição de 1988 cabe ou não no orçamento nacional". Os autores constatam que, "a própria sociedade brasileira, em sua heterogeneidade, diversidade, desigualdades, pluralidade e necessidades, enfim, é esta que definitivamente não cabe no projeto golpista".

Brown (2019) alerta para a forma agressiva com que a nova direita se posiciona contra a ciência, a razão, a laicidade e as instituições democráticas. Ao mesmo tempo, sua preocupação é compreender como a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças antidemocráticas na segunda década do século XXI. Importante entender que,

> O neoliberalismo não tem uma definição estabelecida. Existe atualmente uma literatura acadêmica substancial debatendo suas características constitutivas. Alguns chegaram a ponto de sugerir que seu caráter amorfo, proteiforme e polêmico lança dúvidas sobre sua própria existência. No entanto, assim como ocorre com outras formações que alteram o mundo, como o capitalismo, socialismo, liberalismo, feudalismo, cristianismo, islamismo e fascismo, os debates intelectuais em curso sobre seus princípios, elementos, unidade, lógica e dinâmicas subjacentes não invalidam seu poder de criar mundos. O neoliberalismo – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política – juntamente com sua cria, a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período, mesmo que acadêmicos continuem a debater o que ambos são precisamente (Brown, 2019, p. 25).

O argumento não é que o neoliberalismo por si só tenha causado a insurgência da extrema direita e todas as consequências advindas com ela, mas que nada fica intocado pela forma neoliberal. As formulações neoliberais da liberdade motivam a extrema direita a mobilizar um discurso de liberdade capaz de justificar exclusões e violações que visam assegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, além de expandir o poder do capital. Esse entendimento de liberdade demoniza o social, rotula a esquerda como tirânica em sua preocupação com a justiça social e, ao mesmo tempo, coloca-a como a responsável por premiar quem não merece.

De acordo com Brown, há uma similaridade na forma da extrema direita assumir o poder, entre elas a combinação de conservadorismo cristão (fundamentalismo religioso), sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, o libertarianismo, moralismo, autoritarismo, o ódio e demonização ao Estado social e a esfera política, com o esvaziamento do debate político por meio de slogans e palavras de ordem, ataque às igualdades e exaltação da liberdade. A imposição da moralidade tradicional com o controle das formas de vida e demandas por soluções estatais para problemas econômicos, o

favorecimento do capital e a repressão ao trabalho, em especial à classe trabalhadora.

Junto às palavras de ordem, vem a promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza, somada ao discurso de uma política centrada na família, religião e patriotismo, implementada pela tradição, autoridade e moderação. A autora alerta que, o neoliberalismo e neoconservadorismo são duas racionalidades políticas distintas, embora possuam características em comum, que se misturam para produzir forças obscuras de desdemocratização. Embora os neoconservadores promovam os valores familiares por razões morais e os neoliberais por razões econômicas, suas agendas juntam-se em políticas por meio das quais as obrigações naturais e o altruísmo das famílias substituem o Estado de bem-estar, a partir de um contrato de seguro mútuo e um contrapeso necessário às liberdades de mercado.

> Segundo a ideologia nazista, a estabilidade do estado baseava-se na unidade familiar, a esfera especial reservada às mulheres pela natureza e pela providência. Como outros grupos conservadores, os nazistas procuravam ressuscitar e fortalecer a noção tradicional de que o lugar das mulheres era em casa (Stackelberg, 2002, p. 104).

Um dos principais objetivos da extrema direita é salvar a liberdade econômica para aumentar ainda mais o seu lucro e satisfazer sua ganância. Portanto, os neoliberais não descartam um governo forte e autoritário, em que a liberdade econômica é mais importante do que a democracia social. Sendo assim, a extrema direita se pauta a partir das ideias e ideais do Nazismo e Fascismo para alcançar seus objetivos. Num trecho do relatório podemos identificar as principais características dessa ideologia,

> O nazismo age com ações de perseguição, prisão e eliminação aos opositores políticos, socialistas e sindicalistas. Pesquisadora Adriana Dias afirma que há 530 núcleos extremistas no país, reunindo até 10 mil pessoas. 5 regiões no Brasil nos últimos 3 anos. Crescimento de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. E vem crescendo nos últimos anos. Símbolo do nazismo e do fascismo. Suástica – representa o orgulho de ser branco. Fascismo é quando as atitudes de horror passam a ser realizadas pelas massas. A cruz suástica ou cruz gamada = nazismo = sorte, prosperidade, sucesso. Acreditavam ser um símbolo específico indo-ariano, e o utilizaram como referência ao mito da superioridade e predestinação da raça (Relatório, 2022).

Ainda em relação ao fascismo, é um fenômeno típico ideal que pode ser construído por indução. E, certamente, por dedução, a partir dos fenômenos uniformizadores do conceito, por um ou outro autor, o bolsonarismo bem se enquadra em um e outro modelo de fascismo, ou melhor, de nazifascismo, trechos do relatório da Terceira Escola Feminista, apontam que o mesmo é uma tentativa histórica de superação das crises econômicas e ideológicas da burguesia,

> E é mais uma ferramenta de opressão e repressão durante uma crise para manter um controle social utilizando o autoritarismo e a violência contra as

> classes do proletariado. Quando se está em crise na visão do fascismo é necessário retirar direitos, meios de se popularizar e focar em concentrar o poder a burguesia. Além de ser uma ação do estado fascista, mas também um movimento de massa, por exemplo a base da ditadura militar não tinha uma estruturação de corpo orgânico social que defende a ditadura já o fascismo tem (Relatório, 2023).

Conforme podemos observar, o nazismo e o fascismo são sistemas extremamente excludentes e violentos. Os dois momentos de estudos realizados pelas camponesas do MMC e da Via Campesina apresentam características similares. "A fórmula do fascismo é crer, obedecer e combater" (Relatório, 2023). É preciso crer no líder e no estado fielmente, a confiança no líder é tanta que é preciso obedecê-lo sem questionar, independente de concordar.

Para esse sistema, todas as pessoas que o enfraquecem ou questionam devem ser combatidas. E quem faz essa limpeza de quem vai contra é o combate direto, ou seja, os fascistas, e não o Estado diretamente. Isso fica evidente ao acompanharmos as inúmeras violências e assassinatos de lideranças e militantes de esquerda. O trecho a seguir aponta que o neofascismo/fascismo é uma forma histórica do capitalismo usar da violência e do convencimento para acumular cada vez mais,

> As formas estatais são autoritárias e formam as estruturas do capitalismo. O capital sempre teve seu processo de reprodução turbulento. Usa-se o estado de expressão de violência contra a classe trabalhadora. Há uma ideia econômica do fascismo que é o conformismo da classe trabalhadora. O fascismo tem característica como um movimento de massas no qual se formam milícias dentre a classe trabalhadora dentro dos interesses do fascismo. O fascismo constitui o exército popular de violência fascista (Relatório, 2023).

Ao olharmos para a América Latina, percebemos que essa forma truculenta se inicia a partir do imperialismo capitalista colonialista, que há mais de 500 anos vem exterminando povos, modos de vida, territórios, culturas e os bens naturais, ou seja um projeto de morte. O Golpe de 2016 reacende essa prática com uma força voraz. No Brasil, vivemos sua materialização através do Bolsonarismo.

Em estudos encontrados sobre o pós-fascismo, há indicações de algumas similaridades e diferenças com o fascismo do século XX, vejamos:

> Enquanto o filósofo Renato Janine Ribeiro associa características do fascismo do século XX com atos do governo Bolsonaro, o cientista político Atílio Boron apresenta características do fascismo do século XX que podem ser associadas com particularidades do governo Bolsonaro, como por exemplo: a participação predominante da burguesia nacional e de grande parte da classe média na eleição da ultradireita. O nacionalismo do governo Bolsonaro pode ser colocado em questão por sua postura entreguista, adotando políticas de exploração dos recursos naturais por corporações estrangeiras. Mas não é difícil entender a diferença das posturas estadistas dos regimes fascistas do

> século XX com postura de estado mínimo do atual governo (Fernandes *et al.*, 2020, p. 338).

Para Fernandes *et al.* (2020), "Bolsonaro prática uma política ultra neoliberal com alguns elementos próximos do que Enzo Traverso chamou de pós-fascismo",

> No século XX, o fascismo utilizou de políticas com forte intervenção do Estado (Traverso, 2019, p. 24 e 25). E no século XXI está associado ao neoliberalismo com o fortalecimento do capital financeiro, defesa da competitividade, empreendedorismo, individualismo, destruição dos direitos humanos, precariedade, desterritorialização de comunidades tradicionais, estrangeirização da terra etc. (Fernandes *et al.*, 2020, p. 338–339).

Segundo os autores, Traverso (2019) considera o pós-fascismo como um fenômeno global. Não possui características homogêneas ou monolíticas. Ele se apresenta de forma diferente em cada país, porém está sempre associado ao neoliberalismo. Representa também uma expressão do fracasso das políticas de esquerda e centro esquerda. "Apoiado pela banda predadora da burguesia neoliberal, ainda não conseguiu conquistar a totalidade das elites neoliberais. Por outro lado, as elites neoliberais se juntaram contra as políticas pós-neoliberais ou neodesenvolvimentistas" (Fernandes *et al*. 2020, p. 339).

> Diferente do fascismo, o pós-fascismo não possui uma utopia e não tem um projeto original de futuro, sua lógica é pessimista em defesa de valores tradicionais, da ditadura, tortura etc. Por isso, agarra-se no neoliberalismo, onde encontra apoio para suas políticas de exclusão dos direitos e concentração de riquezas (Traverso, 2019 p. 101 e 103). As características dos estudos de Traverso (2019) sobre o pós-fascismo assemelham-se às peculiaridades do governo Bolsonaro neste primeiro ano a um projeto neoliberal de precarização dos direitos dos trabalhadores e transferência de riqueza para a elite que o apoia, como por exemplo o caso anunciado pela Carta Capital (2019): 'O valor devido de aproximadamente 17 bilhões de reais é maior do que a economia prevista pelo governo com as mudanças nas aposentadorias dos servidores públicos da União (13,8 bilhões de reais) com a reforma da Previdência' (Fernandes *et al*., 2020, p. 338).

Todo esse processo fica evidente ao olharmos para o Brasil. As primeiras medidas que foram aprovadas pelo Governo de Michel Temer retratam esse cenário. A "Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que congela os investimentos públicos por 20 anos; o Projeto de Lei 867/2015, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o "Programa Escola sem Partido"; a Medida Provisória 746/2016 (Reforma do Ensino Médio)" (Batista *et al*., 2020, p. 140). Todos esses retrocessos já vinham sendo anunciados no documento *PONTE PARA O FUTURO*, do Temer.

Segundo os autores, as duas reformas foram aprovadas em regime de urgência e de forma autoritária, sem qualquer análise das relações de poder e historicidade. São encaradas

como um processo de modernização, ou seja, na reforma do Ensino Médio, os objetivos centrais eram: "o aumento da qualidade do ensino; a reestruturação do currículo; a ampliação do número de vagas e da carga horária; a diminuição da evasão. Tudo com vistas a, supostamente, aumentar a competitividade do Brasil no mercado internacional" (Fernandes *et al*., 2020, p. 140). Ou seja, uma educação voltada para preparar as pessoas aos postos de trabalho para atender a demanda do capital.

Outro fator bastante importante que pudemos acompanhar é o ódio que se apresenta no discurso, na linguagem, na imaginação, na comunicação, nos gestos, no afeto, bem como, na inscrição do ódio nos corpos. Em mais um trecho do Relatório (2022), percebemos que "o ódio é afeto mobilizador da política, instituindo a necropolítica. O ódio como eixo central leva ao limite as forças de relação social". Ou seja, o ódio tomou o lugar do amor e tornou-se no cotidiano algo como se fosse natural.

O ódio, a violência e o preconceito contra os povos estão presentes na forma de atuar da extrema direita.

> A eleição de Bolsonaro está associada ao crescimento da extrema direita em diversos países do mundo e tem desafiado cientistas da área de humanidades em interpretar as ações desses governos. O governo Bolsonaro tem se caracterizado de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios. A extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas (Fernandes *et al*., 2020, p. 337–338).

O autor Umberto Eco, apontou 14 características do fascismo em 1995, entre elas: o culto a tradição; rechaço ao modernismo; culto da ação pela ação; rechaço do pensamento crítico; medo ao diferente; apelo às classes médias frustradas; nacionalismo e xenofobia; inveja e medo do inimigo; princípio de guerra permanente; elitismo; heroísmo, culto à morte; transferência da vontade de poder a questões sexuais; populismo qualitativo; novilíngua (limitar os instrumentos para o raciocínio crítico (Menezes, 2016). Essas características se assemelham às 14 apontadas no Relatório (2022):

> 1. Perseguições, ações racistas e eliminação de milhões de judeus..., prisão e eliminação aos opositores políticos, socialistas e sindicalistas;
> 2. Homossexuais e ciganos também foram perseguidos e assassinados... hoje no Brasil a pregação de extermínio das comunidades indígenas, quilombolas, entre outros;
> 3. Defesa, principalmente por Hitler, da ideia de 'solução final' que deveria ser a eliminação total dos judeus;
> 4. Adoção de propaganda para enaltecer o regime nazista, as ações do governo;
> 5. Militarização da Alemanha através de elevados investimentos na indústria bélica;

> 6. Defesa e ações nacionalistas extremas, exaltando a Alemanha, o povo alemão como detentores dos valores ideais para uma 'sociedade perfeita';
> 7. PATRIOTISMO com formas expressa na bandeira, camiseta, cores;
> 8. Ataque as tradições – culto – conservadorismo dos costumes: valorização do macho, racismo, branco, rico;
> 9. Irracionalismo com virtude – fanatismo – negação da ciência – meritocracia;
> 10. Xenofobia seletiva – cultua o ódio. As pessoas são instigadas a agir pelo ódio como valor. É pela dominação afetiva que eles conduzem as pessoas ao fanatismo;
> 11. Envolvendo o público principalmente da classe média e desprezo aos empobrecidos;
> 12. Na Alemanha a estratégia do 'espaço vital' e hoje a entrega dos recursos naturais para o capital estrangeiros;
> 13. Instigam e provocam o povo ser inimigo: negros, indígenas, mulheres, feministas, LGBTQI+;
> 14. A falsidade – mentira – uso da linguagem invertida/deturpada (Relatório, 2022).

Monteiro (2023) baseado no autor Michael Mann apresenta em seus estudos uma síntese contendo cinco características centrais do fascismo,

> (i) Nacionalismo: '[...] dedicação profunda e populista para com uma nação 'orgânica' e 'integral'', com baixíssima tolerância à diversidade étnica e conversão do diferente em inimigo; (ii) Estatismo: 'Os fascistas adoravam o poder do Estado. O Estado corporativo autoritário parecia poder resolver crises e fomentar o desenvolvimento social, econômico e moral [...]'; (iii) Transcendência: 'O estatismo nacionalista fascista seria capaz de 'transcender' o conflito social, reprimindo primeiro os que fomentavam o conflito, ao 'dar-lhes uma lição', incorporando depois as classes e outros grupos de interesse em instituições corporativistas estatais'; (iv) Depuração: 'Sendo os opositores encarados como 'inimigos', tinham de ser afastados, e a nação depurada deles'; (v) Paramilitarismo: 'Era um valor fundamental, e uma forma de organização também fundamental, do fascismo. Era tido como 'popular', brotando espontaneamente das bases, mas também era elitista, por supostamente representar a vanguarda da nação' (Monteiro, 2023, p. 47).

Os elementos apresentados até aqui, nos permitem entender essa dinâmica de atuação da extrema direita ultraneoliberal. Gostaríamos de ressaltar que esse é um estudo que precisa ser aprofundado constantemente em nossos Movimentos. O que percebemos é que todo esse processo em curso e a forma de agir centralmente do governo Bolsonaro, vinha impondo no Brasil a cultura do medo e da insegurança, e isso se evidenciou muito fortemente no período eleitoral de 2022. As(os) militantes da esquerda, tiveram enorme dificuldade de se apresentar com a simbologia, por medo de repressão e perseguição. Mas isso, ao mesmo tempo, exigiu uma luta intensa em defesa da democracia e que, quando conquistada, exige vigilância constante.

A partir do Golpe de 2016, que retira da Presidência a Presidenta Dilma Roussef,

viemos sentindo os retrocessos do projeto genocida implantado, que pretendia exterminar as populações pobres deste país, entre elas (e em especial) as mulheres, negras e negros, indígenas, juventude, LGBTQI+. Entendemos, portanto, que a sociedade na qual vivemos está baseada numa estrutura capitalista, patriarcal e racista e LGBTQI+fóbica e os riscos e ameaças são constantes.

Nela, vivenciamos o aumento considerável da violência, fortalecida pelo armamento, pelo conservadorismo e pelo fascismo/nazismo. Nossa intenção aqui foi trazer alguns elementos para identificar a forma de pensar da extrema direita nesse país. Entendemos que é preciso aprofundá-los num estudo próximo. A seguir apontaremos alguns retrocessos que vivenciamos entre os anos de 2016 e 2022.

4.2 Ameaças, desmontes e retrocessos: período nefasto em nosso país

Pretendemos elencar alguns dos principais retrocessos, ameaças e perdas vivenciadas com o Golpe de 2016 no Brasil, que conforme já vimos, retirou de forma ilegítima Dilma Rousseff, a primeira Presidenta mulher da presidência do país. De acordo com Gaspareto (2018, p. 19), trata-se de um "desrespeito para com a inteligência da classe trabalhadora, das mulheres camponesas e de todas as categorias que lutaram e continuam lutando pela democracia e pelo não retrocesso de direitos em nosso País".

Os principais ataques se deram nas políticas públicas e nos territórios, de forma violenta e truculenta tentaram se apropriar dos bens da natureza, e, por outro lado, demonizar a esquerda de diversas formas. Todo esse contexto causou impactos profundos na vida da classe trabalhadora, em especial às mulheres.

Conforme tivemos a oportunidade de ver na seção anterior, a luta por políticas públicas sempre esteve presente nas ações do MMC, já que tais políticas têm um papel fundamental para a população do campo, em especial às mulheres. Citamos a conquista dos direitos previdenciários (aposentadoria, salário maternidade, auxílio acidente de trabalho...), do SUS, educação pública, entre outras, que foram imensamente comemoradas pelas camponesas. Em vários momentos tivemos a oportunidade de ouvir relatos das mulheres nas reuniões, seminários, oficinas realizadas pelo Movimento evidenciando a importância desses eventos.

Vários programas que foram criados nos anos de 2003 a 2016, pautados pelos Movimentos populares de campo, tiveram seus recursos reduzidos, ou foram extintos, entre eles citamos:

> A criação de diversos programas, como por exemplo: do Programa de

> Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), dos Programas Terra Sol e Terra Forte para promover a agroindustrialização e a comercialização, abriu possibilidades para fortalecer o processo de emancipação do campesinato (Fernandes *et al*., 2020, p. 336).

Esses programas contribuíram para as camponesas no MMC avançarem com experiências de agroecologia. Inúmeros foram os relatos de acesso ao PAA[40] e PNAE[41]. Orquídea[42] (2023), em entrevista concedida, ressalta que esses programas mudaram a realidade das mulheres, tanto na geração de renda, quanto no enfrentamento à violência. "A gente produzia alimentos e entregava para a alimentação escolar, além de gerar renda e autonomia para nós camponesas, possibilitava comida de verdade para as crianças na escola" (Orquídea, 2023). Por este motivo, é importante identificarmos os desmontes e retrocessos que essa era apresentou.

De acordo com Carta Capital (2017), o desmonte de programas sociais, centralmente os construídos pelos 13 anos de governos do PT. Entre eles, citamos, Minha Casa Minha Vida[43] com recursos drasticamente reduzidos, já o Farmácia Popular[44] e o Ciência sem Fronteiras[45] acabaram. O desmonte desses programas representa um imenso retrocesso, o Programa Minha Casa Minha Vida, foi amplamente acessado pelo campesinato inclusive por mim e promoveu a possibilidade das trabalhadoras(es) terem moradia digna.

Orquídea (2023) lembra também dos retrocessos nas políticas públicas para a

---

[40] O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com o objetivo de apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e combater a insegurança alimentar (Grisa *et al*., 2022).

[41] Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências (Brasil, 2009 a).

[42] Entrevista concedida de forma virtual em 05 de setembro de 2023. O nome fictício foi escolhido pela entrevistada.

[43] Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (Brasil, 2009b).

[44] O Programa Farmácia Popular do Brasil é criado em 13 de abril de 2004, pela Lei nº 10.858, e regulamentado pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004. A legislação autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento, através de unidades próprias (Brasil, 2021).

[45] Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Art. 1º Fica instituído o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (Brasil, 2011).

agricultura, entre eles o PAA e o PNAE, “teve uma queda muito grande das entregas, com isso diminuiu nossa venda”. Na educação “vivenciamos na nossa região a falta de transporte para as crianças do campo ir até as escolas, e com o corte nas vendas as famílias não tinham condições de pagar o transporte”. Orquídea (2023) ressalta os cortes no atendimento à saúde para a população do campo. A Reforma da Previdência e Trabalhista, que segundo a entrevistada retiraram muitos direitos.

Sobre o PAA, Catia Grisa; Claúdia Job Schimitt; Marcos Alexandre Pimentel da Silva; Sérgio Perreira Leite; Silvia Zimermann; Yamara Rodrigues de Souza Barbosa em seus estudos apontam que a partir de 2016,

> com as rupturas político e institucionais em curso, embora a insegurança alimentar tenha aumentado no país, houve um agravamento da redução dos recursos destinados ao programa, o que podemos caracterizar como um desmantelamento por inefetividade. Os gestores públicos preferiram não assumir os custos políticos de extinguir um programa reconhecido internacionalmente, mas foram reduzindo sua intensidade. Em 2019, o PAA executou o menor orçamento desde 2004 (praticamente desde seu início, em 2003). Em 2020, a Lei Orçamentária inicialmente havia estabelecido 150 milhões de reais para o programa, contudo o orçamento extraordinário da Covid permitiu suplementação orçamentária de R$ 500 milhões. Ainda que pudesse sinalizar uma retomada do programa em um contexto de agravamento da insegurança alimentar, a Lei Orçamentária de 2021 voltou a reduzir esses valores, estabelecendo um orçamento de R$ 371 milhões (Grisa *et al.*, 2022, p. 31–32).

Os dados apresentados revelam o quanto essas políticas de cunho social foram sendo desvalorizadas pelos governos do Pós-Golpe. Os anos seguintes foram de grande desmonte autoritário das políticas públicas. A prisão de Eduardo Cunha, comandante do golpe e as inúmeras denúncias de corrupção, revelam o passo a passo realizado para levar Temer ao poder. Somado a tudo isso, inúmeros retrocessos se apresentam. Vejamos:

> Mas um ano foi também tempo suficiente para o golpe mostrar a que veio. O que está em jogo é a aplicação de um programa que não foi eleito pelo povo brasileiro. Mais ainda, que jamais o seria. A única forma de uma agenda regressiva como a de Temer chegar ao poder seria burlando o voto popular, ela não cabe na democracia. A sustentação do governo não está no voto nem no apoio popular, mas na garantia dos interesses da banca e do grande empresariado. Ele precisa entregar o pacote. E tem que ser rápido. Foi a isso que o País assistiu no último ano. [...]é um período especialmente trágico da história nacional (Carta Capital, 2017).

O congelamento dos investimentos públicos em 20 anos, através da EC 95, representou uma medida gravíssima, pois paralisou os gastos sociais (saúde, educação etc.), ferindo a constituição de 1988 e a democracia brasileira. Dados apresentados por Oliveira (2022), revelam que somente em 2019, a educação deixou de receber 32,6 bilhões; já a saúde perdeu

22,5 bilhões. De acordo com Maria Inês Souza Bravo e Elaine Junger Pelaez,

> O estudo realizado pelo Ipea, por meio da Nota Técnica 28, elaborada por Fabiola Vieira e Rodrigo Benevides (2016), informa que a perda de recursos federais destinados ao SUS é estimada em R$ 654 bilhões de reais, em 20 anos, em um cenário conservador (crescimento do PIB de 2% ao ano). Com estimativa de crescimento maior (3% ao ano), a estimativa chega a R$ 1 trilhão. Ou seja, quanto mais a economia brasileira crescer, maior a perda de recursos para a Saúde (Bravo; Pelaez, 2020, p. 196).

Durante o processo de transição, fica evidente o prejuízo deixado no que diz respeito à saúde pública, revela o vice-presidente diplomado Geraldo Alckmim:

> Desde o início da pandemia da covid-19 que a atuação do ainda Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL) na área da saúde tem sido criticada por médicos e especialistas. Os constantes cortes de verbas no Sistema Único de Saúde (SUS), no Farmácia Popular e o descaso com a imunização tanto contra a covid-19 como outras doenças como sarampo deixaram uma situação caótica no setor (CUT Brasil, 2022).

Ainda de acordo com Alckmin, de modo geral, a área social "andou para trás" no que diz respeito à educação, desenvolvimento social, combate à fome, meio ambiente e outros setores. "Mas eu diria que o retrocesso maior foi na saúde. Até no programa de imunização, em que o Brasil era exemplo para o mundo, tivemos enorme perda, a ponto de termos hoje perto de 50% das crianças sem o reforço da poliomelite" (CUT Brasil, 2022).

Nesta mesma matéria, Nísia Trindade, futura Ministra da Saúde, afirmou que "a história da saúde e do SUS no país está sendo retomada no que tem de mais profundo e estruturante". Acrescentou ainda que o desafio "é agravado" pelo fato de o Brasil ter enfrentado a pandemia da Covid-19 com um governo que permitiu dados assustadores. Com 2,7% da população, o país registrou 11% das mortes no mundo até aquele momento, quase 694 mil mortos (CUT Brasil, 2022). De acordo com Thainá Lana Rodrigues Martins, em julho de 2020 foi realizada uma denúncia por uma colisão que representa mais de um milhão de trabalhadoras(es) da saúde no Brasil e contou com o apoio de entidades internacionais. Segundo Martins,

> O documento com mais de 60 páginas denuncia as ações do presidente durante a crise de saúde provocada pela pandemia da Covid-19. Em maio deste ano, o Parlamento Europeu emitiu um documento a deputados onde cita o Brasil, em específico o presidente Bolsonaro, entre os líderes que estariam ameaçando o acesso à informação, durante a pandemia da Covid-19. Sobre a atuação do governo na pandemia, a Coordenadora do Conectas destaca: A condução do governo na pandemia da Covid-19 está sendo catastrófica. Só foi possível garantir que as pessoas mais pobres tivessem o auxílio emergencial, por nós da sociedade civil e dos políticos progressistas que fizeram muita pressão para que o benefício fosse aprovado – se esse auxílio terminar será possível ver um nível de pobreza muito grande no Brasil (Martins, 2020, p. 22).

A negação da ciência, a defesa do lucro, a economia acima da vida do povo e a irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro levaram à morte milhares de brasileiras e brasileiros, e deixaram muitas mais com sequelas. A Figura 26 demonstra a calamidade instaurada no período mais crítico da pandemia.

Figura 26 – A abertura de valas retrata o período de maior média de mortes por Covid-19

Covas abertas no cemitério de Taguatinga, em Brasília. País vive momento de maior média móvel de mortes da pandemia

Fonte: PODER360 (2020).

As medidas de destruição não param por aí. Segundo a Carta Capital (2017), a reforma do Ensino Médio, já mencionada anteriormente, retira da obrigatoriedade disciplinas como filosofia e sociologia e tenta apagar da Base Nacional Curricular as "expressões de gênero" e "orientação sexual".

Em entrevista Violeta (2022), fala também de alguns retrocessos que afetam a vida das mulheres e jovens camponesas. Segundo ela, o golpe apresenta "retrocesso da perda de direitos, hoje por exemplo não existe mais o PRONERA, o mesmo foi essencial para que eu pudesse fazer a minha graduação e a especialização". Esse relato traz presente também o PROUNI, que conforme mencionamos anteriormente, possibilitou a muitas camponesas fazer a graduação e pós-graduação em universidades públicas, realidade menos visível nos últimos anos, devido ao sucateamento da educação.

Para além do sucateamento, há muito conservadorismo em torno do tema educação, entre eles a Escola Sem Partido. Portanto, vale ressaltar que a Escola Sem Partido,

> Prega que a 'educação' relacionada à sexualidade, crenças e valores morais e

> humanos aconteça no espaço familiar, e que a escola seja espaço de apenas 'ensino' de conteúdos importantes e que não se tenha partido. A partir disso, o ensino acerca da diversidade de gênero, sexual, racial, religiosa, de posições políticas, entre outras torna-se alvo passível de ser criminalizado, juntamente aos professores que ousarem trabalhá-los (Batista *et al*., 2020, p. 146).

Mas afinal, por que a ideologia de gênero é tão combatida pelos conservadores? Buscamos em Amanda Rocha Mattos (2018) elementos para entender essa problemática:

> Em resumo, os movimentos ultraconservadores têm se colocado tanto contra o gênero como 'escolha individual' quanto contra 'professores doutrinadores' que sujeitariam estudantes a desenvolver gêneros 'não naturais'. A combinação dessa dupla e contraditória acusação contra os estudos de gênero e sexualidades, condensada no truque da 'ideologia de gênero', resulta em um emaranhado de afirmações que têm assombrado mães e pais, eleitoras/es, e promovido discursos de ódio contra qualquer debate que questione narrativas moralizantes. [...]. Assim, questões concernentes a gênero e sexualidades são silenciadas e negadas, colocando-se qualquer sujeito que fale sobre elas na escola, ou na política institucional, como infrator/a seja da lei jurídica, da lei natural, ou da lei divina. Outro ponto que deve ser mencionado é que, ao promoverem o apagamento de tais temáticas nas escolas, essas iniciativas também deixam de lado discussões cruciais sobre as intersecções de outros marcadores sociais da diferença nas análises sobre gênero e sexualidade, tais como ração, classe, geração, regionalidade, religião. A diversidade nos espaços escolares cada vez mais precisa ser visibilizada e pensada a partir de referenciais não sexistas, mas também antirracistas e não elitistas (Mattos, 2018, p. 578).

Ao olharmos para os elementos apresentados na seção anterior, é possível entender o porquê de a educação sofrer tantos ataques. Não interessava aos golpistas que se avançasse numa proposta de educação crítica, emancipadora e que debatesse as questões que enfrentam a estrutura de sociedade que é defendida por quem está no poder.

A privatização e o desmonte dos bancos públicos com anúncios de fechamento de agências e demissão em massa de funcionárias(os). A terceirização irrestrita e o projeto de Reforma Trabalhista que liquida definitivamente com a proteção ao trabalho no Brasil. Medidas como o negociado sobre o legislado, a autorização do trabalho intermitente e o desmonte da Justiça trabalhista fazem com que, de fato, a CLT perca qualquer efeito de regulação das relações de trabalho. Liberando geral a precarização do trabalho, o rebaixamento de salários, o incentivo para contratação de Pessoa jurídica, eliminando os direitos da CLT, conquistados a mais de 70 anos. De acordo com Oliveira (2022),

> Com quatro anos de reforma, o Brasil fechou 2021 com 38 milhões de trabalhadores sem vínculo empregatício formal. Há um ano, 20% da força de trabalho, ou seja, 32,4 milhões de adultos, sobreviviam trabalhando para aplicativos digitais, como Uber, Ifood e inúmeros outros, sem direitos trabalhistas. Por outro lado, o aumento do emprego, que era uma promessa da reforma, não veio e a taxa de desemprego no país continua girando em torno

> dos 12%. Também nessa reforma, o então deputado Jair Bolsonaro votou com o governo Temer e contra os trabalhadores.

Entre os principais retrocessos, a Carta Capital (2017) aponta o Projeto da Reforma da Previdência pública. O projeto da reforma, se aprovado, impedirá o direito à aposentadoria para milhões de trabalhadores brasileiros. O ataque é mais duro contra as mulheres e os trabalhadores rurais, mas afeta a todos, com a imposição de idade mínima de 65 anos e de tempo de contribuição de 40 anos para o benefício integral. Essa proposta levou militantes do MMC, MPA e MTD a realizar a Greve de Fome já mencionada anteriormente para impedir os ataques aos direitos previdenciários da classe trabalhadora.

De acordo com Rosangela Piovizani Cordeiro (2021), desde 2016 com o golpe, com a posse do então presidente Michel Temer após o processo de *impeachment*, iniciou-se uma ofensiva de mudanças estruturais na conformação, definição e alcance dos benefícios, regras de acesso e fontes de financiamento da previdência social.

> A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, apresentada oficialmente pelo governo em dezembro de 2016, altera diversas regras no que se refere à previdência e assistência social em que o sistema tem um tratamento diferenciado aos segurados/as especiais. Eles demonstram total desconhecimento (ou desrespeito) à realidade vivida no campo. Por exemplo, na atualidade os trabalhadores/as rurais devem comprovar 15 anos de atividade rural para se aposentar, mas a nova proposta muda para que comprovem a contribuição por 15 anos e não mais a atividade rural, essa mudança não é pouca coisa, ela pode inviabilizar a aposentadoria rural e principalmente das camponesas (Piovizani, 2018, p. 199, *apud* Piovizani, 2021, p. 67).

Se aprovada, segundo o DIEESE (2017, p. 11), com a PEC 287, "[...] a trabalhadora rural será penalizada duplamente: por ser mulher, e sofrer a discriminação de gênero no ambiente de trabalho e na família, e por trabalhar no campo, em condições mais austeras, exigentes e desprotegidas do que o trabalho normalmente executado na área urbana". A luta pela aposentadoria e sua conquista, conforme vimos na seção anterior, foi uma das ações que movimentou e impulsionou as camponesas a se organizar nos anos de 1980.

Os ataques não param por aí. Nos anos que se seguem os retrocessos avançam. De acordo com Michele Morais de Sá e Silva (2023, p. 447) "a premissa de que a mudança em políticas públicas é sempre necessária em países em desenvolvimento, tem sido contestada em locais onde governos de extrema direita têm protagonizado o desmonte de políticas pré-existentes".

Parece-nos interessante compreender a distinção entre diferentes categorias de desmonte de políticas públicas,

> desmonte ativo, desmonte automático, desmonte simbólico e desmonte por mudança de campo. Além disso, a definição inclui a possibilidade de que o desmonte possa ser realizado por meio da manipulação das capacidades de implementação de políticas públicas. Todos esses elementos em torno do conceito de desmonte são, além de úteis, também apropriados para a análise dos processos que tem impactado as políticas federais no Brasil de Bolsonaro (Silva, 2023, p. 477–478).

Em sua pesquisa, Silva (2023) aponta os estudos do livro mais recente de Bauer *et al*. (2021), no qual o mesmo argumenta que é preciso entender os retrocessos democráticos "não somente sob a perspectiva do sistema político e judiciário, mas também a partir de considerações sobre como a administração pública é afetada, uma vez que a mesma é responsável pela implementação de políticas públicas" (Silva, 2023, p. 478).

A construção de uma visão negativa do Estado é fundamental para avançar com o desmonte das políticas públicas que, segundo Silva (2023, p. 479), é "operacionalizada por meio de reformas neoliberais que visam efetivamente reduzir o tamanho da máquina pública, Bolsonaro desmonta as políticas federais por meios autoritários".

Somado ao desmonte das políticas públicas, a violação dos direitos humanos é algo extremamente forte na gestão de Bolsonaro.

> A atual fase dos direitos humanos no Brasil é marcada por evidentes violações por parte do governo brasileiro. O presidente Jair Bolsonaro, que iniciou sua gestão em 2019, vem adotando desde a sua campanha eleitoral, uma agenda política que apresenta oposição ao conceito e garantia dos direitos humanos, por meio de discursos realizados pelo dirigente e por outras autoridades do seu governo, e também por medidas administrativas e legislativas. Os dados analisados apontam para um retrocesso social no país, em decorrência da perda de garantias fundamentais da população, como o direito à liberdade, direitos sociais, culturais e civis (Martins, 2020, p. 7).

Segundo a autora, o documento intitulado "O Estado dos Direitos Humanos no Mundo" apontou inúmeros retrocessos nas políticas públicas relacionadas aos direitos humanos no Brasil.

> Segundo o informe anual, foram quase 200 propostas de emendas constitucionais, novas leis ou modificações na legislação que ameaçaram os direitos humanos no Brasil durante o período analisado. Entre as propostas relacionadas, estavam a redução da maioridade penal, alteração do Estatuto do Desarmamento, mudanças na demarcação de terras indígenas, diminuição dos direitos trabalhistas, entre outras medidas. A narrativa contrária à promoção dos direitos humanos no país durante a gestão Temer ganhou projeção durante a campanha eleitoral, em 2018, pelo então candidato à presidência, Jair Bolsonaro (PSL). Durante esse período, Bolsonaro utilizou a retórica anti-direitos como mecanismo de enfraquecimento da proteção e promoção desses direitos. Criou assim, uma narrativa para justificar o reconhecimento dos direitos humanos apenas para alguns grupos sociais e, consequentemente, excluir outros (Martins, 2020, p. 16-17).

Dados revelam que os casos de negligência e de violência psicológica, física, patrimonial, sexual e institucional representam 97% do total de violações que foram denunciadas ao Disque 100 no ano de 2018. Segundo Martins, somente em 2019, "o serviço recebeu ocorrências diárias em cerca de 69% das denúncias – esses dados indicam que as violações não são fenômenos isolados" (Martins, 2020, p. 21).

A violência contra as mulheres teve um aumento de 19% no número de vítimas que denunciam, "público que representa cerca de 56% das denúncias recebidas no canal" (2020, p. 21) no ano de 2019. Sabemos, no entanto, que na realidade os números são bem maiores, há anos as camponesas vêm denunciando a dificuldade de acessar os mecanismos de enfrentamento à violência no campo.

Para Camélia (2023), um dos maiores retrocessos diz respeito a vida das mulheres: "diariamente acompanhamos o aumento da violência contra as mulheres, destaco os feminicídios, que com a vitória de Bolsonaro em 2018 e seu discurso conservador vai encorajando e reforçando uma postura patriarcal, machista e fundamentalista no que diz respeito às mulheres e as relações humanas". Isso fica visível no Relatório Final do Gabinete de Transição

> No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro; mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência doméstica. Os dados são do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual (Gabinete de Transição Governamental, 2022, p. 25).

Mesmo com o aumento dos casos de violência em pleno período de pandemia o orçamento destinado para o enfrentamento a violência não foi utilizado, o que também apontou que

> No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas, até 2015 (Relatório Final, 2022, p. 24–25).

Camélia (2023) ressalta também em sua entrevista que,

> Muitos dados têm revelado o aumento da violência contra as mulheres, a

> desigualdade de gênero, o racismo e a LGBTfobia, eles não toleram quem pensa diferente. São encorajados a destruir tudo, a cultura. Colocam as mulheres abaixo, então todo esse processo pós golpe encorajou essa forma de pensar e agir por uma grande parte da população. É um conservadorismo hipócrita.

De acordo com o Instituto Patrícia Galvão (2022), dados revelam o caráter conservador e cruel da violência sofrida pelas mulheres em 2021 e 2022, entre eles, destacamos que para 31%, o machismo é a principal motivação para os crimes cometidos contra as mulheres, 93% concordam que a ameaça de morte é uma forma de violência psicológica tão ou mais grave que a violência física, 64% da população conhece uma mulher ou menina vítima de estupro.

Uma das causas do aumento de feminicídios no Brasil está relacionada à liberação das armas. De acordo com a CPMI do Golpe uma matéria publicada no dia 26 de julho de 2023 aponta que,

> O estímulo ao armamentismo, com a liberação de armas e a explosão de registros de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) de armas de fogo, promovidos pelo governo bolsonarista, resultou no trágico aumento do número de mortes de mulheres no Brasil. Dados divulgados pela 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que, entre 2019 e 2022, aumentou em 1.200% a participação de CACs em ocorrências no âmbito da Lei Maria da Penha. Em 2022, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio por dia, de acordo com a FBSP, sendo que aproximadamente 30% dessas mortes são causadas por armas de fogo (Violência..., 2023).

A questão do retrocesso na vida das mulheres é também ressaltada por Margarida (2023), que coloca que "o golpe de 2016 se acirrou, porque o golpe contra a emancipação e libertação das mulheres sempre foi muito forte, sempre exigiu a luta contra o capitalismo, o machismo, o racismo, o conservadorismo". De acordo com a entrevistada,

> Com o Golpe de 2016 isso se escancarou, tudo o que é direito das mulheres precisa ser diminuído, trazer de volta o papel da mulher do lar, mãe, responsável pela família, pela educação. Se a família se desfaz a culpa é da mulher, porque ela que não soube cuidar disso, muitas mulheres por falta de informação, de participação nos espaços políticos, organizações, elas sentem mais. A mulher se culpa, isso mostra que o conservadorismo está avançando no objetivo de colocar as mulheres no 'seu lugar', ao serem chamadas para reuniões as mulheres têm dado justificativas do porque não vão participar, apesar de que o sistema capitalista tem imposto mais trabalho para as mulheres, mas o ficar em casa das mulheres nos coloca questões, será que o que vem sendo pregado pela sociedade coloca para as mulheres dúvidas se deve ou não sair para participar de reuniões?

O que Margarida (2023) coloca diz respeito a um imenso desafio a ser pensado pelo Movimento. Percebemos que o "sair de casa", uma conquista importante das mulheres na

década de 1980, se apresenta na atualidade como uma dificuldade a ser enfrentada. Tema a ser retomado na próxima seção.

Conforme podemos identificar e de acordo com Martins (2020), a violação dos direitos humanos afetou centralmente a população mais pobre,

> Atualmente, os direitos humanos no Brasil estão inseridos em um cenário de visíveis retrocessos de conquistas civilizatórias e jurídicas desde a posse de Jair Bolsonaro, o que é confirmado pelo amplo noticiário disponível a respeito. Isso resultou na perda de direitos fundamentais de forma mais grave e relevante em alguns nichos da população, como as populações indígenas e quilombolas, por exemplo, com prejuízos econômicos, civis e sociais. E o crescente aumento da intolerância às pessoas LGBTQ+ e o aumento da violência contra os negros (Martins, 2020, p. 31).

Para além da violação dos direitos humanos, não podemos deixar de trazer aqui a problemática da questão ambiental que passa por uma profunda crise, já que os bens da natureza têm sido cada vez mais o alvo da sanha voraz do capital. Em nome do lucro, torna-se visível as ações destruidoras promovidas pelo agrohidromineronegócio, aliado aos interesses das grandes multinacionais. Segundo Martins (2020),

> Durante a gestão Bolsonaro, foram adotadas significativas mudanças administrativas que impactaram na proteção das leis ambientais, dos povos indígenas e das florestas. Em abril de 2019, por meio do decreto n° 9.760, o governo Bolsonaro adotou novos procedimentos para a aplicação das multas ambientais. A partir desse decreto, as multas devem passar por audiências de conciliação, em que haverá uma comissão para avaliar o caso, e com autoridade para oferecer descontos ou até eliminar a multa por completo, caso seja necessário. Com isso, segundo levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, os números de multas por infração ambiental diminuíram 34%, no ano de 2019, comparados com o mesmo período de 2018 – é a menor quantidade em 24 anos (Martins, 2020, p. 19).

Reflexo dessa falta de punição, é o desmatamento e as queimadas. O garimpo ilegal nas terras indígenas também tem provocado morte, fome e expulsão dos povos de seus territórios com requintes de crueldade. Desde 2016, segundo Carta Capital (2017), no Brasil se implanta a política de caça aos povos indígenas, desmantelando a Funai, alterando os procedimentos para demarcação das terras indígenas e o indiciamento de 35 indígenas, 15 antropólogos e 16 procuradores da República. Tal situação foi aprofundada no governo Bolsonaro.

Em pauta entregue no dia 08 de março de 2023 pelo MMC para órgãos do Governo federal, as camponesas afirmam que o desmatamento ilegal, a mineração, o avanço em relação à economia verde, economia azul e as energias renováveis, dentro da lógica de expropriação dos territórios, com ataques aos bens naturais e biomas, tem causado profundos impactos nas comunidades.

As Figuras 27 e 28 demonstram uma situação caótica. Essa realidade tem sido motivo de muita preocupação na vida das mulheres, pois a defesa e o cuidado dos bens naturais sempre estiveram presentes na luta das camponesas, por entenderem que somos parte da natureza e que necessitamos dela para viver.

Figura 27 – Desmatamento para produção de carne na Amazônia

Fonte: Carta Capital (2021).

Figura 28 – Garimpo ilegal provoca centenas de morte na maior Terra Indígena do país

Protesto de povos indígenas contra o garimpo ilegal em abril de 2022

Fonte: Greenpeace (2023).

Mas a destruição não para por aí. Uma das problemáticas que estão muito presentes na agricultura é o pacote de produção baseado nas sementes transgênicas, adubos sintéticos e o uso intensivo dos agrotóxicos. Durante os anos do Governo Bolsonaro (2019–2022) foram liberados 2.182 tipos de agrotóxicos altamente perigosos e proibidos em vários países. Além de causar uma enorme perda da biodiversidade brasileira, tem aumentado os índices de câncer e outras doenças no campo, entre elas a intoxicação. De acordo com um levantamento feito pela Agência Pública e Repórter Brasil.

> Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), 14.549 pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos no Brasil. Levantamento inédito feito pela Agência Pública e Repórter Brasil, com dados de 2019 a março de 2022 do sistema de notificações do Ministério da Saúde, mostra que essas intoxicações levaram a 439 mortes — o que equivale a um óbito a cada três dias. Nesse período, o Brasil bateu o recorde de aprovações de pesticidas, com mais de 1.800 novos registros, metade deles já proibidos na Europa. O governo de Bolsonaro também foi marcado pelo avanço na tramitação do Projeto de Lei 1459/2022, apelidado de 'Pacote do Veneno', que pode facilitar ainda mais a aprovação dessas substâncias (Fonseca; Rodhen, 2022).

Em muitos encontros e debates as camponesas têm relatado problemas para produzir de forma agroecológica quando no entorno a produção é convencional. De acordo com a matéria publica pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o uso de agrotóxicos pelos vizinhos provoca doenças nas plantas. Ao mesmo tempo, em Santa Catarina, vivenciamos a contaminação da água.

> O estudo do Programa Qualidade da Água, do MPSC, foi apresentado pela professora da UFSC e presidente do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FCCIAT), Sônia Hess. A análise encontrou a presença de agrotóxicos em mananciais que abastecem a população em 60 municípios catarinenses, dos 175 analisados. Nas amostras coletadas, os níveis estavam bem acima do que é tolerado na União Europeia, por exemplo. [...] 'Nós estamos morrendo envenenados. Santa Catarina está entre os estados com maiores índices de morte por câncer e por suicídio. O câncer é uma doença proveniente do envenenamento. E, em grande parte, os suicídios têm a ver sim com envenenamento. E eu estou falando de água envenenada por agrotóxico' (Santa Catarina, 2022).

Estudos comprovam que no Brasil também é preocupante o quanto os agrotóxicos contaminam as águas de consumo

> A atrazina está presente em combinações com outros venenos, que causam vários tipos de patologias, verdadeiros coquetéis e que estão sendo diariamente consumidos por todos, em quantidades desconhecidas. Para ilustrar a dimensão do problema, considere-se que ampla avaliação da qualidade da água de consumo humano, mesmo não levando em conta a

> totalidade dos venenos de comercialização autorizada pelo governo, identificou presença de agrotóxicos em mais de 80% dos testes. (Santa Catarina, 2022).

Em relação à classificação de potabilidade da água, Murilo Mendonça Oliveira Souza, Aline do Monte Gurgel, Gabriel Bianconi Fernandes, Leonardo Melgarejo, Naiara Andreoli Bittencourt e Karen Friedrich (2023) alertam que:

> No Brasil, são permitidos cerca de 500 ingredientes ativos (IA), mas a obrigatoriedade de análise, para classificação de potabilidade da água, se restringe a apenas 27. Destes, pelo menos cinco estão classificados como 'prováveis cancerígenos' nos Estados Unidos, e seis como disruptores endócrinos, na União Europeia. Destaca-se que, na União Europeia, são proibidos 21 dos 27 identificados em pesquisa abrangente, realizada no Brasil, onde se percebe que a água 'potável' ameaça a saúde das pessoas que residem em uma dentre cada quatro cidades do Brasil (Souza *et al*., 2020, p. 339).

Os agrotóxicos trazem inúmeros malefícios para o ambiente, mas também para as pessoas, sobretudo quando vivenciamos uma realidade do aumento de câncer no campo, levando a óbito pessoas jovens em nossas comunidades. Souza *et al.*, apontam ainda que há uma série de limitações para o monitoramento, e que essas questões apontam incertezas e inseguranças quanto à qualidade da água utilizada para consumo no Brasil. O MMC, têm se somado à Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos e denunciado essas preocupações em inúmeros debates e espaços que abordem essa temática. A defesa de um novo projeto de agricultura baseado na agroecologia tem sido uma constante nesses 40 anos de organização.

Dessa forma, parece-nos fundamental apontarmos os retrocessos vivenciados na agricultura camponesa,

> O primeiro ano de gestão teve um rol curto de medidas, mas que merecem destaque pelo seu caráter agressivo, antidemocrático e pró-capital. A primeira medida legislativa tomada, a edição da medida provisória n. 870, em 01 de janeiro de 2019, exterminou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (que concentrava o restante das competências do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tentou subordinar toda a agenda fundiária e ambiental à agenda agrícola (Fernandes *et al.*, 2020, p. 345).

A extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário em 12 de maio de 2016, pelo então governo Temer. Dirigente da CTB Sérgio de Miranda afirma que ao extinguir o MDA, o golpe parlamentar atinge 4 milhões de famílias e afeta um conjunto de políticas e programas de incentivo para consolidação dos agricultores familiares (Ribas, 2016). "A iniciativa aponta para o fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fim do Pronaf, fim da recém-criada ANATER, fim do apoio ao cooperativismo, fim do incentivo à permanência da juventude no

campo". O dirigente ressalta ainda que "o Golpe mata também a perspectiva de qualquer avanço na questão da Reforma Agrária".

O desmonte de programas como o PAA, PNAE e a diminuição de crédito para a produção diversificada de alimentos são fatores que potencializaram o retorno do Brasil de volta ao mapa da fome. André de Camargo Macedo (2022) aponta que

> O enfraquecimento do PAA somado à extinção do CONSEA evidenciaram a pouca preocupação do governo de Bolsonaro com os agricultores familiares e à segurança alimentar e nutricional do país. De tal forma, que os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 divulgada em 2019, exibiram que 10,3 milhões de brasileiros passavam fome, e 36,7% dos domicílios do Brasil – 68,9 milhões – estavam com algum grau de insegurança alimentar. Cabe ressaltar, que, conforme apresentado pela POF, a insegurança alimentar grave estava presente, em maior frequência, nas áreas rurais quando comparados com as áreas urbanas. Por fim, quando comparados os índices de insegurança alimentar da POF 2017-2018 com os da POF de 2004 e de 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020, p. 37) 'houve o aumento de forma expressiva de todas os graus associados à situação de insegurança alimentar, que vinham num cenário de redução' (Macedo, 2022, p. 51–52).

Dados apontados no Relatório Final (2022) revelam que:

> De forma perversa, não houve destinação de novas áreas públicas para a reforma agrária e caminhou-se a passos lentos até mesmo no assentamento de famílias em áreas já obtidas. Além disso, o governo Bolsonaro propagou a ideia de que entregou títulos de domínio de terra, quando na verdade trata-se apenas de documentos provisórios e precários. Esse ciclo contribuiu para levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. A pobreza aumentou em 22,7%, de 2020 a 2021 (ou em mais 11,6 milhões de pessoas), e a extrema pobreza em 48,2% (ou em mais 5,8 milhões de pessoas), pelos critérios do Banco Mundial. Ao fim, são 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na pobreza, das quais 17,9 milhões (8,4% da população) vivem em extrema pobreza. Também se observou um aumento estimado de 38% da população de rua, de 2019 para 2022 (Relatório Final, 2022, p. 39).

Nossa pretensão nessa seção foi trazer os principais retrocessos vivenciados nesse período de Pós-Golpe, mas acreditamos que inúmeros outros ainda poderiam ser identificados. Ressaltamos que o desmonte de políticas públicas e o descaso para com o povo brasileiro eram denunciados por meio de diversas ações realizadas pelo MMC, conforme veremos na próxima seção.

4.3 Ninguém solta a mão de ninguém: as camponesas resistem

Nossa proposta é apresentar as ações construídas pelas camponesas internamente no Movimento, bem como de forma articulada com as mulheres e os demais movimentos da Via

Campesina e também organizações feministas, partidos políticos, seja no campo, na floresta, nas águas e na cidade. Conforme veremos, as mulheres foram e continuam sendo as que mais denunciaram esses governos nefastos – iniciando por Michel Temer e culminando com Jair Messias Bolsonaro.

Antes de iniciar a apresentação das ações construídas por esses dois movimentos, avalia-se compreender melhor essas ações e como podemos tipificá-las. Fernandes *et al*. (2019, p. 6) afirmam que "as manifestações são ações" que compreendem: "acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público e ou privado, greve, greve de fome, marcha, entre outros".

Ao serem separados por temáticas, compreendem-se manifestações a partir das pautas dos movimentos, por exemplo, jornadas nacionais e internacionais de lutas, documentos, datas comemorativas, atos religiosos e políticos, encontros e feiras, sendo estes espaços de diálogo e continuidade das lutas. Essas manifestações podem ser organizadas em duas formas: as ações e as ações temáticas. A primeira não possui uma regularidade, enquanto a segunda faz parte de uma agenda periódica dos movimentos (Fernandes *et al*., 2019).

A autora Janaina Vinha e os autores Rinaldo de Castilho Rossi, Rafael Santos Silva e João Paulo de Almeida Lopes apontam que "os movimentos socioterritoriais, por meio de suas ações, práticas e projetos, mobilizam e organizam estratégias de luta e resistência pelo e no território, e pleiteiam condições dignas e justas para a população camponesa e para a classe trabalhadora" (Vinha *et al*., 2021, p. 279). Essa compreensão nos parece importante para olharmos as ações construídas pelos Movimentos aqui mencionados, em especial, as formas de se manifestar. Entretanto, a organização da luta por direitos foi reinventada com a pandemia. Percebe-se, por exemplo, que as redes sociais ganharam um papel fundamental, e o formato virtual possibilitou a construção de inúmeras ações, sejam elas de reivindicações e lutas por políticas públicas, bem como de formação e solidariedade, por meio de encontros, seminários, reuniões e contatos individuais com as camponesas, jovens e LBTs[46].

Nesse processo de luta e resistência os Movimentos populares e partidos de esquerda construíram uma ampla articulação de frentes, entre as quais citamos a Frente Brasil Popular[47] (FBP) e a Frente Povo Sem Medo[48] (FPSM), de acordo com Ilse Gomes Silva, ambas tiveram

---

[46] A sigla representa a diversidade sexual de um Movimento autônomo de mulheres.

[47] A Frente Brasil Popular foi criada em 05 de setembro de 2015 em assembleia, em Belo Horizonte, com uma ampla participação de intelectuais, artistas, religiosos, governadores, parlamentares, partidos políticos e diversos movimentos sociais com destaque para a União Nacional dos Estudantes, a Via Campesina, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores. Na ocasião esses movimentos lançaram o Manifesto ao Povo Brasileiro com as diretrizes de luta da Frente.

[48] A Frente Povo Sem Medo foi lançada em 08 de outubro de 2015 com exclusividade de movimentos sociais de

um papel fundamental para dinamizar e unificar as mobilizações e lutas contra as reformas em curso no Brasil.

> As mobilizações organizadas pelas duas Frentes cresceram em volume e representação, entretanto, até o momento, não conseguiram bloquear o ritmo acelerado das reformas no Congresso Nacional. Apesar da correlação de forças pender para a classe dominante, as mobilizações alcançaram uma grande vitória ao ultrapassar o cerco da mídia de blindagem do governo federal e ampliar o debate para o interior da classe trabalhadora (Silva, 2018).

O MMC, integrante da FBP, se somou às lutas coletivas e ao mesmo tempo protagonizou suas próprias ações em defesa da vida das mulheres, da classe trabalhadora, dos direitos e de denúncia aos desmontes e retrocessos desse período. Desde o começo, o MMC tinha uma leitura política de que o golpe contra a Presidenta Dilma seria uma derrota para a classe trabalhadora, portanto, juntamente com as demais organizações populares, lutou intensamente contra o *impeachment*. A Figura 29 retrata o ato realizado no dia 11 de abril de 2016 (Movimento de Mulheres Camponesas, 2016)

Figura 29 – Ato pela Democracia e contra o Golpe em Brasília

Fonte: Facebook MMC (2016).

Em 12 de maio de 2016 foi lançada a Carta das Mulheres ao Povo Brasileiro (Anexo K) (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023b). As mulheres reunidas na 4ª Conferência

esquerda com a participação de movimentos populares, da juventude e sindical como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MST) e também a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo tema foi "Mais Direitos, Poder e Participação para as Mulheres", se dirigiram ao povo brasileiro para expressar veemente repúdio ao golpe de Estado que pretendeu interromper o mandato de Dilma Rousseff. Vejamos um trecho da carta.

> A disputa política é salutar, quando ocorre nos marcos da legalidade. O que está acontecendo no Brasil é completamente fora da ordem institucional. A presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de abertura de *impeachment* numa sessão da Câmara de Deputados, realizada no dia 17 de abril, orquestrado por forças oposicionistas, pelo vice-presidente Michel Temer, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é réu em processos de corrupção e lavagem de dinheiro, razão pela qual foi afastado recentemente do cargo de deputado, por decisão do Supremo Tribunal Federal (Carta das Mulheres ao Povo Brasileiro, 2016, grifo nosso).

Nessa carta, as mulheres apresentam vários elementos que permitem entender que para além da crise econômica, já que se acredita que o golpe também teve um caráter de ordem conservador, devido à cultura patriarcal existente em nosso país. Em comentários nas redes sociais, algumas palavras eram imensamente repetidas em referência à presidenta, como, "louca, burra, prostituta e nojenta", o que reforça que vivemos numa sociedade patriarcal, machista que não admite as mulheres nos espaços públicos e de poder. As mulheres repudiam,

> Os ataques que a presidenta da República vem sofrendo, que a atingem principalmente na sua condição de mulher. Charges, memes, hashtags pornográficas, adesivos alusivos ao estupro da presidenta, reportagens de jornais e revistas traduzem o duro viés do discurso misógino, fundado no patriarcalismo estrutural, que persiste na sociedade. Tudo é feito para incapacitar, para desconstruir a imagem de Dilma, enquanto gestora e mulher, aos olhos do povo – o que agride não só a ela, mas a todas as mulheres (Carta das Mulheres ao Povo Brasileiro, 2016).

Logo após assumir o governo de forma ilegítima, Temer já começou a pôr em prática uma série de medidas para retirar direitos. Ressaltamos aqui a Reforma da Previdência já mencionada na seção anterior. O MMC imediatamente denúncia o que está por trás dessa proposta que visa à retirada de direitos, conforme postagem no Facebook do Movimento,

> Essa proposta faz parte do documento 'Ponte para o Futuro', elaborado pelo PMDB. A Reforma da Previdência que esse governo interino quer para o Brasil traz a perda de muitos direitos para o trabalhador e a trabalhadora. O mais grave é que essa reforma prevê que se desvincule do salário mínimo os benefícios previdenciários. Isso significa que os benefícios ficarão menores que o salário mínimo. Alguns dos benefícios previdenciários são as aposentadorias (por idade, por tempo de contribuição e por invalidez) e pensões, a licença maternidade, os auxílios em casos de desemprego, doença, morte e salário-família, por exemplo. (Facebook MMC, 2016).

Segue o texto:

> Todos os benefícios previdenciários estão, atualmente, relacionados ao salário mínimo, como critério de piso. Todo o ano, quando o salário mínimo é

> reajustado, aumentado, os benefícios aumentam também.
> Essa foi uma conquista da classe trabalhadora, que está agora ameaçada pela Reforma Previdenciária proposta pelo governo federal interino. Essa não é a única perda. As ameaças aos direitos trabalhistas são maiores, prevê a idade única para aposentadoria, elevando a idade e acabando com as diferenças entre homens e mulheres e urbanos e rurais (Facebook MMC, 2016).

A Reforma da Previdência segue sendo uma intensa pauta de luta das trabalhadoras(es) no Brasil. Em 2017 foram realizados debates junto à sociedade e realizadas várias ações para impedir que a Reforma se efetive. Destacamos duas greves da classe trabalhadora: uma delas aconteceu em 28 de abril de 2017, "Dia Nacional de Greve contra a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência o Movimento de Mulheres Camponesas participa de atos em vários estados do Brasil" (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023a). Teve até poesia (Anexo P) para registrar esses momentos de luta.

> [...] A pauta de norte a sul unificada 'contra a terceirização,
> a reforma trabalhista e da previdência' com músicas,
> palavras e gritos de ordem alinhavada.
> A resistência o 08 de março lilás demarcou,
> em abril vermelhou e dia 28 se reafirmou,
> que a classe trabalhadora faz a luta de quem produz e reproduz a vida!
> Luta da diversidade, do campo e da cidade, unitária e colorida!
> O dia 28 de abril de 2017 entrou para a história.
> O processo está encaminhado e o recado foi dado
> 'pra FRENTE a LUTA e FORA TEMER'! (Sandra Marli da Rocha Rodrigues, 2017).

Optamos por escolher algumas imagens (Figuras 30 e 31) que trazem presente a luta contra o golpe e a marcha contra a Reforma Trabalhista e da Previdência.

Figura 30 – MMC contra o golpe, por justiça e direitos no Rio Grande do Sul

Fonte: Facebook MMC (2017).

Figura 31 – Caminhada realizada em Maravilha (SC) contra a Reforma Trabalhista e da Previdência

Fonte: Facebook MMC (2017).

Intensas foram as mobilizações realizadas neste ano de 2017. A citação a seguir trata-se de um trecho da postagem no Facebook, junto com a imagem para um chamado a mais um dia de luta convocado para o dia 05 de dezembro de 2017–(Movimento de Mulheres Camponesas, 2023a). A Frase *A Previdência é nossa, ninguém tira ela da roça,* traduz a luta das mulheres do campo por direitos e a valorização e o reconhecimento do trabalho realizado

na roça. As camponesas afirmam que,

> Para não sermos surpreendidas com a perda de nossos direitos mais a diante, não podemos dar trégua a esse governo golpista. As centrais sindicais realizarão Greve Geral na próxima terça-feira (05/12) e os movimentos sociais da Via Campesina realizarão trancamentos de rodovias, entre outros, pois no dia 06 de dezembro o Congresso votará a Reforma da Previdência. É importante que nos articulemos com os movimentos e sindicatos locais para realizar atos em frente ao INSS dos municípios, realizar escrachos contra os deputados favoráveis a Reforma da Previdência e realizar vigílias com atos públicos para dizer que NÓS, MULHERES CAMPONESAS. SOMOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONTRA ESTE GOVERNO GOLPISTA (Facebook MMC, 2017).

Nesse ano também, conforme já apresentamos anteriormente, aconteceu a Greve de Fome, que terminou em 14 de dezembro de 2017, com anúncio do presidente da Câmara Rodrigo Maia e do relator da PEC Arthur Maia do adiamento da votação para esse ano (Movimento dos Pequenos Agricultores, 2023). As organizações e grevistas anunciaram o fim da greve depois de dez dias sem se alimentarem. Vitória da classe trabalhadora, em especial das mulheres. Na Figura 32 podemos ver a participação importante das mulheres na greve, colocando em risco a própria vida.

Figura 32 – Grevistas em Greve de fome entre elas, Rosangela Piovizani Cordeiro e Rosa Job do MMC

Fonte: Facebook MMC (2017).

Em 2017 aconteceu também o II e III Seminário Internacional Feminismo Camponês popular, espaços de estudo, aprofundamento e formulação do Feminismo construído pelo

MMC. Desse processo, o Movimento elaborou uma cartilha, na qual afirma que o Feminismo Camponês Popular é uma formulação teórico-prática das camponesas organizadas e em luta. Ressaltam também que todo o processo histórico desse Movimento é fundamental, pois mesmo que as camponesas não se assumam desde o início enquanto feministas, suas lutas o são. A Figura 33 registra a participação de companheiras de LVC Brasil e de organizações de mulheres da América Latina.

Figura 33 – Participantes do III Seminário Feminismo Camponês Popular

Fonte: Acervo MMC (2017).

Conforme já mencionamos, 2018 foi um ano de intensa luta em defesa da democracia, dos direitos previdenciários, por Lula Livre, ano também de realização de espaços formativos, com o tema do Feminismo Camponês Popular, da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis para combater a fome, entre outros se fizeram presentes no MMC. Na jornada do 08 de março, as camponesas optaram por ocupar os espaços de Tribuna Livre das câmaras de vereadores para dialogar sobre os riscos e ameaças aos direitos da classe trabalhadora.

O MMC participou também da Marcha Nacional Lula Livre, dividida em três colunas: Tereza de Benguela (com militantes da Amazônia e Centro-Oeste), Ligas Camponesas (Nordeste) e Coluna Prestes (Sul e Sudeste). A marcha se iniciou no dia 10 de agosto, partindo rumo a Brasília, onde, no dia 15 de agosto, um grande ato, com mais de 50 mil pessoas, marcou o registro da candidatura coletiva de Lula no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Marcha também prestou solidariedade à greve de fome por Justiça no STF.

Outra ação forte desse ano de 2018 são os atos do #EleNão, #EleNunca, #EleJamais, referindo-se à candidatura de Bolsonaro (Figura 34). O dia 29 de setembro será sempre lembrado como um dia de luta das mulheres contra o fascismo! “Unidas em uma só voz, ocupamos ruas, praças e avenidas, e ecoamos nosso não ao discurso de ódio e intolerância! Dizemos não ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, lutando pelo fim de todas as formas de violência e opressão! Se fere nossa existência, seremos resistência!” (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023a).

Figura 34 – Manifestação do #EleNão em São Miguel do Oeste/SC

Fonte: Facebook MMC (2018).

As poesias se fazem presente em vários momentos das ações do MMC, interpretadas como uma forma de denunciar as maldades que o candidato da extrema direita representava e expressar a luta das mulheres organizadas. A seguir apresentamos alguns fragmentos que marcaram as ações do dia 29 de setembro de 2018 (Anexo Q)

> #ELENUNCA
> [...] Ele nunca!
> Por uma importante questão:
> Não se educa ninguém com armas
> Mas investindo pesado na educação.

> Ele não!
> Pela não retirada de direitos!
> Precisamos garantir mais avanços:
> Saúde, educação, moradia, empregos! [...]. (Vitória Paixão, 2018).

Mesmo com todas as manifestações, Bolsonaro venceu as eleições presidenciais. Uma derrota amarga para a classe trabalhadora, em especial para quem lutou bravamente em defesa da democracia. Era tempo de planejar novas estratégias de luta e orientar sobre o cuidado com as lideranças. As principais orientações dadas durante as reuniões de coordenação do MMC eram: "precisamos seguir fazendo a luta, porém com os cuidados que o projeto de violência e morte exigia", "faz-se necessário construir a resistência ativa", ou seja, não se esconder totalmente, mas também não se expor demais.

Com essa deliberação, a partir do ano de 2019 se intensificaram os processos de estudo, formação e fortalecimento da produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos. Por outro lado, mal o ano iniciou e o recém-empossado governo Bolsonaro, impõe, a ritmo acelerado, mudanças que pretendiam reestruturar os ganhos da ganância corporativa da elite brasileira associada ao capital transnacional[49].

Grandes potências disputam a atuação prioritária em ações destrutivas de saque e apropriação de nossos bens naturais, entre eles os minérios, destaque ao petróleo. Um governo que quer as riquezas naturais para os ricos e a retirada dos direitos de quem produz a riqueza desse país, ou seja, a classe trabalhadora. Mas as camponesas foram às ruas para denunciar os ataques e as consequências sobre a vida das mulheres no 8 de março, Dia Internacional de Luta e Resistência das Mulheres Trabalhadoras. Em Santa Catarina, o MMC esteve na organização de vários atos em conjunto com movimentos do campo e da cidade articuladas, como a Jornada Nacional, que teve como lema: "Pelos Direitos! Pela Vida das Mulheres! Somos Todas Marielle!".

Foram realizadas ações em Chapecó, Dionísio Cerqueira, Mafra, São Domingos, Lages, Xaxim e Florianópolis. Nos demais estados do Brasil as mulheres do MMC também estiveram nas ruas contra a Reforma da Previdência, Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, denunciando os crimes socioambientais que matam o povo brasileiro, como o recente crime da Vale em Brumadinho, Minas Gerais e exigindo justiça para o caso de Marielle. A Figura 35 é relacionada à mobilização do 08 de março que aconteceu em Chapecó (SC).

---

[49] Em matéria divulgada no Facebook, encontramos uma breve retrospectiva das ações realizadas em 2019, a partir da mesma sistematizamos as ações correspondentes a esse ano.

Figura 35 – Ação do 08 de março realizada em Chapecó/SC

Fonte: Carmen Munarini (2019).

Já em Dionísio Cerqueira (SC) o Movimento juntamente com as demais organizações da Via Campesina, Urbanas e Sindicatos iniciam o 08 de março com estudo sobre os impactos da Reforma da Previdência na vida das mulheres. Debatem também sobre o tema da violência sofrida pelas mulheres, ressaltando o aumento dos feminicídios. Após o seminário (Figura 36), saem às ruas (Figura 37) para manifestar sua indignação frente aos retrocessos que começam a ser implementados pelo governo.

Figura 36 – Seminário sobre Reforma da Previdência realizado em Dionísio Cerqueira/SC no dia

Fonte: Acervo da pesquisadora (2019).

Figura 37– Marcha das trabalhadoras em Dionísio Cerqueira/SC

Fonte: Acervo da pesquisadora (2019).

Mas a luta não parou por aí. Com a chegada da PEC 06/2019, em abril, no Congresso Nacional, o MMC organizou a Brigada Loiva Rübenich[50], em homenagem a essa camponesa (figura 38), que durante sua militância teve uma atuação forte na defesa dos direitos das mulheres. Segue trecho da matéria postada no Facebook do MMC,

> O objetivo foi fazer incidência direta junto aos parlamentares, denunciando as maldades que esse governo propunha com a 'nova Previdência', entre elas, o aumento da idade para as agricultoras (de 55 para 60 anos) e para acessar o BPC (de 65 para 70 anos), os Títulos de Capitalização caminhando para uma previdência privada, a Desconstitucionalização da Seguridade Social que abrange SUS, Previdência e Assistência, penalizando de forma intensa as mulheres trabalhadoras do país (Molinari; Taborda 2019).

[50] Loiva Rubenich iniciou sua militância muito jovem, ainda no MMTR, atuou na construção e articulação nacional da organização das mulheres da CLOC e Via Campesina nacional e internacional, das mulheres do Cone Sul e da Marcha Mundial de Mulheres, mas sua maior atuação foi na construção e consolidação do MMC. Loiva teve um papel fundamental na luta e acesso das mulheres aos direitos previdenciários. Após a aprovação na Constituição de 1988, junto com outras companheiras do MMC, percorreu diversos estados do Brasil, orientando as mulheres através da Campanha Nacional Pela Documentação das Trabalhadoras Rurais, organizando e orientando as mulheres para acessar seus direitos. (MMC, s.d.)

Figura 38 – Loiva Rubenich

Fonte: Acervo MMC (2004).

As camponesas realizaram escutas dos parlamentares, para saber como estavam vendo o ânimo da Câmara para a tramitação da reforma. Foram inúmeras reuniões com PT, PSOL e PCdoB. Para além desses, realizam diálogos com deputadas(os) de outros partidos para argumentar sobre as maldades da PEC. Realizam vigílias, entrega de documentos, ações e audiências dentro da Câmara dos Deputados. Participam de diálogos com a subcomissão de mulheres, entre outras. Todo esse processo resulta em vitórias paras as camponesas, vejamos,

> Com todo o trabalho realizado, mais as mobilizações, entre elas a ação das mulheres no 3 de junho, com atividades nos estados, a Greve Geral realizada no 14 de junho, conseguimos algumas conquistas como a retirada dos Títulos de Capitalização, o não aumento de idade das mulheres camponesas. Porém a PEC aprovada na Câmara dos Deputados foi extremamente maldosa e afeta de forma cruel as trabalhadoras e trabalhadores desse país (Molinari; Taborda 2019).

Conforme podemos ver, os trabalhos da Brigada Loiva foram intensos. Essa foi uma luta importante para as trabalhadoras do campo, pois garantiu a manutenção da idade e o vínculo ao salário mínimo. Destacamos trecho de uma poesia (Anexo S) que faz memória a Loiva Rubenich, militante do MMC, que em 2006 faleceu vítima de problemas de saúde, agravados devido à perseguição política sofrida após a ação realizada na Aracruz Celulose desse mesmo ano,

> [...]. Construímos uma brigada e uma mulher decidimos homenagear
> Nomeamos como Loiva Rubenich
> com seu exemplo de mulher lutadora seguimos em luta
> e não vamos nos calar; Loiva uma mulher guerreira
> Lutou pela libertação e pelos direitos da mulher
> Ela tinha uma afirmação certeira
> Os nossos direitos só a lua faz valer!
> Ela contribuiu na organização das mulheres da roça
> Por isso a ela homenageamos [...].
> Brigada Loiva Rubenich 31 de maio de 2019 (Facebook MMC).

Após a incidência na Câmara dos Deputados, a Brigada Loiva segue a luta e os trabalhos também no Senado. Participaram de inúmeras audiências, realizaram diálogos com Senadoras(es) e assessoras(es) para entender como seria a tramitação no mesmo. As camponesas destacam que o Senado é um espaço extremamente fechado e conservador. As mulheres então realizaram um ato dentro do Senado, dizendo não às correntes que as oprimem, denunciando que esta era uma casa do povo, mas que não ouvia o povo (Figura 39).

Figura 39 – Ato das trabalhadoras no Senado

Fonte: Acervo de Ricardo Jatuam (2019).

Na comissão especial, com a luta das trabalhadoras do campo e da cidade, foi possível garantir a retirada do BPC (Benefício de Prestação Continuada) da Reforma da Previdência. Essa foi com certeza uma conquista importante, pois este benefício é fundamental para pessoas com deficiência e idosas(os) aos 65 anos.

> E nós continuaremos na luta em defesa dos nossos direitos, dialogando com a

> sociedade, com entidades locais, regionais e estaduais, denunciando a maldade que a Reforma da Previdência comete para com as trabalhadoras e trabalhadores desse país. Queremos ter o direito de envelhecer com dignidade (Molinari; Taborda 2019).

A brigada Loiva foi uma das maiores ações realizadas pelo Movimento no ano de 2019. De abril a outubro, várias militantes, advindas dos 17 estados que o MMC tem atuação, se revezaram, e a cada semana realizavam os trabalhos no congresso, mas também articularam outras atividades paralelas. Quem não pôde ir a Brasília se somou à luta, organizando atividades nos estados e na busca de recursos para garantir a ida das companheiras até o Congresso Nacional.

Para além da Brigada em agosto de 2019, realizou-se o II Encontro Nacional de Jovens Camponesas

> O II Encontro Nacional, cujo tema: o papel da juventude nos movimentos sociais e nas lutas históricas da classe trabalhadora, no qual as jovens aprofundaram sobre o Feminismo Camponês Popular, entender como funciona a sociedade, a partir do debate de classe, gênero e raça/etnia e novamente o tema da sexualidade apareceu como importante. Realizou-se um cine debate sobre diversidade sexual onde foi possível colocar a vivência enquanto LBTI+, no todo da organização. Esse foi um momento forte de socialização coletiva que influenciou na criação de um coletivo nacional de luta LBTI+ do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023c).

No encontro, tivemos a oportunidade de contribuir com espaços formativos e socializar experiências de nossa atuação junto às jovens camponesas. Fez-se memória também ao primeiro encontro que foi realizado em dezembro de 2014. Muitas das jovens participantes envolveram-se nos trabalhos da Brigada Loiva.

As jovens participaram também da I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas um dia após o encontro e em seguida somam-se juntamente com camponesas vindas dos mais diversos estados na 6ª Marcha das Margaridas. Sob o lema: *Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência*, em torno de 100 mil mulheres participam na mesma. As duas marchas são um marco importante de resistência das mulheres que compõem os povos do campo, das florestas e das águas diante de um contexto de governo de extrema direita.

As fotografias (Figuras 40 e 41) foram tiradas durante a marcha até a esplanada realizada pelas trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades.

Figura 40 – Marcha das Margaridas - 2019

Fonte: Acervo de Ricardo Jataun (2019).

Figura 41 – Camponesas do MMC participam da Marcha das Margaridas

Fonte: Acervo MMC – Foto de Ricardo Jataun (2019).

Em 2019, aconteceu também o VII Congresso da CLOC/LVC e a VI Assembleia de mulheres em Cuba. As mulheres afirmaram: “com feminismo construímos socialismo” (Anexo J), e apontam que,

> Na construção do feminismo camponês popular, a partir de nossa evolução e definição política, propusemos levantar fortemente uma proposta que a partir

> de nossa diversidade e auto-reconhecimento nos leve à construção do compromisso político de uma identidade feminista camponesa e popular. Embora o feminismo tenha diferentes perspectivas, reconhecemos das organizações camponesas que o feminismo tem dado contribuições valiosas para transformar a vida das mulheres nos níveis político, social e econômico, para a CLOC/LVC esse esforço se torna uma ação política que também visa a formação de uma sociedade socialista (Declaração VI Assembleia, 2019).

Na declaração, apontam que nesse processo de construção feminista que emerge a partir dos territórios e povos do campo,

> Está vinculado à ação e ao combate ao Fim da Violência Contra a Mulher Rural, contra o agronegócio e os agroquímicos. É a luta pela Vida; pela defesa das Sementes que são Património dos nossos Povos ao Serviço da Humanidade; pelo igual direito à propriedade da terra, contra a exploração, violência e maus-tratos no trabalho; e por salários justos e iguais. A agroecologia como sistema de produção ancestral que garante a Soberania Alimentar é uma importante contribuição que as mulheres do CLOC/LVC dão na perspectiva de avançar na transformação da sociedade, e é a luta de todo o movimento camponês mundial. Por isso dá conteúdo ao feminismo camponês e popular (Declaração VI Assembleia, 2019).

Nessa Assembleia, as camponesas Francisca Rodrigues da Anamuri do Chile e Iridiani Gracieli Seibert do MMC Brasil apresentaram o processo de organização das mulheres em La Via Campesina, suas pautas principais, e também o que as camponesas na CLOC têm construído como proposta política, a partir do Feminismo Camponês Popular (Calaça, 2021).

Para concluir a sistematização desse ano, não podemos deixar de trazer a preocupação com o aumento da violência sofrida pelas mulheres. Com o anúncio do governo em facilitar o porte e uso de armas de fogo, acompanhamos um aumento significativo da violência contra mulheres e jovens, principalmente negras e negros. A partir de janeiro de 2019, os dados de feminicídios são assustadores. De acordo com reportagem do G1, Velasco; Caesar e Reis (2020), houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídios – crimes de ódio motivados pela condição de gênero; uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 horas, levando o Brasil a ser um dos países mais violentos da América Latina. A seguir, destaca-se um trecho da matéria publicada no Facebook do Movimento, junto com o card denunciando a violência,

> NA SOCIEDADE QUE A GENTE QUER,
> BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!
> O 25 de novembro é o marco da luta que nós mulheres travamos todos os dias nessa sociedade capitalista, patriarcal e racista que explora nossos territórios e nossos corpos. O Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres é o momento de denunciar que existe uma violência estrutural nas relações sociais e econômicas na sociedade capitalista.

Nós camponesas, nesta data, denunciamos as variadas formas de violência que

sofremos: violências físicas, sexuais, domésticas, patrimoniais, psicológicas... (Movimento de Mulheres Camponesas, 2019).

Denunciam também a violência com que o capitalismo explora as terras, territórios e natureza e, consequentemente, os corpos das mulheres. Entendem, portanto, que há uma intrínseca relação entre capitalismo, patriarcado e racismo. Por isso afirmam: é dever, enquanto mulheres camponesas, enfrentar e combater as variadas formas de violência que se expressam de diferentes maneiras, entre elas, pelas multinacionais, transnacionais que exploram, oprimem, invisibilizam, criminalizam as lutas e expulsam a população do campo, das florestas e das águas de seus territórios.

Neste momento de ofensiva mundial da ultradireita é importante ressaltar que nós mulheres da classe trabalhadora somos as mais afetadas pelo modelo de sociedade excludente e assassina e com a crescente onda conservadora que estamos vivenciando no Brasil e em todo o mundo. NÃO NOS CALAREMOS! (Movimento de Mulheres Camponesas, 2019).

De acordo com Taborda e Molinari (2019) o MMC reafirma a importância da luta feminista camponesa popular, a luta da classe trabalhadora e a continuidade ao enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e opressão sofridas pelas mulheres, entre elas, o patriarcado, o machismo, o racismo, o capitalismo, o agronegócio e o fascismo.

> Seguiremos fortalecendo a agroecologia a partir da Campanha Sementes da Resistência, pois somos sementes de vida, de esperança de transformação. Continuamos na defesa da Democracia, a defesa intransigente dos direitos da Classe Trabalhadora. A exemplo das lutadoras, que nos inspiram, fortalecem e motivam, renovamos a cada dia a mística, a ousadia e a coragem das mulheres na construção do Feminismo Camponês e Popular, pois queremos uma sociedade digna, justa e igualitária, construindo novas relações entre homens e mulheres e destes com a natureza (Molinari; Taborda 2019).

Na próxima subseção apresentamos as principais ações realizadas nos anos de 2020 e 2021. Um período muito diferente do que já havíamos vivenciado no mundo.

4.3.1 Anos de 2020 a 2022: a pandemia, o medo e a luta

O MMC iniciou o ano de 2020 com a Jornada Nacional do dia 08 de março de 2020, na qual o Movimento realizou em vários estados o lançamento da *Campanha Nacional Sementes de Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação* (Movimento de Mulheres Camponesas, 2020a). A mesma tem por objetivo aumentar a produção de alimentos saudáveis e diversificados, lutar por políticas públicas e contribuir no combate à fome.

> Reafirmamos com a campanha os caminhos para um projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista. Um projeto que não está a serviço do mercado, mas a serviço da vida e das nossas relações com a mãe natureza, sagrada terra!
> Diante deste cenário nós, do MMC, *reafirmamos a defesa da vida e lutamos com resistência e esperança,* SOMOS SEMENTES que lutam contra todas as formas de violência contra mulher, racismo, LGBTQIfobia, do capital contra o trabalho, entre tantas outras formas.
> Juntas lutamos por um país que produza comida saudável, sem venenos, por políticas públicas que são direito do povo e que possibilitem promover vida digna, saúde para todas classe trabalhadora.
> Na solidariedade nos forjamos companheiras, em nossa diversidade de Brasil nos fortalecemos, sendo quem somos, partilhando sonhos e os saberes de nossas ancestralidades. Carregamos em nossa história a missão da mística revolucionária em defesa das sementes, da agroecologia, da mãe terra, das águas, de nossos corpos e de nossos territórios! Acreditamos e caminhamos para a libertação das mulheres e homens da classe trabalhadora (Site MMC, 2020).

A campanha foi construída nos anos de 2018 e 2019 e se apresenta como um espaço no qual as camponesas socializam suas experiências organizativas, de formação, mística, luta, animação, estudos, produção de conhecimento e alimentos saudáveis e diversificados. As mulheres intensificam o trabalho e a luta nos quintais produtivos e desde seus territórios fortalecem os estudos. Colocam em prática a Agroecologia vista sob diferentes compreensões. De acordo com, Zenaide Collet; Noeli Welter Taborda; Justina Inês Cima; Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto; Noemi Margarida Krefta (2022) no MMC as mulheres nos processos de formação e mobilização foram entendendo a *agroecologia como modo de vida, ciência, conhecimento, trabalho e um projeto de sociedade sustentável*.

O mundo viveu uma crise econômica, política, social e ambiental. Crise essa que já apresentava inúmeros problemas para a classe trabalhadora, em especial para as mulheres. Essa situação foi duramente agravada com a explosão da pandemia, ocasionada pela Covid-19 em 2020 no mundo. Vivenciamos no Brasil a negação da ciência e a busca desenfreada pelo lucro. De forma irresponsável, o Presidente Jair Messias Bolsonaro conduz essa situação e leva à morte milhares de brasileiras e brasileiros, conforme já mencionamos anteriormente.

As mulheres do MMC reinventaram sua forma de organização, com a mística de cuidado e defesa da vida, por isso, desde o surgimento da pandemia, o Movimento deliberou e reafirmou como central a saúde e a vida das pessoas, o que fica evidente no Manifesto lançado pelas camponesas no dia 25 de março de 2020 (Anexo L)

> Nós, camponesas do Brasil, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), manifestamos nossa profunda preocupação com o resultado nefasto de passar por uma pandemia como a do coronavírus Covid-19 tendo no governo um IRRESPONSÁVEL que NÃO TEM RESPEITO

> PELA VIDA do povo trabalhador. Em momentos assim fica mais evidente que a sociedade capitalista, que tem por meta o lucro para alguns, não é capaz de construir respostas que garantam ao povo segurança, saúde e bem-estar. Acompanhamos diariamente a preocupação do governo Bolsonaro, dos mais ricos do país e de parte da mídia sobre como ficarão a economia e as empresas após a pandemia. Para nós, a preocupação central é garantir medidas que salvem a vida das pessoas e é nesse sentido que o Governo Federal e todos os Estados deveriam colocar seus esforços e atuar. Depois, junto com o povo, pensar formas de reorganizar a economia (Manifesto MMC, 2020).

Entendem a importância do isolamento social para barrar o avanço da contaminação pela Covid-19, tornando-o um isolamento produtivo e intensificando a produção de alimentos: "no campo, nas florestas e nas águas onde existe campesinato neste país, estamos buscando formas de continuar produzindo alimentos saudáveis que permitam ao rural e à cidade enfrentar a crise, combatendo a volta da fome que já está tão ampla no Brasil".

Nesse contexto, as redes sociais foram se tornando instrumentos fundamentais para organização, formação, lutas, articulação e comunicação. De acordo com Cima e Molinari (2022), inúmeras foram as dificuldades, entre elas, a falta de internet com qualidade no campo, os aparelhos celulares ou computadores das camponesas em sua grande maioria não comportavam aplicativos para acessar as videoconferências, bem como a falta de um espaço adequado na casa para participar das reuniões e a dificuldade em lidar com as tecnologias.

As autoras afirmam ainda que "assumir a militância a partir do espaço da casa, desafiando-se a apropriar-se das tecnologias foi em tempos de pandemia outro campo de luta que exigiu organização e distribuição dos trabalhos domésticos, do tempo, acesso ao aparelho de celular" (Cima; Molinari, 2022, p. 132). Através da inserção militante no MMC foi possível contribuir para que as camponesas pudessem aprender a usar o celular, baixar aplicativos de videoconferências e acessar as atividades virtuais organizadas pelo Movimento.

Outro desafio foi não descuidar da luta em defesa do SUS, com a garantia de vacina para toda população, bem como de fazer permanentemente a denúncia da prática negacionista e genocida adotada pelo governo federal.

> Nós, camponesas, que produzimos alimentos saudáveis e diversificados, sempre no cuidado com a natureza, e historicamente pautadas pelo direito à VIDA DIGNA de nosso povo, manifestamos nossa intensa preocupação com a população do interior do país, onde os hospitais e o sistema de saúde já apresentavam fragilidades devido à Emenda Constitucional da Morte, a Emenda 95, que congelou em 20 anos os investimentos em saúde, educação e assistência (Manifesto MMC, 2020).

Com um mês de pandemia, o Movimento já havia assumido várias pautas de luta, sempre colocando a vida acima da economia. Intensificou-se a produção, organização e

melhoramento das sementes crioulas, tendo como meta a produção do alimento saudável e a comida de verdade.

Os quintais produtivos se configuram como laboratório de experimentos, de produção e de construção de novos conhecimentos, mas também são condições concretas para enfrentar a dureza da pandemia frente à dor das perdas, frente ao isolamento, frente à crueldade feita com a mãe natureza e as questões ambientais. As hortas, os hortos medicinais, os quintais produtivos com nossas práticas de produção orgânica e agroecológicas, permitiram condições para cuidar de nós e sermos solidárias com quem mais precisava.

Em suas ações, foram denunciadas as atrocidades e as negligências do Governo Brasileiro, o aumento da violência sofrida pelas mulheres e reivindicadas medidas urgentes para que o povo do campo e da cidade pudesse permanecer em isolamento com condições mínimas de sobrevivência. Começa, então, uma intensa luta pelo auxílio emergencial e o PL 735/2020 que,

> Prevê pagamento de abono emergencial a agricultores e agricultoras familiares que não estejam recebendo o auxílio emergencial; fomento emergencial para apoio à inclusão produtiva, inclusive a destinação dos recursos para a construção de cisternas ou outras tecnologias de acesso à água; liberação de crédito para a produção; promoção do abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição e distribuição de produtos da agricultura familiar (PAE-AF). Em todas essas medidas, as mulheres agricultoras familiares têm condições especiais. Também prevê medidas para renegociação, suspensão e quitação de dívidas rurais, e concessão automática do benefício Garantia Safra a agricultores e agricultoras aptos (Movimento de Mulheres Camponesas, 2020b).

Uma das palavras de ordem era #AprovaPL735ProBrasilNãoPassarFome. Importante salientar que o referido PL foi aprovado no Congresso Nacional com muita luta e pressão, feita pelas organizações da agricultura camponesa no final de 2020, mas vetado pelo Presidente da República, o que colocou as camponesas em luta pela derrubada dos vetos. A figura (42) ilustra como as camponesas realizavam a partir de seus quintais produtivos a luta nas redes sociais, as jovens contribuíram firmemente nessas ações.

Figura 42 – Luta contra a fome e pela derrubada dos vetos

Fonte: Facebook MMC (2021).

Porém, as camponesas, juntamente com as organizações da agricultura camponesa e parlamentares de esquerda, retomaram em 2021 a luta e construíram um novo projeto, o PL 823/2021[51], aprovado pelo Congresso Nacional e vetado mais uma vez pelo Presidente Jair Bolsonaro. Contudo, com muita articulação,

> Fechamos o ano de 2021 com uma conquista muito importante. No dia 17 de dezembro de 2021, o Congresso Nacional derrubou o veto 51 do presidente Jair Bolsonaro e o Projeto de Lei (PL) 823/2021 finalmente pode virar a Lei Assis de Carvalho II. Uma grande vitória dos povos do campo, das águas e das florestas! Uma vitória com sabor de comida de verdade, de agroecologia e saúde. Os recursos são para produzir alimentos para o povo brasileiro que enfrenta a fome e graves violações de direitos (Cima; Canan, 2021).

Uma das ações que também ganhou vida e foi profundamente fortalecida nesse período de pandemia foi a solidariedade entre as mulheres e a classe trabalhadora:

> Nesse mesmo tempo, articulamos diferentes formas de manifestar nossa solidariedade com as pessoas mais necessitadas, formamos grupo de trabalho confeccionando máscaras, fitoterápicos e homeopatia para aumentar a imunidade também para doação, fizemos sabão caseiro para higienização, coleta de alimentos, sementes, enfim, dizer que reinventamos outros campos de luta, os quais foram gratificantes (Cima; Molinari, 2022, p. 134).

Além das ações já mencionadas, a Campanha Nacional Sementes de Resistência,

[51] Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II) (Brasil, 2021).

lançada no 08 de março de 2020, seguiu sendo inspiração de luta e fortalecimento do projeto popular de agricultura camponesa, em que as camponesas construíram vídeos para socializar as experiências de produção e seleção de sementes (Movimento de Mulheres Camponesas, 2020c). As datas históricas de luta do MMC também foram marcadas por jornadas nacionais e internacionais em formato virtual no ano de 2020 e algumas ações presenciais e virtuais em 2021. Destacamos entre elas, o 08 de março – Dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras em 2021, com o ato virtual *Mulheres na luta pela Vida! Fora Bolsonaro, vacina para toda a população e auxílio emergencial já!* (Movimento de Mulheres Camponesas, 2021a).

Várias são as ações de denúncia pelo Fora Bolsonaro, contra a fome, a miséria, por democracia e vacina para todas(os), realizadas durante os anos de 2020 e 2021. Em especial as datas do 07 de setembro e do 16 de outubro. Destacamos a jornada virtual organizada pelo MMC de 11 a 17 de outubro de 2020 e um ato político contra a fome, juntamente com La Via Campesina, *Por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar* em 2021 com a denúncia da Associação dos Produtores de Soja e Milho no Estado do Mato Grosso (APROSOJA) e doações de alimentos (Movimento de Mulheres Camponesas, 2020d, 2021c, 2021d, 2021e).

A Figura 43 representa as cestas organizadas em forma da frase “Soberania Alimentar já”. As mesmas foram distribuídas no dia 16 de outubro em Recife, Pernambuco, pelas organizações de La Via Campesina.

Figura 43 – Doação de alimentos no dia 16 de outubro de 2021

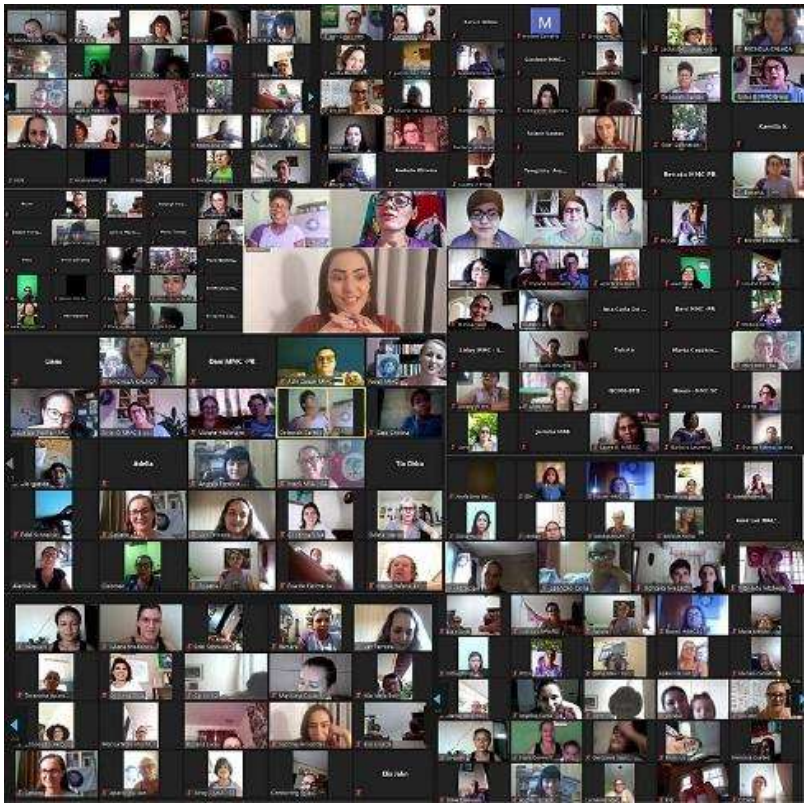
Fonte: Facebook MMC (2021).

O tema de enfrentamento à violência contra as mulheres foi pauta de ações das mulheres camponesas. Citamos o 25 de novembro, marcado em 2020 pela *Jornada de lutas das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres* (Movimento de Mulheres Camponesas, 2020c) e, em 2021, com o tema: *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher* (Via Campesina Brasil, 2021a) o 04 de dezembro de 2021 com o tema: *Bolsonaro nunca mais, pela vida das mulheres* (Via Campesina Brasil, 2021b). As camponesas afirmam que a violência contra a mulher social, e que, portanto, deve ser combatida por todas(os) nós.

Diante de tanto descaso e sofrimento, o 04 de dezembro de 2021 foi marcado por inúmeras ações em todo o Brasil pelas mulheres trabalhadoras. As trabalhadoras diziam: "Bolsonaro é o presidente mais machista da história do Brasil que se orgulha de ameaçar as mulheres! É por isso que as mulheres estarão nas ruas de todo o país no próximo dia 4 de dezembro". #4DBolsonaroNuncaMais #4DEleNão".

A formação em nível nacional e estadual têm sido presentes no MMC, e destacam-se os Diálogos Pedagógicos a partir do Feminismo Camponês Popular, que teve a aula inaugural em 27 de fevereiro de 2021 (Figura 44), contando com a contribuição da socióloga Sabrina Fernandes, reunindo mais de 200 mulheres (Movimento de Mulheres Camponesas, 2021b).

Figura 44 – Aula inaugural dos Diálogos Pedagógicos



Fonte: Facebook MMC (2021).

Assim, o Movimento marca o começo dessa jornada formativa, realizando encontros mensais que se prolongaram até o ano de 2022. Esse curso possibilitou certificação às participantes, sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural do Semi Árido do Rio Grande do Norte, como curso de extensão. Apresentamos no Quadro 3 uma síntese dos temas trabalhados durante as aulas.

Quadro 3 – Curso Diálogos Pedagógicos 2021 e 2022

Descrição da atividade	**Data**
Diálogo Pedagógico I. Capitalismo, patriarcado, racismo. Assessora: Michela Calaça	27/03/2021
Diálogo Pedagógico II. Continuação do Tema: Capitalismo, patriarcado, racismo. Assessora: Michela Calaça	24/04/2021
Diálogo Pedagógico III. Capitalismo. Patriarcado. Racismo: As lutas contra esse sistema. Assessoras: Itamara Almeida e Larisse Rodrigues	20/05/2021
Diálogo Pedagógico IV. DITADURA MILITAR: contexto de surgimento do MMC. Assessora: Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto	26/06/2021
Diálogo Pedagógico V - A história de luta do MMC. Assessora: Adriana Maria Mezadri	31/07/2021
Diálogo Pedagógico VI. A história do Movimento de Mulheres Camponesas	28/08/2021

do Brasil: Memórias, sentidos e participação. Assessora: Teresa Cruz	
Diálogo Pedagógico VII – Socialismo a partir do Movimento de Mulheres Camponesas. Assessora: Justina Inês Cima	25/09/2021
Diálogo Pedagógico VIII – Socialismo a partir do Movimento de Mulheres Camponesas. Assessora: Michela Calaça	30/10/2021
Diálogo Pedagógico IX - História da agroecologia e modo de vida. Assessora: Ana Claudia Rauber	26/03/2022
Diálogo Pedagógico X – Agroecologia no Movimento de Mulheres Camponesas. Assessora: Sandra Marli da Rocha Rodrigues	30/04/2022
Diálogos Pedagógicos XI – Campanha Nacional Sementes de Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação. Assessora: Edcleide da Rocha Silva	28/05/2022
Diálogo Pedagógico XII. Aspectos históricos do Feminismo. Assessora: Isaura Isabel Conte	25/06/2022
Diálogo Pedagógico XIII. Vertentes do Feminismo. Assessora: Renata Rocha Gadelha	30/07/2022
Diálogo Pedagógico XIV. Feminismo Camponês Popular. Assessora: Noeli Welter Taborda	27/07/2022

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Para além dos Diálogos em 2021 e 2022, o MMC, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, organizou um curso sobre: *O encontro do pensamento de Rosa Luxemburgo e as mulheres camponesas: atualidade e as movimentações coletivas na América Latina.* Esse curso foi realizado em duas edições. Os Quadros 4 e 5 apresentam os módulos realizados e suas respectivas datas.

Quadro 4 – Módulos da I Edição Curso Rosa Luxemburgo realizada em 2021

Descrição da atividade	**Data**
Módulo I - Vida e obra de Rosa Luxemburgo. Assessoria: Isabel Loureiro	16/08/2021
Módulo II - Rosa Luxemburgo e as movimentações coletivas da América Latina. Assessoria: Hernán Ouviña	13/09/2021
Módulo III - As principais categorias utilizadas e construídas pelo pensamento de Rosa Luxemburgo e que dialogam com o campesinato. Assessoria: Isabel Loureiro	11/10/2021
Módulo IV - apresentação de trabalhos produzidos pelas camponesas, a partir do curso. Avaliação final.	08/11/2021

Fonte: Relatório de Atividades elaborado (2023)

Em 2022 o Movimento realiza a segunda edição do curso virtual, dando continuidade

aos estudos, conforme podemos verificar no Quadro 5.

Quadro 5 – Módulos da II Edição do Curso Rosa Luxemburgo realizada em 2022

Descrição da atividade	Data
Módulo I - O Pensamento de Rosa Luxemburgo e as questões ambientais: aproximações e diálogos atuais. Assessoria: Isabel Loureiro	18/05/2022
Módulo II - A economia política, Rosa Luxemburgo e os limites ambientais do desenvolvimento capitalista. Assessoria: Gema Esmeraldo	08/06/2022
Módulo III - Rosa Luxemburgo, a construção do socialismo e a crítica ao progresso como um fim em si mesmo. Assessoria: Michael Lowy	30/07/2022
Módulo IV Ecofeminismo, feminismos populares e Rosa Luxemburgo – diálogos e interrelações Assessoria: SYCORAX	10/08/2022

Fonte: Relatório de Atividades elaborado (2023).

Todos os cursos realizados de forma virtual foram avaliados pelas militantes como importantes e necessários. A dificuldade de acesso à Internet não permitiu o acompanhamento em tempo real dos módulos, mas com a edição dos vídeos e sua postagem no Youtube do MMC, o alcance foi maior que os números registrados pela lista de presença. Essa problemática coloca na pauta do Movimento a luta por Internet de qualidade no campo.

Inúmeros foram também os momentos formativos organizados juntamente com La Via Campesina. Em relação à formação, o período de pandemia possibilitou inúmeras formas de estudo. Em alguns depoimentos, as camponesas afirmam que tiveram a possibilidade de participar em processos de formação que de forma presencial poderiam não ter participado. Dessa forma, o Movimento tem adotado o espaço virtual para continuidade no processo formativo.

Importante ressaltar que o enfrentamento à violência contra às mulheres sempre esteve presente nas ações do Movimento. Debates, seminários, pesquisas e denúncias das mais diversas formas foram realizados. Conforme Calaça, Conte e Taborda (2020), é preciso compreender que no período atual precisamos demarcar que o patriarcado vai assumindo formas distintas e, no capitalismo, ele se aprofunda e se atrela a uma lógica de exploração do trabalho, de uma classe sobre a outra, mantendo também uma dominação e exploração que se amplia quando realizamos o recorte de raça/etnia. Essas relações patriarcais vêm sendo reforçadas no Brasil, o que tem vitimado milhares de mulheres diariamente.

Dados sobre feminicídios revelam que diariamente no Brasil são mortas em torno de

seis mulheres; 90% delas pelo companheiro ou pelo ex-companheiro, o que coloca o Brasil, desde 2013, na 5ª posição no ranking mundial, conforme declarações da Organização das Nações Unidas e do Instituto Patrícia Galvão (2019). De acordo com as autoras Carmen Lorenzoni; Sandra Marli da Rocha Rodrigues; Sirley Ferreira dos Santos (2020, p. 149), em 2019 "[...] a cada minuto nove mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão no Brasil e 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2018".

Relatam ainda que, de janeiro a julho de 2016, foram registradas 68 mil denúncias no disque 180, sendo que desse montante aproximadamente 4 mil foram de mulheres que residem no campo, esses dados revelam que a violência está ainda muito presente na vida das mulheres o que apresenta grandes desafios a luta feminista, em especial às camponesas na construção dos fundamentos do Feminismo Camponês Popular.

O ano de 2022 se iniciou cheio de desafios, pois conciliar o virtual com o presencial exigiu reorganizar a dinâmica de vida das militantes. Mesmo com alguns cuidados, as camponesas iniciam o ano organizando inúmeras lutas. A região Sul enfrenta uma forte seca, com falta de água, perda da biodiversidade na produção, inclusive de muitas variedades de sementes e plantas. Diante de tal problemática, em 03 de fevereiro de 2022, o MMC participa da entrega de um Projeto de Lei que, de acordo com Adriane Canan (2022), "dispõe sobre medidas emergenciais de amparo as agricultoras(es) familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e da enchente que incidem sobre o país desde o ano de 2021"(Canan, 2022).

Este PL tem por objetivo um amparo mínimo, de caráter emergencial, para a agricultura camponesa visando a prorrogação das dívidas, bem como acesso a mais crédito para possibilitar a produção de alimentos saudáveis. Na oportunidade, o Movimento exige a imediata implementação da Lei Assis Carvalho, pois entende que a mesma prevê ações importantes que possibilitariam enfrentar essa situação e contribuir no combate à fome.

O MMC juntamente com as demais organizações da agricultura camponesa realizou diversos atos (Figura 45) no dia 16 de fevereiro em várias regiões do Brasil, exigindo medidas e políticas públicas dos governos federal, estadual e local para amenizar os impactos. Porém, mais uma vez, a agricultura camponesa e as mulheres ficaram desassistidas, pois nenhuma política de enfrentamento a essa problemática foi implantada.

Figura 45 – Ato realizado pela agricultura camponesa familiar no trevo de Chapecó SC

Fonte: Facebook MMC (2022).

Essas mobilizações também contribuíram para motivar a jornada nacional do 08 de março, Dia internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, que teve como lema: *"Camponesas em defesa da vida! Fora Governo Genocida!"*. Como forma de mobilizar, realizou-se uma PLENÁRIA NACIONAL da Jornada referente ao Dia Internacional de Luta das Mulheres da Classe Trabalhadora. O MMC, juntamente com inúmeras organizações, lançou um manifesto afirmando que: *"Pela Vida das Mulheres – Bolsonaro Nunca Mais! Por um Brasil sem Machismo, Racismo e Fome"* (Anexo M). A seguir colocamos trechos do Manifesto que ressaltam a opressão, exploração e discriminação vivenciada pelas mulheres.

> Ao longo da história, nós, mulheres trabalhadoras, sempre estivemos na linha de frente das lutas populares por direitos e por melhores condições de vida. Carregamos o fardo de toda exploração capitalista, patriarcal e racista que nos oprime enquanto mulheres responsáveis pelas famílias, negras, indígenas, quilombolas, LBTs, jovens, idosas e com deficiência (PcDs), nos campos, nas águas, florestas e cidades. Vivemos em um sistema político e econômico que utiliza da exploração da nossa força de trabalho e dos nossos corpos para se sustentar (Manifesto, 2022).

No manifesto, convocam as mulheres trabalhadoras do Brasil que se comprometem com a luta contra o machismo, o combate à feminização da pobreza, ao racismo, à LGBTQIA+fobia e a todas as ações que agravam a situação das mulheres no Brasil.

> A luta pela derrubada de Bolsonaro do poder é uma luta necessariamente feminista, anti-imperialista, anticapitalista, democrática, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica. É uma luta em defesa da vida das mulheres, contra a fome, a carestia, a violência, pela saúde, pelos nossos direitos sexuais, direitos reprodutivos e pela justiça reprodutiva. É uma luta em defesa do SUS e dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade. É uma luta com a maioria que tem sofrido com a fome, com a perda de seus entes queridos, com a violência e

> com o desemprego. Reafirmamos o feminismo como caminho para a auto-organização das mulheres, em aliança com os movimentos sociais, na resistência e construção de uma sociedade justa e igualitária (Manifesto, 2022).

A partir do manifesto, a mobilização se intensifica e o 08 de março é marcado por inúmeras ações em todos os estados do Brasil. A orientação era, nas ruas, nas redes e nos roçados, organizar manifestações para marcar esse dia – que para o MMC historicamente foi um dia internacional de luta e resistência das mulheres trabalhadoras.

Ainda no marco da jornada Nacional, no dia 10 de março, o Brasil sentiu a força, o protagonismo e a resistência feminina em cada fala, em cada olhar, em cada realidade relatada pelas lutadoras no "Encontro das Mulheres com Lula". Michela Calaça, da direção nacional, representou o MMC, e na oportunidade fez fala e apresentou a pauta das mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades. "Tirar o Bolsonaro do poder e contribuir com o governo popular de Lula será um grande desafio e uma grande missão. Nós queremos e precisamos ser felizes de novo"!

Durante os meses seguintes, com a diminuição dos riscos da pandemia aconteceram vários encontros presenciais. As companheiras do MMC em Saltinho (SC), realizaram nos dias 19 e 20 de abril o *"1° Seminário estadual conhecer para enfrentar: das violências cotidianas às práticas integrativas e complementares como estratégia de resistência".* Discutir políticas públicas, defender o SUS e o direito às práticas integrativas em saúde foram temas centrais. Outro destaque foi a inauguração do Horto Municipal Medicinal *SABEDORIA POPULAR* de Saltinho. Foi um momento muito potente de reencontro das camponesas depois dos dois anos de pandemia.

Durante o momento da análise de conjuntura (Figura 46), o MMC publicamente assume a luta eleitoral e a eleição do projeto representado por Luiz Inácio Lula da Silva como centralidade de 2022. Era preciso derrotar o fascismo/nazismo/bolsonarismo e seu projeto de morte.

Figura 46 – Análise de conjuntura realizada durante o Seminário

Fonte: Acervo de Adriane Canan (2022).

Nos demais estados as camponesas retomaram com força os encontros presenciais, as atividades formativas tinham como objetivo a partilha de saberes, conhecimentos, mostras de produção para fortalecer a Campanha Sementes de Resistência do MMC. A organização e a formação são tarefas fundamentais para o Movimento.

A articulação com as demais organizações tem sido prioridade também para o Movimento. Citamos o Seminário Nacional Contra Violência no Campo, que aconteceu nos dias 18 e 19 de abril, no qual foi realizado o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo - Brasil 2021 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na CNBB em Brasília, com falas de organizações e depoimentos das violências sofridas por conflito de terra. O seminário teve por objetivo articular a Mobilização local, estadual, regional e nacional no enfrentamento à violência no campo, causadas pelo latifúndio, pelo garimpo, o agronegócio e governos, contra pessoas e povos e a natureza onde habitam. Este caderno é muito importante, pois apresenta de forma atualizada dados sobre os conflitos vivenciados no campo.

Uma das ações que o Movimento se soma é a organização de comitês populares que tinham o intuito de organizar o povo para reconstruir o Brasil. Para o MMC, quanto maior a participação das mulheres camponesas, maior seria a visibilidade da defesa das mulheres na organização popular. Junto à organização, aconteceram mobilizações em todo o país contra a fome, a alta dos preços dos alimentos, dos combustíveis, do gás de cozinha e por #ForaBolsonaro, #BolsonaroNuncaMais.

O MMC participa também da construção de uma plataforma popular de propostas para o Brasil!

> No dia 27 de maio, o pré-candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva esteve reunido com representantes dos MOVIMENTOS

> POPULARES, em São Paulo. O encontro, organizado pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, aconteceu na Casa de Portugal, na Liberdade. O MMC marcou presença com as companheiras Angelina Pereira Carvalho, de Minas Gerais, e Sirley Ferreira, de Sergipe (Movimento de Mulheres Camponesas, 2022).

O documento (Anexo O) apresenta alguns elementos da realidade que o Brasil se encontra, além de apresentar propostas que preveem: a redução das desigualdades econômicas e sociais; geração de trabalho, emprego e renda; fortalecer os serviços públicos para melhorar as condições de vida da população, entre eles, destacamos o SUS; a defesa da democracia; segurança pública de qualidade; fortalecer a reforma agrária, agricultura camponesa familiar, agroecologia e soberania alimentar; promover a igualdade, enfrentar a violência e respeitar a diversidade.

Ainda no processo de articulação com as demais organizações, acontecem duas atividades na ENFF que avaliamos apresentar. Uma delas é a reunião nacional de comunicadoras e comunicadores populares, na qual o MMC participou juntamente com comunicadores e comunicadoras das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, nos dias 20 e 21 de maio de 2022. O debate central abordou a tática e estratégia da comunicação popular nesse momento que requer organização, mobilização e articulação política em torno de um projeto de reconstrução do Brasil.

A segunda atividade trata-se da reunião da Coordenação do coletivo de juventude de La Via Campesina. Durante a reunião, a juventude fez um ato de denúncia do Massacre Guapoy contra o povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, num ataque realizado pela Polícia Militar contra indígenas que ocuparam seu território ancestral localizado no município de Amambai no sul do estado. Que resultou em pessoas mortas e várias feridas. A juventude diz: “É preciso dar um basta! Esses assassinatos estão na conta do agronegócio, que mata, expulsa e faz passar fome! Não queremos mais sangue Guarani Kaiowá derramado, é preciso investigar esses assassinatos!” (Figura 47).

Figura 47 – Denúncia do massacre contra o povo Guarani Kaiowa

Fonte: Facebook Via Campesina Brasil (2022).

Em julho, as mulheres da Via Campesina Brasil realizaram a II Escola Nacional de Mulheres da Via Campesina Brasil[52], em Salvador, na Bahia. A mesma contou com a participação de 58 pessoas, vindas das cinco regiões do Brasil. Um importante espaço de diálogos, canções, poesias, conspirações, muita rebeldia e organização feminista.

Entre os principais temas debatidos estavam: Introdução economia política formação da sociedade brasileira; Questão étnica e racial; Impactos do Estado na vida das mulheres; Carrossel com apresentação das organizações presentes sobre a forma de construir o Feminismo Camponês Popular; As políticas pelos bens comuns e apropriações do capital sobre a América Latina: água, terra, minérios e alimentos; O papel estratégico dos Biomas brasileiros nas disputas: o caso dos biomas Amazônico e cerrado.

No processo avaliativo, as dirigentes participantes afirmam a importância desse momento formativo e de assumir a denominação de Escola Feminista (Figura 48). Por outro lado, apontam para a continuidade de formação estudo de forma coletiva para formular sobre o Feminismo Camponês Popular.

[52] RELATÓRIO. **II Escola Feminista de Mulheres da Via Campesina Brasil**. Realizada nos dias 04 a 08 de julho de 2022, Salvador BA.

Figura 48 – Participantes da II Escola Feminista de Mulheres da Via Campesina

Fonte: Acervo de Walisson Braga (2022).

Percebe-se que as ações do Movimento são diversas e se colocam em várias frentes. Conforme já mencionado acima, a luta eleitoral se colocou como centralidade nos meses que antecederam as eleições. As camponesas saem às ruas para fazer campanha, tendo como definição política derrotar o projeto de morte do candidato Bolsonaro e seus aliados. As táticas foram as mais diversas, com realização de atividades formativas, visitas nas casas, manifestações nas ruas, nas redes, nos roçados e participação em atos com a presença do candidato Lula.

Juntamente com as demais organizações, as camponesas entregam uma Carta Política da Plataforma de Governo dos Povos do Campo, da Floresta e das Águas para ganhar as eleições e governar o país. Ela representa o Campo Unitário, a luta pelo esperançar dentro da unidade que os compõem. A mesma tinha como objetivo fazer o diálogo com as(os) candidatas(os).

As mulheres estavam na linha de frente, assumindo a defesa da Democracia como única possibilidade de mantê-las vivas. Ressaltamos a ação que aconteceu no dia 13 de agosto, na qual mulheres, representadas na unidade dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades, estiveram unidas: pela defesa da democracia, contra todos os tipos de violência que as

afetam, por um Brasil digno de se viver e voltar a sonhar e esperançar!

Em setembro de 2022, o MMC lançou um manifesto (Anexo N) de repúdio, dor, indignação e de luta constante contra todas as formas de violência doméstica cometidas contra as mulheres. Dados revelam de forma assustadora o aumento dos feminicídios[53].

> A violência doméstica cresce em escalada alarmante no Brasil. Os dados de 2021, segundo estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registram que 1.319 mulheres foram vítimas de feminicídio, uma média de 25 mulheres por semana, quatro por dia. A cada sete horas uma mulher foi morta. [...]. Nos últimos dias, perdemos companheiras de movimentos da Via Campesina, por feminicídio. A violência está muito perto de nós, em todos os lugares. Essa violência e esse extermínio têm cor e classe social, pois as pesquisas mostram que entre as vítimas 66,7% são mulheres negras, 70,5% com idades entre 18 e 44 anos. A mulher é a principal vítima e os filhos e filhas sofrem as consequências, pois as políticas públicas de assistência, proteção e acolhimento são praticamente inexistentes (Manifesto MMC, 2022).

Sendo um fenômeno social, a situação de violência contra as mulheres não pode ser naturalizada, muito menos minimizada ou invisibilizada, pois ao não ser reconhecida, combatida e enfrentada como tal a mesma se aprofunda. Ainda no manifesto, as camponesas assumem o compromisso de continuar estimulando as mulheres para a organização, luta, promoção de espaços de formação e de denúncia contra todo tipo de violência, seja ela psicológica, moral, física, patrimonial, sexual.

Com a chegada do 2º turno presidencial, a disputa torna-se ainda mais acirrada, e as camponesas intensificam as ações em todos os estados. Vivenciamos um processo eleitoral extremamente violento, com inúmeros ataques à esquerda e aos Movimentos populares. A disseminação de *fake news* e do ódio foi algo extremamente preocupante. Mas, com um resultado bastante apertado, a democracia vence. Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente da república pela 3ª vez. Um misto de alegria, esperança e vontade de contribuir na reconstrução do Brasil mobiliza as mulheres camponesas.

O Movimento tem a oportunidade, pela primeira vez na história, de participar diretamente do processo de transição de governo com a companheira Michela Calaça atuando na reconstrução do Ministério de Desenvolvimento Agrário, sob coordenação do Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC). Ao mesmo tempo, várias dirigentes participaram de reuniões com outros setores da transição (Figura 49) para levar a pauta das mulheres. O processo de

[53] Possui como especificidade o fato de ser uma violência de gênero cometida contra as mulheres sempre em situação de desumanização, na qual as mulheres e meninas não são consideradas em igualdade de direitos humanos e valor. Trata-se de um ato qualificado como hediondo na legislação brasileira, pois é movido pela desigualdade, pela inferiorização e discriminação das mulheres.

diplomação e posse (Figura 50), ocorrido em 12 de dezembro de 2022, também contou com a participação das camponesas profundamente comprometidas em reconstruir o Brasil. A seguir colocaremos algumas imagens que retratam esse período.

Figura 49 – Processo de transição novembro e dezembro

Fonte: Facebook MMC (2022)

Figura 50 – Camponesas de MG, BA, DF no ato de diplomação de Lula Presidente

Fonte: Facebook MMC (2022).

Para além do processo de transição, inúmeras caravanas se deslocaram de todos os estados para participar desse momento que inicia um novo ciclo na história do país. As atividades iniciam com um acampamento e ato no dia 31 de dezembro e encerra no dia 01 de janeiro de 2023 com uma grande concentração e caminhada até o local da cerimônia de posse, pelas(os) participantes (Figura 51).

Figura 51 – Caminhada até o Palácio do Planalto, local da cerimônia de posse

Fonte: Facebook MMC (2023).

Destacamos também a organização e formação com a base realizada nos estados. Com a esperança renovada, era preciso cada vez mais reunir as mulheres e planejar as ações de continuidade do MMC. A Campanha Sementes de Resistência lançada em 2020 impulsiona a produção de alimentos saudáveis e diversificados. Junto aos processos formativos as camponesas realizam trocas de experiências nos quintais produtivos.

A luta pela soberania alimentar segue cada vez mais forte, e as mulheres entendem que para enfrentar a fome a agricultura camponesa tem um papel fundamental. No entanto, ainda sentem a ameaça dos agrotóxicos, e realizam então em dezembro manifestações de denúncia ao PL 6.299, conhecido como pacote do veneno – que tramitava no Senado desde fevereiro deste ano e foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no último dia 20 de

dezembro (Campanha Contra Agrotóxicos, 2023). Apesar das tentativas e pressões da bancada ruralista, o projeto não foi colocado em votação no Plenário do Senado. Essa foi considerada uma conquista importante.

Outra ação de denúncia organizada pelas camponesas está relacionada com o tema da violência (Movimento de Mulheres Camponesas, 2023a).

> A luta para que os poderes públicos implementem políticas públicas de combate às violências contra as mulheres é constante. Não nos calamos e seguimos fortalecendo a organização, a formação e a luta pelos nossos direitos! Neste Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, trazemos aqui o artigo 4º da DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS CAMPONESES E CAMPONESAS, adotada pela ONU, em 2018, depois de muita pressão e luta dos movimentos do campo, das águas e das florestas:
> Artigo 4: Não-discriminação contra a mulher:
> Os Estados devem tomar todas as medidas apropriadas para erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres rurais e outras mulheres que trabalham nas áreas rurais e promover seu empoderamento para que elas possam desfrutar plenamente, em igualdade com os homens, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e possam trabalhar, participar e se beneficiar do desenvolvimento econômico, social, político e cultural das áreas rurais em plena liberdade. Seguimos juntas pelo fim de todas as violências!! (MMC, 2022).

Para concluir esta seção apresentamos o Quadro 6 com as principais ações e estratégias de luta e resistência organizadas e protagonizadas pelas camponesas, entre os anos de 2016 e 2022.

Quadro 6 – Ações realizadas pelo MMC nos anos de 2016 a 2022

Ano	**Atividades Realizadas**
2016	Abril: Lutas contra o golpe à Presidenta Dilma;
	Maio: Lançamento de Carta ao Povo Brasileiro, pelas conselheiras reunidas na 4ª Conferência Nacional de Políticas paras as Mulheres;
2017	II Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, 2017 e; o III Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, também em 2017;
	Desse processo resulta a elaboração da Cartilha: Feminismo Camponês Popular;
	Abril. Greve da classe trabalhadora contra a Reforma Trabalhista e da Previdência;
	Dezembro greve geral e Greve de Fome contra a reforma trabalhista e da previdência
2018	Março: Jornada do 08 de março;
	Vigília Lula Livre;
	Agosto. Marcha Nacional Lula Livre;
	Setembro: Atos #EleNão;
2019	Março. Jornada Nacional do 08 de março com ações de rua e estudos sobre a Reforma da Previdência e a violência sofrida pelas mulheres;
	Abril: inicia as ações da Brigada Loiva contra a Reforma da Previdência com incidências no Congresso Nacional;
	Julho. Realização do VII Congresso da CLOC e a VI Assembleia de mulheres em Cuba;
	Agosto. II Encontro Nacional de Jovens Camponesas;

	Participação da Marcha das Mulheres Indígenas;
	Construção e participação da Marcha das Margaridas com o lema: Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência;
	Estudo sobre a História do MMC a partir dos estados;
	Novembro: Ações de denúncia contra a violência sofrida pelas mulheres;
2020	Março: 08 de março de 2020 – o MMC realiza em vários estados o lançamento da *Campanha Nacional Sementes de Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação*;
	Março: Manifesto do MMC A vida do povo em primeiro lugar;
	Reuniões, através de videoconferências para a criação de políticas públicas para enfrentar a pandemia;
	Ações de solidariedade;
	Luta pelo PL 735/2020;
	Jornada virtual de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e a violência contra a mulher realizada de 20 a 25 de novembro;
	Formações, seminários, cursos virtuais organizados pelo MMC, MST, MPA, Via Campesina, durante todo o ano;
2021	Fevereiro: início dos Diálogos Pedagógicos;
	Lançamento do Livro Feminismo Camponês Popular;
	Ato Político Virtual – na Jornada de lutas do 08 de março – dia internacional de luta e resistência das mulheres trabalhadoras. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas, sindicais do campo e da cidade e partidos políticos.
	Jornada 08 de março de 2021;
	Luta pelo PL 823/2021. Durante todo o ano;
	Ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza. Durante todo ano. Organizadas pelo MMC e juntamente com outras organizações;
	Ações de rua para denunciar o governo Bolsonaro, defesa da vacina, do SUS, organizadas pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos, durante todo o ano;
	Agosto: Início da I Edição do Curso Rosa Luxemburgo;
	Grito das excluídas e excluídos na jornada do 07 de setembro, com ações de denúncia, defesa da democracia e doações de alimentos. Organizado pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos;
	Denúncia da APROSOJA e ações de solidariedade na jornada do 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação saudável realizadas pela Via Campesina;
	Jornada nacional e internacional de enfrentamento ao racismo e a violência contra as mulheres de 20 a 25 de novembro, com ações virtuais e de rua. Organizada pelo MMC, Via Campesina, organizações populares do campo e da cidade;
	Atos de rua por Bolsonaro Nunca Mais. No dia 04 de dezembro. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas do campo e da cidade, partidos políticos e sindicatos;
2022	Fevereiro: entrega de um Projeto de Lei com medida para enfrentar a seca e as enchentes;
	Atos por políticas públicas para enfrentar a seca e enchentes;
	PLENÁRIA NACIONAL da Jornada referente ao Dia Internacional de Luta das Mulheres da Classe Trabalhadora com lançamento de manifesto “Pela vida das Mulheres”;

	Março: realização da jornada Nacional do 08 de março;
	Encontros de formação presencial nos estados;
	Encontro Mulheres Com Lula;
	Abril: "1° Seminário estadual conhecer para enfrentar: das violências cotidianas às práticas integrativas e complementares como estratégia de resistência". Realizado em SC;
	Seminário Nacional Contra Violência no Campo, que aconteceu nos dias 18 e 19 de abril no qual foi realizado o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo - Brasil 2021 da Comissão Pastoral da Terra (CPT);
	Organização de Comitês Populares;
	Mobilizações contra a fome, a alta dos preços dos alimentos, combustíveis, gás e por #ForaBolsonaro, #BolsonaroNuncaMais;
	Maio: Entrega de plataforma dos Movimentos Populares ao pré-candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva;
	Reunião nacional de comunicadores e comunicadoras populares, e Reunião da Coordenação do coletivo de juventude de La Via Campesina reunida na Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema, São Paulo;
	Julho: Realização da II Escola Nacional de Mulheres da Via Campesina Brasil em Salvador na Bahia;
	Luta eleitoral como centralidade no MMC;
	Entrega pelo Campo Unitário de Carta Política da Plataforma de Governo dos Povos do Campo, da Floresta e das Águas para ganhar as eleições e governar o país;
	Agosto: Mobilização das Mulheres Juntas pelo Brasil;
	Manifesto das camponesas contra a violência e os feminicídios em setembro;
	Eleições, luta 1º e 2º turno;
	Novembro: Processo de transição com a participação do MMC;
	Manifestações de denúncia ao PL 6.299, Pacote do Veneno;
	Ações de denúncia contra a violência sofrida pelas mulheres;
	Dezembro: Participação em Ato de Diplomação do Presidente Lula;
	Acampamento e posse de Luís Inácio Lula da Silva.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023).

Apesar de todos os retrocessos, ameaças e violência, as mulheres camponesas se mantiveram firmes, fortalecendo o tripé de organização, formação e lutas, somada a prática de uma comunicação feminista camponesa popular e a produção diversificada e saudável de alimentos. Temos a consciência de que muitas ações mais poderiam ser sistematizadas, já que as redes sociais, centralmente nos últimos anos, têm divulgado ações diárias realizadas pelas camponesas.

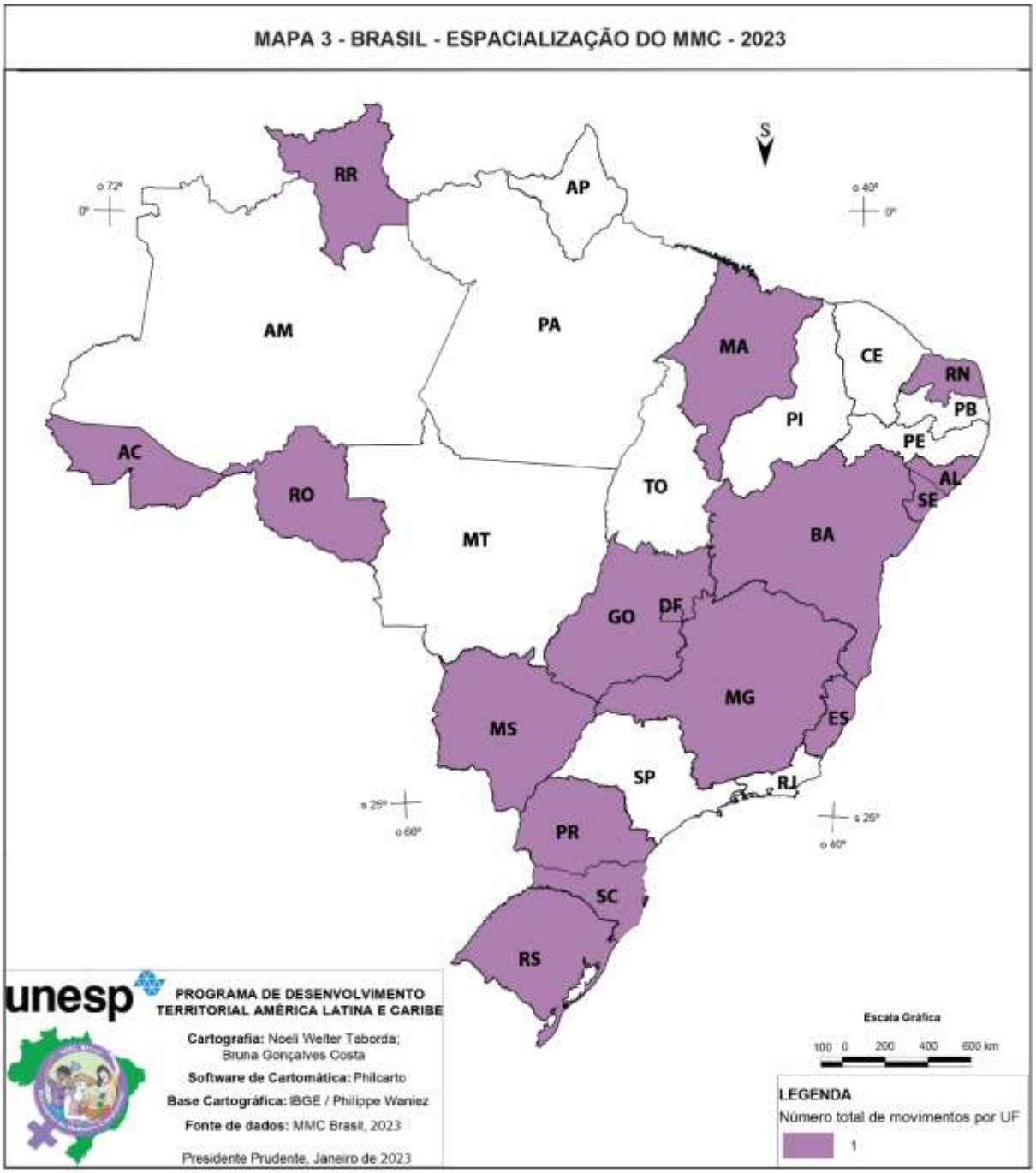
No entanto, avaliamos que as ações sistematizadas aqui já nos permitem ter um panorama das diferentes formas de luta que as camponesas construíram para enfrentar o período de golpe vivenciado no Brasil. Essas ações têm mantido o Movimento firme em sua missão que é a "libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de violência, a construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista e a transformação da sociedade".

São essas ações somadas às da seção anterior que traduzem a concepção de feminismo

das camponesas, um feminismo gestado desde o princípio com sua forma de organizar a luta e ir em busca de seus direitos.

Em seu planejamento anual, realizado no final de 2022, planejaram duas grandes ações que darão continuidade aos trabalhos em 2023. Uma delas é o mutirão dos 40 anos do MMC e a construção do II Congresso Nacional, com previsão de ser realizado em 2025. Para subsidiar essas ações, elaboram um documento síntese da história e seguem na revisão do documento tese de 2004, iniciada em reunião da Coordenação Nacional do MMC realizada nos dias 09 a 12 de dezembro de 2022, em Chapecó/SC. Atualmente o MMC está organizado em 16 estados do Brasil (Mapa 3): SC, RS, PR, MS, MG, ES, DF, GO, BA, AL, SE, RN, MA, AC, RR, RO.

Mapa 3 – Espacialização do MMC em 2023



Fonte: Cartografia Noeli Welter Taborda; Bruna Gonçalves Costa (2023).

As formas de ações seguem sendo diversas: mística, poesias, caminhadas, brigadas, comemorações, encontros, marchas, denúncias, entre tantas outras. As camponesas entendem que quem luta abre perspectivas, dá passos e reafirma a história como um campo de possibilidades.

No período do Pós-Golpe as camponesas organizadas no MMC, realizam inúmeras ações, tanto em nível local, quanto na dimensão estadual, nacional e internacional. O medo e a

insegurança foram os desafios enfrentados nesse período, assim, foi necessário um (re)inventar coletivo, pois as mulheres camponesas se mantiveram firmes, fortalecendo o tripé de organização, formação e lutas, somada a prática de uma comunicação feminista camponesa popular.

Todas essas ações fazem parte da construção de uma territorialidade das camponesas, que através do processo de luta transforma a vida nos territórios (i)materiais das mulheres, seja na casa, no quintal, nas organizações, na sociedade, bem como na produção de uma posição e acúmulo teórico/político do Movimento. De acordo com Saquet (2015), a territorialização consiste na apropriação de um fragmento do espaço através de relações de poder, produzindo, assim, não só territórios, mas territorialidades e temporalidades. Essas territorialidades podem ser definidas como sistemas de relações econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens e destes para com a natureza. Para elas o território é um lugar de reprodução da vida de forma plena, no qual seja possível viver em harmonia com a natureza, entendendo também como um espaço onde a construção de novas relações humanas é possível.

Finalizamos esta pesquisa, afirmando que as mulheres camponesas organizadas no MMC, souberam se reinventar em cada momento histórico. As diferentes formas de se manifestar, de construir a luta, de estudar, se organizar conformam territórios materiais e imateriais importantes para seguir construindo a resistência. O ano de 2023 inicia com esperanças de reconstrução do país, o que coloca grandes desafios para os Movimentos populares, sendo preciso conjugar luta política com luta econômica. É preciso avançar com políticas públicas que melhorem as condições de vida para a classe trabalhadora, mas é preciso que esse processo fortaleça a organização popular, para que possamos seguir no enfrentamento a extrema direita que segue organizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as ações e estratégias do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na construção dos territórios de luta e resistência a partir do Feminismo Camponês Popular no período Pós-Golpe de 2016 a 2022 no Brasil. Entendemos o MMC como um movimento socioterritorial por suas lutas se tornarem território concreto na vida das mulheres, citando a agroecologia quando praticada no quintal produtivo. A aposentadoria é uma luta por direito que remete à possibilidade de se manter no campo (território). O território torna-se o primeiro campo onde o poder se articula, mas não o único, o que nos leva a compreender a importância da significação do poder. O mesmo deve ser compreendido por intermédio de várias categorias de análise, entre elas: classe, sistemas de produção, trabalho, identidade, representação, objetivação, intencionalidade, estrutura.

A primeira seção tratou da introdução, bem como apresentamos nossa trajetória pessoal, militante e acadêmica. Por sermos um ser social em construção entendemos que as opções que assumimos ao longo da nossa vida trazem a marca daquilo que acreditamos. Toda e qualquer transformação só é possível através de nosso compromisso individual e da construção coletiva. E temos a certeza de que esse processo contribui para forjar sujeitos que, ao adentrar nesse Movimento, se transformam. Portanto, em nossa trajetória, afirmamos o compromisso com a luta das mulheres trabalhadoras, em especial, as do campo, organizadas no MMC.

Na segunda seção apontamos os elementos e o entendimento acerca da produção do espaço geográfico por meio da teoria feminista. Apresentamos elementos sobre a compreensão do espaço e território no MMC. Nessa seção foi possível compreender que a produção do espaço é permeada por relações de poder. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõe a luta feminista, podemos entender como as relações sociais e de poder são estabelecidas na forma de organização do espaço. Compreendemos, portanto, que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem viver.

Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios, buscam entender a vida como uma totalidade, na medida que vão imprimindo uma maneira própria de ser e de construir novas relações. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições. Sendo assim, ressaltamos que todas as ações construídas pelas mulheres camponesas ao longo da trajetória de 40 anos constituem-se em territórios (i)materiais do MMC e entre eles, citamos: as marchas, abaixo-assinados, entrega de pautas, acampamentos, reuniões, entre outros que resultaram na conquista de direitos sociais. A agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e diversificados a partir dos quintais produtivos e a denúncia

da problemática do agronegócio (ação na Aracruz celulose 2006), resultaram num projeto popular de agricultura camponesa agroecológico feminista.

A produção científica militante, "territórios das mulheres", o conhecimento produzido pelas mulheres do MMC é um importante tipo de território, portanto, todas as ações permitem superar a compreensão do território como uno, singular e imutável. Chamamos a atenção para a importância desses territórios que, no caso das mulheres do MMC, vêm sendo baseados no Feminismo Camponês Popular. Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas político-ideológicas na interpretação do espaço agrário.

Na terceira seção apresentamos alguns elementos que permitiram refletir como esse processo de implantação do capitalismo foi se dando no Brasil. Por outro lado, buscamos apontar a configuração e a constituição do campesinato no interior da estrutura da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Identificamos que o processo de introdução do capitalismo é carregado de violência e exploração dos bens naturais e da classe trabalhadora. O latifúndio, atrelado ao poder do Estado, diante de um contexto de modernização, tem provocado o endividamento das famílias camponesas e o êxodo rural, expulsando os povos de seus territórios. Diante disso, a origem do campesinato se apresenta como um elemento que coloca a pauta e a luta camponesa no centro da disputa política nacional. O processo econômico e a violência do Estado são fundamentos históricos da trajetória do Capital.

Por meio dos debates da Teologia e Filosofia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido, o processo de luta contra a ditadura militar e pela reabertura política e democratização do país, bem como, na luta por direitos e políticas públicas no Brasil, se deram a partir de algumas das ferramentas (como movimentos populares e sindicais, partidos políticos de base) construídas no final da década de 1970 e início de 1980.

As mulheres, mesmo participando intensamente desse momento importante na história do país, devido à cultura capitalista, patriarcal e racista continuavam invisibilizadas. Diante disso, as mulheres camponesas ousaram, em diversos estados do Brasil, construir grupos, movimentos e associações como espaços de diálogo, debate e reflexão sobre a realidade por elas vividas.

As mulheres em processo de organização no Movimento constataram que a opressão, exploração e violência sofridas só poderiam ser enfrentadas com luta política e organizativa, que a igualdade de direitos e participação deveria ser protagonizada pelas próprias mulheres,

sobretudo pela dura realidade imposta à vida na agricultura, que intensificava a exploração das camponesas.

Construir um projeto contra hegemônico no campo se expressava na luta por direitos, políticas públicas, construção de novas relações e o fortalecimento de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista, elementos base para avançar na transformação da sociedade, e que posteriormente fundamentaram o Feminismo Camponês Popular. Todo esse processo fundamenta o Feminismo Camponês Popular entendido como um território das mulheres que tem por base a luta indígena, negra, camponesa e popular.

Em nossa compreensão, o Feminismo Camponês Popular tem como principal elemento a libertação e emancipação das mulheres trabalhadoras através da prática cotidiana de luta, organização e formação. O que se traduz na construção de um projeto de vida e sociedade para o campo e a cidade, com o objetivo de promover novas relações de dignidade e justiça, pois esse feminismo construído pelas camponesas está profundamente comprometido com a luta de classe.

A quarta e última seção apontou elementos para compreender o processo de Pós-Golpe de 2016 a 2022 no Brasil. Frente à articulação mundial da extrema direita, em vários países, foram construídos processos de golpe, pois para possibilitar saciar a sanha voraz do capital, fez-se necessário apoderar-se do Estado e retirar direitos da classe trabalhadora. O conservadorismo, o autoritarismo, a violência, e o fundamentalismo religioso, somado à disseminação do ódio, das *fake news* são base para implantar esse projeto ultra neoliberal. Diante disso, apontamos as ameaças e os retrocessos vivenciados no Brasil.

Identificamos, portanto, quatro momentos importantes do MMC: 1. A Gestação e surgimento dos Movimentos autônomos por meio das ações realizadas na década de 1980; 2. Os avanços, a unificação e consolidação dos Movimentos autônomos no MMC nas décadas de 1990 e 2000; 3. O Feminismo Camponês Popular anos 2000; 4. Pós-Golpe ações e resistências a partir de 2016.

O primeiro momento perpassa pela tomada de consciência de sua condição de trabalhadoras sem direitos, sem nome, sem documentos através das lutas articuladas com a classe trabalhadora. Percebem que para debater sobre suas especificidades era preciso construir espaços de diálogos com e entre as mulheres, e, dessa forma, organizam os primeiros Movimentos autônomos nos estados e assumem a luta por direitos, emancipação, reconhecimento. A principal forma de fazer a luta se deu por meio da construção de pautas, abaixo-assinados, concentrações, organizam caravanas, dialogam com órgãos do governo federal e se articulam numa dimensão local, estadual e nacional nos Encontros.

A conquista dos direitos previdenciários na Constituição que beneficiam mulheres e homens foi extremamente importante até a atualidade, conforme já mencionado o principal desafio desse momento foi o de sair de casa.

No segundo momento aparece a regulamentação dos direitos conquistados: o reconhecimento da profissão, o acesso à documentação, a luta por educação; políticas públicas para o campo e a articulação em nível nacional. Destacamos, também, a dimensão da espacialidade internacional de atuação das mulheres a partir da participação e construção da CLOC/LVC. Evidenciamos que a unificação e a consolidação dos Movimentos autônomos no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil apresentam ao Movimento um grande salto baseado no tripé organização, formação e lutas.

Identificamos como um importante avanço desse período a ampliação das pautas e temas trabalhados pelas camponesas, entre os quais citamos: a agroecologia, o debate de gênero e classe, o feminismo, o aborto, sementes, projeto popular de agricultura agroecológica, o enfrentamento ao agronegócio com a realização da ação na Aracruz Celulose, alimentação saudável e soberania alimentar, a luta por direitos e políticas públicas e o avanço no debate do feminismo a partir da luta indígena, negra, camponesa e popular. As principais ações realizadas foram: acampamentos, marchas, abaixo-assinados, criação de campanhas e programas, fóruns, audiências, congressos, assembleias, encontros, cursos, construção de conhecimentos, elaborações, ocupações, entre outras.

Em relação a esse período, identificamos alguns desafios enfrentados pelas camponesas, entre eles: o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural; o acesso à documentação com o próprio nome; a busca pela paridade nos espaços de articulação mistos, a exemplo da CLOC/LVC, no qual afirmam que a luta das mulheres não é só coisas de mulheres, mas do conjunto da organização; o questionamento sobre o porquê da necessidade de construir um Movimento autônomo, se já haviam os setores de gênero nos Movimentos mistos; a repressão após a ação realizada na Aracruz celulose, somado a isso o fortalecimento e ampliação do Movimento nos estados.

No terceiro momento, percebemos que com o passar dos anos a partir da organização, formação e lutas as mulheres vão dando saltos na forma de se organizar, mas principalmente vão formulando conceitos e posições políticas acerca de temas que são fundamentais para o entendimento de sua condição de mulheres, citamos Feminismo Camponês Popular, racismo, patriarcado, capitalismo, projeto de agricultura e sociedade, saúde, sexualidade, entre tantos outros. A produção científica militante, “territórios das mulheres”, o conhecimento produzido pelas camponesas se conformam num importante tipo de território que estabelece relações de

poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço.

Por outro lado, as mulheres organizadas resistem e construíram inúmeras ações para enfrentar esse período nefasto, de desmontes e de muitos retrocessos identificamos algumas baseadas no tripé organização-formação-luta: as marchas, a luta por direitos, políticas públicas, a agroecologia, os processos de organização, formação, a articulação, a solidariedade, jornadas, entre outras. As redes, os quintais produtivos e as ruas tornam-se o espaço de luta das camponesas que em tempos de pandemia se reinventaram sabiamente para seguir na luta.

Todas essas práticas e ações do MMC construídas nesses 40 anos de existência conformam a territorialidade das mulheres camponesas, pois vão transformando as relações de poder existentes nessa sociedade. Entendemos, portanto, que essas ações produzem os territórios (i)materiais no MMC, uma territorialidade que vai para além do espaço privado. A atuação das mulheres camponesas se dá no local, mas sua espacialidade rompe fronteiras e alcança a dimensão internacional de luta.

Desenvolver esta pesquisa não foi uma tarefa fácil, pois estudar, elaborar, expor ideias é algo que exige um comprometimento e muita disciplina. Ressaltamos que muitos desafios perpassaram esse período de Mestrado que iniciou em maio de 2021. Enfrentamos as sequelas de ter sido infectada pelo vírus da Covid-19 por quatro vezes, a primeira sem dose de vacina, além disso, passamos por três perdas: o falecimento de meu pai de sangue em novembro de 2021, do meu cunhado em maio de 2022 e do meu pai do coração em agosto de 2023, todos esses momentos de profundas tristezas nos afetaram profundamente, e por muitas vezes a escrita foi interrompida para dar lugar às lágrimas que teimaram em cair.

Contudo, um dos grandes desafios foi conciliar o estudo com a tarefa militante junto ao MMC, que exige um acompanhamento diário, pois desde que iniciou a pandemia, parte da secretaria veio para nossas casas e a dificuldade por não ser da área da Geografia o que exigiu muitos diálogos e estudos para construir esta pesquisa.

Gostaríamos de ressaltar que esta pesquisa não está acabada por isso inacabado está o Feminismo Camponês Popular. Muitas janelas se abrem para seguir em aprofundamentos futuros. Conforme já mencionamos: é preciso aprofundar alguns estudos; temos a certeza de que muitas ações ainda não demos conta de sistematizar e que podem ser apresentados novos temas. Portanto, reafirmamos nosso compromisso com a luta junto às mulheres camponesas organizadas no MMC e a continuidade de aprofundar este estudo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. 15 anos do protesto das mulheres na Aracruz: uma história de luta e resistência!. *In:* MST, [*s. l.*], 8 mar. 2021. Disponível em: https://mst.org.br/2021/03/08/15-anos-do-protesto-das-mulheres-na-aracruz-uma-historia-de-luta-e-resistencia/. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALERTA CONTRA DESERTOS VERDES. SÁ, Ricardo. Rompendo o silêncio. **Alerta Contra Desertos Verdes,** [*s. l.*], 10 maio 2021. Disponível em: https://alertacontradesertosverdes.org/cineclube/rompendo-silencio/. Acesso 10 ago. 2022.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiencias no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 75-85.

AMADO, Aécio. MST defende ação que destruiu laboratório da Aracruz Celulose. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 09 mar. 2006. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-03-09/mst-defende-acao-que-destruiu-laboratorio-da-aracruz-celulose. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – AMTR/SUL. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Passo Fundo/RS: Passografic, 2008.

ANTR. **Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Barueri (SP): ANTR, 1986.

ANZILAGO, Julciane Inês. **Mulheres Camponesas em Movimento:** Sua Organização e Resistencia no Assentamento Fernando Silva em Porangatu - Goiá*s*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Julciane Inês Anzilago- Presidente Prudente, 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL. **Caderno de formação nº 1**. Mulheres Trabalhadoras Rurais. Mulher da roca, pensa um pouco, te organiza e vai pra luta. Chapecó.

BATISTA, Glauco Henrique Clemente; COLETTI, Érica de Souza; VIEIRA, Nágilla Regina Saraiva; SALES, Tiago Amaral. O golpe de 2016 e as ameaças para a educação no Brasil: o tripé de retrocessos aos direitos humanos. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação,** Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 8-161, jan/jun. 2020. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/4551/pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 735/2020**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2239605. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 823/2021.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 31 mar. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2273510. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**.Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.642%2C%20DE%2013,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm#:~:text=4o%20O%20Programa%20Nacional,da%20oferta%20de%20refei%C3%A7%C3%B5es%20que. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Farmácia Popular**: sobre o programa. Brasília, DF, 04 ago. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/daf/fp/sobre-o-programa#:~:text=O%20Programa%20Farm%C3%A1cia%20Popular%20do%20Brasil%20%C3%A9%20criado%20em%2013,ressarcimento%2C%20atrav%C3%A9s%20de%20unidades%20pr%C3%B3prias. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza, PELAEZ, Elaine Junger. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **SER Social:** Estado, Democracia e Saúde**,** Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, jan./jun. 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25630. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/ser_social/article/download/25630/25147/64233. Acesso em: 02 set. 2023.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. *In*: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (org.). **Caderno de textos gênero e trabalho.** Salvador: REDOR, 2006. p. 7-24.

CALAÇA, Michela Katiuscia. **O feminismo camponês popular: resistência e revolução** / Michela Katiuscia Calaça. – Campina Grande, 2021. 452f. : il. Color. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura, Feminismo camponês e popular: uma história de construção coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993. Acesso em: 14 jan. 2023.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 123-132.

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiani. Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês popular. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI Congresso Latino Americano, X Congresso Brasileiro de Agroecologia - e V Seminário DF/entorno – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade da construção da identidade e pertencimento. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

CAMPANHA CONTRA AGROTÓXICOS. **Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida**. [*S. l.*], 2023. Facebook: https://www.facebook.com/contraosagrotoxicos. Disponível em: https://www.facebook.com/contraosagrotoxicos. Acesso em: 12 set. 2023.

CAMPOS, Cristiane Senhorina Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio***:* trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta/RS. São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2011.

CANAN, Adriane. MMC participa de protocolo de PL que visa amparo à agricultura camponesa e familiar atingida por seca e enchentes em todo o país. *In:* MMC, 3 fev. 2022. Disponível em: https://mmcbrasil.org/mmc-participa-de-protocolo-de-pl-que-visa-amparo-a-agricultura-camponesa-e-familiar-atingida-por-seca-e-enchentes-em-todo-o-pais/?fbclid=IwAR39NZg2yOSGDslu3ywjyOoIjGQO3roTCPAh9DwsxuAj29UVsMqSayHrO6Y. Acesso em: 05 set. 2023.

CARDOSO JR, José Celso; REIS, Sérgio Roberto Guedes. Resistência social e contestação popular ao golpe de 2016 no brasil: aporias a uma era de mediocridades e outros insultos. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 11-26, jun. 2018. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/IF-dir_v.06_n.03.02.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **O campesinato no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. *In*: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CIMA, Justina Inês; Canan, Adriane. Derrubamos o veto criminoso de Bolsonaro ao PL823, o nosso PL da produção de alimentos saudáveis contra a fome! *In:* MMC, 22 dez. 2021. Disponível em: https://mmcbrasil.org/derrubamos-o-veto-criminoso-de-bolsonaro-ao-pl-823-o-nosso-pl-da-producao-de-alimentos-saudaveis-contra-a-fome/. Acesso em: 17 fev. 2022.

CIMA, Justina Inês; COLLET, Zenaide. Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres. *In*:

BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; BASTIANI, Tânia Mara (org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção da autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

CIMA, Justina. Inês; MOLINARI, Marilete. Luta do MMC em tempos de pandemia. *In*: COLLET, Zenaide *et al.* (org.)**. Resistências: por mãos de mulheres camponesas**. 1. ed. Chapecó, SC: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina AEMC-SC; Seberi, RS: Oficina de Criatividade, 2022.

CINELLI, Catiane. **O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas:** resistência, enfrentamento e libertação. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças**: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidade camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico,** Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, fev. 2011. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11796/6546. Acesso em: 22 mar. 2023.

CISNE, Mirla. Feminismo e liberdade no campo: a importância da organização para as mulheres rurais. *In:* HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE Marcela (org.) **Coletânea sobre estudos rurais e Gênero prêmio Margarida Alves.** 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p. 111-130.

CLOC-VÍA CAMPESINA. **¿Qué es la CLOC-Vía Campesina?** [*S. l.*], 01 jun. 2020. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina. Acesso em: 28 dez. 2023.

COLLET, Zenaide; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. Os quintais produtivos no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC): traços de uma economia feminista camponesa. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1610964590_ARQUIVO_f6bef31e07b5ecdf1ed3fa824de559c2.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT**. Goiânia, 2023. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br. Acesso em: 31 jul. 2023.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, *In*. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

CONTE, Isaura Isabel. **Mulheres camponesas em luta:** resistência, libertação e empoderamento. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

CUNHA, Carlos Alberto Motta. Fundamentalismo à brasileira: perfil e enfoque do Protestantismo de Missão no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 1137-1161, set./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/23696/17877. Acesso em: 22 set. 2023.

CYSNE, Diogo. Constituição de 1988. **InfoEscola**, 2022. Disponível em: https://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/. Acesso em: 01 set. 2022

DECLARACIÓN de la V Asamblea de Mujeres de la CLOC- La Vía Campesina. *In:* LA VIA CAMPESINA, [*S. l.*], 14 abr. 2015. Disponível em: https://viacampesina.org/es/declaracion-de-la-v-asamblea-de-mujeres-de-la-cloc-la-via-campesina/. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. **Espaço e Geografia**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 7-24, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: [*s. n*], 2013. v.1-2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA,** São Paulo, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João,; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. **Caderno Prudentino de Geografia,** Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 333-362, dez, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A pessoa e o político**. Porto Alegre: Nova Escrita Ensaio, 1981.

FONSECA, Bruno; ROHDEN, Júlia. 14 mil pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos durante governo Bolsonaro. **Agência Pública**, [*s. l.*], 15 dez. 2022. Disponível em: https://apublica.org/2022/12/14-mil-pessoas-foram-intoxicadas-por-agrotoxicos-durante-governo-bolsonaro/. Acesso em: 03 set. 2023.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final**. Brasília, DF: Governo de Transição, 2022. Disponível em: https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/. Acesso em: 07 set. 2023.

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, 2021.

GASPARETO, Sirlei A. K**. Pedagogia da semeadura***:* a Construção de Saberes pelo

Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas". São Paulo: Ed. Dialogar, 2018.

GASPARETO, Sirlei A.K.; COLLET, Zenaide. Mulheres Agricultoras: do silencio à constituição do movimento autônomo de mulheres camposas. *In*: ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antônio Marcos (org). **História dos movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-1980).** Passo Fundo: Acervus Editora, 2021. *E-book.* Disponível em: https://www.acervuseditora.com.br/_files/ugd/4fa498_b27dd1fe393041cabf966c18db36424d.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero.** São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, 2002.

GLASS, Verena. Lideranças da Via Campesina depõem no exterior sobre ação na Aracruz. **Repórter Brasil**, São Paulo, 16 jan. 2007. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2007/01/lideranças-da-via-campesina-depoem-no-exterior-sobre-acao-na-aracruz/. Acesso em: 10 ago. 2022.

GRISA, Catia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022. *E-book.* Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_desmonte_politicas_publicas_final.pdf. Acesso em: 10 nov. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ILANUD BRASIL. O que não se falou sobre a Ocupação da Fazenda da Empresa Aracruz pelas Mulheres da Via Campesina. **Biodiversidadla**, 3 abr. 2006. Disponível em: https://www.biodiversidadla.org/Noticias/O_que_nao_se_falou_sobre_a_Ocupacao_da_Fazenda_da_Empresa_Aracruz_pelas_Mulheres_da_Via_Campesina. Acesso em 10 ago. 2022.

LA VIA CAMPESINA. Bagnolet, [2023]. Disponível em: https://viacampesina.org/en/who-are-we/what-is-la-via-campesina/. Acesso em: 28 dez. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LORENZONI, Carmen. Violência nas relações de gênero e classe: Uma interpretação das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, n. esp., p. .82-98, fev. 2007.

LORENZONI, Carmen; RODRIGUES, Sandra Marli da rocha; DOS SANTOS, Sirley Ferreira. Enfrentamento à violência contra a mulher. *In***:** MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 145-157.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Graciele; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias *In***:** MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. / Isabel Loureiro (Org.).-1ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2018. 244p.

MACEDO, André de Camargo. **Desmonte do PAA**: Efeitos na Vulnerabilidade Social a Agricultura Familiar. 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2022.

MARTINS, Thainá Lana Rodrigues. **Retrocesso social**: a desconstrução da proteção dos direitos humanos no Brasil durante o governo Bolsonaro. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídia, Informação e Cultura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2021/01/retrocesso_social_a_desconstrucao_da_protecao_dos_direitos_humanos_no_brasil_durante_o_governo_bolsonaro_thaina_lana.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

MATTOS, Amanda Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MEDEIROS FILHO, Barnabé. O Golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização. *In:* KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 5-25.

MENEZES, Cynara. As 14 características do fascismo, por Umberto Eco. Parecem familiares? **Socialista Morena**, 02 dez. 2016. Disponível em: https://www.socialistamorena.com.br/as-14-caracteristicas-do-fascismo/. Acesso em: 10 nov. 2023.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; GASPARETO, Sirlei A. K.; PULGA, Vanderleia. A mística feminista camponesa e popular no MMC. *In***:** MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 171-189.

MIGUEL, Ana de. **Los feminismos através de la historia**. [*S. l.: s. n.*], 2011. Disponível em http://www.mujeresenred.net/anademi guel.html. Acesso em: 29 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social. teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINARI Marilete; TABORDA, Noeli Welter. **2019 é marcado por muita luta e resistência das camponesas.** [*S. l.*], 12 dez. 2019. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/mmcnacional. Acesso em: 07 set. 2023.

MONTEIRO, Edson Lopez da Silva. **Bolsonarismo e a manipulação do brasileiro autoritário: nazifascismo a serviço do neoliberalismo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, área de concentração: Ciência Política – Núcleo de Pesquisa Estado e Sistemas Sócio-Políticos, 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. [*S. l.*], 2023a. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em:

https://www.facebook.com/mmcnacional. Acesso em: 04 set. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Ato Político virtual, 08 de março**. [*S. l.*], 7 mar. 2021a. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://fb.watch/bvGxFHCU4T/. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Campanha sementes de resistência.** [*S. l.*], 2020a. Disponível em: https://mmcbrasil.org/campanha-sementes-de-resistencia/. Acesso em: 29 ago. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Carta aos senadores e às senadoras pl da agricultura familiar**. [*S. l.*], 31 jul. 2020b. Disponível em: https://mmcbrasil.org/carta-aos-senadores-e-as-senadoras-pl-da-agricultura-familiar/. Acesso em: 17 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de resistência**: camponesas semeando esperança, tecendo transformação. [*S. l.*], 16 jun. 2020c. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://fb.watch/bvFGWQficO/. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **[Imagem] Ato pela democracia e contra o golpe].** [*S. l.*], 11 abr. 2016. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/mmcnacional/photos/a.290804231040617/950175521770148/?type=3&sfnsn=wiwspmo&paipv=0&eav=AfZilMqa5Eo5WyuOiJGojADtc48YJA7mMqeUu5jE_HgTwlKMZmfQ2R8yPtEf5e8uIlU&_rdr. Acesso em: 04 set. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Ato Nacional contra a fome: por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar.** [*S. l.*], 16 out. 2020d. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://fb.watch/bvELQjqM5b/ . Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento Tese do MMC**. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Diálogos pedagógicos a partir do feminismo camponês popular**. [*S. l.*], 21 mar. 2021b. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://fb.watch/bvGSzGQl2y/. Acesso em: 28 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Dilma Rousseff foi inocentada!** [*S. l.*], 22 ago. 2023b. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100066834907431/search/?q=impeachment%20Dilma. Acesso em: 04 set. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Jornada da soberania alimentar contra o agronegócio para o Brasil não passar fome**. [*S. l.*], 14 out. 2021c. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4376465269141139/. Acesso em: 27 fev.

2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Jornada de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres**. [*S. l.*], 24 nov. 2020c. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/290800021041038/posts/3458114300976245/ . Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Jovens camponesas.** [*S. l.*], 2023c. Disponível em: https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/jovens-camponesas/. Acesso em: 07 set. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. MMC participa de construção de plataforma popular de propostas para o Brasil. *In:* MMC, 30, maio 2022. Disponível em: https://mmcbrasil.org/mmc-participa-de-construcao-de-plataforma-popular-de-propostas-para-o-brasil/. Acesso em: 11 set. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher.** [*S. l.*], 25 nov. 2021d. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/mmcnacional/posts/4506057692848562. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Via Campesina ocupa APROSOJA**. [*S. l.*], 14 out. 2021e. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4374884942632505/. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTUORES. [*S. l.*], 2023. Facebook: https://www.facebook.com/mpacampesinato/. Disponível em: https://www.facebook.com/mpacampesinato/. Acesso em: 04 set. 2023.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio:** uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futur**o**. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbaridade e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003.

OLIVEIRA, Wallace. Direitos reconhecidos na Constituição estão sendo destruídos pelo governo federal. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 01 maio 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/05/01/direitos-reconhecidos-na-constituicao-estao-sendo-destruidos-pelo-governo-federal. Acesso em: 03 set. 2023.

OLIVEIRA, Wallace. Direitos reconhecidos na Constituição estão sendo destruídos pelo governo federal. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 01 maio 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/05/01/direitos-reconhecidos-na-constituicao-estao-sendo-destruidos-pelo-governo-federal. Acesso em: 03 set. 2023

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. São Paulo: OXFAM Brasil, 2016. Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

PINHEIRO, Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil**. [*S. l.*]: AEANE; CREA/RS, 2005.

PIOVIZANI, Rosângela Cordeiro. **Movimento de Mulheres Camponesas: lutas e conquistas no reconhecimento da cidadania, direitos e emancipação das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito, Regional Cidade de Goiás, 2021.

POMPEIA, Carlos. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; WANDERLEY, Luiz Jardim; RIBEIRO, Amanda Guarniere; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; SILVA, Vinícius Martins da. Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil. *In*: CPT. **conflitos no campo Brasil 2021.** Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno; CPT Nacional, 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Maria Lopez. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul/dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29067. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29067. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIBAS, Cinthia. "Extinção do MDA enfraquece agricultura familiar", denuncia dirigente da CTB. *In:* CTB, São Paulo, 17 maio 2016. Disponível em: https://ctb.org.br/sem-categoria/extincao-do-mda-enfraquece-agricultura-familiar-denuncia-dirigente-da-ctb/. Acesso em: 07 nov. 2023.

RODRIGUES, Sandra Marli Rocha. **Da Autonomia das Mulheres por Meio do Trabalho:** um estudo de caso sobre produção e comercialização em feiras agroecológicas do Foz Do Iguaçu/PR**.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo**. Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes** – Mito e Realidade. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013. 528 p.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofía de la práxis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado. Entidades alertam para contaminação da água por agrotóxicos. **Agência AL**, Florianópolis, 31 maio 2022. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/entidades-alertam-para-contaminacaeo-da-agua-por-agrotoxicos. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTOS, Geneci Ribeiros dos; MENDES, Ivete Margarida Andrioli. Quintais Produtivos: expressão do projeto de agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia. *In*:

TABORDA. Noeli Welter *et al.* (org.). **Resistências:** por mãos de mulheres camponesas. 1. ed. Chapecó, SC: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina AEMC-SC; Seberi, RS: Oficina de Criatividade, 2022. p. 81-93.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec,1988.

SAQUET, Marco Aurélio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. *In*: SAQUET, M.A. (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SAVIANI, Dermeval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no BrasiL. *In:* KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 27-45.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo camponês popular:** contribuição das mulheres camponesas na luta de transformação social. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas) - Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.

SEIBERT, Iridiani Graciele; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. A aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Gabriela Maria Cota dos; PEREIRA, Glaciene Vareiro; SANTOS Margarida de Oliveira dos. Mulheres indígenas em defesa do território e da identidade. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiencias no Movimento de Mulheres Camponesa**s**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 49-61.

SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Deborah Muriele Sousa. As ligas camponesas e a luta que marca os Movimentos do Campo. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesa**s**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 63-73.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes**. Journal of Latin American Geography**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, p. 163-171, Jan. 2020.

SILVA, Michelle Moraes de Sá e. Desmonte autoritário de políticas públicas no brasil: quando servidores pedem para sair. *In*: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. *E-book.* p. 475-500. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

SILVA, Silvana Maria Veleda. Geografia e gênero/geografia feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, mar., 1998. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38385/25688. Acesso em: 05 jun. 2021.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lorenção; CAMARGO, Adriane de Sousa. A internacionalização da agricultura brasileira e as ações da Via Campesina pela soberania alimentar. IN: CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L (org). Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p141-156. DOI: https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p141-156

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de; OLIVEIRA, Marcelly Batista de. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss. Acesso em: 03 nov. 2023.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; GURGEL, Aline do Monte; FERNANDES, Gabriel Bianconi; MELGAREJO, Leonardo; BITTENCOURT, Naiara Andreoli; FRIEDRICH Karen. Agrotóxicos e transgênicos: Retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 16. n. 29, p. 319 - 352, 2020. Disponível em https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12561/pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler**: origens, interpretações, legados. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

TABORDA, Noeli Welter; CINELLI, Catiane; COLLET, Zenaide. Território: um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78105. Acesso em: 28 fev. 2022.

TABORDA, Noeli Welter; MENDONÇA, Carlos Magno Soeiro. Questão de Gênero: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento a COVID-19. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 out., p. 207–231, 2022. DOI: 10.14393/RCT174710. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66093. Acesso em: 29 out. 2023.

TAVARES, Elaine. **A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Gabinete Deputada Luci Choinaski. Câmara dos Deputados 49ª Legislatura – 2ª Sessão, 1992. p.46.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. **G1**, [*s. l.*], 05 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml. Acesso em: 07 set. 2023.

VIA CAMPESINA BRASIL. [*S. l.*], 2021a. Facebook: https://www.facebook.com/ViaCampesinaBR/. Disponível em: https://www.facebook.com/119496379902525/pots/426660832519410/. Acesso em: 27 fev. 2022.

VIA CAMPESINA BRASIL. **Por que ir nas ruas nesse #4D?** [*S. l.*], 3 dez. 2021b. Facebook: https://www.facebook.com/ViaCampesinaBR/. Disponível em: https://fb.watch/bvDZgR149y/. Acesso em: 28 de fev. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. A marcha da ousadia popular completa 20 anos. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 10 out. 2019. Disponível em: Disponível em: https://brasildefatorj.com.br/2019/10/10/a-marcha-da-ousadia-popular-completa-20-anos. Acesso em: 09 set. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Temas e paradigmas da geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17. n. 34, p. 71 - 86, 2021.Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/11623. Acesso em: 03 set. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA,** Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 27-42, jul./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i23.2636. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636. Acesso em: 03 set. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; ROSSI; Rinaldo de Castilho; SILVA, Rafael Santos; LOPES, João Paulo de Almeida. Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. *In*: VASCONCELOS, Daniel Bruno *et al*. (org.). **Geografia e Covid-19:** reflexões e análises sobre a pandemia. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. *E-book.* p. 375-305. Disponível em: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/731/649/2407. Acesso em: 06 mar. 2022.

VIOLÊNCIA: após liberação de armas por Bolsonaro, feminicídio explodiu no país. *In:* PT defende o Brasil, defende você, Brasília, DF, 26 jul. 2023. Disponível em: https://pt.org.br/violencia-apos-liberacao-de-armas-por-bolsonaro-feminicidio-explodiu-no-pais/. Acesso em: 03 set. 2023.

ZANELATTO, João Henrique; MAGNUS, Lucene Candido. A revista Veja na desconstrução da imagem da presidenta Dilma Rousseff: o processo de construção do golpe no Brasil em 2016. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, v. 17, n. 33, p. 1–20, 2023. DOI: https://doi.org/10.30612/rehr.v17i33.13413. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/13413. Acesso em: 29 out. 2023.

APÊNDICE – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome Completo:

Idade:

Endereço:

Profissão:

Formação acadêmica:

Função no MMC:

Estado Civil:

Raça/cor:

1. Você acredita ser possível relacionar o Feminismo Camponês Popular com e como um território de luta e resistência no MMC?

2. Vivemos num contexto Pós-Golpe de 2016 no Brasil, diante disso, como esse contexto afeta a vida das mulheres camponesas em seus territórios, na sua avaliação quais são os principais retrocessos vivenciados?

3. Diante do contexto de pandemia, como você consegue organizar seu espaço de atuação militante para participar de reuniões, formação?

4. Na sua opinião quais são as ações que as mulheres constroem em seus espaços? Quais os territórios (I)materiais construídos pelas mulheres?

5. Para você as lutas do MMC contribuem para um desenvolvimento contra hegemônico no campo?

6. Na sua opinião o Feminismo Camponês Popular contribui na resistência e enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista? Se sim, quais os principais elementos?

Fonte: Elaborada pela pesquisadora em outubro de 2021.

ANEXO A - DECLARACIÓN DE BRASÍLIA, II CONGRESSO DE LA CLOC, NOV. 1997

Al calor de las heroicas luchas por la tierra que se están librando en el Brasil, del 2 a 7 de noviembre de 1997, nos reunimos en la capital de este país, procedentes de 23 países, 338 delegados y delegadas de 49 organizaciones miembros de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), para celebrar nuestro II Congreso, el cual fue precedido por la Primera Asamblea de Mujeres del Campo. Eventos que contaron con la presencia solidaria de 8 organizaciones de Norteamérica, Europa y Asia, integrantes de nuestro movimiento internacional, La Vía Campesina.

Este Congreso nos permitió profundizar en el análisis del impacto nefasto del neoliberalismo contra la humanidad y en particular sobre las mujeres y hombres del campo; avanzar en la definición de políticas y estrategias alternativas a este proyecto de muerte, definir propuestas y acciones para consolidar nuestro proceso organizativo. El rasgo esencial de este fin de siglo es la globalización, que en su forma dominante se manifiesta a través de la economía neoliberal de mercado.

Los efectos negativos de este modelo se sienten de una manera aguda en el agro, pues la apertura salvaje ha colocado a los campesinos, así como a los pequeños y medianos productores, a los agricultores familiares ante la amenaza directa de su extinción. Más aún cuando paralelamente se han instrumentado políticas para revertir los procesos de reforma agraria (en los países donde éstos tuvieron lugar) o simplemente para dejarlos fuera de agenda (en los países que aún no han enfrentado la cuestión de la tenencia de la tierra).

Los efectos que esto provoca en los campesinos e indígenas se manifiestan en el estrangulamiento de su economía; las migraciones internas y hacia los países del Norte; en la violencia; el recorte de los derechos laborales y la represión sindical; la precarización del empleo (informalidad, bajos salarios, trabajo esclavo, intensificación del trabajo de la mujer, de los niños etc.); discriminación; racismo; pobreza, desesperanza…

Ante este conjunto de políticas de muerte han salido al frente las organizaciones del campo, pasando a convertirse en los puntales de la resistencia al neoliberalismo en Latinoamérica. Del México de la insurgencia zapatista, pasando por los levantamientos indígenas y campesinos de Ecuador, a las luchas por la tierra en Brasil, Paraguay, Centroamérica… prácticamente no hay espacio geográfico del continente que no haya sido escenario de luchas protagonizadas por organizaciones del campo, entre las que destacan las integrantes de la CLOC.

Nuestro Congreso nos ha permitido reafirmar y enriquecer las propuestas que

aportamos para la construcción de un Proyecto de Vida, que forje una sociedad justa, equitativa, democrática, donde quepan todos y todas; proyecto que ya se está haciendo realidad a partir de nuestras experiencias y luchas concretas. En tal sentido, conscientes de la urgencia de construir relaciones equitativas entre hombres y mujeres nos comprometemos a asumir en todas nuestras orientaciones y prácticas cotidianas el enfoque de género, estableciendo concretamente la participación de las mujeres en un 50% en todas las esferas y de manera especial en los espacios de decisión y dirección.

La reforma agraria es una solución que no se reduce a la distribución de la tierra, sino que abarca los aspectos económicos, políticos y sociales y por tanto constituye una premisa básica para asegurar un desarrollo sustentable, que preserve el medio ambiente, proteja la biodiversidad y los conocimientos tradicionales; condiciones indispensables para garantizar la soberanía y seguridad alimentaria de nuestros pueblos. En tal medida es una respuesta inmediata a graves problemas como el hambre, la desnutrición, el desempleo, la migración, la desintegración familiar etc.

La diversidad étnica y cultural constituye una de las más valiosas riquezas de nuestros países, por lo que asumimos la lucha para que sean reconocidos y respetados los derechos de los pueblos indígenas. Contra la exclusión, lucharemos por el ejercicio pleno de nuestra ciudadanía, la vigencia del respeto a los derechos humanos, tanto individuales como colectivos, particularmente en lo que se refiere a la educación, salud, comunicación, vivienda, seguridad social y la afirmación de nuestros valores éticos y culturales. El rescate de la cultura como elemento fundamental de identidad, integración y unidad de nuestros pueblos es otro de los componentes fundamentales de nuestro proyecto alternativo.

El II Congreso de la CLOC reafirma la posición de la Revolución Cubana de que se respete su soberanía, integridad y autodeterminación y condena el criminal bloqueo impuesto por el gobierno de Estados Unidos, acrecentado por la Ley Helms-Burton, la que no es más que una manifestación de prepotencia de dicho país imperial. Nuestro próximo punto de encuentro para la realización del Tercer Congreso será México, en el año 2000, para marcar el inicio de un milenio de justicia e igualdad. A los 30 años de la caída en combate del guerrillero heroico Che Guevara, nuestro Congreso recoge su legado de lucha y militancia por la humanidad y una sociedad de hombres y mujeres nuevos.

Fonte:
DECLARACIÓN de Brasilia, II Congresso de la CLOC, Nov 1997. *In:* LA VIA CAMPESINA, [*s. l.*], 29 jul. 2010. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-de-brasilia-2/. Acesso em: Acesso em: 04 set. 2023.

ANEXO B – CARTA DA ASSAMBLÉIA DOS LUTADORES DO POVO

Brasília, 10 de outubro de 1999.

Depois de mais de 1.600 quilômetros percorridos em caminhada, 1.100 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de 23 estados, ligados a diferentes movimentos sociais, chegaram a Brasília. No trajeto, em escolas, igrejas e associações de todo tipo, fizeram palestras para mais de 200 mil pessoas. Foram vistos por muitas mais. Sua movimentação disciplinada por estradas e cidades substituiu a pedagogia do discurso pela pedagogia do exemplo, muito mais sincera e eficaz. A imagem da luta se fazia nítida, direta e clara. Foi a Marcha Popular pelo Brasil.

O apoio do povo aos marchantes foi extraordinário: deixamos o Rio de Janeiro em 26 de julho com provisões para uma semana, e daí para a frente, até 7 de outubro, a sociedade nos sustentou. Praticamos trabalho voluntário. Aprendemos a ter mais perseverança. Nos conhecemos melhor. Na chegada, milhares de companheiros se somara. Entramos juntos na capital do país, em manifestação emocionante, que jamais esqueceremos. Permanecemos em Assembleia durante três dias, debatendo um novo projeto para o Brasil. Somos a Consulta Popular.

Vimos, em todo o trajeto, que o povo não aceita permanecer submetido às políticas atuais. A obra de desconstrução da Nação está exposta, sem véus, aos olhos de todos. Todos percebem que o Brasil não conta com um governo que, internamente, ajude a sociedade a organizar-se para aumentar o bem-estar coletivo e, externamente, represente os interesses do país no sistema internacional. O governo tornou-se um agente promotor da crise e da desigualdade na medida em que escolheu representar, dentro do Brasil, os interesses dos países e grupos econômicos dominantes no sistema internacional.

Rompidos os laços entre governo e sociedade, o Brasil foi lançado em uma crise sem precedentes. O setor produtivo paga o preço de uma prolongada estagnação; a economia nunca foi tão vulnerável às pressões do exterior; a condução da política econômica foi entregue a uma instituição estrangeira, o FMI; refém do capital financeiro, o Estado perdeu a capacidade de realizar investimentos e prover serviços públicos essenciais; o pacto federativo foi rompido; o desemprego atingiu níveis inconcebíveis; a agricultura familiar está marginalizada; saúde, educação e instituições de pesquisa estão em colapso; a desesperança e a violência se disseminam.

O Brasil vive uma crise que questiona o seu destino. Se o caminho atual não for alterado a tempo, o país será levado a abrir mão de sua moeda e de seu espaço econômico nacional,

inserindo-se em uma zona do dólar plenamente constituída, consolidada pela forma da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Deixarão de existir as poucas empresas estratégicas que ainda restam, como a Petrobrás e o Banco do Brasil. Voltaremos à condição de colônia. A experiência dos vinte últimos anos mostra que simples alterações na política econômica não são suficientes para reverter esse quadro. Ultrapassados curtos períodos de falsa esperança, a crise estrutural do país, a crise de identidade, de valores, de confiança em si mesmo, de capacidade se recompõe e se agrava, moldando no tempo uma trajetória de degradação. Isso ocorre porque o sistema de poder nunca foi alterado, impedindo assim que se alterasse a organização socioeconômica da Nação, em benefício da maioria.

Grande parte da oposição desistiu de enfrentar esse debate e propor uma alternativa programática radical que vá às raízes da crise. Outra parte pretende ser radical a partir das posições doutrinárias. Não nos identificamos com essas duas posições. Estamos construindo uma alternativa radical em profunda ligação com o povo, respeitando seus ritmos e sua cultura, compartilhando suas formas de vida numa palavra, sendo parte dele. A Marcha e a Assembleia foram episódios dessa caminhada maior, voltada para construir e consolidar o Projeto Popular para o Brasil.

No primeiro dia da nossa Assembleia, detalhamos os cinco compromissos que formam o ponto de partida desse projeto:

a) O compromisso com a soberania, que é a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los;
b) O compromisso com a solidariedade, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria, a pobreza e a incultura, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;
c) O compromisso com o desenvolvimento, ou seja, com o uso pleno de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;
d) O compromisso com a sustentabilidade, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;
e) O Compromisso com a democracia popular, cuja construção passa por uma profunda reforma nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-lo sob controle do povo.

As medidas fundamentais para alterar esse sistema de poder ocuparam o segundo dia da nossa Assembleia. Detêm o poder aqueles grupos que comandam recursos e instituições

decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada a seus interesses. A causa principal da prolongada crise brasileira é o controle, pelas elites dominantes, desses instrumentos de poder. Democratizá-los é o ponto central do nosso projeto, que tem como ponto de partida cinco pontos fundamentais:

A democratização da terra, principal recurso natural do país;

A democratização do solo urbano, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria da nossa população;

A democratização do capital, instrumento que controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho;

A democratização da informação, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;

A democratização da cultura, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da autoestima do nosso povo.

A Marcha Popular pelo Brasil não terminou em Brasília. Os 5 mil lutadores e lutadoras do povo aqui reunidos, que representam outros milhares, assumimos o compromisso de retornar aos nossos estados como organizadores da Consulta Popular e multiplicadores do Projeto Popular para o Brasil. Voltamos confiantes. Estamos construindo uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é a condição para podermos enfrentar a crise histórica que vive o país. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa e solidária.

Pátria livre, venceremos!

Fonte:
CARTA da Assambléia dos lutadores do povo. *In*: MINGA INFORMATIVA DE MOVIMIENTOS SOCIALES, [*s. l.],* 08 ago. 2000. Disponível em: https://movimientos.org/es/grito/show_text.php3%3Fkey%3D48. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO C - DECLARACIÓN DE LA II ASAMBLEA LATINOAMERICANA DE MUJERES DEL CAMPO

México, 08 de Julio de 2001.

II Asamblea Latinoamericana de Mujeres del Campo
"MUJERES del campo cultivando un milenio de VIDA, JUSTICIA e IGUALDAD"

A 122 años del nacimiento del General Emiliano Zapata Salazar, cuyo legado fue "Tierra y Libertad", las mujeres de la CLOC recogemos su herencia y hacemos nuestro el desafío de que "la tierra es para quien la trabaja". Y nosotras, mujeres, lucharemos con alegría y fuerza para producir en esta tierra el alimento más anhelado: EL ALIMENTO DE LA JUSTICIA, LA VIDA Y LA LIBERTAD.

Reunidas, 180 mujeres delegadas provenientes de 16 países y en representación de 36 organizaciones, integrantes de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), nos hemos unimos los días 6 y 7 de agosto del año 2001, en la Ciudad de México, para discutir, analizar y hacer propuestas en torno a la problemática de discriminación que sufrimos las mujeres del campo, producto de las políticas neoliberales implementadas por los gobiernos del continente latinoamericano.

Esta asamblea nos permitió en los dos días de trabajo, analizar el impacto de esas políticas de gobiernos hacia las mujeres del campo, posibilitó el intercambio de ideas, experiencias y sobre todo, la articulación de acciones para fortalecer esta instancia organizativa, además de definir ejes estratégicos y mecanismos de trabajo que propicien integrar a las mujeres del campo de América latina, en igualdad de condiciones, a los procesos de desarrollo y al reconocimiento pleno de nuestros derechos.

En este contexto, suscribimos la siguiente DECLARACIÓN:

1. Ratificamos la necesidad de continuar luchando por nuestros derechos y de todos los trabajadores del campo, reafirmando con la firme convicción, que nuestra lucha es de la igualdad de género, de clase y de pueblo.

2. Denunciamos y repudiamos enérgicamente todas las formas de discriminación y violencia que vivimos las mujeres del campo latinoamericano y exigimos a los gobiernos el cumplimiento de los acuerdos internacionales, que garantizan el respeto a la vida y a la no violencia contra las mujeres, por ellos suscritos.

3. Demandamos a la CLOC que asuma las propuestas y resoluciones emanadas de esta II Asamblea de Mujeres del campo.

4. Reafirmamos que la unión de las organizaciones del campo y de mujeres es un elemento indispensable para enfrentar los embates del neoliberalismo en contra de nuestros pueblos. Solidarizamos con las luchas que en este momento libran las hermanas indígenas, negras y del campo, en los distintos países del continente en defensa de sus derechos, de la tierra y de la vida.

5. Ratificamos la Solidaridad con las Mujeres Campesinas y cooperativistas cubanas, quienes representan un ejemplo de resistencia, inquebrantable valor y decisión en su justa lucha contra el imperialismo norteamericano en su heroica batalla en defensa del Socialismo y la

Revolución Cubana.
6. Ratificamos la necesidad de sumar a nuestras luchas a otros sectores que comparten la voluntad de lograr una equidad de género y de levantarse en contra del modelo neoliberal que vulnera la ruralidad.
7. Estamos en contra de las políticas agrícolas transnacionales que vulneran la seguridad y soberanía alimentaria de nuestras familias y pueblos.
8. Manifestamos nuestra preocupación por la creciente e irrefrenable Migración del campo a las ciudades y del hemisferio sur al norte, producto de la aplicación de políticas neoliberales que impactan de manera negativa los procesos de desarrollo del campo y que se reflejan en la feminización de la pobreza, la desarticulación de las familias, la pérdida de identidad cultural, el despoblamiento del campo.
9. Rechazamos enérgicamente la existencia de planes represivos, neocolonialistas y antidemocráticos que se están imponiendo en América, a través del Plan Colombia y Plan Puebla Panamá.
10. Nosotras, guardadoras ancestrales de las semillas, declaramos que éstas son patrimonio de nuestras comunidades, de nuestros pueblos y de toda la humanidad. Rechazamos absolutamente la patentación de las semillas y la intromisión en nuestras tierras de transgénicas.
11. Hacemos público nuestro compromiso de seguir luchando y trabajando por alcanzar condiciones de equidad entre hombres y mujeres en nuestras comunidades, organizaciones, países y en el mundo.
12. Declaramos nuestra más profunda anhelos: Que sólo las luchas organizadas de los pueblos permitirán los cambios necesarios para construir una nueva sociedad que hará florecer la mujer y el hombre nuevos de esta gran patria que es América Latina.
¡Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza,
globalicemos la igualdad en la diversidad!

Fonte:
DECLARACIÓN de la II Asamblea Latinoamericana de Mujeres del campo. *In:* LA VIA CAMPESINA, [*s. l.*], 29 jul. 2010. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-de-la-ii-asamblea-latinoamericana-de-mujeres-del-campo. Acesso em: 04 set. 2023.

ANEXO D - DECLARACIÓN DE LA III ASAMBLEA CONTINENTAL

III Asamblea de Mujeres del Campo

La Guatemala indígena, cuna de saberes, culturas y resistencias, recibió con alegría y entusiasmo a sus hermanas de América Latina y el Caribe, convocadas a la III Asamblea Continental de las Mujeres del Campo, para consensuar nuestra agenda política frente a las desigualdades que imponen la globalización y el patriarcado a nuestras vidas y las de nuestros pueblos.

Aquí, donde la madre naturaleza reaccionó herida en lo más profundo por la feroz depredación ambiental impuesta por la insaciable avidez del capital, nos sumamos a su reclamo ante estas prácticas de maltrato, que rompen con el principio de equilibrio armonioso entre ella y los seres que la habitan. Nos solidarizamos con los miles de mujeres indígenas y campesinas empobrecidas, sus comunidades y pueblos, que enfrentan las crudas consecuencias de una situación de injusticia, impuesta a nombre de la modernidad y el progreso, cuyas consecuencias de pauperización extrema provocan una aguda vulnerabilidad material y humana de ellas frente a la catástrofe. Nos aunamos a las expresiones de dolor e ira de las mujeres de la región mesoamericana como también a su fuerza y resistencia ante esta situación, compartimos con ellas sus rebeldías y reafirmamos nuestras solidaridades.

Nosotras, las hijas de la tierra, provenientes de 19 países de nuestra América, reunidas para dar un paso adelante en el proceso de articulación y acción que las mujeres del campo hemos venido construyendo en la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo -CLOC-. Llegamos a esta III Asamblea llenas de entusiasmo y convicción de que nuestra activa participación ha sido y es fundamental para el avance del movimiento campesino, de los movimientos sociales y del movimiento de mujeres en el continente, impulsando nuevas formas de lucha, acciones y reivindicaciones de nuestros derechos y de transformación de la sociedad.

Reafirmamos nuestra oposición al neoliberalismo, nos oponemos al dominio autoritario de las Instituciones Financieras Internacionales, especialmente del Banco Mundial, del Fondo Monetario Internacional y el Banco Interamericano de Desarrollo, que imponen una visión mercantilista de la producción y la agricultura, cuyas prácticas depredadoras ponen en riesgo la vida del planeta y de las personas.

Nos declaramos en movilización permanente contra el libre comercio, la imposición de las reglas de la Organización Mundial de Comercio -OMC-, los Tratados de Libre Comercio impuestos por los Estados Unidos y la Unión Europea, y todos los instrumentos de dominación

económica que se afianzan bajo el pretexto de generar el desarrollo, más que al contrario generan más pobreza, agudizan el despojo y la expulsión del campo, redoblan el hambre y la discriminación contra las mujeres.

Nos declaramos en resistencia activa y permanente frente al modelo agroexportador y la transnacionalización del agro que se ha apoderado de la producción agrícola, los mercados y nuestras tierras, que nos han convertido en trabajadoras sobreexplotadas, coartas en nuestros derechos sexuales y reproductivos, privadas del acceso a la salud, la seguridad social, expuestas al flagelo de los agrotóxicos, convertidas en trabajadoras desechables.

Insistimos en la urgencia de la aplicación de reformas agrarias integrales y con igualdad entre los géneros, que permitan el desarrollo de modos de vida campesinos solidarios, de intercambios justos, y respetuosos del medio ambiente, el agua, los recursos naturales y mineros donde nosotras podamos continuar desarrollando nuestros conocimientos históricos de descubridoras de la agricultura, generadoras y custodias de las semillas.

Exigimos la aplicación de medidas inmediatas para la erradicación del hambre agudizada por las prácticas mercantilistas de los alimentos. Deben desarrollarse urgentemente políticas basadas en los principios de la soberanía alimentaria, los derechos de los pueblos a producir sus propios alimentos y realizar intercambios basados en principios de justicia y solidaridad.

Nos sumamos a todos los propósitos expresados en la Declaración de Quisqueya de la Vía Campesina, y exigimos nuestro derecho a participar y encaminar nuestras perspectivas en todo lo concerniente al futuro del campo. Reivindicamos "el derecho a desarrollar modelos de agricultura sustentable y de participar en el diseño de políticas y medidas para fomentarlos; el de conservar la biodiversidad entendida desde una concepción integral que engloba tanto la interrelación armónica entre la naturaleza y lo viviente como la misma diversidad humana; el de generar prácticas de comercio agrícola basadas en relaciones de igualdad y de intercambio justo; el de vivir de la agricultura y acceder a la tierra, el agua y las semillas sanas; el de decidir sobre el futuro de los recursos genéticos; el de acceder a la tecnología apropiada y participar al diseño y gestión de los programas de investigación y desarrollo de conocimientos; el de tomar decisiones sobre el control y manejo de los beneficios derivados del uso, conservación y gestión de los recursos y conocimientos asociados; el de participar al diseño, elaboración de políticas relacionadas con el futuro del campo y de la humanidad en general".

Denunciamos la militarización del campo, la criminalización de la lucha social, los desplazamientos forzados, la invasión de tierras, la apropiación de los recursos naturales y la biodiversidad por parte de capitales transnacionales y financieros.

Ratificamos la solidaridad con las mujeres campesinas y cooperativistas cubanas y con su heroica defensa del socialismo y la revolución, ellas representan un ejemplo de resistencia y de inquebrantable valor en su lucha contra el imperialismo estadounidense.

Nos declaramos en una campaña permanente de lucha contra todas las formas de violencia sexista hacia las mujeres y las niñas del campo: la violencia doméstica y sexual, el acoso sexual, el tráfico de mujeres, y la más cruda expresión del patriarcado como es el feminicidio.

¡Mujeres del Campo en Lucha y Resistencia Cultivando un Milenio de Justicia, Igualdad y Libertad!

Guatemala, 7 y 8 de octubre de 2005.

Publicada en Uncategorized

Fonte:
DECLARACIÓN final III Asamblea Continental Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo CLOC-Vía Campesina. *In:* LA VIA CAMPESINA, [*s. l.*, 7 dez. 2022]. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/wp-content/uploads/2022/12/Declaracion-Final-III-Asamblea-Continental-CLOC-Guira-de-Melena.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

ANEXO E – DECLARAÇÃO FINAL DA IV ASSEMBLEIA DA ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO DA CLOC – VIA CAMPESINA

Ao ritmo das lutas históricas dos povos e movimentos sociais, a América Latina iniciou um caminho de mudanças sem precedentes, de desenvolvimento do pensamento crítico, reforçando o projeto socialista, a construção do Bom Viver/Viver Bem, cristalizado em processos de transição que estão comprometidos com a descolonização e por profundas transformações, que levem a sociedades de igualdade, justiça e soberania, bem como a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Para as mulheres rurais de nossa América, reunidas na metade do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e de nossos deveres para com ela, a afirmação da diversidade da economia como produtiva, a prioridade da reprodução da vida e não do capital, é uma realização significativa das reivindicações históricas das campesinas rurais, indígenas e afrodescendentes.

Mas, enquanto estamos satisfeitos com esta evolução, que resultam de nossas lutas e resistências, reafirmamos nossa determinação de continuar lutando para que a proposta feminista continue ajudando a definir as mudanças socialistas que desejamos, para aqueles que lutaram incessantemente até que as forças combinadas do capitalismo e do patriarcado sejam parte do passado. Da mesma forma, nós nos comprometemos a continuar a luta pela soberania alimentar, por nossas formas de vida, pela agricultura camponesa e por modos de distribuição de reciprocidade, que são desenvolvidos em harmonia com a natureza, dentro da qual temos implantado o exercício criativo da agricultura, a hibridização de semente, a produção de alimentos que atendam a toda a humanidade, e outros conhecimentos, através dos quais se alimentou o mundo.

Nós rejeitamos as visões capitalistas que predominam na agricultura, que privatizaram a terra e a água e que impõem a dinâmica das empresas que destroem a vida rural. Nós nos opomos a transnacionalização da produção de alimentos e à lógica da acumulação de ganhos do capital, que continuam a servir como objetivo a humanidade e nossas vidas, para as subordinar aos seus interesses.

Queremos passar de uma visão de distribuição regida pelo "livre comércio" para uma de complementaridade, reciprocidade e cooperação, como as nossas organizações têm vindo a propor em seus países, mas também no processo de integração regional, como da ALBA e da Unasul, que é um eixo-chave para o encaminhamento de nossas aspirações socialistas e antipatriarcais. A América Latina que queremos construir é uma que se construa de um relacionamento harmonioso e de interdependência entre os seres humanos, constituídos como

iguais, que orientem sua ação tendo em conta a sustentabilidade da vida. A América Latina a que aspiramos é uma compilação de convivência e solidariedade entre povos e culturas diversas, descolonizada, sem machismo ou racismo.

Queremos uma América Latina comunicada, que reconheça e se reconheça na diversidade de formas de expressão e comunicação de nossos povos, com meios de comunicação nos quais se expressem as iniciativas dos nossos movimentos sociais e das propostas políticas de mudança. Rejeitamos o ataque da ideologia capitalista e machista imposta pela mídia corporativa, que se tornou porta-voz dos interesses do capital e da direita. Queremos uma região e um mundo livre de todas as formas de violência, seja machista, patriarcal, capitalista ou imperialista. A América Latina e o Caribe que nós queremos é um território pacífico, desmilitarizado, sem bases militares estrangeiras, livre de práticas imperialistas de controle, sem criminalização ou perseguição política de organizações, do protesto e da pobreza.

Rejeitamos e condenamos as ameaças imperialistas e tentativas de golpe contra os processos de mudança, como na República Bolivariana da Venezuela, no Estado da Bolívia, Equador, e como foi imposta em Honduras. Rejeitamos qualquer tentativa de interferência e ingerência em nossos países e nas decisões de nossos povos, tal como se expressa no bloqueio imposto a Cuba há mais de 50 anos, pelo governo dos Estados Unidos.

Nós, mulheres rurais de 19 países, levantamos nossas vozes em uníssono em defesa da Mãe Terra como um todo e por uma reforma agrária integral, que garanta o acesso das mulheres à terra. Nós levantamos nossas vozes em defesa da soberania alimentar, produção e distribuição baseadas em economias solidárias e comunitárias, e não nos esquemas desleais e predatórios do capitalismo. Vamos estar atentas até que nossa América Latina e o mundo sejam livres da opressão do capital e do patriarcado.

Sem feminismo não há socialismo
Contra o saqueio do capital e do império, América luta!
Pela terra e a soberania de nossos povos, América luta!
Mulheres do Campo lutando pela soberania popular,
pela justiça, a vida e a igualdade!

Quito, Equador, 10 e 11 de outubro de 2010

Fonte:
DECLARAÇÃO final da IV Assembleia da articulação das mulheres do campo da CLOC – VIA CAMPESINA. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Goiânia, 15 out. 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/v-congresso-da-cloc/453-declaracao-final-da-iv-assembleia-da-articulacao-das-mulheres-do-campo-da-cloc-via-campesina. Acesso em: 04 set. 2023.

ANEXO F – DECLARAÇAO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Brasília, 22 de agosto de 2012.

Por Terra, Território e Dignidade!

Após séculos de opressão e resistência, "as massas camponesas oprimidas e exploradas", numa demonstração de capacidade de articulação, unidade política e construção de uma proposta nacional, se reuniram no "I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária", no ano de 1961, em Belo Horizonte. Já nesse I Congresso os povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural. Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão.

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum. Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de *commodities* de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra.

O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo superexploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta superexploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.

Estas consequências foram agravadas pela ausência, falta de adequação ou caráter assistencialista e emergencial das políticas públicas. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado, muitas vezes, retiram direitos e promovem a violência no campo.

Mesmo gerando conflitos e sendo inimigo dos povos, o Estado brasileiro nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente vem investindo no fortalecimento do modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e degradador. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos campesinatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade.

Diante disto, afirmamos:

1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.

2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.

3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.

4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.

5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.

6) a necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.

7) a soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.

8) a educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Elas se contrapõem à educação rural, que tem como objetivo auxiliar um projeto de agricultura e sociedade subordinada aos interesses do capital, que submete a educação escolar à preparação de mão-de-obra minimamente qualificada e barata e que escraviza trabalhadores e trabalhadoras no sistema de produção de monocultura.

9) a necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrados em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo, das águas e das florestas.

10) a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

Nos comprometemos:

1) a fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio;

2) a ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pelo reconhecimento, titulação, demarcação e desintrusão das terras indígena, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia;

3) a fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.

4) a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável;
5) a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes;
6) a construir uma agenda comum para rediscutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas;
7) a fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência;
8) a ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas;
9) a lutar por mudanças no atual modelo de produção pautado nos petro-dependentes, de alto consumo energético;
10) a combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados;
11) a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão;

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas exigimos o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos um País e uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) Associação das Mulheres do Brasil (AMB) Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) Articulação Nacional de Agroecologia	Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento Camponês Popular (MCP) Movimento das Comunidades Populares (MCP) Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) Movimento das Mulheres Trabalhadoras

(ANA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) CARITAS Brasileira Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Comissão Pastoral da Pesca (CPP) Comissão Pastoral da Terra (CPT) Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) FASE Greenpeace INESC	Rurais do Nordeste (MMTR-NE) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) Oxfam Brasil Pastoral da Juventude Rural (PJR) Plataforma Dhesca Rede Cefas Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) SINPRO DF Terra de Direitos Unicafes VIA CAMPESINA BRASIL

Fonte:
ASSOCIAÇÃO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS *et al.* **Declaração final do encontro nacional unitário dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.** Brasília, DF, 22 AGO. 2022**.** Disponível em: https://mst.org.br/download/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/. Acesso em: 08 set. 2023.

ANEXO G - DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Brasília, 20 de fevereiro de 2013.

Nós mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), vindas de 23 estados, representantes de outras organizações populares, feministas, nacionais e internacionais da classe trabalhadora com o lema **Na Sociedade Que a Gente Quer, Basta de Violência Contra a Mulher** estivemos reunidas no I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas durante os dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, em Brasília/DF.

O Encontro Nacional do MMC contou com a presença da Presidenta da República Dilma Rousseff, da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres Eleonora Menegucci, da Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos Maria do Rosário, da Ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello, da Ministra de Articulação Institucional Ideli Salvatti, do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República Gilberto de Carvalho, do Ministro de Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas, do Governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz, do Presidente da Conab Rubens Rodrigues dos Santos, do Presidente do Incra Carlos Guedes de Guedes, do Diretor de Infraestrutura Social de BNDS Guilherme Narciso de Lacerda, de Deputadas(os), Senadoras e outras autoridades vindas de todo o país.

A Presidenta da República Dilma Rousseff assumiu o compromisso público de contribuir na efetivação da pauta entregue pelo Movimento de Mulheres Camponesas, e, em sua fala, manifestou a importância da luta e da participação política das mulheres, da força das mulheres camponesas e sua organização no Movimento autônomo.

Este encontro trouxe e aprofundou o tema e os desafios que envolvem a luta pelo fim da violência contra a mulher, entendendo que a violência é resultado do sistema capitalista, da cultura patriarcal e machista que perpassa todas as dimensões da sociedade.

Conscientes dos desafios para a superação da violência concentramos nossos esforços em quatro grandes eixos de reflexão: a) As lutas camponesas feministas e populares; b) A produção diversificada de alimentos saudáveis; c) A Seguridade Social, universalização do salário maternidade e ampliação de 4 para 6 meses para todas as mulheres trabalhadoras; d) A importância da organização do Movimento Mulheres Camponesas.

Após as plenárias houve o aprofundamento dos temas sobre: direitos reprodutivos e saúde da mulher; saúde integral, alimentação saudável e diversificada, a luta contra os agrotóxicos, divisão social e sexual do trabalho, políticas públicas, seguridade social, saúde pública, previdência e assistência, a superação das desigualdades de gênero, raça, gerações e etnia; papel da mulher na agroecologia com destaque à necessidade da autonomia econômica, política e social das mulheres para o enfrentamento à violência.

Foi destaque a MOSTRA DE PRODUÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS. Uma belíssima exposição trazendo uma grande diversidade de sementes, plantas medicinais, artesanato e alimentos, dando visibilidade à importância do trabalho das mulheres no projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico.

Foi significativa a socialização da DIVERSIDADE CULTURAL e artística trazida pelos diferentes grupos, apresentada através de poemas, músicas, teatros, danças, simbologias, expressando a vida, a garra e a ousadia das mulheres que acreditam e lutam pela transformação da sociedade, e na construção de novas relações humanas e com a natureza.

A CAMINHADA pelo fim da violência contra a mulher chamou atenção da sociedade pelo gesto de solidariedade às mulheres vítimas de violência, pela indignação diante dos assassinatos e outras formas de violência e o convite para mudança nas relações. Também serviu para fazer a denúncia junto às autoridades e órgãos públicos da responsabilidade e urgência de medidas que possibilitem a todas as mulheres terem mecanismos e estrutura necessária para avançar no enfrentamento e o fim da violência. As diferentes manifestações durante o encontro contribuíram para compreender os desafios colocados a fim de avançar na luta pela emancipação da mulher.

Nossos desafios:

– O fim da violência exige a luta pela transformação da sociedade e das relações humanas. Mulheres e homens precisam reencontrar a dignidade e compreender sua ação como parte do universo.

– A produção de alimentos saudáveis e diversificada supõe por um lado, o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista industrial monopolista globalizado e suas políticas que favorecem o agronegócio e a exploração dos recursos naturais em vista do lucro e da concentração de renda; e, por outro, exige que intensifiquemos a luta pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica investindo nas práticas de recuperação de sementes crioulas, plantas medicinais, produção orgânica, reeducação alimentar, avançando nas ações de preservação, proteção e recuperação dos nossos biomas.

– Fortalecer e ampliar a organização dos grupos de mulheres como espaço de reflexão, conscientização de sua condição na sociedade e formulação de estratégias da luta camponesa e feminista;

A partilha de experiências, os debates, a coragem e a consciência de que somos construtoras da história e nela queremos deixar as marcas do belo, do cuidado, da justiça social e ambiental, nos convida a assumirmos o compromisso de continuar avançando com a organização autônoma das mulheres.

Nossos compromissos:

– Avançar na construção de relações de igualdade entre os seres humanos e com a natureza;

– Fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras, a articulação entre os movimentos feministas e da classe trabalhadora;
– Potencializar a produção agroecológica e possibilitar o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito e comercialização e a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO);
– Ampliar as relações com os consumidores e divulgar a importância da alimentação saudável e diversificada para a saúde e o bem-estar das pessoas e ambiente;
– Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres e fortalecer a luta contra a violência;
– Participar e assumir os espaços de decisão e poder;
– Lutar pela seguridade social: saúde, previdência e assistência intensificando a luta pela ampliação do salário maternidade de 4 para 6 meses para as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade;
– Dar visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres com a justa remuneração e a garantia de direitos;
– Lutar e denunciar todas as formas de violência do sistema capitalista, da cultura patriarcal, machista e racista que se fazem presentes no campo e na floresta através da violência doméstica, do latifúndio, agrotóxicos, transgênicos, monocultivos, doenças e outros;
– Fortalecer as relações com as organizações populares, feministas e da classe trabalhadora em torno do projeto popular para Brasil.

O Primeiro Encontro Nacional reafirmou a importância do Movimento de Mulheres Camponesas *autônomo, feminista, camponês e socialista*. Confirmou a missão do MMC de *lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação; a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade.* Para isso, é indispensável a luta, a organização e formação potencializando as experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história.

"Na sociedade que a gente quer! Basta de violência contra a mulher"!

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Declaração do I encontro nacional do movimento de mulheres camponesas. *In*: MMC, [*s. l.*] 20 fev. 2013. Disponível em: https://mmcbrasil.org/declaracao-do-i-encontro-nacional-do-movimento-de-mulheres-camponesas/. Acesso em: 09 set. 2023.

ANEXO H – DECLARACIÓN DE LA IV ASAMBLEA DE LAS MUJERES DE LA VÍA CAMPESINA

16 JULIO 2013 DECLARACIONES Y MOCIONES DE LA VI CONFERENCIA, DOCUMENTOS CLAVES (MUJERES)

Manifiesto Internacional de las Mujeres de la Vía Campesina

IV Asamblea de las mujeres, Yakarta junio de 2013

Somos mujeres campesinas del mundo que en el transcurso de estos 20 años de la Vía campesina hemos trabajado tenazmente por construir un movimiento universal, amplio, democrático, comprometido política y socialmente en la defensa de la agricultura campesina, la soberanía alimentaria y la lucha por la tierra, los territorios, la justicia, la igualdad y la dignidad de las mujeres y de los hombres del campo.

Somos mujeres de los diversos continentes y culturas, con historias y luchas comunes por la vida, por nuestra emancipación y la de nuestros pueblos, unidas ante el imperativo ético y político de defender el derecho a la alimentación, la agricultura campesina, la defensa de la biodiversidad, de nuestros bienes naturales y la lucha por poner fin a la violencia en todas sus expresiones, agudizada ante este sistema económico capitalista y patriarcal. "La Vía Campesina es un movimiento que reconoce la completa igualdad y valor tanto de hombres como de mujeres"

Esto queda claramente establecido en las conclusiones de nuestra III Conferencia Internacional en Bangalore. La Vía campesina a través de un cambio estructural, asegura que las mujeres y hombres del campo compartiremos responsabilidades de manera igual en el movimiento. Buscando fortalecer procesos abiertos y democráticos dentro de toda nuestra estructura internacional.

Entregamos este Manifiesto y posicionamiento político, a las mujeres del mundo y a nuestra VI Conferencia Internacional de la Vía Campesina, como un aporte a las deliberaciones, al trabajo, la acción y las luchas que desarrollamos en todo el mundo. Avanzar en la unidad y la acción por la incorporación plena de las mujeres en igualdad de condiciones en todos los ámbitos políticos, económicos, sociales y culturales, acabar con las

discriminaciones que nos afectan en nuestras vidas cotidianas, en las zonas rurales y las comunidades indígenas, es una tarea de todas y de todos.

En estas dos décadas de vida, lucha y esperanza de la Vía campesina, las mujeres hemos sido un factor clave para llevar adelante las estrategias políticas/organizativas hacia el futuro, luchando día a día por la defensa de la madre tierra, de nuestros territorios, contra el saqueo, devastación, muerte y opresión que provoca el capitalismo empresarial y colonial. En estas dos décadas se han producido profundos cambios en las condiciones de vida de las mujeres rurales de todo el mundo, la invasión del capitalismo hacia el campo y la apropiación de las multinacionales de los sistemas agroalimentarios han llevado a que millones de campesinas y campesinos se hayan incorporado al trabajo remunerado provocando desplazamientos forzados, pérdidas de tierras y fuertes procesos migratorios.

La emigración de las mujeres en el campo está estrechamente relacionada con el empobrecimiento y los niveles de violencia que sufren las mujeres y las niñas, esta situación es de mayor gravedad ante la discriminación que viven en los países receptores, sin embargo, a la vez se han constituido en la base importante del mantenimiento de sus familias, constituyéndose las remesas en muchos casos en el principal soporte económico de los hogares campesinos.

Hacer frente a esta realidad constituye uno de los objetivos fundamentales de lucha de las mujeres y del conjunto de la Vía Campesina, nuestra mayor decisión por acabar con la injusticia en el mundo está dada por romper con el círculo de la pobreza y otorgar el lugar relevante que tenemos las campesinas y campesinos para garantizar la alimentación suficiente y equilibrada de los pueblos, reconociendo el papel central de las mujeres en la producción de alimentos.

Sin embargo, es duro constatar que la pobreza lejos de disminuir ha aumentado en los últimos años en la mayoría de los países. Algunos estudios de organismos de Naciones Unidas y el Banco Mundial, que no se ha logrado revertir esta situación, su empeoramiento y la brecha de distribución de las riquezas se ha ampliado, presentando los sectores rurales un panorama desalentador ante su aumento y los niveles de indigencia, continuando las mujeres sufriendo los efectos más dramáticos.

Terminar con estas indignas desigualdades de clase, género y de etnia que nos afecta a millones de mujeres en el mundo y con el flagelo del hambre y la violencia, es una lucha permanente que los gobiernos y los parlamentos del mundo deben tomar en cuenta al momento de legislar y aprobar las leyes en la búsqueda de garantizar el desarrollo integral de una vida digna para las mujeres del campo y sus comunidades en el mundo entero.

El acceso a la tierra, parte central de nuestros derechos

"Para nosotras las campesinas y las indígenas, la tierra además de ser un medio de producción, es un espacio y un ambiente de vida, de culturas y emotividad, de identidad y espiritualidad. Por lo mismo, no es una mercancía, sino un componente fundamental de la vida misma, al cual se accede por derecho, de manera inalienable e imprescriptible, mediante sistemas de propiedad, acceso y goce definidos por cada pueblo o nación".

La igualdad de hombres y mujeres en el acceso a la tierra es un objetivo fundamental para superar la pobreza y la discriminación, suponer que el acceso a la tierra se debe lograr a través del mercado y como propiedad individual está muy lejos de representar las visiones y aspiraciones de las mujeres indígenas y campesinas.

Las mujeres demandamos de una Reforma Agraria Integral que redistribuya la tierra con nuestra plena participación e integración en todo su proceso, garantizando no sólo acceso a la tierra, sino a todos los instrumentos y mecanismos en condiciones de igualdad, con una justa valorización de nuestro trabajo productivo y reproductivo, donde el espacio rural nos garantice una vida digna y justa.

- *Que proteja y proyecte nuestras formas de hacer y perfeccionar la agricultura, nuestras semillas, mercados, comidas, como así también nuestros saberes, nuestra ciencia y nuestra tecnología.*
- *Que impulse y genere programas y políticas públicas adecuadas a nuestras culturas y modos de vidas, con recursos que hagan viables la producción campesina, garantizando la soberanía alimentaria. y los derechos de las campesinas y campesinos con justicia social.*

De este modo el acceso a la tierra para nosotras pasa por una Reforma Agraria Integral que impulse el desarrollo de un modelo de gestión que coloque al centro la función social de la tierra y las practicas campesinas e indígenas de uso y producción garantizando las necesidades humanas a la alimentación como un derecho fundamental para la vida.

Soberanía Alimentaria con Justicia de Género

"Para mantener la dignidad y la tierra, para mantener viva y fortificada la producción propia de alimentos, para recuperar el autoabastecimiento alimentario en el mayor grado posible, para defender el agua, para ejercer en la práctica la Soberanía Alimentaria es hora de que valoricemos en todas sus dimensiones el rol de las mujeres en el desarrollo de nuestras agro-culturas". Nuestra lucha y acción por la Soberanía Alimentaria nos ha brindado a las mujeres la oportunidad de hacer visible nuestra participación histórica en el desarrollo de los sistemas alimentarios en el mundo y el papel que hemos jugado desde la invención de la agricultura, en la recolección y propagación de las semillas, en la protección y resguardo de

la biodiversidad y de los recursos genéticos, situándonos a la vez como uno de los principales pilares afectivo, ético y social.

Al frente, "está la industria procesadora de alimentos y las grandes cadenas de supermercado que estandarizan la producción y concentran buena parte de las riquezas creadas por el sector. La resistencia y la alternativa a esta estandarización del consumo está en la diversificación alimenticia y a otras formas de relación y consumo donde las productoras y productores tengan su trabajo valorizado, los y las consumidoras con salarios dignos para adquirir los alimentos de su elección. (Nyeleni Mirian Nobre)

Bajo la consigna "el alimento no es una cuestión de mercado, sino de soberanía", hemos ido definiendo nuestros derechos soberanos a decidir y a organizar la distribución, intercambio y consumo de alimentos en cantidad y calidad de acuerdo con nuestras posibilidades y necesidades, primeando factores solidarios, culturales, sociales, de salud y bienestar en pos de nuestras familias y nuestras comunidades campesinas e indígenas.

Podemos afirmar que hemos asumido con fuerza la lucha y el ejercicio de la Soberanía Alimentaria. En esta dirección uno de los objetivos planteados y en el que hemos trabajado arduamente, fue el de "hacer acopio de todo nuestro saber, para recuperar nuestras semillas, multiplicarlas, cuidarlas, intercambiarlas y dejar que vuelvan a caminar, crecer y multiplicarse por nuestros campos sin trabas ni agresiones". Esto nos ha puesto en una oposición frontal contra la propiedad intelectual, las reglas de certificación, los organismos transgénicos y los agrotóxicos.

También nuestras lineamientos han sido direccionadas a la revalorización de las relaciones de trabajo y poder en las familias y en los propios movimientos; valorar al carácter económico-productivo de la reproducción y producción de la alimentación por parte de las mujeres, requiere de procesos personales y colectivos, de nosotras y de nuestros compañeros para una valorización del aporte económico que representan nuestras labores para la agricultura, la economía familiar y los indicadores macro económicos de las naciones.

Estamos ciertas, que la propuesta más significativa y revolucionaria de la Vía Campesina, ha sido contraponer Soberanía Alimentaria a los propósitos de la FAO y los Gobiernos de pretender buscar solución al hambre mediante la Seguridad Alimentaria, entendida ésta como la posibilidad de disponer de alimentos y capacidad económica para adquirirlos, dejando en manos del mercado la solución al mayor flagelo mundial que sufren y viven más de mil millones de seres humanos en el mundo.

Luchamos contra el Neoliberalismo, el patriarcado y por nuestros derechos

"Las mujeres, creadoras históricas de conocimientos en agricultura y en alimentación,

continúan produciendo el 80% de los alimentos en los países más pobres, actualmente son las principales guardianas de la biodiversidad y de las semillas de cultivo, siendo las más afectadas por las políticas neoliberales y sexistas". Las políticas de ajustes neoliberales han profundizado las condiciones de opresión, discriminación y aumentado las situaciones de violencia contra las mujeres y las niñas en las zonas rurales, la precariedad e inestabilidad en el trabajo de las mujeres, así como la falta de protección social, donde explotadas al máximo con jornadas cada vez más extendidas, se desarrollan en medio de un clima de violencia que socava nuestra dignidad.

Al reafirmar que la lucha anticapitalista y antipatriarcal debe de ir a la par de la lucha por la igualdad entre los sexos y contra la opresión de las sociedades tradicionales y las sociedades modernas sexistas, individualistas y consumista basadas en el dominio del mercado. Nuestro proyecto político es avanzar hacia una nueva visión del mundo, construida sobre los principios de respeto, igualdad, justicia, solidaridad, paz y de libertad, librando batallas por llevar adelante la lucha conjuntamente por:

- *Por impulsar acciones y medidas inmediatas para erradicar las prácticas violentas y sexistas, las agresiones física, verbal y psicológica, en nuestras organizaciones, la familia y en toda la sociedad.*
- *Por la igualdad de género y la no discriminación.*
- *Por el combate inclaudicable contra todas las formas de violencia en el campo, contra la creciente militarización y criminalización de los movimientos y luchas sociales en la mayoría de los países del mundo, sumada a las implantaciones de leyes antiterrorista, usada contra las y los campesinos e indígenas, principales víctimas de los peores ataques y abusos en nombre de la ley.*
- *Expresamos nuestra firme decisión de luchar y movilizarnos por la justicia, la igualdad y la paz en nuestros territorios y en el mundo.*
- *Construir propuestas y líneas de acciones necesarias en nuestro movimiento para avanzar en los procesos de formación socio política y técnica con métodos pedagógicos dirigidos a la toma de conciencia en las comunidades frente a las visiones políticas y culturales que impiden avanzar en la igualdad de género.*
- *Fortalecer los mecanismos de participación de las mujeres del campo en la formulación de propuestas de políticas públicas y programas tanto internos como externos, que garanticen los recursos para su desarrollo, tanto a nivel local y global como a la gestión de las mismas ampliando los accesos a la educación y a la tecnología.*

Enfrentar el patriarcado, implica reconocer privilegios y mitos de superioridad

masculina, resocializar y concientizar a dirigentes/as estudiando la historia de las mujeres, para poder valorarla. Hasta ahora las mujeres han asumido el liderazgo, pero se requiere un involucramiento por igual, lograr pasar de declaraciones a prácticas concretas. Las campesinas organizadas estamos convencidas de que el futuro es promisorio, pues no hay posibilidad de retroceder en los avances y triunfos, menos en las conciencias de las mujeres. Luchar por la "soberanía de la tierra, del territorio y del cuerpo", diciendo no a la violencia contra las mujeres en todas sus expresiones.

Es por eso que estimuladas por los debates de las mujeres de América Latina y su proceso de construcción de una propuesta política para construir las bases del "Feminismo Campesino y Popular" nuestra Asamblea ha tomado como un reto también expandir este debate en las organizaciones de La Vía Campesina a nivel internacional.

SEMBRADORAS DE LUCHAS Y ESPERANZAS,

POR EL FEMINISMO Y LA SOBERANIA ALIMENTARIA

Fonte:
DECLARACIÓN de la IV Asamblea de las mujeres de la Vía Campesina. *In*: LA VÍA CAMPESINA, Bagnolet, 16 jul. 2013. Disponível em: https://viacampesina.org/es/manifiesto-internacional-de-las-mujeres-de-la-via-campesina-2/. Acesso em: 10 set. 2023.

ANEXO I - DECLARACIÓN FINAL V ASAMBLEA DE MUJERES

Colectivo Comunicación CLOC La Vía Campesina - 2015

En el parque CERENA -conocido por el pueblo como Las Piletas de Ezeiza- que hoy se recupera para el uso y disfrute recreacional de las familias de trabajadores y trabajadoras argentinas, realizamos nuestra V Asamblea de Mujeres de la CLOC-Vía Campesina, continuando con el debate de Yakarta, donde nos declaramos mujeres del campo sembradoras de luchas y esperanzas, por el feminismo y la soberanía alimentaria.

Nosotras, las mujeres provenientes de 18 países de las Américas, representadas por cerca de 400 delegadas de organizaciones campesinas, rurales, afrodescendientes e indígenas, que luchamos por un cambio profundo y estructural de nuestra sociedad, por el fin de toda forma de explotación, opresión subordinación, discriminación y exclusión, y por una agricultura campesina e indígena que garantice el buen vivir de los pueblos del campo, que siga alimentando a la humanidad y cuidando a la madre tierra, nos hemos reunido en el marco del VI Congreso de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, CLOC-Vía Campesina y desde nuestra V Asamblea de Mujeres, reafirmamos nuestro compromiso de seguir luchando por cambiar el sistema capitalista-patriarcal que prioriza los intereses del mercado y la acumulación por sobre los derechos y bienestar de las personas, la Naturaleza y la Madre Tierra.

Fueron nuestros saberes lo que iniciaron la agricultura, hemos seguido siendo a través de la historia las que hemos hecho posible la continuidad de la alimentación para la humanidad, las que creamos y transmitimos gran parte de los conocimientos de la medicina ancestral, y actualmente somos quienes producimos la mayor parte de los alimentos, a pesar de la usurpación de la tierra y el agua, y las múltiples políticas y programas que nos discriminan y atacan persistentemente.

Hoy exigimos el reconocimiento de nuestros aportes a la producción y tareas de los cuidados y proponemos nuevas relaciones que nos permitan compartir la carga y la responsabilidad de todas ellas. Igualmente, reafirmamos la importancia de la agricultura campesina e indígena para el bienestar de toda la humanidad y la sustentabilidad económica y ambiental en el planeta. Sin agricultura campesina no hay alimentación y por tanto no habrá pueblos que sobrevivan.

El patriarcado es un sistema de opresión que fue incorporado estructuralmente por el

capitalismo, porque le permite mantener y reforzar relaciones de poder y explotación, y nos impacta de manera más brutal a las mujeres. Somos las mujeres pobres las que sufrimos el peso múltiple de la subordinación, la discriminación de género, la explotación de clase, el racismo y el sexismo. Queremos construir una sociedad distinta, con igualdad de derechos y relaciones libres de opresión y discriminación.

Luchamos contra la violencia doméstica, sexual, laboral, cultural e institucional. Desde hace más de seis años hemos impulsado un campaña continental y mundial contra toda forma de violencia hacia las mujeres del campo. Reafirmamos nuestro compromiso de sumar a todas las fuerzas de nuestras organizaciones y unir nuestra lucha con la de otros movimientos, a fin de avanzar en esta tarea que exige profundos compromisos éticos personales, colectivos y organizacionales. La lucha contra la violencia es también la lucha por nuestro derecho a la plena participación, a la elaboración y construcción política, a la autonomía, y a la toma de decisiones.

Reconociendo que el feminismo ha hecho aportes importantes a la lucha por la liberación y dignidad de las mujeres, y que existen múltiples corrientes de miradas feministas, nosotras hemos apostado por una nueva construcción política que se exprese en un feminismo campesino y popular, que dé cabida a nuestra gran diversidad, que se alimente de las luchas de las compañeras campesinas, de las hermanas indígenas y afrodescendientes y que permita una mutua alimentación de las diversas cosmovisiones que representamos. De este modo, reafirmamos que el socialismo y el feminismo son parte de nuestro horizonte estratégico de transformación. Por tanto, afirmamos un feminismo campesino y popular, insumiso, socialista, que cuestiona las concepciones patriarcales y burguesas que son funcionales a las políticas de explotación. Así, la concepción feminista que estamos construyendo desde la CLOC.VC está fuertemente ligada a los procesos políticos organizativos, de formación política y de luchas concretas que cambien la vida social, económica y política de la clase trabajadora y en particular de las mujeres.

Nuestros objetivos y compromisos nos ponen desafíos múltiples. Uno de los más sentidos es la formación política de nuestras militantes, en procesos de escuelas que permitan una discusión abierta, amplia y profunda, que permita socializar y extender los horizontes del conocimiento, así como las construcciones colectivas de nuevas miradas y saberes. La formación deberá ponerse al servicio de generar nuevos liderazgos, así como reforzar y apoyar la participación de las mujeres en todas las instancias organizativas y de toma de decisiones.

Las mujeres seguiremos aportando a las luchas y procesos de los pueblos, de las organizaciones populares y de nuestras organizaciones dentro de la CLOC y la Vía Campesina.

Seguiremos adelante en la lucha por los cambios estructurales, por una Reforma Agraria integral y popular y por la recuperación de los territorios, por una agricultura limpia de base campesina y agroecológica. Nuestra lucha es contra el capitalismo, el imperialismo y el patriarcado y sus muchas formas de oprimirnos: los tratados de libre comercio, la privatización de la naturaleza, el agronegocio, las tecnologías al servicio del capital, la guerra sin fin, el racismo y la homofobia, el desmantelamiento de las relaciones sociales, la destrucción de los ecosistemas, el acaparamiento de tierras y agua, la agresión permanente contra los pueblos del campo, la explotación cada vez mayor de las y los trabajadores, la destrucción de los derechos sociales, la expansión del trabajo esclavo, la prostitución y el tráfico de drogas como formas de dominación.

Rechazamos las amenazas militaristas y golpistas contra los pueblos de Cuba y Venezuela, que hoy se ven especialmente amenazados por el Imperio; saludamos la apertura de relaciones entre Estados Unidos y Cuba, pero no dejaremos de estar alertas sobre las amenazas que persisten.

Apoyamos los procesos de paz en Colombia y conminamos a los actores a no levantarse de la mesa de negociación hasta lograr los acuerdos que permitan un avance del pueblo colombiano hacia la paz tan anhelada.

Unimos nuestras voces a las de las organizaciones populares mexicanas que exigen al Estado mexicano la aparición de los 43 estudiantes desaparecidos en Ayotzinapa. ¡Vivos se los llevaron, vivos los queremos!

Lucharemos contra todo sistema de opresión que ponga en peligro la vida, los bienes naturales y los ecosistemas. No tendremos descanso en nuestra lucha contra toda forma de apropiación de la naturaleza, por la soberanía alimentaria y la defensa de nuestras semillas. Nos opondremos con especial fuerza a la megaminería que hoy depreda nuestros territorios y envenena todas las formas de vida. Seguiremos movilizándonos por lograr una solución real a la crisis climática, que daña con especial fuerza a las mujeres.

La propuesta feminista contribuirá a definir los cambios socialistas que soñamos; para eso lucharemos hasta que las fuerzas combinadas del capitalismo y el patriarcado sean parte del pasado. ¡Por un feminismo campesino, popular, con identidad y revolucionario!¡Sin feminismo no hay socialismo!

Fonte:
DECLARACIÓN de la V Asamblea de Mujeres de la CLOC- La Vía Campesina. In: LA VIA CAMPESINA, [*S. l.*], 14 abr. 2015. Disponível em: https://viacampesina.org/es/declaracion-de-la-v-asamblea-de-mujeres-de-la-cloc-la-via-campesina/. Acesso em: 11 set. 2023.

ANEXO J - DECLARAÇÃO DA VI ASSEMBLEIA DE MULHERES DA CLOC – VIA CAMPESINA

Artemisa, Cuba - 26 de junho de 2019.

VI Assembleia de Mulheres da CLOC - Via Campesina, realizada no dia 26 de junho durante o VII Congresso da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo, em Cuba, divulga sua Declaração Final. As mulheres destacam no documento que: "as mulheres rurais lutamos por uma sociedade justa e igualitária, que transforme as relações de poder que marcaram a subordinação das mulheres e, especialmente, das que vivemos em áreas rurais, em condições de pobreza e discriminação a que temos sido submetidas pelas políticas patriarcais, pelos sistemas de exploração do agronegócio transnacional, pelos deslocamentos, migrações forçadas e pela violência. Durante essas duas décadas de formação sociopolítica, dedicamos estudo diligente às categorias de gênero, de classe e étnica/racial, entendendo que as desigualdades que afetam as mulheres são estruturais de uma sociedade capitalista, patriarcal, colonialista e racista. Estamos certas de que a opressão, dominação e exploração de gênero e raça não podem ser eliminadas sem eliminar a opressão de classe. Na construção do feminismo camponês e popular, a partir de nossa evolução e definição política, propusemos levantar com força a proposta de que desde nossa diversidade e autorreconhecimento construamos o compromisso político de uma identidade feminista, camponesa e popular". Confira:

Dez anos após o momento histórico que, a partir deste espaço da Escola Niceto Pérez da Articulação Nacional de Pequenos Agricultores e Agricultoras de Cuba (ANAP), em que a CLOC-Via Campesina definiu que os camponeses e camponesas da América Latina abririam caminho para o socialismo, as mulheres se levantaram e a plenos pulmões gritaram: SEM FEMINISMO, NÃO HÁ SOCIALISMO.

Reunidas na VI Assembleia de mulheres camponesas no âmbito do VII Congresso da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC – Via Campesina), em Güira de Melena, na cidade de Artemisa, em Cuba, mulheres de 21 países, delegadas de nossas organizações, motivadas pelos avanços históricos das mulheres cubanas, inspiradas pelo espírito revolucionário de Vilma Espín, Celia Sánchez e seu povo, somos chamadas a continuar aprofundando em nossos caminhos históricos que mantiveram viva a resistência das mulheres

camponesas contra o sistema capitalista e patriarcal.

Nós, da VI Assembleia de Mulheres da CLOC-Via Campesina, estamos cientes do ataque do capitalismo em nossa América, que continua a saquear nossos bens comuns da natureza e explorar nossas terras sob a cumplicidade de governos lacaios, que violam as vidas dos povos campo e, principalmente, das mulheres, que vêm batalhando há décadas contra todas as formas de exploração, discriminação e subordinação. Neste sentido, temos o compromisso de fortalecer a unidade na diversidade para mudar o sistema capitalista e neoliberal, que coloca os interesses do capital sobre os direitos dos povos ao bem viver, à proteção e cuidado da mãe terra e à soberania alimentar.

As mulheres rurais lutamos por uma sociedade justa e igualitária, que transforme as relações de poder que marcaram a subordinação das mulheres e, especialmente, das que vivemos em áreas rurais, em condições de pobreza e discriminação a que temos sido submetidas pelas políticas patriarcais, pelos sistemas de exploração do agronegócio transnacional, pelos deslocamentos, migrações forçadas e pela violência.

Durante essas duas décadas de formação sociopolítica, dedicamos estudo diligente às categorias de gênero, de classe e étnica / racial, entendendo que as desigualdades que afetam as mulheres são estruturais de uma sociedade capitalista, patriarcal, colonialista e racista. Estamos certas de que a opressão, dominação e exploração de gênero e raça não podem ser eliminadas sem eliminar a opressão de classe.

Na construção do feminismo camponês e popular, a partir de nossa evolução e definição política, propusemos levantar com força a proposta de que desde nossa diversidade e autorreconhecimento construamos o compromisso político de uma identidade feminista, camponesa e popular. Embora o feminismo tenha diversas visões, reconhecemos a partir das organizações camponesas que o feminismo tem prestado contribuições valiosas para transformar a vida das mulheres em nível político, social e econômico. Para a CLOC – Via Campesina esse esforço se torna uma ação política que é também dirigida à formação de uma sociedade socialista.

Nesse processo de construção feminista, que emerge dos territórios e dos povos do campo, o debate anda de mãos dadas com a ação e a luta contra a violência contra as mulheres no campo, contra o agronegócio e os agrotóxicos. É a luta pela vida; pela defesa das sementes, que são patrimônio de nossos povos à serviço da humanidade; pelo direito igualitário à posse da terra, contra a exploração, contra a violência e os maus-tratos no trabalho; e por salários justos e iguais. A agroecologia como um sistema de produção ancestral para garantir a soberania alimentar é uma importante contribuição que as mulheres da CLOC – VC realizaram, com vista

a fazer avançar a transformação da sociedade, e é a luta de todos do movimento camponês em todo o mundo. Tudo isso são contribuições para a construção do feminismo camponês e popular.

Os grandes desafios são: continuar avançando no fortalecimento de nossas organizações; construir unidade e alianças a partir dos movimentos; continuar a formação política que fornece a oportunidade, juntamente com toda a militância de organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes, a participar à altura de debates em que emergem as bases para a nossa proposta de uma sociedade socialista, unidas na diversidade, e que nos leve a transformações sociais com consciência de gênero e geracional.

Manter nossos olhos na unidade da luta de gênero e de classes é importante para enfrentarmos as ações do império, do capital e do patriarcado e, assim, ser capaz de identificar e confrontar nossos inimigos. Saudamos e nos comprometemos a continuar uma grande onda

feminista que emerja com a força das mulheres, confrontando o machismo e o patriarcado, o abuso e o assédio sexual, o direito de decidir sobre nossos corpos e o direito à saúde sexual e reprodutiva. Defendemos que essas forças se juntem à luta por mudanças radicais em nossa sociedade, que nos leve a viver com dignidade, igualdade e justiça. A partir de nossa identidade e concepção feminista, camponesa e popular, contribuiremos para esse avanço das visões feministas.

Nós, delegadas de 21 países nesta VI Assembleia de Mulheres da CLOC-Via Campesina, nos pronunciamos e condenamos severamente as agressões contra o povo irmão da Venezuela e as tentativas de desestabilizar o país pela direita reacionária na Nicarágua, rejeitamos a Lei Helms-Burton que reforça o bloqueio e o embargo contra a revolução cubana. Da mesma forma, condenamos as agressões a todos os povos da América que vivemos o feroz ataque do capitalismo. Rejeitamos as estratégias de desestabilização e de submissão dos países da América Latina, como a militarização dos territórios e o sequestro e rapto de nossos Estados. Pedimos aos povos do mundo que se unam em uma única voz de rejeição a essas ações internacionalistas que buscam subjugar nossos povos.

Condenamos as centenas de assassinatos de líderes sociais camponeses e indígenas em nossa América, e nos pronunciamos a favor de continuar fortalecendo os acordos de paz na Colômbia.

Convocamos os governos do triângulo norte da América Central, México e EUA para

que respeitem os direitos humanos das milhares de famílias que realizaram as caravanas de migrações, especialmente as mulheres e meninas.

As mulheres do campo CLOC-LVC encerram nossa VI Assembleia afirmando:

Com feminismo construímos o socialismo! Desde nossos territórios, unidade, luta e resistência, pelo socialismo e pela soberania dos povos!

(Tradução: Cristiane Passos - CPT / fotos: coletivo de comunicação da CLOC)

Fonte:
DECLARAÇÃO da VI Assembleia de mulheres da CLOC – VIA CAMPESINA. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Goiânia, 04 jul. 2019. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/america-latina/4804-declaracao-da-vi-assembleia-de-mulheres-da-cloc-via-campesina. Acesso em: 11 set. 2023.

ANEXO K – CARTA DAS MULHERES AO POVO BRASILEIRO

Brasília, 11 de maio de 2016.

Nós, delegadas representando as brasileiras presentes nas conferências Municipais e Estaduais, reunidas na 4ª. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo tema é "Mais Direitos, Poder e Participação para as Mulheres", nos dirigimos ao povo brasileiro para expressar nosso repudio veemente ao golpe de Estado que pretende interromper o mandato da primeira e única mulher que venceu duas eleições presidenciais e tem, até o ano de 2018, o direito e a legitimidade de exercer o comando da Nação.

A disputa política é salutar, quando ocorre nos marcos da legalidade. O que está acontece no Brasil é completamente fora da ordem institucional. A presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de abertura de *impeachment* numa sessão da Câmara de Deputados, realizada no dia 17 de abril, orquestrado por forças oposicionistas, pelo vice-presidente Michel Temer, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é réu em processos de corrupção e lavagem de dinheiro, razão pela qual foi afastado recentemente do cargo de deputado, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

A sessão entrará para a história como um triste episódio, pelo baixo nível do debate político e porque não há, no processo, nenhum rime de responsabilidade praticado pela presidenta, nenhuma violação dos princípios constitucionais que justifique a drástica medida da perda do mandato que a ela foi assegurado por mais de 54 milhões de brasileiras e brasileiros. Caso a admissibilidade do *impeachment* seja aprovada no Senado, tal medida trará graves consequências para a jovem democracia brasileira. Estaremos diante de uma ruptura institucional, no momento em que o país completa apenas três décadas do fim da ditadura militar. A presidente é uma mulher honesta, que dedicou grande parte de sua juventude à luta pela liberdade e pelo resgate à democracia, sendo objeto de um golpe jurídico-parlamentar-midiático, que lhe acarretará a perda de seu mandato e o direito de exercer cargos públicos durante 8 anos.

Desde que se reelegeu, a presidenta Dilma Rousseff tem sofrido ataques sistemáticos. Seu governo está sob permanente cerco de forças políticas opositoras, da grande mídia, de parte do Poder Judiciário e outras instituições que deveriam preservar o estado democrático de direito e põem a democracia em grave risco, com o apoio dos holofotes midiáticos. Aqueles que perderam quatro eleições seguidas estão determinados a interromper o projeto de governo popular que promoveu e ampliou os direitos civis e sociais de milhões de brasileiros.

Querem culpar a presidenta pela crise econômica em curso, embora saibam que a crise

é global, e atinge economias de grandes países capitalistas em todo o mundo, a exemplo dos EUA, em 2009, e diversos países europeus. A grande instabilidade política que impera no Brasil é que agrava ainda mais a situação e inviabiliza a gestão da presidenta e sua equipe, impedindo-as de conduzir o Brasil para uma virada e retomada do caminho do crescimento e da distribuição de renda.

Repudiamos os ataques que a presidenta da República vem sofrendo, que a atingem principalmente na sua condição de mulher. Charges, memes, hashtags pornográficas, adesivos alusivos ao estupro da presidenta, reportagens de jornais e revistas traduzem o duro viés do discurso misógino, fundado no patriarcalismo estrutural, que resiste na sociedade. Tudo é feito para incapacitar, para desconstruir a imagem de Dilma, enquanto gestora e mulher, aos olhos do povo – o que agride não só a ela, mas a todas as mulheres.

Declaramos nosso apoio à presidenta, entendendo que divergências políticas e ideológicas devem ser manifestas nos marcos da legalidade e do respeito às regras do bom convívio social. Se tivéssemos a história da humanidade registrada pelo reconhecimento das experiências das mulheres, por certo a história da construção política da democracia e dos estados democráticos de direito vivenciariam formas mais coletivas de se posicionar. E não diante dos embustes reproduzidos pela globalização, mas pelas lições de responsabilidade para com o bem comum, tão presentes às experiências históricas de gerações e gerações de mulheres.

E é assim que queremos nos manifestar, com a certeza de que seguiremos juntas, enfrentando as novas dinâmicas de um patriarcalismo que também se renova na vileza dos fascismos contemporâneos. Nunca sozinhas, e muito menos poucas. Nossas alianças não estão paralisadas nas nossas diferenças. Ao contrário - evidenciam a força que segue brotando de nossas cumplicidades e nos impelem ao permanente exercício da luta que, temos certeza, seguirão transformando nossa sociedade. Por sabermos que nenhuma de nós se sustenta fora desta esteira é que em nosso exercício sempre cabe o reconhecimento por aquilo que cada uma tentou em benefício de todas nós. Seguimos empoderadas em nosso exercício de caminhar rumo à justiça social e igualdade.

Por fim, nós mulheres, queremos que o combate à corrupção se dê através de uma ampla Reforma Política, com participação popular, que mude radicalmente o processo de financiamento das campanhas e que garanta mecanismos de ampliação da representação das mulheres, de diferentes gerações, da representação negra, de trabalhadoras rurais, das lésbicas e trans, ciganas, das idosas, das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos, nas instâncias dos poderes legislativos e executivos.

As emblemáticas palavras da presidenta nos impelem a lutar pela restauração da

verdadeira justiça: “Pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é – a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder”.

Conclamamos a todos e a todas, cidadãs e cidadãos brasileiros, a defender a democracia, a não aceitar nenhum governo que não passe pelo crivo das urnas. A Constituição de 1988 é nítida em seu artigo 1º, parágrafo único: “Todo poder emana do Povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, ou diretamente...”. Cumpra-se, portanto, o princípio constitucional, garantindo o pleno exercício do mandato da presidenta da República, Dilma Rouseff, eleita democraticamente.

Pela Democracia”

Por nós!!! Por todas as mulheres!

Por todo o povo brasileiro!

DILMA FICA!!!

Fonte:
BAHIA. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Carta das Mulheres ao Povo Brasileiro**. Salvador, [13 maio 2016]. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/CartadasMulheresaoPovoBrasileiro.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXO L - MANIFESTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL): A VIDA DO POVO EM PRIMEIRO LUGAR!

MMC, 25 de março de 2020.

Nós, camponesas do Brasil, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), manifestamos nossa profunda preocupação com o resultado nefasto de passar por uma pandemia como a do coronavírus Covid-19 tendo no governo um IRRESPONSÁVEL que NÃO TEM RESPEITO PELA VIDA do povo trabalhador.

Em momentos assim fica mais evidente que a sociedade capitalista, que tem por meta o lucro para alguns, não é capaz de construir respostas que garantam ao povo segurança, saúde e bem-estar. Acompanhamos diariamente a preocupação do governo Bolsonaro, dos mais ricos do país e de parte da mídia sobre como ficarão a economia e as empresas após a pandemia. Para nós, a preocupação central é garantir medidas que salvem a vida das pessoas e é nesse sentido que o Governo Federal e todos os Estados deveriam colocar seus esforços e atuar. Depois, junto com o povo, pensar formas de reorganizar a economia.

Compreendemos como importante que a população também faça sua parte e permaneça em isolamento, uma atitude de amor e solidariedade. Ficar em casa protege você, sua família e quem precisa trabalhar. Neste momento, nossa luta histórica pela SEGURIDADE SOCIAL: Saúde, Previdência e Assistência Social permanece mais viva que nunca. São alicerces como a saúde pública universal e gratuita, a Previdência e a Assistência Social que permitirão sair desta crise com o mínimo de dignidade e menos perdas.

No campo, nas florestas e nas águas onde existe campesinato neste país, estamos buscando formas de continuar produzindo alimentos saudáveis que permitam ao rural e à cidade enfrentar a crise, combatendo a volta da fome que já está tão ampla no Brasil. Para isso, precisamos que o Estado crie políticas públicas para produzir e abastecer as cidades com alimentos saudáveis.

Nós, camponesas, que produzimos alimentos saudáveis e diversificados, sempre no cuidado com a natureza, e historicamente pautadas pelo direito à VIDA DIGNA de nosso povo, manifestamos nossa intensa preocupação com a população do interior do país, onde os hospitais

e o sistema de saúde já apresentavam fragilidades devido à Emenda Constitucional da Morte, a Emenda 95, que congelou em 20 anos os investimentos em saúde, educação e assistência.

Somos camponesas, somos mulheres, e para nós mulheres o isolamento nem sempre é um lugar tranquilo, um lar harmonioso. A violência doméstica tem crescido muito com o isolamento e precisamos de políticas e ações que garantam nossa segurança física e psicológica. Muitas mulheres são mães sozinhas, não contam com outra pessoa, ou contavam apenas com as/os avós, para ficar com as crianças quando precisam sair do isolamento para ir ao mercado, à farmácia e mesmo as que precisam continuar em trabalhos essenciais neste momento. Se adoecermos, quem cuidará dos nossos filhos? Quem cuidará de nós?

Na cidade, muitas mulheres se não trabalham por um dia, não tem como alimentar suas crianças. Nos solidarizamos com todas/os as/os trabalhadoras/es domésticas/os, em sua maioria mulheres, e em contratos informais que com o exercício profissional colocam sua vida e de sua família em risco e sem trabalho se veem abandonadas à própria sorte.

DENUNCIAMOS:

1. O governo Bolsonaro, que de forma sistemática ataca os direitos e o bem-estar do povo, quer acabar com a Seguridade Social, diminui o orçamento do SUS, da Assistência e tentou acabar com a Previdência;
2. O governo Bolsonaro acabou com as políticas públicas voltadas para agricultura camponesa, (crédito, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assistência técnica (em especial as específicas de mulheres), decretou o fim da política de agroecologia que representa a opção pelo modelo de morte no campo;
3. O modelo do agronegócio que destrói a natureza, aprisiona as camponesas e camponeses em relação de dependência, diminuindo muito a autonomia camponesa para produzir como melhor lhe convém, com diversidade e com os produtos que interessam ao povo de cada região;
4. A violência patriarcal, neste momento ainda mais incentivada pelo governo Bolsonaro e pelo capital, que não reconhece a produção desenvolvida pelas camponesas e também nos submete às diversas formas de violência.

NÃO É MAIS POSSÍVEL SUPORTAR TANTO DESPREPARO E MALDADE. #FORABOLSONARO! Só a organização e luta do povo, em especial das mulheres, nos permitirá sair dessa situação. Vamos à luta por:

1. Medidas emergenciais:

a. Renda Básica para todas/os as/os brasileiras/os, usando todos os bancos de dados, como: CADunico, MEI (onde existem milhares de informais), INSS etc., possibilitando que chegue a todas as famílias garantir a alimentação adequada, ampliando o valor do Bolsa Família para no mínimo R$ 300,00 por pessoa;
b. Suspensão imediata da cobrança de energia, água, gás e internet no campo e nas cidades com a distribuição gratuita de botijões de gás de cozinha pela Petrobrás às famílias que mais precisam;
c. Investir parte da reserva cambial que hoje está avaliada em U$ 347 bilhões para salvar vidas e financiar as políticas públicas necessárias nesse momento de crise, lembrando que toda poupança é usada para momentos de dificuldade;
d. Suspensão da cobrança dos financiamentos e empréstimos com renegociações somente após esse momento de pandemia passar para a agricultura camponesa e familiar e trabalhadoras/es autônomos;
e. Ampliação do número de leitos em todas as cidades do país onde for registrado pelo menos um caso; os leitos privados devem ser cedidos ao SUS;
f. Compra de toda a produção que era disponibilizada nas feiras pelos poderes públicos locais: nós camponesas não podemos ficar sem ter onde vender;
g. Liberação de crédito subsidiado para agricultura camponesa e familiar produzir alimentos básicos para o abastecimento popular;
h. Volta imediata do Programa de Cisternas, para armazenar água da chuva, pois sem água não há saúde.

2. Medidas que garantem nosso futuro:
a. Revogação da Emenda Constitucional 95, ampliar os investimentos com Saúde, Assistência e Previdência que, além de medida social, é também medida econômica de desenvolvimento em tempo de crise;
b. Volta da Política Nacional de Agroecologia e produção orgânica, com orçamento adequado para transformar o Brasil em um país agroecológico com Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
c. Retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em todas as suas modalidades e com recursos específicos para os povos e comunidades tradicionais e para as mulheres.
Somos mulheres camponesas, trabalhamos no nosso cotidiano a proposta de um mundo com ALIMENTO SAUDÁVEL e SAÚDE para todas as pessoas. No MMC assumimos a

AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA, MODO DE VIDA E OUTRA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE, pautada no bem viver das pessoas entre si e com a natureza!

Fortalecer a luta em defesa da vida, todos os dias!

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Manifesto do Movimento de Mulheres Camponesas: a vida do povo em primeiro lugar**. [*S. l.*], 26 mar. 2020. Disponível em: https://mmcbrasil.org/manifesto-do-movimento-de-mulheres-camponesas-a-vida-do-povo-em-primeiro-lugar/. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXO M - MANIFESTO PELA VIDA DAS MULHERES BOLSONARO NUNCA MAIS! POR UM BRASIL SEM MACHISMO, RACISMO E FOME

Brasil, 14 de fevereiro de 2022.

Ao longo da história, nós, mulheres trabalhadoras, sempre estivemos na linha de frente das lutas populares por direitos e por melhores condições de vida. Carregamos o fardo de toda exploração capitalista, patriarcal e racista que nos oprime enquanto mulheres responsáveis pelas famílias, negras, indígenas, quilombolas, LBTs, jovens, idosas e com deficiência (PcDs), nos campos, nas águas, florestas e cidades.

Vivemos em um sistema político e econômico que utiliza da exploração da nossa força de trabalho e dos nossos corpos para se sustentar. Produzimos grande parte de toda riqueza do mundo. Somos fundamentais para a reprodução social, através do trabalho doméstico e de cuidados, bem como para aquele considerado produtivo. Ainda assim, somos 70% da população mais pobre do mundo.

Desde a histórica mobilização das mulheres revolucionárias russas em 8 de março de 1917, esta data se consolidou como o dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras. Reivindicamos esta tradição de mobilização de mulheres contra a exploração e opressão capitalista e, desta maneira, nos colocaremos no enfrentamento a todas as formas de violência que vivemos hoje em nosso país.

O aprofundamento da crise econômica no Brasil e no mundo, somado à política da fome, do desemprego e da morte conduzida pelo governo Bolsonaro, tem tornado a vida do povo ainda mais difícil, atingindo, principalmente, as mulheres da classe trabalhadora. A *taxa de desemprego entre as mulheres bateu recorde no ano passado chegando a 16,8%, sendo que, para as mulheres negras, essa taxa foi de 19,8%*, segundo o Dieese. O número de mulheres desempregadas no nosso país já chega a 8,6 milhões. *Quase 51 milhões de pessoas viveram abaixo da linha da pobreza nos últimos dois anos e mais de 10 milhões passam fome.*

Antes mesmo de Bolsonaro assumir o poder, nós mulheres, já ocupávamos as ruas contra a tragédia que seu projeto representava para a vida do povo brasileiro. Em 2015, a Marcha das Margaridas já denunciava a ameaça do golpe burguês e misógino que a primeira presidenta mulher eleita no Brasil, Dilma Rousseff, viria a sofrer em 2016. O golpe foi e segue como uma ameaça à democracia e à vida das mulheres, contra o qual seguimos em luta. Naquele mesmo ano, a Marcha das Mulheres Negras contra a violência, racismo e pelo bem-viver, foi um momento fundamental do fortalecimento da nossa resistência.

Em 2018, o “Ele Não” foi uma expressão da nossa força e poder de mobilização. Com manifestações em todos os estados brasileiros, impedimos que Bolsonaro fosse eleito no primeiro turno. Apresentamos ao país uma oposição de massas e unificada, mobilizada pelas mulheres trabalhadoras e pela luta feminista nas ruas. Desde então, seguimos enfrentando o pior e mais nefasto governo deste país desde a redemocratização. A indignação do “Ele Não” esteve presente também no Tsunami da Educação, em todas as lutas contra as reformas neoliberais impostas por esse governo e na revolta antirracista que tomou as ruas do país. Não à toa que nós, mulheres, somos a maioria que bradamos por #ForaBolsonaro.

É por atuação do governo Bolsonaro que a crise econômica se agravou no país. A destruição de políticas de enfrentamento à pobreza aprofundou o quadro de fome entre as famílias, em especial nas casas chefiadas por mulheres negras. A nefasta política neoliberal adotada pelo presidente, seu ministro da economia Paulo Guedes, seus aliados, e apoiada por militares, garante lucros à burguesia brasileira enquanto agrava a crise humanitária enfrentada pela maior parte do povo trabalhador. Tais grupos aproveitaram a pandemia para tocar uma agenda de avanço do capital em detrimento de condições dignas de vida, com as contrarreformas, privatizações, perdão de dívidas de grandes empresas e incentivos milionários para bancos privados.

A carestia se alastrou pelas casas das famílias brasileiras. O preço dos alimentos, do gás, da água e da energia não param de subir e passamos a ver cada vez mais pessoas buscando comida no lixo e disputando ossos e carcaças nos açougues para alimentar suas famílias. A paralisação dos programas voltados para os povos do campo, das águas e das florestas é mais uma demonstração da parceria de Bolsonaro com o agronegócio, que agrava ainda mais o cenário da insegurança alimentar, destruição da natureza e entrega da nossa soberania.

Por isso, seguimos defendendo e fortalecendo a agroecologia como estratégia de resistência e luta!

Como denunciado na CPI da COVID, Bolsonaro, aliado a setores da burguesia brasileira, agiu intencionalmente para disseminar o Coronavírus ao negar evidências científicas, boicotar políticas de controle da pandemia, incentivar o uso de remédios ineficazes e atrasar a aquisição de vacinas, em uma clara política de extermínio. De forma criminosa, difundiu mentiras para atacar a vacinação infantil e negligenciou as políticas de atendimento às populações indígenas no enfrentamento e combate à COVID-19.

Mais de 630 mil brasileiras e brasileiros perderam suas vidas. O Brasil é o país com o maior número de mortes maternas causadas pela COVID-19. Fomos nós, as mulheres trabalhadoras e pobres, em especial mulheres negras, as mais afetadas pelo desemprego,

sobrecarregadas por cuidar das crianças, das/os idosas/os e de quem adoecia. Fomos as primeiras a morrer. Quando morre uma mulher negra, que não teve o direito de se isolar para não perder o emprego, morremos todas nós!

A violência contra as mulheres e meninas se amplia a cada dia, pois o discurso de ódio de Bolsonaro se espalha e nos faz alvo preferencial dos machistas, racistas e LGBTQIA+fóbicos. Uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país, sendo 66% destas mulheres negras. Também somos o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo e 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. A violência contra as mulheres com deficiência cresceu 67,9% durante a pandemia. A violência obstétrica, ou seja, todos os tipos de violências que ocorrem no pré-natal, parto, pós-parto e aborto – atinge uma em cada quatro mulheres no nosso país; dessas, 65,9% são negras. Frente a tantas violências, bradamos: não somos números, somos vidas!

Neste cenário de precarização das nossas vidas, a ministra Damares Alves é uma agente da política misógina de Bolsonaro e todos os conservadores. Ela e seu Ministério trabalham para desmontar as políticas públicas para as mulheres, não aplicam o ínfimo orçamento destinado ao combate à violência, perseguem vítimas de violência sexual que buscam interromper uma gestação, propagam discursos machistas e transfóbicos de revitimização de meninas e mulheres.

Num país com raízes tão profundamente racistas, o bolsonarismo encontrou terreno fértil para amplificar as políticas e o discurso de ódio. As brutais chacinas nas periferias e favelas das nossas cidades são parte do genocídio da população negra no nosso país, onde 75% dos homicídios são contra pretos e pardos. Por Kathlen Romeu, Moïse Kabagambe, Durval Filho e tantos outros vitimados por essa política assassina, as mulheres seguirão em luta contra o racismo e esse governo genocida.

O aprofundamento da misoginia, do racismo e da LGBTQIA+fobia em nosso país também se demonstra no aumento da violência política de gênero, que tem seu maior exemplo na execução da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco em 2018 – que completará 4 anos sem resposta sobre quem mandou matá-la. De lá para cá, temos visto parte da população mobilizada para fortalecer a luta das mulheres negras e ampliar sua representação na política institucional, mas também assistimos à intensificação da reação criminosa dos machistas, dos racistas e dos fascistas.

Por tudo isso, nós, mulheres, convocamos cada uma e cada um que se compromete com a luta contra o machismo, o combate à feminização da pobreza, ao racismo, à LGBTQIA+fobia e a todas as ações que agravam a situação das mulheres no Brasil, a ocupar as ruas no dia 8 de

março. A luta pela derrubada de Bolsonaro do poder é uma luta necessariamente feminista, anti-imperialista, anticapitalista, democrática, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica. É uma luta em defesa da vida das mulheres, contra a fome, a carestia, a violência, pela saúde, pelos nossos direitos sexuais, direitos reprodutivos e pela justiça reprodutiva. É uma luta em defesa do SUS e dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade. É uma luta com a maioria que tem sofrido com a fome, com a perda de seus entes queridos, com a violência e com o desemprego.

Reafirmamos o feminismo como caminho para a auto-organização das mulheres, em aliança com os movimentos sociais, na resistência e construção de uma sociedade justa e igualitária. Somos milhões e de todos os cantos deste país! Nós nunca saímos das ruas contra Bolsonaro e nelas continuaremos em defesa das nossas vidas. Por isso gritamos: **BOLSONARO NUNCA MAIS!**

Chega de opressão e exploração!

- Pelo fim de todas as formas de violência e dos feminicídios!
- Contra o racismo que explora e o genocídio que mata todos os dias as mulheres e suas/seus filhas/os!
- Abaixo a fome, a pobreza e a carestia: por vida digna para todas/os!
- Por soberania e segurança alimentar e nutricional e pela agroecologia no campo e nas cidades!
- Chega de Violência no Campo!
- Em defesa da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga!
- Contra a PL do Veneno!
- Em defesa das políticas públicas para as mulheres dos campos, das águas, das florestas e das cidades: contra todo retrocesso e perda de direitos!
- Por emprego, salário e direitos iguais para trabalho igual!
- Legalização do aborto: educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal seguro, gratuito e garantido pelo SUS para não morrer!
- Romper com a divisão sexual e racial do trabalho é urgente!
- Pela revogação de todas as privatizações, das Reformas Trabalhistas e da Previdência e pelo fim do Teto dos Gastos!
- Contra a privatização da saúde: Por um SUS 100% estatal, público e de qualidade!
- Não à dupla jornada das mulheres: Creches e escolas em tempo integral para nossas/os filhas/os; lavanderias e restaurante públicos!
- Pela quebra das patentes das vacinas!

- Chega da política machista, racista e genocida deste *BOLSONARO NUNCA MAIS!*

Brasil, 14 de fevereiro de 2022.

Entidades e Organizações de Mulheres na Construção do 8 de março e da Articulação Nacional de Mulheres Bolsonaro Nunca Mais:

ABENFO – Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANDES Sn – Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior
CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
CMB – Confederação das Mulheres do Brasil
CMP – Central dos Movimentos Populares
Coalizão Negra por Direitos
Coletivo Juntas!
Coletivo Nacional de Mulheres da CUT – Central Única dos Trabalhadores
Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG -Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONEM – Confederação Nacional de Entidades Negras
Consulta Popular
Consulta Popular – Um Passo à Frente
Diretoria de Mulheres da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
Diretoria de Mulheres da UNE – União Nacional dos Estudantes
Diretoria de Mulheres do MORHAN – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero
FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIBRA – Frente Internacional Brasileira
FNA – Frente Nacional Antirracista
FNMNPT – Fórum de Mulheres Negras do PT
GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
LPJ – Levante Popular da Juventude
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial de Mulheres

Movimento de Mulheres Olga Benário

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

MDT – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Red Mulher e Habitat da América Latina e Caribe

Rede Antirracista Quilombola

Rede de Mulheres

Negras Evangélicas

RENFA – Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

Resistência Feminista

RFS – Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Secretaria Nacional de Mulheres da CTB – Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil

Secretaria Nacional de Mulheres do PCB – Partido Comunista Brasileiro

Secretaria Nacional de Mulheres do PCdoB – Partido Comunista do Brasil

Secretaria Nacional de Mulheres do PT – Partido dos Trabalhares

Setorial de Mulheres do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

Stop Bolsonaro Mundial

UBM – União Brasileira de Mulheres

UJS – União da Juventude Socialista

UNALGBT – União Nacional LGBT

UNEGRO – União de Negras e Negros por Igualdade

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

UP – Unidade Popular pelo Socialismo

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Manifesto pela vida das mulheres Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome**. [*S. l.*], 18 fev. 2022. Disponível em: https://mmcbrasil.org/manifesto-08-de-marco-de-2022-pela-vida-das-mulheres-bolsonaro-nunca-mais/. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXO N - MANIFESTO DAS CAMPONESAS CONTRA A VIOLÊNCIA E OS FEMINICÍDIOS

23 de setembro 2022

Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher!

Nós, mulheres do Brasil, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), manifestamos o nosso repúdio, nossa dor, nossa indignação e também nossa luta constante contra todas as formas de violência doméstica cometida contra as mulheres. Chamamos atenção aqui para o feminicídio, que possui como especificidade o fato de ser uma violência de gênero cometida contra as mulheres sempre em situação de desumanização, na qual as mulheres e meninas não são consideradas em igualdade de direitos humanos e valor. Trata-se de um ato qualificado como hediondo na legislação brasileira, pois é movido pela desigualdade, pela inferiorização e discriminação das mulheres. Sendo um fenômeno social, a situação de violência contra as mulheres não pode ser minimizada ou invisibilizada, posto que perdura e se aprofunda constantemente quando não é reconhecida, combatida e enfrentada como tal.

A violência doméstica cresce em escalada alarmante no Brasil. Os dados de 2021, segundo estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registram que 1.319 mulheres foram vítimas de feminicídio, uma média de 25 mulheres por semana, quatro por dia. A cada sete horas uma mulher foi morta. Esses dados revelam ainda (o que já sabemos), que 84% dos assassinatos são cometidos por companheiros ou ex-companheiros, namorados, maridos. Nos últimos dias, perdemos companheiras de movimentos da Via Campesina, por feminicídio. A violência está muito perto de nós, em todos os lugares. Essa violência e esse extermínio têm cor e classe social, pois as pesquisas mostram que entre as vítimas 66,7% são mulheres negras, 70,5% com idades entre 18 e 44 anos. A mulher é a principal vítima e os filhos e filhas sofrem as consequências, pois as políticas públicas de assistência, proteção e acolhimento são praticamente inexistentes.

O agravamento da natureza dessa violência, traz consequências muito profundas, em especial aos filhos/as, pela exposição de mais vulnerabilidade ainda, quando a mãe está morta, pai preso ou foragido e estas passam a viver de favor em casas de parentes ou em abrigos

públicos, provocando danos à vida, ao futuro e à saúde emocional das crianças. Dados mostram o quanto é cruel para tantas meninas e meninos pelo país, pois estima-se que somente em 2021, o feminicídio deixou 2.321 crianças e adolescentes órfãos e órfãs. E o estado não assume seu papel de garantir proteção e segurança.

A atual conjuntura de insegurança na vigilância e de garantias de aplicação de leis específicas é ainda mais precária ou inexistente com o atual governo genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Todo o aparato jurídico e de apoio foi, nos últimos anos, sendo desmontado ou negligenciado pelo não investimento em políticas de proteção social e segurança. Pelo contrário, o atual governo promove a cultura conservadora, machista, de ódio e de fundamentalismo religioso que oprime, violenta as mulheres indígenas, negras, pobres e das periferias do campo, das águas, das florestas e das cidades. O atual governo promove o armamento, promove ainda mais a cultura da violência e da dominação.

Os requintes de crueldades contra as mulheres, hoje se acentuam, quando se estimula o porte e uso de armas, quando se lhes atribui como tarefa o cuidado com filhos, idosos, doentes e dos lares, quando se dá ênfase à dominação de gênero, quando se prega cultos religiosos de controle e obediência, quando se tira das mulheres o poder de decisão sobre sua vida, seu corpo.

A situação econômica de nossas mulheres na atual conjuntura brasileira é outra questão crucial para o aumento das violências. O preço altíssimo dos alimentos, do gás, do transporte: tudo colabora para que milhões de mulheres fiquem ainda mais reféns de uma dependência econômica, de violência patrimonial e do medo. Que não vejam saída para si e para seus filhos. E isso pode ser demonstrado claramente em estudos realizados pela Rede PENSSAN, que indicam que a insegurança alimentar é mais grave nas famílias que dependem da renda da mãe. O estudo ainda mostra que existe uma situação crítica no Norte e no Nordeste, com 45% e 38% da população em risco, e apontando que as mulheres, mães, chefes de família, na maioria das vezes sustentam a casa com menos de meio salário mínimo per capita. Os dados apontam a fome sendo também uma política de violência de gênero, de raça e de classe.

Diante dessa onda perversa de feminicídios e de violência, incentivada pelo atual governo, nós, camponesas, reafirmamos nosso manifesto de repúdio e nossa luta cotidiana contra todos os tipos de violência, contra o machismo, o patriarcado, o racismo e a LBTIfobia, que vêm matando todos os dias, nós mulheres em nossas diversidades de ser. Denunciamos o patriarcado, o racismo, o capitalismo e o imperialismo, instrumentalizados por esse poder que nos violenta e mata todos os dias. Convocamos a toda a sociedade para enfrentar essa brutal realidade, a se organizar, denunciar, a exigir do estado brasileiro condições de vida digna para todas as mulheres.

Reafirmamos nosso compromisso enquanto MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC Brasil), um movimento feminista, camponês e popular, de não nos calarmos diante de tanta perversidade! Nos comprometemos a continuar estimulando as mulheres para a organização, luta, promoção de espaços de formação e de denúncia contra todo tipo de violência, seja ela psicológica, moral, física, patrimonial. Basta! Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher!

Fortalecer a luta em defesa da vida. Todos os dias!

NOSSAS VIDAS IMPORTAM!

MMC Brasil

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Manifesto das camponesas contra a fome e os feminicídios**. [*S. l.*], 23 fev. 2022. Disponível em: https://mmcbrasil.org/manifesto-das-camponesas-contra-a-violencia-e-os-feminicidios/. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXO O - PROPOSTA DOS MOVIMENTOS POPULARES PARA SUPERAR A CRISE E RECONSTRUIR O BRASIL

São Paulo, 27 de maio de 2022.

APRESENTAÇÃO

Os movimentos populares se organizam para lutar pela superação dos problemas que mais afligem e indignam a população brasileira. Nesse processo de luta, identificam o caráter sistêmico dessas adversidades e constroem juntos propostas para sua superação. Essas propostas se opõem ao projeto político do neoliberalismo, atualmente hegemônico na direção do Estado brasileiro e que patrocina uma série de ataques à democracia, aos direitos sociais e à soberania nacional. Se opõem também ao golpe de 2016 e os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que lhe deram sequência, foram e são instrumentos desse projeto. As eleições presidenciais deste ano serão, portanto, uma oportunidade histórica para mudança de rumos do país. Anuncia-se uma intensa polarização no debate político nacional, materializada nas candidaturas de Lula e Jair Bolsonaro.

Para os movimentos populares é hora de acumular forças e construir a derrota daqueles que trabalham para a perpetuação da exclusão política do povo, das desigualdades sociais e por um projeto que coloca o país de joelhos diante de interesses imperiais. É fundamental derrotar Jair Bolsonaro e o bolsonarismo, com suas ideias reacionárias e antipovo e sua forma de fazer política autoritária, baseada em mentiras e desinformação. É fundamental derrotar o projeto neoliberal e garantir um governo que atenda às demandas populares.

Enxergamos que a candidatura do ex-presidente Lula pode expressar essa mudança de rumos e acreditamos que a convergência do seu programa de governo com as bandeiras que animam as lutas sindicais e populares dependerá da nossa capacidade de mobilização, organização e construção coletiva e unitária. Apostamos numa estratégia de organização e mobilização de base através de comitês populares, livres e plurais, com atuação territorial, temática e digital para fazer esse debate sobre os problemas do país e nossas alternativas com toda a sociedade.

O BRASIL HOJE

A fome, o desemprego, o trabalho precário e o arrocho salarial retratam a deterioração

das condições de vida da classe trabalhadora. Assim como os baixos índices de crescimento da década, o desmonte das cadeias de produção e das políticas de apoio à agricultura familiar. Além do sucateamento dos serviços públicos básicos como saúde e educação e das empresas públicas, a privatização em áreas estratégicas, que são também consequência da aplicação do programa neoliberal.

A perda de confiança crescente no sistema partidário, o aprofundamento da crise político-institucional e o crescimento do conservadorismo, do racismo, do machismo e da LGBTIfobia com aumento desenfreado da violência, colocam a necessidade de reconstruir o sentido da democracia.

A pandemia do coronavírus, que aprofundou a crise econômica e social, coloca a urgência de medidas de curto e médio prazo para a reconstrução do país, devastado nos últimos anos sob a indiferença e a irresponsabilidade do governo federal.

A devastação veloz da natureza e da biodiversidade, associada ao reforço das transnacionais da mineração e do agronegócio e o sacrifício da soberania nacional e popular, com a subordinação do país aos interesses dos Estados Unidos, reforçam a necessidade de se pensar em um novo modelo de desenvolvimento para o país.

NOSSAS PROPOSTAS

A partir da identificação desse cenário de crise nacional e dos problemas mais urgentes do povo, apresentamos um conjunto de propostas para motivar o embate político nas periferias das grandes cidades e nos interiores desse Brasil. Elas são o caminho para construir a força política e social para alterar a correlação de forças e viabilizar um processo de mudanças necessárias para superar a crise e reconstruir o Brasil.

1. REDUZIR AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS

a) Fazer uma reforma tributária progressiva e que considere a capacidade contributiva de cada pessoa (com taxação de lucros e dividendos, fortunas, heranças, juros sobre capital próprio, remessa de lucros para o exterior etc.).

b) Constituir um programa permanente de renda básica cidadã.

c) Revogar a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) para que o orçamento público seja um instrumento de redução das desigualdades, por meio da garantia de políticas públicas e investimentos.

d) Estabelecer a Economia Solidária como um dos princípios da ordem econômica. O que pressupõe a integração de políticas públicas, um ambiente institucional (estrutura de governo com orçamento, legislação e sistema de participação social) que construa, em conjunto com os empreendimentos de economia solidária e apoiadores, políticas de produção, comercialização e consumo, crédito e finanças solidárias, proteção social aos trabalhadores e construção do conhecimento.
e) Criar uma política emergencial de enfrentamento à fome que possa ligar campo e cidade. Implantar cozinhas comunitárias prioritariamente geridas por trabalhadores e trabalhadoras da comunidade local como forma de acesso ao trabalho e renda, com produtos vindos prioritariamente da agricultura familiar.

2. TRABALHO, EMPREGO E RENDA

a) Retomar e ampliar os investimentos públicos na economia em obras de infraestrutura econômica e social, constituindo um programa de desenvolvimento com lógica de responsabilidade socioambiental que estimule a criação de empregos de qualidade.
b) Instituir uma política de valorização do salário mínimo, garantindo sua correção frente a inflação e a sua valorização em termos reais para que ele seja, de fato, o mínimo necessário para atender as necessidades de uma vida digna.
c) Estabelecer uma nova legislação de proteção social, trabalhista e previdenciária a partir da revogação das reformas trabalhista e previdenciária de Michel Temer e Jair Bolsonaro, visando garantir direitos, inclusive à aposentadoria, para todos os trabalhadores e trabalhadoras nas suas mais diversas formas de ocupação, emprego ou relação de trabalho.
d) Estabelecer políticas públicas prioritárias para a geração de emprego, trabalho e renda com garantia de salário mínimo e direitos sociais, para reduzir o desemprego, a informalidade e as desigualdades no mercado de trabalho que atingem mulheres, população negra, LGBTI, juventude e pessoas com deficiência.
e) Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário e com controle das horas extras, eliminando as formas precarizantes de flexibilização da jornada, além de incentivar o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados entre Estado, homens e mulheres, de modo a reduzir a jornada de trabalho total das mulheres.
f) Instituir uma política nacional e setorial de promoção da saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras para retirar o Brasil do Ranking dos países com maior número de mortes e doenças relacionadas ao trabalho.

3. ESTADO E SERVIÇOS PÚBLICOS

a) Impulsionar um conjunto de políticas de educação, saúde, assistência social, previdência como serviços públicos centrais para a reprodução social com bem-estar.
b) Afirmar e retomar o caráter público das empresas sob controle do governo, revogando privatizações, como instrumentos para o desenvolvimento nacional e atendimento das demandas da população, com a garantia de preços acessíveis em produtos e serviços essenciais como gasolina, gás de cozinha, medicamentos e energia elétrica.
c) Ampliar o financiamento público da saúde para garantir atendimento universal nas atenções primária, secundária e terciária. Criar uma carreira única interfederativa do SUS, que garanta melhor remuneração e distribuição de profissionais de saúde em todo o território nacional. Implementar o pleno e imediato ressarcimento dos planos de saúde ao SUS e auditar e cobrar suas dívidas. Reverter o modelo de privatização do SUS, através das Organizações Sociais, e ampliar a assistência pública direta com controle social.
d) Criar um plano de recuperação da Educação, com foco especial no Ensino Básico, promovendo investimento para garantir a permanência de estudantes nas escolas públicas, implementar o Sistema Nacional de Educação, garantir a destinação correta do novo FUNDEB e a construção do novo PNE com debate envolvendo o conjunto da sociedade. Criar políticas e investir na democratização do acesso ao ensino superior, ampliar as vagas nas universidades públicas, fortalecer as políticas de assistência e permanência estudantil e fortalecer a autonomia universitária.
e) Construir de um plano estratégico de investimento em Ciência e Tecnologia voltado para o desenvolvimento soberano e para superação dos principais problemas sociais do país, recompor do orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia para patamares de 2014 e liberar integralmente o FNDCT para recompor o orçamento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, incluindo o reajuste das bolsas de estudos.

4. REFORMA URBANA COM CIDADES INCLUSIVAS

a) Criar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e um Fundo Nacional para o Desenvolvimento Urbano, com gestão descentralizada e sob controle social.
b) Elaborar um Plano de Ação para investimentos em urbanização e regularização de áreas precárias e favelas, melhorias habitacionais, eliminação de riscos de desmoronamentos e enchentes.

c) Reverter a privatização e ampliação do investimento em saneamento, com o objetivo de garantir universalização dos serviços de água, tratamento de esgoto e de resíduos sólidos em todo o país.
d) Ampliar o investimento em mobilidade urbana, priorizando os transportes coletivos e a mobilidade ativa.
e) Fortalecer uma política de acesso à terra e imóveis, que não cumprem a função socia. Ampliar o investimento na produção social da moradia juntamente a cooperativas e movimentos populares, avançando no modelo de autogestão.
f) Criar uma rede de equipamentos sociais, destinados à infância e juventude para as práticas do esporte, da arte, da cultura, do lazer. em complementação ao ensino fundamental e médio; e como forma enfrentamento à vulnerabilidade social e à violência.

5. SEGURANÇA PÚBLICA

a) Promover uma política de segurança pública cidadã, desmilitarizada combatendo a lógica de guerra ao povo, investindo em formação em direitos humanos e na produção de dados e inteligência e dando condições dignas de trabalho aos agentes de segurança pública.
b) Implementar uma Agenda Nacional pelo Desencarceramento que aposte na ressocialização e em formas alternativas de responsabilização.
c) Adotar uma nova política de drogas, entendendo que esse assunto deve estar mais relacionado à garantia do direito à saúde do que ao direito penal.
d) Fortalecer uma política de controle de armas, que colabore decisivamente para redução do número de homicídios e feminicídios.
e) Ampliar o controle social sobre as políticas de Segurança Pública.

6. DEMOCRACIA

a) Apresentar uma proposta de reforma político-institucional ampliando o mecanismo de controle social sobre os poderes, estimulando mecanismos de democracia participativa direta como plebiscitos e referendos, estabelecendo cotas no legislativo para indígenas e quilombolas e também combatendo o controle do poder econômico sobre as instituições públicas e a politização do judiciário, das Forças Armadas e das corporações policiais.
b) Retomar e ampliar as mais diversas formas de participação social na elaboração, planejamento e controle social das políticas públicas, inclusive econômicas, através dos

conselhos, conferências e formas inovadoras de participação e deliberação popular.
c) Garantir e promover os direitos políticos e sociais da população negra, LGBTI, mulheres, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.
d) Estabelecer regulação da mídia e dos meios de comunicação, restringindo a propriedade cruzada. Fortalecer uma rede pública de rádio e televisão. Investir em infraestrutura pública de banda larga para garantir internet grátis para todos. Garantir regulação das multinacionais das comunicações, combatendo a difusão de *fake news*, do discurso de ódio e de ataques aos direitos humanos.
e) Ampliar o financiamento público direto da cultura efetivando o Sistema Nacional de Cultura e garantindo diversidade e valorização das expressões populares da cultura.

7. MEIO AMBIENTE

a) Garantir a defesa da natureza e dos bens comuns enfrentando a financeirização da natureza e promovendo uma transição justa nas políticas ambientais.
b) Construir a soberania energética e sobre os produtos da mineração, com democratização do setor, reversão das privatizações e investimento em um modelo que priorize a energia limpa e acessível.
c) Instituir uma política de desmatamento zero e recuperação de áreas desmatadas, com ênfase na preservação da biodiversidade e da água. Implementar os instrumentos de gestão, governança e controle social das unidades de conservação.
d) Regular e fiscalizar a mineração e o agronegócio, reverter os retrocessos regulatórios e legislativos e reconstituir os órgãos de proteção do meio ambiente (IBAMA e ICMBio).
e) Defender os territórios e modos de vida de povos e comunidades tradicionais, com ampliação da demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e titulação das comunidades quilombolas.
f) Garantir a participação e a escuta dos povos e comunidades tradicionais do campo, das águas e da floresta em torno dos projetos que impactem seus territórios e modos de vida.
g) Investir na indústria de logística reversa e na indústria de recicláveis, em escala compatível com o consumo nacional, e desenvolver soluções que reduzam a poluição nas cidades e no campo.

8. REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

a) Organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. Como política que garanta o direito do povo em consumir alimentos saudáveis resgatando o princípio da soberania alimentar através da agroecologia, da preservação dos recursos naturais e da nossa biodiversidade. Também no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, para que se elimine a fome no campo e na cidade.

b) Democratizar o acesso à terra e todos os bens da natureza através de uma ampla reforma agrária, de caráter popular e emergencial; assentando todas as famílias acampadas e sem-terra do Brasil através da desapropriação de latifúndios improdutivos, especialmente em áreas próximas aos grandes centros urbanos.

c) Garantir os direitos e as condições de permanência, incluindo acesso a saneamento básico a comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas, seringueiras, geraizeiras e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais.

d) Interromper a política de liberação desenfreada de agrotóxicos, banir do território nacional aqueles já proibidos em outros países e adotar uma política nacional para redução do uso de agrotóxicos e produção de alimentos saudáveis.

e) Retomar a ação do governo federal para garantir segurança alimentar e nutricional, com estímulo à produção de alimentos saudáveis, formação de estoques reguladores de preços através da CONAB, retomar uma política abrangente de compras públicas de alimentos da agricultura familiar e programa de transferência de renda para a população mais pobre ter garantido seu direito à alimentação.

f) Valorizar a agricultura familiar, com retomada e ampliação da oferta de crédito acessível, assistência técnica especializada, apoio à comercialização e garantia de preço e investimento na infraestrutura agroindustrial. Garantindo políticas adequadas às necessidades das mulheres do campo, das florestas e das águas.

9. IGUALDADE E DIVERSIDADE

a) Atuar para que as políticas de igualdade e diversidade, para além das ações afirmativas, sejam implementadas de forma transversal em todas as esferas da sociedade, combatendo dessa forma o racismo, o machismo e a LGBTIfobia estruturais.

b) A construção da igualdade para as mulheres em todas as suas dimensões e diversidade de classe, raça, sexualidade necessita de políticas universais combinadas, com ações afirmativas

de ruptura com a divisão sexual e racial do trabalho; de socialização do trabalho doméstico e de cuidados; de ações para erradicar as causas da violência contra as mulheres e da defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade.

c) Pacto Nacional contra a Violência e Pela vida das Mulheres, reconstrução das infraestruturas de proteção da vida das mulheres, ampliação das delegacias da mulher; com casa de acolhimento para mulheres em situação de violência, com medida emergencial ligada a ações de emprego e renda.

d) Adotar políticas afirmativas para o enfrentamento ao racismo, com a manutenção da lei de cotas e a ampliação de cotas raciais no serviço público, garantia de igualdade salarial e combate ao encarceramento em massa e ao genocídio da população negra.

e) Enfrentar a violência e discriminação contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais, promover a diversidade e uma cultura pluralista na educação pública, estabelecer políticas públicas de proteção e promoção dos direitos LGBTI.

f) Realizar processos de reconhecimento de comunidades indígenas e quilombolas, inclusive retomadas e ressurgências, titulação dos territórios e resolução de conflitos agrários e ambientais com a desintrusão de terceiros e sobreposições por Unidades de Conservação; reconhecer as práticas agrícolas tradicionais, fortalecer iniciativas de produção, comercialização e consumo, bem como de educação indígena e quilombola em todos os níveis.

g) Construir políticas públicas para a juventude com participação social, garantindo em especial acesso à educação e ao primeiro emprego ou estágio, com direitos garantidos, mas também equipamentos de esporte, lazer e cultura nas cidades e no campo, além de políticas de combate à discriminação por raça, gênero ou orientação sexual e uma política de segurança pública que inverta a lógica de perseguição e encarceramento da juventude negra e pobre.

10. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SOBERANIA

a) Reorientar a política externa, com uma participação ativa e soberana do Brasil no sistema de relações internacionais, coerente com a trajetória da diplomacia brasileira, visando democratizar as relações internacionais e construir uma ordem mundial democrática que considere os interesses da classe trabalhadora.

b) Retomar as relações sul-sul e as estratégias de integração política e econômica regionais voltadas a uma inserção soberana do Brasil e da América Latina no contexto geopolítico e econômico internacional.

c) Fortalecer e ampliar os laços de amizade, integração e cooperação do Brasil com o Continente

Africano através de acordos bilaterais nas áreas de educação, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, comércio, indústria e outros.

ASSINAM:

Aliança Nacional LGBTI+
Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY)
Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Associação Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs)
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
Associação Brasileira de ONGs (ABONG)
Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)
Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva (ABRASBUCO)
Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC)
Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (ANATORG)
Associação Nacional Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19
Brigadas Populares
Cajueiro Assessoria e Pesquisa em Juventude
Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3
Central de Movimentos Populares (CMP)
Central dos Trabalhadores e Trabalhadora do Brasil (CTB)
Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil)
Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES)
Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
Círculo Palmarino
Coletivo de Entidades Negras (CEN)
Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE)
Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Organismo da CNBB (CBJP)
Comissão Episcopal de Enfrentamento ao Tráfico Humano da CNBB
Comitês Islâmicos de Solidariedade (CIS)
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR)
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF)
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)
Conselho Pastoral de Pescadores (CPP)

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)
Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
Escola Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara
Federação Única dos Petroleiros (FUP)
Fora do Eixo
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Frente pela Vida
Grito dos Excluídos e Excluídas
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Juventude Fogo no Pavio
Juventude Pátria Livre (JPL)
Levante Popular da Juventude (LPJ)
Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
Mídia Ninja
Movimento Brasil Popular (MBP)
Movimento Camponês Popular (MCP)
Movimento de Juventude Afronte!
Movimento de Juventude Kizomba
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Movimento de reintegração das Pessoas atingidas pela hanseníase (MORHAN)
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC)
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST)
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia (MNCCD)
Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)
Movimento Nacional de Defesa e Luta da População em Situação de Rua (MNLDPSR)
Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM)
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Movimento Negro Unificado (MNU)
Movimento pra Fazer Brilhar a Nossa Estrela (BNE)
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Movimento Popular da Juventude (MPJ)
Movimento Popular de Pescadores (MPP)
Movimento Popular Socialista (MPS)
Movimento Raiz da Liberdade
Mulheres em Movimento
Pastoral da Juventude Rural
Pastoral Operária
Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político
Red Gaylatino
RUASIA – Movimento de Cultura
6ª Semana Social Brasileira
Trabalhadores sem Direitos
União Brasileira de Mulheres (UBM)
União da Juventude Socialista (UJS)
União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO)

União Nacional de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transsexuais (UNALGBT)
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Proposta dos Movimentos populares para superar a crise e reconstruir o Brasil**. [*S. l.*], 30 maio 2022. Disponível em: https://mmcbrasil.org/mmc-participa-de-construcao-de-plataforma-popular-de-propostas-para-o-brasil/. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXO P – POESIA: RESPIRANDO A ESPERANÇA

O dia amanheceu diferente, com ares de sonhos coletivos de muita gente. Esse dia é de luta e de resistência, de povo consciente.
Na roça o galo cantou mais cedo, camponês e camponesa da luta não fogem, da luta não tem medo!
No café da manhã não tinha somente café e pão, tinha goles de sonhos e bocadas de indignação!
Saímos pras ruas de diferentes lugares, das fabricas, postos de trabalho, das igrejas, das vielas e dos lares.
Havia um silencio gritante, o céu não era cortado por nenhum pássaro metálico, ônibus e metros parados ficaram e os operadores e operadoras aos seus iguais se somaram.
Escolas e universidades fechadas e com faixas denunciando os retrocessos em suas fachadas.
Rodovias e trevos trancaram e o ataque aos direitos denunciaram, muitos reclamaram "e o meu direito de ir e vir?"
Logo revidaram "lutamos por dignidade e pelo direito de existir, que é anterior ao ir e vir!"
Praças, parques, bosques, ruas e avenidas foram tomadas, pela marcha da greve geral, marcha da esperança, de quem não se cansa, constrói com firmeza e altivez a caminhada.
Em nosso peito pulsa o coração da resistência e da indignação, de quem não permite que se enterre o futuro das futuras gerações.
A pauta de norte a sul unificada "contra a terceirização, a reforma trabalhista e da previdência" com músicas, palavras e gritos de ordem alinhavada.
A resistência o 08 de março lilás demarcou, em abril vermelhou e dia 28 se reafirmou, que a classe trabalhadora faz a luta de quem produz e reproduz a vida! Luta da diversidade, do campo e da cidade, unitária e colorida!
O dia 28 de abril de 2017 entrou para a história. O processo está encaminhado e o recado foi dado "pra FRENTE a LUTA e FORA TEMER"!
Poesia elaborada por: Sandra Marli da Rocha Rodrigues (2017).

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Respirando a esperança**. [*S. l.*], 28 abr. 2017. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100066834907431/search/?q=POESIA%3A%20RESPIRANDO%20A%20ESPERAN%C3%87A. Acesso em: 13 set. 2023.

ANEXO Q – POESIA: #ELENÃO

Quando as mulheres perderem a paciência
as meninas e os meninos serão livres
pra escolherem seus brinquedos e suas roupas
e mais ainda, pra amarem a cor que quiserem sem nenhuma interferência
Quando as mulheres perderem a paciência
nenhuma mulher será obrigada a ter cabelo liso ou a pesar poucos quilos
a comida será a mais saborosa e os cabelos livres farão festa
Seu corpo será só seu, sem qualquer exigência
Quando as mulheres perderem a paciência.
Ruas e casas serão lugares livres de qualquer opressão
onde mulheres e homens viverão tranquilamente, sem qualquer tipo de violência
serão lugares seguros e de independência
Quando as mulheres perderem a paciência
a cozinha será lugar dela e dele
o trabalho será lugar dele e dela
e todos os outros espaços também, sem nenhuma concorrência
Quando as mulheres perderem a paciência
a televisão mostrará seu rosto e não sua bunda ou seu peito
a mídia aprenderá a tratá-la com respeito
e programas que fizerem o contrário não darão mais audiência
A mulher será mulher, e não um objeto
será detentora do prazer e gozará sem culpa
Ganhará salários justos e terão autossuficiência
Quando as mulheres perderem a paciência
Quando as mulheres perderem a paciência
todos os dias serão dias de festa
@s companheir@s caminharão lado a lado
e junt@s dançarão a música da resistência!
Poesia elaborada por: Nádia Pinheiro (2018)

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS **#EleNão**. [*S. l.*], 29 set. 2018. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100066834907431/search/?q=Quando%20as%20mulheres

%20perderem%20a%20paci%C3%AAncia%20as%20meninas%20e%20os%20meninos%20ser%C3%A3o%20livres%20pra%20escolherem%20seus%20brinquedos%20e%20suas%20roupas%20e%20mais%20ainda%2C%20pra%20amarem%20a%20cor%20que%20quiserem%20sem%20nenhuma%20interfer%C3%AAncia%20Quando%20as%20mulheres%20perderem%20a%20paci%C3%AAncia%20nenhuma%20mulher%20ser%C3%A1%20obrigada%20a%20ter%20cabelo%20liso%20ou%20a%20pesar%20poucos%20quilos%20a%20comida%20ser%C3%A1%20a%20mais%20saborosa%20e%20os%20cabelos%20livres%20far%C3%A3o%20festa%20Seu%20corpo%20ser%C3%A1%20s%C3%B3%20seu%2C%20sem%20qualquer%20exig%C3%AAncia%20Quando%20as%20mulheres%20perderem%20a%20paci%C3%AAncia. Acesso em: 14 set. 2023.

ANEXO R – POESIA: ELE NÃO!

Porque sou a favor da humanidade
Sou cidadã e acho justa
Toda forma de amor e diversidade.
Ele nunca!
Em respeito a nossa ancestralidade
Pelos indígenas e quilombolas
Pela democracia e a nossa liberdade
Ele nunca!!
E isso não é mimimi
Isso é pensar com coerência
Em respeito a nós e aos que estão por vir
Ele não!
Porque ninguém merece ser torturado
Precisamos é de justiça para todos,
De um país sério e solidário!
Ele nunca!
Pelo direito e sacralidade de ser mulher
Nosso lugar é no mundo
Fazendo eticamente o que a gente quiser
Ele nunca!
Pelos direitos do LGBT
Porque ninguém merece ser violentado.
E se seu filho fosse gay,
Você o espancaria até morrer?
Ele nunca!
Por uma importante questão:
Não se educa ninguém com armas
Mas investindo pesado na educação.
Ele não!
Pela não retirada de direitos!
Precisamos garantir mais avanços:
Saúde, educação, moradia, empregos!

Ele não!

Pela sua estampada misoginia,

Porque nós temos capacidade de saber

O que é melhor pra nossa família!

Ele nunca!

Precisamos abrir a mente

E analisar bem a história

Para argumentar politicamente.

Essa é a minha visão

E você tem que respeitar

Se você não concordar com ela,

É uma pena, porque eu torno a falar:

Que até meu último suspiro

Tenho forte convicção

Que o melhor pro Brasil é a paz

E é pensando na paz, que a gente grita:

- #elenao!

Vitória Paixão (MMC AL 2018)

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Ele não**! [*S. l.*], 25 set. 2018. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100066834907431/search/?q=Porque%20sou%20a%20favor%20da%20humanidade%20Sou%20cidad%C3%A3%20e%20acho%20justa%20%20Toda%20forma%20de%20amor%20e%20diversidade.%20Ele%20nunca!%20Em%20respeito%20a%20nossa%20ancestralidade%20%20Pelos%20ind%C3%ADgenas%20e%20quilombolas%20%20Pela%20democracia%20e%20a%20nossa%20liberdade%20Ele%20nunca!!. Acesso em: 14 set. 2023.

ANEXO S – POESIA: BRIGADA LOIVA RUBENICH - MULHERES QUE NÃO FOGEM DA LUTA

Iniciamos em abril para nós reivindicar
Contra a reforma da previdência
A fim desta não aprovar fazendo incidências no congresso
Audiência com os deputados, como trabalhadoras queremos aposentar;
Construímos uma brigada e uma mulher decidimos homenagear
Nomeamos como Loiva Rubenich com seu exemplo de mulher lutadora seguimos em luta e não vamos nos calar;
Loiva uma mulher guerreira
Lutou pela libertação e pelos direitos da mulher
Ela tinha uma afirmação certeira
Os nossos direitos só a lua faz valer!
Ela contribuiu na organização das mulheres da roça
Por isso a ela homenageamos
Com a brigada de luta pela previdência nossa;
A brigada Loiva Rubenich
Está nas ruas, nas praças, nas comunidades e no congresso nacional
Para falar o quanto esta reforma da previdência
Será o fim de um sistema público solidário e universal;
A camponesa trabalha muito para o país alimentar
Mas o governo acha que tem que trabalhar mais
Por isso a reforma quer acabar com o direito de aposentadoria especial
E assim a camponesa não vai se aposentar;
Precisamos agir e não podemos deixar aprovar
Querem um sistema de capitalização dizendo que vai melhorar com o aumento das contribuições onde temos que pagar pra no futuro aposentar,
Pior quem mora na roça não tem emprego salarial e como vamos pagar?
Uma verdade está aí se não contribuir, pra quem vive no campo
Aposentadoria não vai conseguir querem aumentar a quantidade de anos pra gente contribuir;
Nós mulheres trabalhamos todos os dias
Plantamos, colhemos e cuidamos da casa e da família
Mais o governo diz que trabalhos pouco

E temos que trabalhar até morrer

Sem nenhum direito e garantia de viver;

A reforma da previdência quer implantar

Um sistema de capitalização

Onde se aposenta quem poder pagar

Mas isso não é garantido não

De que na velhice aposentar conseguirão;

A brigada Loiva Rubenich

De luta das mulheres camponesas

Segue firme e em resistência em defesa da nossa previdência!!!

Brigada Loiva Rubenich 31 de maio de 2019.

Fonte:
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Brigada Loiva Rubenich - mulheres que não fogem da luta** [*S. l.*], 2 jun. 2019. Facebook: https://www.facebook.com/mmcnacional. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100066834907431/search/?q=BRIGADA%20LOIVA%20RUBENICH%20-%20MULHERES%20QUE%20N%C3%83O%20FOGEM%20DA%20LUTA. Acesso em: 14 set. 2023.